

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

**ANAIS DO I COLÓQUIO EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO:
PERSPECTIVAS SOBRE O RURAL BRASILEIRO**

6 a 9 de novembro de 2018

1^a EDIÇÃO



Realização:



Apoio:



UFSM- PPG em Extensão Rural

Santa Maria, RS
2019

COMISSÃO ORGANIZADORA - 1º COLÓQUIO EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO

Andréia Nunes Sá Brito
Artênia Bernardo Rabuske
Cleuza Noal Brutti
David Luiz Mendonça Wigg
Diego Luis Sauer
Euriko dos Santos Yogi
Hector dos Santos Facco
Jana Rossato Gonçalves
Janaina Betto
Jayme Bezerra de Menezes Neto
Jéssica Righi de Oliveira
Luana Fernandes Melo
Marcos Botton Piccin
Mauricio Machado Sena
Patrícia Rejane Froelich
Rayan Scariot Vargas
Régis Trentin Piovesan
Thiane Helena Bastos
Timóteo Angelo Nascimento
Valéria Pinheiro Braccini
Yosani Morales Martínez

REVISÃO FINAL

Andréia Nunes Sá Brito
Janaina Betto
Jayme Bezerra de Menezes Neto
Régis Trentin Piovesan
Thiane Helena Bastos
Valéria Pinheiro Braccini

C719a Colóquio Extensão Rural e Desenvolvimento
(1. : 2018 : Santa Maria, RS)
Anais do I Colóquio Extensão Rural e
Desenvolvimento [recurso eletrônico] :
perspectivas sobre o rural brasileiro / I Colóquio
Extensão Rural e Desenvolvimento, 6 a 9 de
novembro de 2018. – 1. ed. – Santa Maria, RS :
UFSM, PPG em Extensão Rural, 2019.
1 e-book

ISBN 978-65-81434-00-7

1. Extensão rural – Eventos 2.
Desenvolvimento rural – Eventos I. Título.
II. Título: Perspectivas sobre o rural brasileiro.

CDU 631.95(063)

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central da UFSM

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| APRESENTAÇÃO..... | 4 |
| PROPOSTAS DAS MESAS DE DEBATE E PROGRAMAÇÃO | 5 |
| Grupo de Trabalho Nº 1-Agroecologia e Sistemas Agroalimentares | 8 |
| ANÁLISE DIALÉTICA SOBRE ALIMENTAÇÃO DAS CLASSE SOCIAIS..... | 9 |
| CONTRIBUIÇÕES DO RETORNO DE ENERGIA INVESTIDA (REI) PARA A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EM AGROECOSSISTEMAS | 15 |
| AGROECOLOGIA, NUTRIÇÃO E SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS | 22 |
| AGROECOLOGIA COMO ESPAÇO DE MEDIAÇÃO ENTRE A VISÃO SISTÊMICA E A PERSPECTIVA CRÍTICA | 28 |
| A PARTICIPAÇÃO DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE AGROECOSSISTEMAS | 34 |
| PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO BIODINÂMICA: AS NORMAS DE PRODUÇÃO PARA O MERCADO BIODINÂMICO NO BRASIL..... | 39 |
| CARIJADA DA ERVA-MATE EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS COM VIVENCIAS INTERCULTURAIS ENTRE POVOS TRADICIONAIS: ASPECTOS METODOLÓGICOS | 46 |
| PERCEPÇÕES E ANÁLISES SOBRE A AGRICULTURA BIODINÂMICA: A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DA CONSTRUÇÃO DOS SIGNIFICADOS E SENTIDOS DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DA AGRICULTURA BIODINÂMICA SOBRE A REALIDADE..... | 50 |
| Grupo de Trabalho 2 – Gênero, Geração e Populações do Campo..... | 56 |
| CAMPESINATO E FEMINISMO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL PARA UMA CONSTRUÇÃO NECESSÁRIA | 57 |
| JOVENS RURAIS MILITANTES: PERSPECTIVAS DE UM IDEAL SOCIAL | 63 |
| MULHERES DO CAMPO NO CONTEXTO DE ECONOMIA ESTANCIEIRA DO RIO GRANDE DO SUL? TECENDO CONSIDERAÇÕES | 67 |
| O PROGRAMA DE ATES E AS MULHERES ASSENTADAS: VISIBILIDADE E ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL | 73 |
| LUTAS POR TERRA EM SÃO GABRIEL: TRANSGRESSÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL | 79 |
| (RE) OLHARES PARA A PRODUÇÃO LEITEIRA EM SANTO CRISTO- RS E AS MULHERES AGRICULTORAS | 85 |
| DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO: DA INVISIBILIDADE À RESISTÊNCIA .. | 90 |
| AGROECOLOGIA E SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXÕES SOBRE A AUTONOMIA DA JUVENTUDE RURAL..... | 97 |
| Grupo de Trabalho 3 - Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento | 103 |
| O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO BANCO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS | 104 |
| TRADUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS ATRAVÉS DE FOTOETNOGRAFIA: POSSIBILIDADES E REFLEXÕES | 111 |
| DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA PRODUÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS | 117 |



| | |
|--|-----|
| LAZER EM CONTEXTOS RURAIS DE AGRICULTURA FAMILIAR, APROXIMAÇÕES INICIAIS PARA A COMPREENSÃO DOS JOGOS RURAIS SOL A SOL | 123 |
| GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO VALE DO PARAÍBA - PB: REFLEXÕES SOBRE O PROINF 2015 | 129 |
| O WHATSAPP E A COMUNICAÇÃO ENTRE AGRICULTORES E O SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL: O CASO DO GRUPO “LEITE SM” | 135 |
| A CONSTRUÇÃO DE UM DIÁLOGO ENTRE INTERCULTURALIDADE, MEDIAÇÕES SOCIAIS, E POLÍTICAS DE | 142 |
| PECUÁRIA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL: IMPORTÂNCIA, PROBLEMA E SUA DIVERSIDADE..... | 147 |
| A DINÂMICA AGRÁRIA DE PEQUENOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO ALTO URUGUAI/RS COMO OBJETO DE ESTUDO DA EXTENSÃO RURAL..... | 151 |
| LAND GRABBING: PERSPECTIVAS DE PESQUISA | 154 |
| AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM COMUNIDADES RURAIS DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO | 162 |
| ATORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: DESENHANDO NOVAS RURALIDADES NO MUNICÍPIO DE AMATENANGO DA FRONTEIRA, CHIAPAS, MÉXICO | 167 |
| Grupo de Trabalho 4 – Cadeias Produtivas e Mercados Agropecuários..... | 172 |
| PARTICIPAÇÃO DE CORTES DE CARNE BOVINA GAÚCHA E DE OUTROS ESTADOS DISTRIBUÍDOS NO VAREJO DE SANTA MARIA | 173 |
| A OCORRÊNCIA DA RECIPROCIDADE ENTRE ATORES DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: O CASO DA FEIRA DO PRODUTOR DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO-RS | 179 |
| AS FEIRAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E A CONSTRUÇÃO DE REFERENCIAIS DIFERENCIADOS DE ALIMENTAÇÃO: O CASO DA FEPRAF | 185 |
| SABERES E SABORES: O CÓDIGO SANITÁRIO DA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL COMERCIALIZADOS NO FEIRÃO COLONIAL DE SANTA MARIA/RS | 190 |



APRESENTAÇÃO

Os Anais do I Colóquio “Extensão Rural e Desenvolvimento” são a materialização de uma nova experiência no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Idealizado e promovido pelos estudantes de pós-graduação desse programa, como parte das atividades da disciplina Seminários II, se constituiu como um espaço para o diálogo e trocas de experiências de pesquisa que enriquece o ambiente de comunidade científica que congrega o curso. Afinal, por mais solitário que seja preparar e conduzir uma pesquisa, os quadros explicativos, teóricos e metodológicos são produções coletivas, na medida em que envolve o conhecimento acumulado no campo científico. Animar, portanto, um processo de debate entre pesquisadores (as) é um dos requisitos para a produção de conhecimento científico, pois permite a aquisição de capacidades e estimula a construção de questões e enunciados.

O I Colóquio, realizado entre os dias 6 a 9 de novembro de 2018, pensado inicialmente como uma atividade para estimular o debate interno ao Programa, se transformou em um evento regional. A abrangência do evento é confirmada pelas inúmeras mesas de debate que fizeram parte de sua programação, bem como pela amplitude das temáticas abordadas, trazendo discussões atuais como alimentação saudável, identidades sociais, políticas públicas para a agricultura familiar, conjuntura agrária atual e discussões preliminares sobre o censo agropecuário 2017.

Além disso, são vários os trabalhos científicos de outros programas de pós-graduação, de outras instituições e de discentes de iniciação científica que fazem parte destes Anais, como o (a) leitor (a) poderá testemunhar. A qualidade dos textos e a amplitude dos temas tratados não deixa dúvida sobre a importância que esse evento teve (e tem) para a Pós-Graduação em Extensão Rural e a Universidade Federal de Santa Maria. Os Grupos de Trabalho (GT's), que organizaram os debates dos textos, procuraram problematizar os mesmos com um documento síntese, resultado de uma leitura prévia dos artigos recebidos, como forma de aprofundar as questões que norteavam as questões. Essa metodologia permitiu que os Grupos não fossem somente um espaço em que cada apresentador (a) usa seu tempo para expor o seu trabalho, senão envolveu os (as) expositores (as) em todos os debates, uma vez que mapeou as questões centrais entre comuns ou não.

Como o (a) leitor (a) poderá acompanhar nestes Anais, a experiência do I Colóquio “Extensão Rural e Desenvolvimento” foi muito positiva. Espero que ela possa se tornar um evento perene no Programa a animar as inquietações de jovens pesquisadores (as) ávidos (as) por desnaturalizar o mundo com seus espíritos inquietos.

Uma boa leitura a todos (as).

Marcos Botton Piccin – Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural no ano de 2018.

PROPOSTAS DAS MESAS DE DEBATE E PROGRAMAÇÃO

Mesa de abertura: Perspectivas sobre o rural brasileiro

O objetivo dessa mesa é apresentar aos participantes do evento quais são os principais pontos que a entidade e movimentos sociais têm debatido e atuado, sobre o cenário atual e o futuro do campo brasileiro. A metodologia será de falas expositivas dos componentes da mesa, com posteriores questionamentos do público, considerações e finalização dos componentes da mesa.

Mediador: Prof. Marcos Piccin (UFSM) e Jana Rossato Gonçalves (Discente PPGExR)

Palestrantes: Cedei Oliveira/MST; Rosiéle Luttko/MPA; Rodrigo Mariano (Estudante Indígena da UFSM); Carlos Joel da Silva/FETAG RS; Rui Alberto Valençá/ FETRAF/RS.

Mesa 1 - Alimentação saudável e impérios agroalimentares

Se entendermos alimentação como expressão cultural, percebemos que a criação de padrões alimentares sustentados por um sistema agroalimentar globalizado fortalece e mantém os aspectos da colonização. Por isso, aflora-se uma série de indagações sobre as alternativas viáveis para garantir o acesso de todas as pessoas a uma alimentação de qualidade. Dessa forma, esta mesa tem como objetivo debater sobre as causas que sustentam os impérios agroalimentares e como estes afetam a nossa autonomia local, assim como debater sobre as alternativas que fortaleçam a soberania alimentar, sejam estas as práticas de produção agroecológicas, os sistemas de distribuição local, como os casos das feiras livres, os CSA's, a distribuição de cestas, etc., assim como aspectos legais que inferem sobre a autonomia dos agricultores nos processos produtivos e de comercialização, com as leis de comercialização direta, os processos de certificação e o projeto de lei 6299/02 que coloca em risco à saúde toda a população.

Mediadora: Gisele Guimarães (UFSM)

Palestrantes: Janaína Balk Brandão (UFSM); Gustavo Pinto da Silva (UFSM/PoliFeira); Carmem Etel da Silva (Feira Ana Primavesi); Tatiana Aparecida Balem (IFFar/Julio de Castilhos); Juan Marcel Frighetto (IFFar/São Vicente do Sul).

Mesa 2 - Identidades sociais no contexto rural brasileiro

Esta mesa pretende proporcionar diálogo e reflexão coletivos sobre questões de identidades e direitos sociais associados à complexa heterogeneidade social da realidade rural brasileira. Para tanto, os integrantes da mesa são chamados a identificar e analisar características das identidades sociais expressas no rural brasileiro através dos questionamentos de normas, padrões, hierarquias, discriminações e invisibilidades, bem como identificar e analisar as condições de valorização e manutenção de direitos associados às categorias de gênero, geração, raça/etnia e os conflitos decorrentes nos âmbitos de famílias, instituições, comunidades e sociedade. Busca-se um debate centrado na diversidade de identidades sociais no rural contemporâneo e, sobretudo, apontamentos sobre limites e possibilidades analíticas para avanços na pesquisa social nesse campo.

Mediador: José Marcos Froehlich (UFSM) e Patrícia Rejane Froelich (Discente do PPGExR)

Palestrantes: Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM); Joel Orlando Beviláqua Marin (UFSM); Carlise Schneider Rudnicki (UFSM); Sandro Luckmann (COMIN)

Mesa 3 - Censo Agropecuário 2017

Propõe-se uma breve explicação sobre o que é o censo agropecuário e a metodologia empregada na coleta de dados a fim de compreendermos sua legitimidade. Uma comparação com



o último censo e a importância do mesmo para se visualizar o retrato do campo brasileiro, e dentro do atual cenário político como esse mesmo retrato pintado pelo censo atual pode ser modificado com as eleições de outubro. Questões referentes à expansão da fronteira agrícola, problema da sucessão no meio rural, onde se concentram às mulheres no campo, expansão do cultivo de orgânicos, o perfil do trabalhador rural, os neo-rurais, concentração de terra e como o censo pode ser utilizado na validação de teorias que objetivem compreender a dinâmica do mundo rural contemporâneo também serão abordadas. Quais mudanças os palestrantes vislumbram para a conjuntura futura do campo brasileiro.

Mediador: Prof. José Geraldo Wizniewsky (UFSM) e Rayan Sacriot Vargas (Discente PPGExR)

Palestrantes: Pedro Selvino Neumann (UFSM); Antonio Carlos Simões Florido (IBGE)

Mesa 4 - Perspectivas e projetos no campo brasileiro: conjuntura agrária atual

Em meio a um cenário de desmonte de políticas e projetos para o campo, o aumento dos conflitos, o aumento da pobreza e a volta da fome ao país, os debates sobre o papel do rural brasileiro nesse cenário voltam a centralidade da pauta social e da academia no Brasil. Nesse sentido, o intuito da mesa de debate aqui proposta passa por fazer uma análise do processo de luta pela terra no Brasil, a formação do atual cenário agrário brasileiro e quais as perspectivas futuras no cenário mais próximo e distante para o desenvolvimento rural. Assim, propomos aos debatedores que possam fazer uma análise em torno desses pontos, trazendo questões que possam instigar aos pós-graduandos/as em suas dissertações, teses e análises e intervenções.

Mediador: Prof. Marcos Piccin (UFSM) e Régis Trentin Piovesan (Discente PPGExR)

Palestrantes: Everton Lazaretti Picolotto (UFSM); Benedito Silva Neto (UFFS/Cerro Largo).

Mesa 5 - Políticas Públicas para a agricultura familiar: críticas e perspectivas para o futuro

Devido à conjuntura política essa mesa propõe o debate sobre a importância das políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e pretende instigar o debate sobre os rumos dessas políticas no cenário nacional, as consequências de cortes de verbas para o seu desempenho e se há possibilidades de continuidade. Através do debate pretendemos que se realize uma leitura crítica das políticas desenvolvidas, apontando sua efetividade, eventuais falhas, casos de sucesso e perspectivas futuras. Se possível, trazer à tona informações e dados sobre a continuidade ou não das políticas públicas na atualidade para discutir estratégias futuras para a agricultura familiar. Entendemos também que seria fundamental para a discussão analisar as formas de superação das dificuldades impostas pela conjuntura pelos movimentos sociais do campo e apontar possíveis caminhos para auxiliar na organização social em torno das suas demandas.

Mediador: Vicente Celestino Pires Silveira (UFSM)

Palestrantes: Alisson Vicente Zarnott (UFSM); Renato Souza Santos (UFSM); Silvia Aparecida Zimmermann (UNILA)



**TRABALHOS APRESENTADOS DURANTE O I COLÓQUIO
“EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO”**

Grupo de Trabalho Nº 1-Agroecologia e Sistemas Agroalimentares

Mediador:

José Geraldo Wizniewsky

Coordenador:

Jayme Bezerra de Menezes Neto

A Agroecologia é um campo de conhecimento que reúne um conjunto de princípios, práticas e processos aplicados ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis e à reestruturação do sistema agroalimentar com base em princípios de sustentabilidade e justiça social. Logo, na Agroecologia, os sistemas de produção de base ecológica devem ser desenhados, manejados e estudados de forma a integrar as diferentes áreas do conhecimento e saberes, considerando as dimensões social, econômica, ecológica, política, cultural e ética. Enquanto ciência, a Agroecologia constitui as bases para a formação de agriculturas sustentáveis, respeitando os saberes tradicionais e o meio ambiente. Deste modo, a Agroecologia é promotora de processos para o Desenvolvimento Rural Sustentável e, para tanto, torna-se fundamental o uso de metodologias participativas nas pesquisas e trabalhos de assistência técnica e extensão rural. Nesse contexto, o objetivo principal do Grupo de Trabalho 1 – Agroecologia e Sistemas Agroalimentares é debater sobre as diferentes abordagens (teórico- metodológicas e políticas) que envolvem a construção do conhecimento agroecológico, num processo de discussão, análise e apresentação de experiências empíricas e marcos conceituais e metodológicos a respeito da Agroecologia. Esperamos, assim, que o GT contribua para a Construção do Conhecimento Agroecológico e que seja um espaço de reflexão para as diversas temáticas que envolvem a Educação em Agroecologia, Segurança e Soberania Alimentar, Sistemas Agroalimentares, Agricultura Familiar e Campesinato, conservação e manejo da sociobiodiversidade, resiliência socioecológica, manejo de agroecossistemas, transição agroecológica, Agricultura Orgânica, agrotóxicos e transgênicos, agriculturas urbana e periurbana, entre outras.



ANÁLISE DIALÉTICA SOBRE ALIMENTAÇÃO DAS CLASSESSOCIAIS

MINUZI, Gabrielle. (Autora) Tecnóloga em Gastronomia (UNISC); Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (PPGEPT/UFSM) - gabrielleminuzi@gmail.com

POMMER, Roselene (Orientadora) Doutora em História. PPGEPT/CTISM/UFSM – roselenepommer@ctism.ufsm.br

Grupo de Trabalho Nº 1-Agroecologia e Sistemas Agroalimentares

RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados iniciais sobre as diferenças de alimentação entre as classes sociais brasileiras. O objetivo é verificar a existência, ou não, de relações entre o que é consumido, e as classes sociais opostas entre si. A partir de um contexto social dialético e tendo como foco o trabalhador, questiona-se sobre o que é comer e beber bem para um trabalhador? O estudo visa compreender a questão da qualidade do alimento que é consumido em relação as diferentes classes sociais, consequência da estrutura social capitalista, polarizada entre burguesia e proletariado. Como metodologia, utilizou-se a abordagem dialética dos fatos, tendo como ferramenta a análise documental de relatórios técnicos, artigos de periódicos e livros. Através desta análise, buscar-se-á observar, em termos nutricionais, se a qualidade dos alimentos que os trabalhadores ingerem é inferior ou não aos alimentos ingeridos pela classe proprietária dos meios de produção. O ato de comer, enquanto condição biológica e social é necessária para a preservação da vida. Ele se caracteriza, também, pelo sistema produtivo e distributivo do modelo socioeconômico. Por isso, buscar-se-á, também, compreender a razão da produção significativa de alimentos e da paradoxal existência da fome endêmica e da disparidade de acesso aos alimentos por boa parte dos trabalhadores. Metodologicamente se supõe ser possível estabelecer se a produção de alimentos é vista apenas como mercadoria a ser consumida, ou se ela tem uma finalidade social. Nesta mesma direção, se pode verificar a relação possivelmente existente entre a má alimentação, a desnutrição e as doenças a elas correlatas, pois, mesmo se utilizando de técnicas produtivas avançadas, pode ocorrer que alimentos processados não sejam nutritivos como prometem ser.

Palavras-chave: Dialética Social, Alimentação, Capitalismo

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Marx (2011), as classes sociais estão ligadas diretamente ao conceito de sociedade. Existem as classes dominantes e aquelas que são dominadas. Essa condição social reflete diretamente no modo de vida dos indivíduos e na maneira como eles constroem suas subjetividades. Indica, também, as formas desiguais de acesso a alimentação e, especificamente, a existência de classes que produzem para que outras consumam.

Neste sentido, no sistema capitalista, impõe-se uma ordem para que seja produzido uma quantidade de alimentos superior àquela necessária para a nutrição das famílias produtoras, ou seja, para a ordem da economia de mercado. A alimentação, então, reflete a dialética social das diferenças entre as classes.

Segundo a Organização das nações Unidas:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e

Os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (ONU, 1948).

A alimentação trata das necessidades básicas do ser humano e deve ser relevante como tal. A ação de alimentar-se vai além da nutrição do corpo, é um ato sociopolítico, pois é a partir dele que as pessoas se unem para fazer as refeições e estabelecem relações. Isto percorre desde a escolha do alimento, até sua forma de preparo e seu estilo alimentar está intimamente ligado com fatores sociais e também sensoriais.

Assim, esse trabalho pretende apresentar um estudo exploratório reflexivo sobre as diferenças de alimentação entre classes sociais. Considerando-se a ideia de classes propostas pelo materialismo dialético, buscar-se-á refletir sobre questões relativas a melhoria nos hábitos alimentares e na qualidade de vida dos trabalhadores.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta uma abordagem dialética. O fato a ser analisado é a questão das diferenças apresentadas pela alimentação das classes sociais, como decorrentes da contradição econômica existentes entre elas. Para esta análise utilizou-se como referência teóricos marxistas que investigaram a temática sobre a alimentação das diferentes classes sociais. O estudo apresenta de maneira investigativa alguns conceitos que reforçam a luta de opostos, por meio de registros e relatos em livros.

3 DESENVOLVIMENTO

Atualmente, existem diversos movimentos políticos inseridos na alimentação, podendo-se citar o crudivorismo e o veganismo, que pregam uma alimentação sem consumo de produtos de origem animal. De acordo com a Associação Vegetariana Portuguesa, crudivorismo é a filosofia segundo a qual a maior parte ou toda a dieta de uma pessoa deve ser composta por alimentos não cozidos. A tendência dos crudívoros, nos últimos anos, tem sido a ênfase ao consumo de pelo menos 80% do consumo de comida crua (por volume), em vez de 100%.

Em oposição a essa proposta, o fastfood tem se destacado pela transformação dos hábitos alimentares, em função da praticidade e da agilidade das refeições, sem a promoção de reflexões sobre o que está sendo consumido. As mudanças promovidas por essa nova forma de alimentação e de se fazerem as refeições, contribuiu para a elevação dos índices de obesidade e de graves problemas de saúde, considerando-se a má qualidade dos alimentos consumidos, em sua maioria ricos em gorduras e carboidratos.

Por isso, o movimento slowfood surgiu em oposição ao fastfood, defendendo uma alimentação saudável, a partir do conhecimento de quem produz o que se consome e da valorização da agricultura familiar, estabelecendo relações interpessoais com os responsáveis por prover o alimento consumido.

O movimento slowfood surgiu na década de 1980, na Itália e, a partir de então, tornou-se um movimento internacional, ativo em mais de 150 países e contando com milhares de associados. No Brasil, este movimento é crescente e conta com produtores de todo país, que lutam em prol de uma alimentação saudável, que respeita as condições do solo e que leve em consideração a sazonalidade e o tempo de desenvolvimento de cada alimento.

A agricultura familiar tem se associado a esse movimento, com a proposta de fornecer alimentos livres de agrotóxicos e de transgênicos, respeitando o meio ambiente, a partir da ideia de coletividade e de sustentabilidade. Tem como objetivo, também, a consideração sobre os ciclos do meio ambiente e a relação direta entre homem e natureza, resultando disso um alimento de qualidade nutricional superior.

Considera-se, então, que esses movimentos corroboram com a forma com que nos alimentamos e com o conjunto de decisões de cunho social e político presentes no ato de alimentarmo-nos, ou seja, com o privilégio de podermos, ou não, escolher os alimentos. Assim, o poder aquisitivo para possuir determinado alimento, tal como a quantidade de refeições que o indivíduo fará durante o dia, a qualidade do alimento consumido e a posteriori ingerido, indicam a classe social a qual o indivíduo se insere. Por isso, a necessidade de refletirmos sobre o exagerado consumo de carne e de produtos de origem animal, seus elevados valores e o fato desses alimentos serem considerados prioridades entre algumas classes. A relação do consumo de proteína animal como principal fonte de energia e o custo deste produto, determina também, a classe social a qual o consumidor insere-se e são exemplos das diferenças sociais presentes nos hábitos alimentares.

Norbert Elias identificava essa questão ao refletir sobre a sociedade europeia do medievo.

O consumo de carne pela classe mais baixa, os camponeses, é também com frequência muito limitado – não por necessidade espiritual ou por renúncia voluntária por causa de Deus ou do além, mas por mera escassez. O gado é caro, e por isso mesmo, destinado durante longo período apenas as mesas dominantes. (1990, p.125).

Esse dado histórico é um indicativo do quanto os hábitos alimentares podem apontar para as diferenciações de classes.

O Ministério da Educação (MEC, 2007) aponta que a questão religiosa também possui influência nos hábitos alimentares da população brasileira, visto que determinadas religiões permitem o consumo de determinados tipos de carnes, enquanto outras as consideram culturalmente nocivas. Além disso, os chamados tabus alimentares, muitos deles folclore, também influem sobre os hábitos alimentares. Exemplo disso são os riscos à saúde que popularmente são atribuídos a ingestão de alimentos diferentes, como manga com leite. Dentro destes tabus também pode-se observar porque em algumas religiões é proibido o consumo de carne bovina, e em outros lugares se consome grilos ou carne de gato e cachorro, algo que para determinadas culturas é normal. Muito embora nutricionalmente o consumo de insetos possa ser benéfico, para a cultura ocidental é visto com estranheza e repúdio. A antropoentomofagia, termo usado para definir a ingestão humana de insetos, sobrevive em diversos países desde a antiguidade, mas atualmente é marginalizada ou esquecida pela maior parte da população (LINASSI, 2011), mesmo sendo praticada em mais de 100 países, onde o consumo de insetos é, inclusive, superior ao consumo de carne de gados e aves.

Existem muitos produtos comestíveis, porém o que determina o que será tratado e consumido como alimento saudável e socialmente aceito são fatores culturais tradicionais e econômicos. Comer também é um ato social, haja vista as relações entre indivíduos em volta de uma mesa para realizar suas refeições, ou a maneira como eram feitos os banquetes nos palácios medievais e o fato de que qualquer cerimônia relevante, envolvia refeições. Elias reflete sobre a comensalidade:

Embora os fenômenos humanos – sejam atitudes, desejos ou produtos da ação do homem – possam ser examinados em si, independentemente das suas ligações com a vida social, eles, por natureza, nada mais são que concretizações de relações e comportamento, materialização da vida social e mental. (1990, p.124).

Nessa perspectiva, é possível reforçar como a temática alimentar é perpassada pelas práticas culturais de dada sociedade, estando intimamente ligada a fatores objetivos e subjetivos. A variedade de hábitos alimentares, numa esfera global, tem em comum a necessidade da saciação do corpo e da mente. Todavia, a problemática da fome evidencia a

contradição entre quem pode comer por prazer e escolher seu alimento, e quem não tem a opção de sequer se alimentar de forma digna.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como a indústria manipula as informações em detrimento de um ou outro produto e os mecanismos midiáticos usados para gerar o desejo de consumo produzem a fetichização sobre certos alimentos. Direciona os desejos alimentares para produtos que muitas vezes não são saudáveis e que, a longo prazo, podem causar doenças. Em geral a mídia mostra o alimento de forma apelativa, associando-o ao prazer e não estimulando a reflexão sobre a sua composição química ou nutricional, por exemplo.

Em decorrência disso, se faz necessário trabalhar e aplicar uma educação alimentar que promova a consciência em relação a hábitos saudáveis, os quais poderão melhorar a qualidade de vida e influir na sustentabilidade, sabendo-se que quanto mais alimentos industrializados forem produzidos/consumidos, maior será o impacto para o ambiente.

A educação nutricional tradicional tem se concentrado nos efeitos dos nutrientes sobre a população e como são armazenados e preparados os alimentos. Mas a nutrição também depende do acesso a alimentos e, portanto, precisa incluir os indivíduos como produtores e partícipes de relações sociais desiguais. Na maioria das sociedades contemporâneas, inclusive naquelas onde muitos passam fome, existe na realidade, um grande potencial para a produção necessária de alimentos. No entanto, a distribuição da produção, a libertação dos potenciais e a maneira como se dá o controle sobre os recursos produtivos são definidos pela estrutura da sociedade (Valente, 1986).

Ao final da década de 1960, a Organização das Nações Unidas (ONU) concluiu que a fome era um dos problemas mais alarmantes a ser combatido. No período do pós Segunda Guerra Mundial, foram introduzidas nos países subdesenvolvidos, novas técnicas agrícolas, provindas de países industrializados. Era a “Revolução Verde” a defender a utilização de sementes, fertilizantes, pesticidas e o uso de variedades genéticas dependentes de insumos químicos. Esta revolução mudou estrategicamente a forma de distribuir e conservar os alimentos. No entanto, estas medidas não resolveram a questão da fome, tampouco melhoraram a qualidade dos alimentos. Antes sim, contribuiu para impulsionar a indústria de alimentos, os quais passaram a ser produzidos de forma exacerbada e, devido a utilização de fertilizantes e pesticidas, tiveram seu tempo de vida útil prolongado.

De acordo com a Food and Agriculture Organization (FAO), enquanto 842 milhões de pessoas sofrem de fome crônica no mundo, outras morrem ou sofrem os efeitos nocivos de uma nutrição inadequada causadas pela produção capitalista. Cerca de 2 bilhões de pessoas são afetadas pela deficiência de micronutrientes, cerca de 7 milhões de crianças morrem antes do seu quinto aniversário todo ano, e 162 milhões de crianças menores de cinco anos são raquícticas.

A partir destas informações, observa-se um paradoxo: quanto mais tecnologia é aplicada a produção de alimentos, maior é o número de indivíduos sem acesso a uma alimentação digna. Ainda segundo a FAO, as causas da nutrição inadequada são muitas e estão intimamente relacionadas as limitações fundiárias, sanitárias e culturais. No entanto, a causa principal da fome é a pobreza. Nos países pobres, a concentração de riqueza e poder nas mãos de uma pequena parcela da população, acentua a situação de má alimentação e de problemas de saúde. A indústria tem papel importante para aumentar o abismo entre alimentos de qualidade e de alimentos processados, pois os produtos mais disponíveis no mercado, aqueles de fácil acesso, são os de menor qualidade nutricional e, portanto, de menores preços. Isto apenas faz crescer os índices de obesidade, principalmente na infância, pois essa é a fase da vida em que se deveria adotar valores alimentares nutritivos e variados.

Para tanto, Valente ressalta a importância do educador profissional, ao afirmar que

Num país com sérias intenções de equacionar o acesso aos recursos, geralmente um número de organizações populares dirigidas por partidos políticos, ou grupos de interesses específicos, que são usadas para desenvolver a população através da educação informal. O educador nutricional descobrirá tais organizações populares junto a instituições de educação formal e meios de comunicação são bons recursos para a promoção de informações em nutrição. A nível social mais amplo, o educador nutricional deveria ser encorajado a influenciar a política econômico-social em direção a mudanças que promovam o bem-estar social. (1986, p. 21)

Tais reflexões só reforçam a ligação entre as desigualdades sociais e a distribuição de alimentos. Interesses políticos e econômicos mantêm este ciclo de domínio, com a indústria oferecendo alimentos que, muitas vezes, não contemplam nutricionalmente as necessidades humanas, mas seu baixo custo e praticidade fazem deste alimento os mais consumidos.

O conceito de alimento-mercadoria é compreendido a partir de Marx (2011), quando este faz referência a economia de subsistência. A partir do momento em que o homem passa a produzir além das suas necessidades, se condiciona ao mercado, vende sua produção e, consequentemente seu trabalho, para que outro, com maior poder aquisitivo, consuma. Valente corrobora com Marx, ao afirmar que

A fome/desnutrição, portanto, não seria, dentro desta abordagem o resultado “natural” da interação de uma multiplicidade de fatores com um hospedeiro. Seria, isto sim, a manifestação a nível do corpo da classe trabalhadora da exploração econômica e consequente privação social a que ele é submetido sob o modo de produção capitalista. Portanto, a fome/desnutrição tem uma história social e é somente através do entendimento desta que poderemos efetivamente erradicar a fome. (VALENTE, 1986, p. 77)

Essa explicação reforça o paradoxo entre a produção exacerbada de alimentos, e a miséria e a fome que assolam uma parte significativa da população mundial, relação ilógica, mas enraizada na sociedade contemporânea pelo sistema produtivo capitalista. Possivelmente esta temática encontraria alguma alternativa se a educação nutricional fosse abordada, pois os projetos pedagógicos da educação básica, em sua maioria, não abordam a necessidade de saber se alimentar.

As problemáticas que envolvem as questões alimentares são complexas e vão desde o desperdício dos alimentos, ao saneamento básico e ao tratamento da água, elementos básicos para fazer qualquer refeição. Para superá-las, são necessárias novas formas de conter os excessos e, de outra parte, o desenvolvimento de políticas públicas que permitam a todos os indivíduos o acesso a alimentos de qualidade.

No caso brasileiro, abordagens sobre questões alimentares expõem os conflitos entre classes sociais de interesses opostos: trabalhadores que vivem do seu trabalho e proprietários dos meios de produção. Observa-se daí, que o campo alimentar evidencia uma maioria trabalhando para manter a poucos. A pesquisa realizada pretendeu apontar chamar a atenção sobre essa distinção, ou seja, a distinção entre alimentação, sua qualidade e variedade, e como os fatores sociais estão diretamente associados à distribuição e o acesso ao alimento.

REFERÊNCIAS

- ALIMENTO MERCADORIA. Saúde Soc. São Paulo, n.2, p.505-515, 2016.
Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n2/1984-0470-sausoc-25-02-00505.pdf>
Acesso em 02 out. 2018.
- Associação Vegetariana Portuguesa. **21 novas dietas veganas crudívoras.** Disponível em: <https://www.avp.org.pt/nutricao-e-saude/dietas-veganas-crudivoras/>. Acesso em: 07 out. 2018.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Alimentação e nutrição no Brasil.** Disponível em <https://www.mec.gov.br/>. Acesso em 03 out. 2018.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em <http://www.fao.org/home/en/>. Acesso em 05 out. 2018.
- LINASSI, R. **Antropoentomofagia: alimentação exótica ou alternativa?** Disponível em: <http://www.waldemarguimaraes.com.br/2011/06/12/>. Acesso em 10/10/18.
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 07 out. 2018.
- NORBERT, E. **O processo civilizador.** Ed.1994. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994
- ROMEIRO, E. T; OLIVEIRA, I, D; CARVALHO, E. F. **Insetos como alternativa alimentar.** Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade Vol. 4 no 1 – setembro de 2015, São Paulo: Centro Universitário Senac. Disponível em <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistacontextos/wp-content/uploads/2015/10/54 CA artigo ed Vol 4 n 1 15 2.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.
- Slow Food Brasil. **A revolução com os alimentos.** Disponível em <https://www.slowfoodbrasil.com/textos/noticias-slow-food/459-a-revoluo-com-os-alimentos-slow-food-itlia-comemora-25-anos>. Acesso em:05 out. 2018.
- VALENTE, F. L. S. **Fome e desnutrição, determinantes sociais.** Ed.1986. São Paulo: Cortez,1986.

CONTRIBUIÇÕES DO RETORNO DE ENERGIA INVESTIDA (REI) PARA A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EM AGROECOSSISTEMAS

MENEZES NETO, Jayme Bezerra de, Eng. Agrônomo, Doutorando em Extensão Rural. UFSM.
jaymebmneto@gmail.com

Grupo de Trabalho 1: Agroecologia e Sistemas Agroalimentares

RESUMO: A pesquisa apresentada neste trabalho pretende avaliar a sustentabilidade dos agroecossistemas a partir de uma visão multidimensional sobre as dinâmicas socioecológicas e biofísicas dos agroecossistemas. Para tal, utilizará o Marco de Avaliação de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS) em conjunto com o conceito de Metabolismo Social, que é o estudo das relações entre Sociedade e Natureza. Portanto, o objetivo geral do trabalho é analisar como as informações adquiridas pelo Retorno de Energia Investida (REI) poderão contribuir para a qualificação das informações produzidas mediante a aplicação do marco de avaliação MESMIS. Para isso, será necessário medir a Produtividade Primária Líquida (NPP) do agroecossistema estudado, assim como estudar o balanço energético do sistema a partir da análise da relação entre o rendimento energético dos insumos externos, a reutilização da biomassa no interior do sistema e o total de insumos consumidos. Com isso, pretende-se avaliar a possibilidade de qualificação das informações obtidas sobre a sustentabilidade do agroecossistema através do MESMIS, quando incorporados os parâmetros referentes aos REIs.

Palavras-chave: Agroecologia; Metabolismo social Agrário; MESMIS.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma proposta de pesquisa que busca ampliar os conhecimentos sobre os impactos das práticas humanas na sustentabilidade dos agroecossistemas¹ e, para isso, propõe um estudo a partir da análise sobre as formas em que o meio ambiente é afetado pelas práticas sociais no meio rural, especificamente, nas atividades agrícolas e suas diferentes formas de efeitos socioambientais refletidos pelos processos de inter-relação entre a Sociedade e a Natureza.

Nesse sentido, percebe-se que avanços metodológicos de sistemas de indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas têm grande potencial para guiar ações estratégicas de Assistência Técnica e Extensão Rural, assim como para subsidiar a formulação de Políticas Públicas mais adequadas aos processos de desenho e construção de agroecossistemas complexos e mais sustentáveis.

De tal modo, esta pesquisa buscará aprimorar formas de análise de sistemas de manejo de recursos naturais e processos agrícolas visando à recuperação e conservação dos recursos naturais, bem como buscará uma maior valorização da população campesina e dos serviços ambientais. A avaliação da sustentabilidade de agroecossistemas tem sido um desafio que adquire grande importância, especialmente, quando se busca soluções para as deteriorações

¹ Agroecossistemas são ecossistemas agrícolas que têm como objetivo básico a manipulação dos recursos naturais com vistas a otimizar a captura da energia solar e transferi-la para as pessoas na forma de alimentos, combustíveis ou fibras. Além disso, nos agroecossistemas, o homem é um componente ativo, que organiza e faz a gestão dos recursos do sistema (HECHT, 1991).

ambientais e problemáticas socioeconômicas no espaço rural. Portanto, sistematizar experiências de trabalho nessa área fornece elementos de análise e ferramentas metodológicas que ajudam a ampliar a visão multidimensional sobre as dinâmicas socioecológicas e biofísicas dos agroecossistemas.

Neste sentido, cabe destacar, por exemplo, o Marco de Avaliação de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS), que tem se mostrado uma ferramenta metodológica bastante flexível e capaz de incorporar outros instrumentos de estudo. De acordo com Ortiz e Astier (2003) o MESMIS é uma metodologia para avaliar a sustentabilidade dos sistemas de gestão de recursos naturais, sendo uma ferramenta de construção permanente. Sua estrutura é adaptável a diferentes condições e parte de uma abordagem sistêmica e multidimensional. Essa metodologia foi desenvolvida no México para auxiliar nas avaliações de sistemas de produção camponeses (MASERA et al., 1999). Conforme aponta Verona (2008), a avaliação da sustentabilidade de agroecossistemas a partir do MESMIS permite uma busca ativa pela sustentabilidade da agricultura familiar, unindo de forma didática e participativa as esferas econômicas, sociais e ambientais. Com a finalidade de fortalecimento dos agroecossistemas na perspectiva da sustentabilidade, a adoção desta metodologia determina que a percepção dos atores envolvidos passe a assumir um papel relevante.

Contudo, é importante enfatizar que os sistemas de produção agrícolas têm sido frequentemente questionados em função do uso intensivo da energia. Sobre esse tema, Pimentel e Pimentel (2005) afirmam que uma das formas mais adequadas para avaliar o nível da relação entre a produção e o consumo da agricultura é a análise de seus fluxos de energia associada às diversas atividades realizadas nos sistemas. De acordo com esses autores, ao serem consideradas as entradas e saídas de energia de um determinado sistema agrícola, “a eficiência energética pode ser grandemente melhorada quando se entende como a energia flui através do sistema” (PIMENTEL; PIMENTEL, 2005, p.7). Portanto, a sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas exige como característica central a necessidade de se alcançar “balanços agroenergéticos positivos, sendo necessário compatibilizar a relação entre produção agropecuária e o consumo de energias não renováveis.” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 77).

Seguindo uma linha de pensamento complementar, o aporte teórico-metodológico do Metabolismo Social propõe a construção de uma análise da relação entre a Sociedade e a Natureza. De acordo com González de Molina e Toledo (2011, 2014), a partir desse enfoque sistêmico, é possível estudar aspectos profundos da (in) sustentabilidade de agroecossistemas. Segundo esses autores, trata-se do estudo “das relações entre Sociedade e Natureza que descreve e quantifica os fluxos de matéria e energia intercambiados entre conglomerados sociais e o ambiente natural” (GONZÁLEZ DE MOLINA; TOLEDO, 2011, p.62). No entanto, quando o enfoque metabólico é voltado ao campo da agricultura, este é denominado de Metabolismo Social Agrário (MSA), que implica na parte do metabolismo social especializada em estudar os fluxos biofísicos que mantêm a geração de biomassa e serviços ambientais (GONZÁLEZ DE MOLINA; TOLEDO, 2011). Em outras palavras, refere-se aos intercâmbios de energia, materiais e informações estabelecidos pelo setor agrário da sociedade com o seu ambiente socioecológico (TOLEDO, 2008).

A partir desta perspectiva analítica, outras pesquisas foram desenvolvidas referentes à dinâmica energética dos agroecossistemas, possibilitando um grande avanço metodológico para quantificar os fluxos de matéria e energia, seja no interior dos próprios agroecossistemas, entre os sistemas agrários e o meio ambiente natural, mas também entre o setor agrário com os outros setores da sociedade. Dessa forma, esse enfoque considera os agroecossistemas como uma teia energética e, com essa perspectiva complexa, contribui para descrever e

quantificar esses fluxos de matéria, energia e informações que circulam entre a sociedade e o

ambiente natural, valorizando as suas importantes funções ecossistêmicas. E, desta forma, o MSA apresenta novos embasamentos teórico-metodológicos que possibilitam avaliar aspectos biofísicos essenciais, capazes de permitir uma análise bioenergética de agroecossistemas, visando contribuir para a avaliação de sua sustentabilidade.

Nesse sentido, alguns pesquisadores conseguiram desenvolver ferramentas capazes de medir e comparar o Retorno de Energia Investida (REI) em distintos agroecossistemas, estudar o balanço energético² de sistemas produtivos agrícolas e analisar a relação entre o rendimento energético dos insumos externos, a reutilização da biomassa no interior do sistema e o total de insumos consumidos (TELLO et al., 2016). Logo, esse nível de análise sobre os perfis de energia na agricultura pode identificar com maior precisão fatores que limitam a dinâmica funcional e produtiva dos agroecossistemas e auxiliar na construção de indicadores que permitem avaliar e comparar diferentes níveis de sua sustentabilidade.

Portanto, o problema apresentado aqui está relacionado à necessidade de se criar uma solução metodológica para que os achados obtidos mediante a aplicação da ferramenta MESMIS possam ser ainda mais qualificados quando são incorporadas informações obtidas mediante o cálculo dos REIs, na medida em que são considerados os fluxos de energia e materiais que circulam nos sistemas agrícolas e agroindustriais estudados, e entre estes e os meios naturais a serem analisados.

Deste modo, a pergunta de pesquisa gira em torno de como a análise do balanço energético e a determinação do Retorno de Energia Investida (REI), assim como suas relações com o contexto do local estudado, podem contribuir para a qualificação das informações obtidas a partir dos indicadores compostos de sustentabilidade utilizados pelo MESMIS? Portanto, o objetivo geral do trabalho é: Analisar como as informações adquiridas pelo Retorno de Energia Investida (REI) poderão contribuir para a qualificação das informações produzidas mediante a aplicação do marco de avaliação MESMIS.

Para tanto, será necessário cumprir os seguintes objetivos específicos: a) Determinar e analisar os Retornos de Energia Investida (REI) dos sistemas de produção que serão estudados (processos agrícolas e agroindustriais); b) Aplicar a ferramenta metodológica MESMIS na avaliação da sustentabilidade dos agroecossistemas que serão pesquisados; c) Analisar a possibilidade de qualificação das informações obtidas sobre a sustentabilidade de agroecossistema familiares através do MESMIS, quando incorporados os parâmetros referentes aos EROIs.

2 METODOLOGIA

Para efetuar os cálculos sobre a eficiência energética dos sistemas produtivos estudados será realizada uma coleta de dados primários que permitam cumprir os objetivos propostos para a pesquisa. Logo, para cumpri-los, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos na produção, observação de campo e análises dos relatórios, anotações ou planilhas elaboradas pelos agricultores ou técnicos extensionistas que os acompanham e que contêm informações sobre as características dos sistemas de produção que serão estudados. Com isso, serão obtidas informações sobre o tipo de manejo e processos tecnológicos utilizados, variedades cultivadas, quantificação de insumos, utilização de força de trabalho e de mecanização, gasto de energia elétrica e a biomassa vegetal produzida, que também será decomposta em partes, levando-se em consideração a maneira como essas são

² Define-se balanço de energia como atividade ou instrumento destinado a contabilizar as energias produzidas e as energias consumidas em determinado sistema de produção (BUENO et al., 2000).

utilizadas. Contudo, também será necessária a obtenção de informações mais detalhadas sobre o sistema de produção e aspectos morfológicos das culturas agrícolas estudadas, sobre a quantificação de energia incorporada na biomassa e associada ao uso de determinados insumos, máquinas e manejos adotados, além de informações sobre conversão de energia (E) em trabalho (T), e vice-versa. Tudo isso será possível baseando-se em dados secundários, por meio de consultas à literatura específica sobre o assunto e trabalhos já realizados nesta área de pesquisa (AGUILERA et al., 2015; GUZMÁN et al., 2014; GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2015; TELLO et al., 2016).

Um dos levantamentos importantes será a quantificação da Produtividade Primária Líquida (NPP), ou seja, toda a biomassa vegetal produzida nos agroecossistemas estudados. Em seguida, a NPP será decomposta em distintas partes, diferenciando a biomassa apropriada pela sociedade humana (produto colhido, por exemplo, que alguns autores chamam de socializada) daquela que recircula dentro dos limites do sistema, que pode ser a biomassa reutilizada como insumo orgânico no próprio agroecossistema, as raízes, restos de cultura, etc.

Para efetuar os cálculos referentes à quantificação da PPN e dos REIs, serão necessários os índices de conversão que relacionam as diferentes partes da planta (raiz, parte colhida, parte aérea), obtidas a partir dos dados coletados em campo e em literatura específica. Segundo Guzmán et al. (2014), é importante decompor a PPN em diferentes partes para que seja possível analisar de maneira mais ampla a utilização da biomassa vegetal no sistema, a partir da aplicação das fórmulas de REIs propostos pelos autores.

A conversão de biomassa em energia bruta permite avaliação do retorno da energia investida no agroecossistema utilizando-se o REI (TELLO, et al., 2016). Alguns autores do campo da Agroecologia desenvolveram uma nova perspectiva metodológica que amplia o uso dos indicadores REIs, geralmente empregados para analisar a eficiência energética. Com isso, buscou-se medir a eficiência dos agroecossistemas na transformação da energia total que recebem (entradas externas e/ou entradas internas) e que é transformada em PPN, além de criar indicadores que mostram se a energia investida está melhorando a estrutura e os serviços ecossistêmicos (biodiversidade, arborização, equilíbrio climático, etc.) e, consequentemente, para uma avaliação da sua sustentabilidade, considerando a perspectiva agroecológica (GUZMÁN et al., 2014). Desta forma, algumas formulações foram desenvolvidas para analisar as relações desses fatores, para que, assim, os estudos ampliassem suas formas de análise dos agroecossistemas, como segue abaixo:

a) Retorno de energia investida da produção primária líquida real (REI_{PPN}):

$$\text{NPP}_{\text{act}} \text{ EROI} = \frac{\text{NPact}}{\text{TIC}} = \frac{\text{SVB} + \text{RuB} + \text{UB} + \text{AB}}{\text{RcB} + \text{EI}}$$

Onde $\text{TIC} = \text{Total de inputs consumidos} = \text{RcB} + \text{EI}$

Esse índice informa sobre a capacidade produtiva do agroecossistema, qualquer que seja a fonte da energia que recebe. Assim, em alguns sistemas modernos, os processos de degradação dos recursos naturais devem ser compensados pela incorporação de quantidades crescentes de energia para compensar a perda de capacidade produtiva dos agroecossistemas (GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2015).

Segundo afirmam Guzmán Casado e González de Molina (2015), os valores decrescentes de NPPact EROI de um agroecossistema ao longo do tempo indicam processos de degradação da capacidade produtiva. O contrário ocorreria com valores crescentes.

b) Retorno de energia investida agroecológico final (REI AGROECOLÓGICO FINAL):

$$\text{Agroecological Final EROI} = \frac{SB}{TIC}$$

Do ponto de vista ecológico, a SB (*biomassa socializada*) é o resultado não apenas da energia expressamente investida pela sociedade na operação do agroecossistema, mas também do que é realmente reciclado sem intervenção humana, isso indica que a Biomassa socializada envolve a energia utilizada pela Sociedade para o funcionamento do ecossistema agrícola e a biomassa que não é diretamente apropriada pela sociedade (SVB), nem a acumulada nas estruturas das plantas vivas, mas sim da que é reincorporada no agroecossistema. Desta forma, o REI AGROECOLÓGICO FINAL dá uma ideia mais precisa do investimento de energia necessário para obtê-la (GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2015). Portanto, do ponto de vista agroecológico, a relação entre esses indicadores é de grande interesse para os estudos sobre agroecossistemas. Por outro lado, a outra ferramenta metodológica que será aplicada na pesquisa será o Marco para a Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS), que deverá ser executada de forma participativa, abordando as dimensões ambiental, social e econômica, partindo da concepção de sustentabilidade identificada com as famílias agricultoras e com base nas referências teóricas que fundamentarão o estudo. Os Indicadores de Sustentabilidade Compostos serão construídos por meio de reuniões, entrevistas semiestruturadas, questionários, análises laboratoriais e observações de campo (VERONA, 2008). De acordo com Masera et al. (1999), os principais atributos considerados pelo MESMIS são: a produtividade, que é vista como capacidade de um agroecossistema de alcançar seus objetivos em um tempo determinado e se expressa em resultados como rendimentos, ganhos etc.; a estabilidade, que se relaciona com a capacidade de um agroecossistema manter, ao longo do tempo, seu funcionamento em níveis desejáveis; a adaptabilidade (ou flexibilidade), que refere-se à capacidade de um agroecossistema de encontrar novos níveis de estabilidade, mediante uma mudança do contexto interno ou externo à unidade produtiva; e a equidade, referente à capacidade do sistema em promover uma distribuição justa de seus benefícios.

Por fim, para cumprir todos os objetivos propostos para essa pesquisa, serão analisados os dados das duas ferramentas metodológicas e avaliada a complementaridade das duas, para assim serem verificadas as possibilidades de qualificação das informações obtidas mediante a aplicação do MESMIS através da incorporação de resultados obtidos pelos cálculos dos REIs. O local em que a pesquisa deverá ser realizada será definido em conjunto com o Professor Orientador do estudo, de acordo com as possibilidades e adequações à proposta metodológica.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, A., GUZMÁN, G.I., INFANTE-AMATE, J., SOTO, D., GARCÍA-RUIZ, R., HERRERA, A., VILLA, I., TORREMOCHA, E., CARRANZA, G., GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Embodied energy in agricultural inputs. Incorporating a historical perspective. **Working Paper of the Sociedad Española de Historia: Agraria** DT-SEHA 1507. 2015.
- BUENO, O. C.; CAMPOS, A. T.; CAMPOS, A. T. Balanço de energia e contabilização da radiação global: simulação e comparativo. In: Facultad Agronomia/CADIR. (Org.) **Avances en Ingeniería Agrícola**. Buenos Aires: Editorial Facultad de Agronomía, 2000. v.1. P. 477- 482.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.3, n.3, p.70-85, 2002.
- GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; TOLEDO, V. **Metabolismos, naturaleza e história**: hacia una teoría de las transformaciones socioecológicas. Barcelona: Icaria, 2011. 363p. (Perspectivas Agroecológicas, v. 7).
- GONZÁLEZ DE MOLINA, M., TOLEDO, V.M. **The social metabolism**: a Socio- Ecological Theory of Historical Change. New York: Springer, 2014. 349p.
- GUZMÁN, G. I., E. AGUILERA, D. SOTO, A. Cid, J. INFANTE, R. GARCÍA RUIZ, A. HERRERA, I. VILLA, M.; GONZÁLEZ DE MOLINA. Methodology and conversion factors to estimate the net primary productivity of historical and contemporary agroecosystems (I). **Sociedad Española de Historia Agraria**, 2014. 52p.
- GUZMÁN, G.I., GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Energy efficiency in agrarian systems from an agroecological perspective. **Agroecology Sustainable Food System**, v. 39, p.924–952, 2015.
- HECHT, S. B. La evolución del pensamiento agroecológico. **Agroecología y desarrollo**. Santiago: CLADES, 1991. p. 2-15.
- MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad y Manejo De Recursos Naturales**: el marco de evaluación MESMIS. México: Mundi-Prensa, 1999. 109p.
- ORTIZ, T. Á.; ASTIER, M. C... Sistematización de experiencias agroecológicas en Latinoamérica. **LEISA Revista de Agroecología**. Ocho estudios de caso – 2003
- PIMENTEL, D.; PIMENTEL, M. El uso de la energía en la agricultura una visión general. **LEISA Revista de Agroecología**. Junho/ 2005.
- TELLO, E., GALÁN, E., SACRISTÁN, V., CUNFER, G., GUZMÁN, G.I., GONZÁLEZ DE MOLINA, M., KRAUSMANN, F., GINGRICH, S., PADRÓ, R., MARCO, I., MORENO-DELGADO, D. Opening the black box of energy throughputs in agroecosystems: a decomposition analysis offinal EROI into its internal and external returns (the Vallès County Catalonia, c.1860 and 1999). **Ecologic Economic** v.121, 2016. p. 160–174.
- TOLEDO, V. M. Metabolismos rurales: hacia una teoría económico-ecológica de la apropiación de la naturaleza. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**. v.7, p.1-26, 2008.



VERONA, L. A. F. **Avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul.** 2008. 192p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS – Brasil.

AGROECOLOGIA, NUTRIÇÃO E SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

¹MELO, Luana Fernandes; Nutricionista (UNINASSAU), Bacharela em Agroecologia e Mestra em Ciências Agrárias - Agroecologia (UFPB) e Doutoranda no PPG em Extensão Rural (UFSM), luanaagroecologia@hotmail.com

² FROEHLICH, José Marcos; Engenheiro Agrônomo (UFSM), Mestre em Sociologia (UFRGS), Doutor em Ciências Sociais (UFRRJ) e docente no PPG em Extensão Rural e no PPG em Ciências Sociais (UFSM), jmarcos.froehlich@gmail.com

Grupo de Trabalho 1: Agroecologia e Sistemas Agroalimentares

RESUMO:

Na ciência da nutrição vem emergindo recentemente uma perspectiva não reducionista que busca compreender, em contextos sociais situados, sobre o que é uma alimentação adequada, equilibrada, nutritiva, segura e saudável e as vinculações sobre a procedência destes alimentos, de como são produzidos e disponibilizados para o consumo e os impactos que os sistemas agroalimentares apresentam ambiental, cultural e socioeconOMICAMENTE, implicando a noção de sustentabilidade na construção dos conhecimentos científicos da nutrição. Neste sentido, o objetivo do trabalho é apresentar as conexões lógicas que levam esta nova perspectiva da ciência da nutrição a estabelecer interesse e pontos de interseção com a agroecologia, a partir da noção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Efetua-se um levantamento e uma revisão de literatura por meio de análise e interpretação de textos acerca das conexões entre os campos do conhecimento da agroecologia e da nutrição, utilizando-se dos seguintes descriptores: agroecologia, nutrição, sistema alimentar sustentável, saúde e sustentabilidade. Os instrumentos utilizados foram livros, revistas, guias, jornais, boletins, conselhos, organização internacional, teses, actas e levantamentos da internet. O trabalho aponta que a agroecologia, ao buscar promover sistemas alimentares sustentáveis, pode colaborar com a saúde pública, coletiva, humana, ambiental, física, emocional, mental e do trabalhador, visto que, oferece uma alimentação realmente saudável, que interfere na qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos, conforme as preocupações emergentes na nova perspectiva da nutrição. Considera-se que as conexões entre os conhecimentos da nutrição e da agroecologia podem ser interessantes aportes à construção de sistemas agroalimentares sustentáveis, estabelecendo práticas interdisciplinares e intersetoriais capazes de promover alimentação saudável, influenciando favoravelmente a saúde da população, qualidade de vida, redução de doenças, como também em cuidados com o meio ambiente.

Palavras-chave: sustentabilidade, saúde, alimentação

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade do sistema alimentar brasileiro, assim como de outros países, se encontra seriamente comprometida, e sua garantia só pode ser verificada quando a satisfação das necessidades alimentares em curto prazo está assegurada, com menor comprometimento dos recursos naturais renováveis e não renováveis, possibilitando a preservação das condições que garantam disponibilidade de alimentos em longo prazo e cuidados com a saúde humana (FURTADO e BEZERRA, 2014).

É neste sentido que precisa - se discutir sobre a ciência da nutrição, visto que, é crucial

pensar e incluir a mesma quando se refere a sistemas alimentares sustentáveis. Assim, para que a nutrição possa contribuir com os sistemas alimentares sustentáveis, o primeiro ponto é conhecer esse sistema, refletir sobre o que é ser sustentável, como também saber a importância do modelo de produção sustentável para a saúde ambiental e humana, apoiar atividades que trabalhem esse direcionamento, valorizar os produtos da agricultura familiar e as sementes da paixão¹, incentivar o consumo dos produtos agroecológicos e orgânicos, divulgar a proeminência desse sistema, se atualizar quanto a abordagens de modelos de produção convencionais e que geram insustentabilidade, já que não colaboram com a diversidade alimentar, para não fortalecer suas ações e não considerar a alimentação enquanto contexto lacônico, mas como um processo amplo e complexo, que envolve dinâmicas desde a escolha da semente, plantio até o consumo e questões endógenas do organismo.

Diante disto, na ciência da nutrição vem emergindo recentemente uma perspectiva não reducionista que busca compreender, em contextos sociais situados, sobre o que é uma alimentação adequada, equilibrada, nutritiva, segura e saudável e as vinculações sobre a procedência destes alimentos, de como são produzidos e disponibilizados para o consumo e os impactos que os sistemas agroalimentares apresentam ambiental, cultural e socioecononomicamente, implicando a noção de sustentabilidade na construção dos conhecimentos científicos da nutrição.

Desta maneira, nestes últimos anos, algumas temáticas da interligação da nutrição, agroecologia e saúde tem ganhando maior visibilidade, onde vem sendo citadas e destacadas, por exemplo, pelo Conselho Federal de Nutrição (CFN), Conselho Regional de Nutrição (CRN), Instituto Nacional do Câncer (INCA), Ministério da Saúde, em materiais como o Guia alimentar para a população brasileira, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Dossiê ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), Via Campesina Internacional entre outros. Como também aumenta o número de Congressos, Livros, Artigos, Trabalho de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses, abordando sobre a temática da relação da nutrição, agroecologia e saúde.

A partir desta constatação, nota-se a importância de pensar na nutrição aliada a agroecologia, onde a alimentação deve ser considerada para além dos aspectos especificamente nutricionais, visto que, falar em agroecologia, é falar em saúde, nutrição e sistemas alimentares sustentáveis, pois, observando a esfera produtiva da agroecologia, nota- se que o produto final das produções agroecológicas vão estar embaladas por princípios éticos que propiciam a saúde humana e ambiental, não contendo agrotóxicos (inseticidas, acaricidas, nematicidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento), drogas veterinárias, sementes transgênicas, aditivos químicos sintéticos, como corantes, aromatizantes, conservantes, antioxidantes entre outros produtos químicos.

I

Para a AS-PTA (2017) as sementes da paixão são símbolos da vida em abundância, heranças deixadas pelos antepassados, cuidadas na atualidade para que as futuras gerações continuem tendo acesso, sendo um patrimônio genético e cultural para a garantia da soberania e segurança alimentar.

Neste contexto, observa-se que a nova ciência da nutrição deve englobar questões sociais, econômicas, ecológicas, éticas e culturais, devendo estar comprometida com a criação e manutenção de programas e políticas que respeitem os direitos humanos, promovam a saúde e bem-estar dos indivíduos e coletividades, conservem os recursos naturais e assegurem o futuro de todos os seres vivos, de forma integrada, contribuindo com a promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis (LEITZMANN e CANNON, 2005). Já a agroecologia tem crescido, onde apresenta uma teoria unida com a prática, sendo relevante ressaltar a atuação dos movimentos sociais na conscientização sobre a necessidade de mudar o sistema alimentar, assim, na medida em que vai crescendo, percebe-se os efeitos positivos da agroecologia sobre a saúde humana, qualidade alimentar, ambiental e uma série de parâmetros sociais, ambientais, culturais e econômicos (ALTIERI, 2013).

Neste sentido, o objetivo do trabalho é apresentar as conexões lógicas que levam esta nova perspectiva da ciência da nutrição a estabelecer interesse e pontos de interseção com a agroecologia, a partir da noção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

2 METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão de literatura teórica por meio de análise e interpretação de textos acerca da atuação e ligação da agroecologia, nutrição e sistemas alimentares sustentáveis, objetivando compreender e sistematizar o assunto pesquisado. Para realizar o estudo foram utilizados os seguintes descritores: agroecologia, nutrição, sistema alimentar sustentável, saúde e sustentabilidade.

As fontes foram compostas por trabalhos científicos que abordaram a importância do diálogo da agroecologia e nutrição nos contextos de sustentabilidade. Os instrumentos utilizados foram por meio de livros, revistas, guias, jornais, boletins, conselhos, organização internacional, teses, acta e levantamentos da internet.

Foram inclusos na pesquisa trabalhos científicos, publicados no idioma português e inglês, do ano de 2005 a 2017. Foram exclusos da pesquisa artigos publicados antes do ano de 2005, que não trataram sobre a interação da agroecologia, nutrição e sistemas alimentares sustentáveis, como também trabalhos científicos publicados no idioma espanhol.

3 DESENVOLVIMENTO

Neste sentido, de início, pode ser confuso pensar como a agroecologia e nutrição se entrelaçam, se materializando como uma estratégia intersetorial na promoção de um sistema alimentar sustentável, entretanto, refletir as duas ciências em seus aspectos mais íntimos, permitirá descobertas percebendo que as mesmas se constroem e percorrem juntas, pois a partir do momento que existe a produção agroecológica, a nutrição com certeza estará inserida e o produto final de tudo isto serão contribuições para a saúde dos indivíduos e um sistema alimentar pautado na soberania e segurança alimentar e nutricional e que tenta resistir aos processos de convencionalização impostos pelo regime sociotécnico dominante.

Neste cenário, o sistema agroalimentar hegemônico atual possui limitações frente às mudanças impostas que vão desde o crescente aumento populacional, que gera maior demanda por alimentos, até a necessidade de questionar, sobretudo, a qualidade dos alimentos produzidos por ele e a forma como são cultivados (FURTADO e BEZERRA, 2014).

Por isso que as formas de produzir, abastecer e comercializar os alimentos devem ser reposicionadas em uma perspectiva em que a nutrição seja central para se alcançar o pleno direito à alimentação saudável, considerando também aspectos do desenvolvimento econômico e sustentável, é nesse contexto que nota-se a proeminência dos sistemas alimentares sustentáveis, onde se preza por cuidados desde o processo produtivo do alimento até a chegada

na mesa, em ofertar uma alimentação saudável e segura (MACHADO, 2017).

Desta forma, é importante compreender que as bases da ciência agronômica ou da nutrição, são construídas a partir de pressupostos que nem sempre conduzem à sustentabilidade, por isso a proeminência dos nutricionistas conhecerem a origem dos alimentos, compreender e dialogar com quem trabalha com agroecologia, passar a fazer parte dela, pensar sobre os sistemas alimentares sustentáveis e não apenas em selecionar alimentos com maior valor nutritivo para inserir em dietas (CARDOSO, 2016).

Vale ressaltar que as temáticas da agroecologia e saúde vem se aproximando ao longo dos anos, mas apesar de suas interfaces comuns, esses temas não têm dialogado como deveriam na saúde pública e discussões agrárias (AZEVEDO e PELICIONI, 2011).

Neste contexto, nota-se a proeminência dos sistemas alimentares sustentáveis ou agroecológicos, visto que, podem estar aliados a diversidade de alimentos, incluindo uma variedade de macro e micronutrientes no cardápio, a utilização das sementes da paixão nos cultivos, o não uso de resíduos químicos e sementes geneticamente modificadas nas produções agrícolas, a valorização dos hábitos alimentares locais, o uso de tecnologias sustentáveis, o respeito ao meio ambiente e a vida, já que, segundo Ruckert e Gaia (2014) os alimentos tradicionais na dieta do/a brasileiro/a, como o arroz e o feijão, vem perdendo a importância, enquanto o consumo de produtos industrializados, como biscoitos e refrigerantes, aumentou em 400%, como também houve elevação na incidência de doenças.

Contudo, percebe-se que a prática agroecológica é capaz de servir como instrumento de resistência e de reprodução social, econômica, biológica e adaptativa dos agricultores, ao abrir novos caminhos de afirmação de sua autonomia e domínio das maneiras de produzir e viver, sendo possível afirmar que a prática de utilizar dinâmicas adaptativas e diversificadas no processo produtivo, ao privilegiar uma agricultura de baixo impacto ambiental, a não utilização de agrotóxicos entre outras dinâmicas agroecológicas que respeitam o meio ambiente, logra-se a redução de danos à biodiversidade, mas sobretudo minimizam-se os riscos à saúde humana (FURTADO e BEZERRA, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a conjuntura atual, com os agravamentos se expandindo quanto a questões ambientais e na saúde, é fundamental pensar em sistemas alimentares sustentáveis e de todos os seus benefícios para a sociedade e planeta. Assim, a conexão da agroecologia e nutrição pode se mostrar como essencial para a existência, expansão e apoio a sistemas alimentares sustentáveis, visto que, aliam agricultura, saúde e sustentabilidade, aspectos vitais para a saúde humana e ambiental.

A nutrição não deve retratar a alimentação apenas enquanto contextos superficiais e nutricionais, mas sim, se aprofundar em questões endógenas e refletir sobre o que realmente é uma alimentação adequada, equilibrada, nutritiva, segura e saudável e a importância da agroecologia na promoção dessa alimentação, pensar também qual é o papel da agroecologia e como se unir a essa ciência, onde é que se pode encontrar esses alimentos, como expandir o acesso e informação sobre esse tipo de alimentação, para assim poder influenciar cada vez mais os sistemas alimentares sustentáveis.

Considera-se que as conexões entre os conhecimentos da nutrição e da agroecologia podem ser interessantes aportes à construção de sistemas agroalimentares sustentáveis, estabelecendo práticas interdisciplinares e intersetoriais capazes de promover alimentação saudável, influenciando favoravelmente a saúde da população, redução de doenças, como também em cuidados com o meio ambiente.

Já a agroecologia ao buscar promover sistemas alimentares sustentáveis, pode colaborar com a saúde pública, coletiva, humana, ambiental, física, emocional, mental e do trabalhador²,

visto que oferece uma alimentação realmente saudável, que interfere na qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos, conforme as preocupações emergentes na nova perspectiva da nutrição.

Com isso, ainda há um longo caminho a percorrer quanto a mudanças do sistema alimentar convencional para um de base mais sustentável, mas fica evidente a relevância do entrelaçamento da agroecologia, nutrição e sistemas alimentares sustentáveis.

2 Apesar da saúde pública tratar de ações ligadas a saúde humana e ambiental, mas nesse contexto optou- se por dar preferência a vários termos para designar saúde.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. Miguel Altieri: Precisamos de agricultura com estratégias de adaptação para mudanças climáticas.** Carta Maior, 2013. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Miguel-Altieri-Precisamos-de-agricultura-com-estragetias-de-adaptacao-paramudancas-climaticas%250A/3/29772>>. Acesso em: 16 de out. 2018.
- AS-PTA. Sementes da paixão: catálogo das sementes crioulas da Borborema.** 2017. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2017/03/sementes-da-paixao-catalogo-das-sementes-crioulas-da-borborema/>>. Acesso em: 15 out. 2018.
- AZEVEDO, E. de; PELICIONI, M. C. F.** Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 20, n. 3, p.1-15, set. 2011. FapUNIFESP (SciELO).
- CARDOSO, I. M.** “**O nutricionista precisa conhecer a origem dos alimentos**”. Conselho Federal de Nutricionistas, 2016. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/wpcontent/uploads/2017/02/Revista-CFN-50_F.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.
- FURTADO, A. C. G. F. da S.; BEZERRA, I.** Semeando a agroecologia e colhendo práticas alimentares saudáveis: um olhar sobre os faxinalenses. **Demetra**, 2014; 9(1); 23-40.
- LEITZMANN, C.; CANNON, G.** **Dimensions, domains and principles of the new nutrition science.** Health Nutrition, 2005.
- MACHADO, K. S. O.** **Encontro dos conselhos de nutricionistas debateu políticas públicas e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).** CFN, 2017. Disponível em: <<http://www.crn8.org.br/index.php/noticias/detalhes/encontro-dos-conselhos-de-nutricionistas-debateu-politicas-publicas-e-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-san/295>>. Acesso em: 15 out. 2018.
- RUCKERT, B.; GAIA, M. C. de M.** Educação popular, saúde e segurança alimentar em áreas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 8, n. 2, p.161, 2014.

AGROECOLOGIA COMO ESPAÇO DE MEDIAÇÃO ENTRE A VISÃO SISTÊMICA E A PERSPECTIVA CRÍTICA

SENA, Maurício Machado. Doutorando em Extensão Rural. UFSM. jornal.sena@gmail.com

SILVA, Bernardo Rodrigues da. Mestre em Extensão Rural. UFSM. rodriguesdasilvbernardo@gmail.com

Grupo de Trabalho Nº 1 – Agroecologia e Sistemas Agroalimentares

RESUMO: O presente trabalho pensa a Agroecologia como campo do conhecimento em ascensão, ao propor a investigação multidimensional, a respeito da sustentabilidade, da crise ambiental, das medições e do reconhecimento. Apontando a Comunicação como elemento metodológico fundamental. Analisando, para isso, as relações estabelecidas por 4 famílias agricultoras, bem como as estratégias produtivas desenvolvidas em seus agroecossistemas.

Palavras-chave: Agroecologia, Mediações, Diálogo

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pensa a Agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2004), para além da substituição da matriz produtiva junto aos agroecossistemas, apresentando-a como uma possibilidade de investigação multidimensional e dialógica que revela transformação nas relações sociais, bem como na economia, no consumo, nas estratégias de produção e reprodução e da vida dos indivíduos, revelando um novo olhar a respeito da sustentabilidade.

Apontamos também o papel fundamental do trabalho dos agricultores familiares junto aos agroecossistemas (GLIESSMAN, 2000) em transição agroecológica que desenvolvem uma agricultura sustentável com base em experimentações próprias (ALTIERI, 2012).

Assim, propomos uma revisão bibliográfica com o intuito de fortalecermos a perspectiva multidimensional e transdisciplinar dos temas relacionados a essa área do conhecimento, identificando a necessidade de uma transformação das realidades, dos pensamentos e da epistemologia (LEFF, 2012), apontando a comunicação como elemento metodológico de fomento a essa transformação (MARTIN-BARBERO, 2010) e analisando as motivações dos agricultores participantes da pesquisa.

Nesse sentido, ao pensarmos a Agroecologia, como um novo paradigma, ciência viva, dinâmica e participativa, também pensamos o desenvolvimento sustentável dos agroecossistemas, a partir de uma progressão coo evolutiva sustentada por um sistema social desenvolvido de forma autóctone. Assim, como afirma Gliessman (2000):

Um ecossistema pode ser definido como um sistema funcional de relações complementares entre organismos vivos e seu ambiente, delimitado por fronteiras escolhidas arbitrariamente, as quais, no espaço e no tempo, parecem manter um equilíbrio dinâmico, porém estável. (GLIESSMAN, 2000, p. 61).

Nesse sentido, a Agroecologia investiga o manejo do agroecossistema, buscando uma coevolução ecológica, social e econômica com o intuito de promover o empoderamento dos indivíduos. Essa visão se apoia, também, na valorização do conhecimento tradicional, das tecnologias sociais, na construção de desenvolvimento sustentável e na transformação social.

No entanto, a economia capitalista e a racionalidade tecnicista, baseando-se no individualismo e no consumismo substituem o ser pelo ter, onde a qualidade de vida, as

formas de afirmação, reconhecimento e pertencimento se baseiam na capacidade de aquisição de bens como meio de manifestação da identidade e mediação dos sentidos. Nesse contexto, do sujeito subjugado pelo sistema, temos o conceito de Eric Fromm, o Homem Econômico, que obedece à “lei da escassez”, de que vivemos em um mundo limitado fisicamente, enquanto as necessidades e os desejos humanos são ilimitados.

O homem, como um dente de engrenagem da máquina de produção, torna-se uma coisa e deixa de ser humano. Ele passa seu tempo fazendo coisas nas quais não está interessado, com pessoas nas quais não está interessado, produzindo coisas nas quais não está interessado; e, quando não está produzindo, está consumindo. (FROMM, 1975 p. 55)

Contra essa perspectiva, Enrique Leff, (2010), considera que devemos buscar uma racionalidade ambiental, que não se fundamenta em bases ecológicas, mas na busca de um projeto de democracia, de justiça, no diálogo, na ética humana e na relação intersubjetiva com a outridade. Ao aprofundar sua visão sobre epistemologia, Enrique Leff apresenta o multiculturalismo e o compartilhamento coletivo dos saberes, como forma de combater a atual crise civilizatória.

A partir daí seguiu-se uma odisséia civilizatória que foi coisificando o mundo, a natureza e os seres humanos, de maneira que hoje o que predomina é uma supertecnificação e supereconomização do mundo. Todos os entes e coisas do mundo foram traduzidos em valores econômicos, e essa virada é talvez a fonte mais profunda da crise ambiental. Por isso afirmamos que a crise ambiental é essencialmente uma crise do conhecimento (LEFF, 2010, p. 84)

Nesse sentido, Enrique Leff, afirma que o paradigma científico vigente, precisa transcender os muros acadêmicos, buscando sua legitimação e real avaliação de seu impacto junto à base social, promovendo uma abertura epistemológica. Sendo necessária uma reformulação do pensamento ocidental, no qual através de uma epistemologia crítica devemos repensar nossa racionalidade, desconstruindo o homem como servo do sistema. Projetando uma nova forma de pensar que respeite a complexidade ambiental, agregue os diferentes saberes e a diversidade, estabelecendo uma nova realidade baseada em um profundo reconhecimento da outridade.

A sustentabilidade implica uma mudança de racionalidade social e produtiva, mas a racionalidade ambiental não é um modelo homogêneo ou um paradigma monolítico. Seus princípios abarcam e se fundamentam em uma pluralidade de racionalidades culturais, a partir da qual se constroem diferentes caminhos para a sustentabilidade. (LEFF, 2010, p. 51)

Evidenciamos a necessidade da realização de pesquisas que se apoiem na reformulação do pensamento. Assim, a partir do aporte das redes temos uma nova forma de pensar as estruturas de produção de conhecimento acadêmico, fomentando discussões sobre as relações de poder estabelecidas nessas trocas de saberes e integrando a comunicação como potencializador dessa mudança.

2 METODOLOGIA

Apresentamos a comunicação, como elemento metodológico, de reformulação dessas estruturas, que antes eram mediadas entre emissor e receptor, com pouca ou quase nenhum

Feedback por parte dos espectadores. Assim nos questionamos sobre a influência das novas mídias e seu espaço na reformulação da estrutura social, como escreve Manuel Castelos, em *A Sociedade em Rede*:

Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX. A perspectiva teórica que fundamenta essa abordagem postula que as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de produção, experiência e poder. (CASTELLS, 1999, p. 23)

Essas redes são baseadas a partir do paradigma comunicativo, onde a Comunicação, como ciência e processo social dialético inerente à humanidade, se destaca como forma de análise frente à mediação das relações sociais entre os demais indivíduos e seu mundo.

Assim, a comunicação é uma prática social que exige um diálogo comprometido com justiça e transformação social. Nesse sentido, pensamos metodologicamente no elemento essencial da comunicação, que se estabelece no diálogo, como espaço de exercício das relações intersubjetivas, como forma de manifestação do conhecimento humano e como exercício de luta por reconhecimento. Como descreve Martín-Barbero (2009, p.28):

[...] a comunicação se tornou para nós questão de mediações mais do que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos, mas de reconhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir do seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí tem seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos.

Essa reflexão metodológica e dialógica contempla as mediações de quatro (04) famílias agricultoras, que se encontram em processo de transição agroecológica, Streck, Da Silva, Vielmo, Silva-Garcia, que integram as atividades do Núcleo de Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade, Prof. José Antônio Costabeber (NEA-UFSM).

3 DESENVOLVIMENTO

Assim, iniciamos nossa apresentação com a Família Streck, constituída pelo Sr. Oldemar (pai) e Dora (mãe). O agroecossistema dos Streck está localizado no distrito de Palma em Santa Maria, possui dois hectares e meio (2,5) e se apresenta como um espaço típico da agricultura familiar da região com produção diversificada, valorização dos insumos internos, potencialização das trocas de energia e estratégias de produção e reprodução bem adaptadas à realidade local.

Para além de área de trabalho, também pode ser visto como um refúgio, local de relacionamento com os vizinhos e com a comunidade, além de ser um elemento realização pessoal de ambos, demonstrado pelo sentimento de orgulho diante das conquistas e lutas.

Nesse sentido, destacamos como estratégias de produção da Família Streck a bovinocultura de leite, que é destinada à produção de queijo, a avicultura colonial, a piscicultura e a produção diversificada de grãos, olerícolas e frutas, com destaque especial para a panificação caseira.

Todas essas ações são pensadas pela família de forma crítica, ao demonstrarem uma profunda consciência de questões, ambientais, econômicas e a respeito das dificuldades da agricultura familiar. A família, principalmente Dona Dora, se utiliza amplamente das tecnologias de informação e comunicação, através das novas mídias, como a utilização de

Facebook, WhatsApp, entre outras ferramentas para troca de mensagens. Os Streck também são atuantes junto a vários grupos que integram, participando de reuniões, dias-de-campo e saídas técnicas, valorizando o engajamento nesses espaços como possibilidade de atuação política.

Essas características, respeitando suas particularidades, também são encontradas junto à família Da Silva, composta por João Antônio da Silva (51), Olga (49) e seus 2 filhos, João Eduardo e Natália, ambos menores de idade. No geral a família não costuma se utilizar de redes sociais, mas se dedica à divulgação de suas atividades através de outros meios como entrevistas e confecção de cartazes.

O agroecossistema corresponde a doze (12) hectares, e está localizado no distrito de Pains em Santa Maria. A experiência de transição agroecológica se desenvolve nesse espaço há seis (06) anos e foi iniciada pela família, como uma tentativa de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos filhos, bem como um retorno às raízes do campo, destacando-se pela produção diversificada, de olerículas, leguminosas e frutas, sendo que o trabalho é realizado pelo casal e por um funcionário diarista para os dias de maior serviço.

A produção se mantém como orgânica desde o início do empreendimento da família, tanto que foi recentemente certificada pela Organização de Controle Social (OCS) Coração Agroecológico, integrando a Feira Ana Primavesi desde a estreia, no dia 28 de setembro de 2017, no Espaço Multiuso da UFSM. Os Da Silva também participam de outras feiras como a PoliFeira e o Feirão Colonial.

Todo esse dinamismo e proatividade é facilmente percebido na conversa com a família que afirma, que mesmo com o grande número de atividades, possui vontade e condições para ampliar as atividades produtivas. Além disso, grande parte do trabalho é realizado visando proporcionar meios para a sucessão rural, em que é nítida a preocupação com o futuro dos filhos em suas motivações.

Também temos a contribuição da Família Vielmo, que desenvolve suas atividades em Santiago, no distrito de Boqueirão. O grupo familiar é composto por cinco (05) indivíduos, Núbia (mãe), Roberto (filho), Júlia (filha), Davi (genro) e a recém-nascida Alice (neta). O agroecossistema da família Vielmo, denominado de Fazendinha, possui cinco (05) hectares, onde é desenvolvido uma agricultura com base na produção orgânica de olerícolas, legumes e grãos além da produção de frutas, com espaço para piscicultura e pequena criação para subsistência.

Esse processo se iniciou em 2012 quando a família, que morava na região metropolitana de Porto Alegre, adquiriu a propriedade que fora de outros parentes de Núbia. O ponto de virada na história dos Vielmo ocorre quando, no início dos anos 2000, Roberto foi diagnosticado com um câncer cerebral. Núbia afirma que a situação era incurável, e a mudança de vida partiu de uma promessa feita pela família.

Assim, durante o período de tratamento de Roberto, o mesmo foi submetido a uma dieta extremamente restrita, na qual deveria ser descartada qualquer presença de contaminantes e demais produtos químicos. E, morando na região metropolitana a família percebeu que o preço, a qualidade e a oferta desses produtos seriam insuficientes para sua alimentação, com vistas à recuperação. O agroecossistema é certificado pela Rede Ecovida e os agricultores fazem parte da Associação de Produtores de Orgânicos de Santiago, a APOS. Sendo que Roberto é o atual presidente da associação e Núbia foi a anterior.

A produção é comercializada junto aos programas governamentais de aquisição de alimentos, como o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, e na feira orgânica do município, realizada nos sábados, pela manhã. A família também faz a entrega de cestas e

possui um intenso trabalho de divulgação de suas ações, promovendo palestras, participando de entrevistas e organizando eventos.

Da mesma forma, percebemos junto à Família Silva-Garcia, características que sustentam nossa análise a respeito da relação ética dos agricultores familiares em transição agroecológica, com seu agroecossistema e a sociedade.

Os Silva-Garcia tiveram uma vida marcada urbanamente, com atividades ligadas a carreiras na formação superior, ou em cargos públicos, Carmen (mãe) é bancária aposentada, com pós-graduação em Educação Ambiental, Jamile (filha) é formada em Relações Públicas (UFSM), Thaís (filha) é graduada em Administração e Maurício (filho) em Agronomia, pela UFSM. Na casa também vive a filha de Tais.

Nesse sentido, a inserção da família Silva-Garcia nessa pesquisa se mostra importante, uma vez que, se trata da experiência sistematizada mais recente de transição agroecológica, sendo um processo que se desenrola há dois (02) anos. Dessa forma tanto os debates a respeito da feira, quanto a OCS, contribuíram para a inserção da família junto aos produtores agroecológicos, bem como o reconhecimento de seu status como agricultor.

A família Silva-Garcia trabalha um agroecossistema no distrito de Pains, em Santa Maria, onde arrendam cinco (05) hectares no qual cultivam frutas e hortaliças. A família é muito ativa, participando de espaços de trocas de informação, sendo que realizam diversos cursos com o intuito de capacitar sua atuação.

Nesse sentido, Maurício, o filho, afirma que apesar de sua formação, nas ciências agrárias, e do tempo que trabalhou na área, pouca coisa pôde utilizar de seu conhecimento prévio no processo de produção orgânica e na transição agroecológica. Assim mesmo, Carmen afirma que a proposta inicial era arrendar o agroecossistema, para a produção destinada à família, e como espaço de lazer para os finais de semana, no entanto, através da comercialização em cestas para os vizinhos perceberam que a rentabilidade da produção orgânica poderia ser uma alternativa como profissão.

A partir desse momento a dinâmica da família foi transformada, no sentido de que os hábitos alimentares, estilo de vida e percepção a respeito do meio rural foram transformados, eles admitem que sempre se questionaram quanto à qualidade e origem dos alimentos, bem como a respeito das questões ambientais. Apesar disso, ao trabalharem diretamente com a agricultura e através das discussões junto ao grupo eles aprofundaram sua perspectiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, apontamos que para além do trabalho dos agricultores, do discurso da sustentabilidade e do alcance das perspectivas teóricas da Agroecologia a tão almejada transformação se revela a partir de suas relações diárias e de suas mediações enquanto indivíduos autônomos, juntamente com suas experiências e estratégias de produção, reprodução e promoção social.

Nesse sentido, precisamos construir estratégias para que o conhecimento científico possa ser mediado e construído de forma horizontal, onde a comunicação se apresenta como elemento essencial das novas metodologias, principalmente ao levarmos em consideração as novas redes. Por fim, percebemos que os agricultores familiares, ao se relacionarem com os agroecossistemas, constroem novas perspectivas a respeito do conhecimento, da produção da sustentabilidade e das próprias questões que o paradigma agroecológico busca responder. Revelando diante das mediações o reconhecimento, a importância das redes, a valorização de seu trabalho e os elementos intersubjetivos.

REFERÊNCIAS

- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p. 16-37, 2000.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER. 2007.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A; G. PAULUS. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para desenvolvimento rural sustentável. Florianópolis: III Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2005.
- COSTABEBER, J. A.; Acción Colectiva y Procesos de Transición Agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. 422f. Tese (Doutorado) - Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Universidad de Córdoba, Córdoba, 1998.
- FROMM, E. **A Revolução da Esperança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: Processos ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- GLIESSMAN, S. R. et al. **Agroecología**: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. Ecosistemas. Espanha. v. 16, n. 1, p. 13-23. 2007.
- LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez. 2010.
- MASERA, O.; ASTIER, M.; LOPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad y manejo de recursos naturales**: el marco de evaluación MESMIS. México: GIRA. 1999.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 6^a ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

A PARTICIPAÇÃO DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE AGROECOSSISTEMAS

PASQUALOTTO, Nayara. Doutora em Extensão Rural pela UFSM. Secretaria de Estado de Educação do Paraná – SEED/PR. E-mail: nayarapasqualotto@hotmail.com

DREBES, Laila Mayara. Doutoranda em Extensão Rural pela UFSM. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. E-mail: drebelslm@gmail.com

KAUFMANN, Marielen Priscila. Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela UFRGS. E-mail: marielenpk@yahoo.com.br

Grupo de Trabalho Nº 1: Agroecologia e Sistemas Agroalimentares

RESUMO: Avaliar a sustentabilidade de agroecossistemas requer conhecimento das dinâmicas físicas, sociais, ambientais e econômicas que implicam no local. Pensando na importância do conhecimento local para o sucesso no processo de avaliação, muitas metodologias participativas são criadas com o intuito de contar com os conhecimentos de agricultores e técnicos que atuam no lugar. Dentre essas, destaca-se o MESMIS – “Marco de Evaluación de Sistemas de Manejo de Recursos Naturales incorporando Indicadores de Sustentabilidad”, a qual foi utilizada pelo NEA/UFSM para avaliar a sustentabilidade de agroecossistemas em transição agroecológica no Território Central do Rio Grande do Sul. Desta forma, considerando a importância do envolvimento dos agricultores no processo de avaliação, o presente trabalho tem como objetivo relatar a participação de oito famílias agricultoras no processo de avaliação da sustentabilidade. Através do estudo, foi possível constatar que a ferramenta metodológica proporciona a participação ativa dos agricultores em todas as etapas de avaliação, permitindo o empoderamento das famílias no que diz respeito ao monitoramento dos indicadores de sustentabilidade.

Palavras-chave: Agroecologia; sustentabilidade; participação.

1 INTRODUÇÃO

A adoção do termo “sustentável” pode ser observada em diferentes segmentos da sociedade. No âmbito rural, não é diferente. A preocupação em garantir a manutenção dos recursos naturais e socioeconômicos permeiam discursos que representam diferentes interesses, sendo que nem sempre são contemplas todas as dimensões da sustentabilidade. É comum, por exemplo, a apreensão pelos aspectos econômicos, desconsiderando as questões sociais e ambientais que implicam no processo.

Em contrapartida, muitas perspectivas apontam para a compreensão da sustentabilidade como um termo multidisciplinar, sendo fundamental a abordagem de suas diferentes dimensões para a compreensão das dinâmicas que ocorrem em um determinado local. Nesse sentido, a Agroecologia é apreendida como uma matriz disciplinar que abarca as questões sociais, ambientais e econômicas que implicam na sustentabilidade dos agroecossistemas (HERNÁNDEZ, 2011).

Neste contexto, muitas famílias agricultoras adotam práticas em consonância com os princípios agroecológicos com a finalidade de manter a sustentabilidade de seus agroecossistemas. Para isso, realizam diversas ações de âmbito produtivo, ambiental e social

que podem melhorar os níveis de sustentabilidade do local. Mas como saber ao certo como as ações antrópicas possibilitam ou limitam a sustentabilidade desses agroecossistemas? Existem mecanismos que possam contribuir com as famílias agricultoras para que essas possam saber com exatidão se estão no caminho certo?

Com o intuito de possibilitar aos agricultores e técnicos um panorama de como se apresenta a sustentabilidade de agroecossistemas, muitas ferramentas metodológicas para avaliá-la foram criadas. Porém, o caráter geral dessas metodologias é a tendência de análise de apenas uma dimensão da sustentabilidade, não considerando a participação dos sujeitos sociais que atuam no local, podendo representar um risco ao processo de avaliação da sustentabilidade (CÂNDIDO et al., 2015).

Em contrapartida, no intuito de contemplar as dimensões sociais, ambientais e econômicas na avaliação da sustentabilidade, surge a ferramenta MESMIS “Marco para Evaluación de Sistemas de Manejo de Recursos Naturales incorporando Indicadores de Sustentabilidad”, a qual foi elaborada por Masera, Astier e López-Ridaura (1999). Utilizando indicadores, essa tem como finalidade avaliar sistemas de manejo de recursos naturais para proporcionar melhoria nos aspectos socioambientais dos agroecossistemas.

Com um caráter participativo, o MESMIS apresenta-se como um meio de avaliar de forma aberta as potencialidades e limitações dos agroecossistemas, permitindo a noção dos fatores que inibem a sustentabilidade na região em estudo, possibilitando até a destinação apropriada dos recursos provenientes de políticas públicas. Também, esse caracteriza-se por ser de fácil adaptação, sendo empregada em diferentes regiões do mundo (KÚ et al., 2013).

Neste sentido, o Núcleo de Estudos em Agroecologia Professor José Antonio Costabeber da Universidade Federal de Santa Maria- NEA/UFSM, ao se propor a avaliar a sustentabilidade de agroecossistemas em transição agroecológica no Território Central do Estado do Rio Grande do Sul, optou pela adoção da ferramenta MESMIS.

As atividades que envolveram o processo de avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas estavam previstas na chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq N° 81/2013, as quais passaram a ser desenvolvidas pelos membros do NEA/UFSM juntamente com técnicos e agricultores a partir do ano 2014. Reunindo professores, pesquisadores e estudantes de diferentes áreas do conhecimento, o intuito do NEA/UFSM é a reflexão e contribuição em atividades que possibilitem a transição agroecológica nos 34 municípios que compõe o Território Central do Rio Grande do Sul.

Para que suas metas sejam cumpridas, o NEA/UFSM considera como primordial a participação dos sujeitos que integram o território no processo de avaliação da sustentabilidade, visto que esses são os principais envolvidos na manutenção dos agroecossistemas. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a participação das famílias agricultoras do Território Central do Rio Grande do Sul nas atividades desenvolvidas pelo NEA/ UFSM durante o processo de avaliação da sustentabilidade. Para que tais perspectivas se efetassem, foi avaliada a participação de 08 famílias agricultoras residentes em agroecossistemas em transição agroecológica na região durante as etapas de avaliação estabelecidas pela ferramenta MESMIS, utilizada na avaliação da sustentabilidade.

2 METODOLOGIA

Para concretização do presente estudo, foi utilizada a pesquisa de cunho qualitativo. Através de observação participante e entrevistas semiestruturadas foi possível analisar a participação das 08 famílias agricultoras no processo de avaliação da sustentabilidade de agroecossistemas no Território Central do Rio Grande do Sul, os quais fazem parte do NEA/UFSM.

As entrevistas semiestruturadas proporcionam aos informantes sintam-se mais livres e que expressem sua espontaneidade, acarretando em mais informações e liberdade (OLIVEIRA, 2012). Por isso, é indispesável que o entrevistador siga o caminho de valorizar a linguagem e termos que as famílias agricultores utilizam, demonstrando o interesse e atenção ao que se está sendo abordado, possibilitando que o entrevistado se sinta mais cômodo em abordar determinado assunto, melhorando o diálogo com elucidações mais profundas como questões econômicas, políticas e simbologias.

Neste sentido, as famílias agricultoras participantes do estudo residem em agroecossistemas em transição agroecológica, localizados em seis municípios do Território Central do Rio Grande do Sul – Brasil, os quais são: Santa Maria, Agudo, Dona Francisca, Santiago, Júlio de Castilhos e São João do Polêsine, os quais terão sua identidade preservada e não serão divulgados neste trabalho.

Também, o presente estudo contou com a técnica de observação participante. Segundo Triviños (1987), essa ocorre por meio do contato direto do pesquisador com o elemento a ser observado, com vistas a captar informações sobre a realidade dos sujeitos sociais e seu contexto. Embasando-se nessas ferramentas metodológicas, foi possível analisar a participação das famílias agricultoras no processo de avaliação da sustentabilidade através da utilização do MESMIS.

O MESMIS é uma ferramenta de avaliação da sustentabilidade de agroecossistemas através da criação e monitoramento de indicadores de sustentabilidade. Para a sua concretização, são previstas a efetivação de 06 etapas ou ciclos, as quais são: determinação do objeto de estudo; identificação dos pontos críticos do sistema; seleção dos critérios de diagnóstico e indicadores; mensuração e monitoramento dos indicadores; integração dos resultados; e conclusões e recomendações sobre os agroecossistemas (MASERA, ASTIER E LÓPEZ-RIDAURA, 1999).

Desta forma, analisou-se a participação das famílias agricultoras no decorrer das seis etapas de avaliação da sustentabilidade previstas pelo MESMIS, cujos resultados serão apresentados na sessão a seguir.

3 DESENVOLVIMENTO

Através da realização do presente estudo, verificou-se que as famílias agricultoras, de maneira geral, participaram da avaliação da sustentabilidade, contribuindo com informações, reflexões e atividades que proporcionam a melhoria dos fatores sociais, ambientais e econômicos no processo de transição agroecológica dos agroecossistemas. Esses sujeitos foram indispesáveis em todas as etapas do estudo e são responsáveis pela continuidade do monitoramento da sustentabilidade através dos indicadores ao longo do tempo.

Nas primeiras etapas do processo, que correspondem à determinação do objeto de estudo e identificação dos pontos críticos do sistema, o papel desempenhado pelas famílias agricultoras foi o de inicialmente aceitar a participação no processo de avaliação da sustentabilidade, e, posteriormente, se responsabilizar em passar aos estudantes e pesquisadores o maior número de informações a respeito do local onde vivem, para que juntos tivessem a oportunidade de refletir sobre os pontos favoráveis e limitantes à sustentabilidade presentes em cada agroecossistema. Nesta etapa, o papel dos agricultores foi indispesável, visto que esses conhecem todas as dinâmicas internas e externas ao ambiente de estudo.

Nas etapas seguintes, que corresponde à seleção dos critérios de diagnóstico e indicadores e mensuração e monitoramento desses, constata-se que as famílias agricultoras também participaram das atividades desenvolvidas. Dentre os aspectos que mais diferenciam

O MESMIS com as demais metodologias de avaliação da sustentabilidade, é o fato de criar indicadores que refletem a realidade local.

A maioria das ferramentas apresenta uma lista de indicadores prontos, os quais devem ser mensurados com as informações a respeito do local de estudo. Em contrapartida, no MESMIS esse processo é realizado em conjunto com os agricultores e técnicos, desde os critérios de diagnóstico até a seleção e monitoramento dos indicadores (MASERA, ASTIER E LÓPEZ-RIDAURA, 1999). Com isso, ao colaborarem no processo de elaboração e construção do trabalho, esses se sentem parte integrante do estudo, sendo considerados pilares indispensáveis no processo.

Para a análise das informações coletadas junto aos agricultores e construção dos critérios de diagnóstico e indicadores, foram realizadas duas reuniões. Constatou-se que a primeira, realizada nas dependências da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, contou com a participação de cinco famílias, sendo o público composto por seis homens e duas mulheres. Já a segunda reunião, realizada em um agroecossistema de Santa Maria - RS para a seleção dos indicadores a serem avaliados, contou com a presença de sete famílias, sendo oito homens e três mulheres.

Durante essas etapas, os agricultores e agricultoras trocaram informações sobre o processo de transição agroecológica, discutiram como melhorar os níveis de sustentabilidade e quais as estratégias que seriam adotadas na mensuração dos indicadores. Constatou-se entre esses a preocupação em compreender o processo de construção dos indicadores e qual seria a sua função dentro do agroecossistema. Foram realizados, durante a conversa com estudantes, técnicos e pesquisadores, muitos questionamentos de âmbito produtivo e ambiental, o que evidencia a importância dessas atividades para a troca de saberes entre os sujeitos envolvidos. As famílias que não puderam participar dos dois encontros argumentaram que não possuem mão de obra suficiente para realizar toda a demanda existente nos agroecossistemas.

Por isso, para participar desses encontros precisariam contar com a mão de obra de um trabalhador eventual no agroecossistema, o que não foi possível devido à escassez.

Nas duas últimas etapas do processo de avaliação, as que correspondem à integração dos resultados e conclusões e recomendações sobre os agroecossistemas, as atividades foram desenvolvidas nos agroecossistemas em estudo, onde foram abordados com cada família individualmente os resultados obtidos na mensuração dos indicadores de sustentabilidade e foi refletido sobre quais estratégias poderiam ser adotadas para melhorar os níveis de sustentabilidade desses. Foram relembrados todos os passos para chegar aos resultados finais e avaliada a participação dos envolvidos.

De maneira geral, constata-se que as famílias agricultoras passaram a manter uma rede de conhecimentos para a troca de informações a respeito da Agroecologia e da sustentabilidade no Território Central. Esses deram continuidade à análise dos indicadores construídos com a avaliação, visto que ao final do processo tinham se apropriado da ferramenta MESMIS, possibilitando que, mesmo sem o auxílio técnico, possam refletir sobre como suas ações interferem na limitação ou no favorecimento da sustentabilidade local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da concretização do presente trabalho, constatou-se que a participação das famílias agricultoras é fundamental no processo de avaliação da sustentabilidade. O envolvimento desses com o ambiente estudado, bem como seu conhecimento a respeito das dinâmicas locais, proporcionam para que a sustentabilidade seja analisada em suas múltiplas dimensões, favorecendo uma aproximação maior com as dinâmicas sociais, ambientais e econômicas que ocorrem nos agroecossistemas.

Ao concluir a avaliação da sustentabilidade dos agroecossistemas em transição agroecológica no Território Central do Rio Grande do Sul e analisar a participação das famílias agricultoras durante o processo, verifica-se que essas estão constantemente procurando alternativas para resolver os aspectos que limitam a sustentabilidade. Por representar um mecanismo para a resolução de problemas presentes em seu cotidiano, os agricultores participaram ativamente das atividades desenvolvidas pelo NEA/UFSM contribuindo para a construção do conhecimento coletivo acerca da Agroecologia na região.

As ações desenvolvidas pelo NEA/UFSM favoreceram o engajamento das famílias agricultoras nas atividades, visto que a adoção de metodologias participativas, como é o caso da ferramenta MESMIS, possibilita que todos os envolvidos no processo se sintam como sujeitos que integram, participam e promovem a sustentabilidade dos agroecossistemas. Sendo assim, essas são consideradas indispensáveis para a promoção da Agroecologia no território e o engajamento das famílias agricultoras no processo de transição agroecológica.

Desta forma, ressalta-se a importância do trabalho desenvolvido pelo NEA/UFSM para possibilitar aos agricultores e agricultoras a melhoria dos níveis de sustentabilidade em seus agroecossistemas através da adoção de práticas pautadas nos princípios agroecológicos. Por isso, é indispensável que ocorram políticas públicas que apoiem o desenvolvimento dessas atividades, as quais vêm ao encontro do que é almejado por muitas famílias no campo.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, G. de A.; et al. Avaliação da sustentabilidade de unidades de produção agroecológicas: um estudo comparativo dos métodos IDEA e MESMIS. **Ambiente & Sociedade (online)**, v. 18, p. 99-120, 2015.

HERNÁNDEZ, J. M. La crisis global y sus impactos en la vida rural. In: HERNÁNDEZ, J. M. (coord.). **La agroecología en la construcción de alternativas hacia la sustentabilidad rural**. México: Siglo. XXI Ed. /Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores do Ocidente, P.17–50, 2011.

KÚ, V. M.; et.al. Propuesta metodológica para evaluar proyectos productivos con criterios locales de sustentabilidad en Calakmul, México. **AVANCES EN INVESTIGACIÓN AGROPECUARIA**. Vol 17. P.9 – 34. 2013.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LOPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad y manejo de recursos naturales**: el marco de evolución MESMIS. México: Mundi-Prensa, 1999.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. (4^a Ed.) Petropólis: Vozes, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO BIODINÂMICA: AS NORMAS DE PRODUÇÃO PARA O MERCADO BIODINÂMICO NO BRASIL

VARGAS, Rayan. S. Engenheiro Florestal. UFSM. rayan_scariot@hotmail.com

Grupo de Trabalho Nº 1 – Agroecologia e Sistemas Agroalimentares

RESUMO: A agricultura Biodinâmica tem sua origem em 1924, quando o filósofo austríaco Dr. Rudolf Steiner, apresentou por meio de palestras um novo modelo de agricultura alternativa. Na biodinâmica são preconizadas práticas que integram os diferentes setores produtivos através de uma gestão em que se destinam a restaurar, a manter e a melhorar a harmonia ecológica, além de promover a biodiversidade na unidade agrícola. As práticas biodinâmicas possuem sua legitimidade assegurada pelo processo de certificação DEMETER. O processo de certificação é um processo de racionalização/legal dos conceitos desenvolvidos por Steiner, uma materialização normativa da sua ciência espiritual. Já que a burocracia é uma necessidade linguística da atual sociedade, o selo, em muitos casos, é o que permite a comunicação entre a cosmovisão intrínseca nas atividades ordinárias das unidades biodinâmicas e a sociedade que permeia essas unidades. O projeto busca salientar o processo de legitimação da agricultura biodinâmica através da certificação uma vez que esse modelo de agricultura, também chamado de “ciência espiritual” trabalha com elementos inerentes ao contexto espiritual da antroposofia e da cosmovisão de Steiner. Analisar como surgiu e como se comporta o órgão certificador perante o desafio de aliar normas e técnicas necessárias ao processo de certificação e a filosofia de Steiner, e o que pensam os agricultores e agricultoras, que desenvolvem a agricultura biodinâmica, das exigências requeridas pela certificadora, além das contribuições da certificação biodinâmica para a produção e qualidade de vida na unidade produtiva. A metodologia empregada é uma pesquisa qualitativa envolvendo a triangulação entre pesquisa documental, bibliográfica, entrevistas e o estudo de caso a ser realizado em quatro unidades biodinâmicas certificadas, indicadas pela Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul, buscando compreender como adquiriram o selo Demeter e quais os fatores limitantes para que duas outras unidades agrícolas biodinâmicas não certificadas adquiriram a certificação.

Palavras-chave: Agricultura Biodinâmica, Certificação.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura Biodinâmica tem sua origem em 1924, quando o filósofo austríaco Dr. Rudolf Steiner, apresentou por meio de palestras um novo modelo de agricultura alternativa. Esse novo modelo foi baseado na visão holística da antroposofia, sendo posteriormente desenvolvida e difundida por seguidores e pesquisadores. Conforme a homepage da fundação Demeter Internacional, em Koberwitz atual Polônia no ano de 1924 foram realizadas oito conferências com o título, “Fundamentos Espirituais para a Renovação da Agricultura”, nessas conferências Steiner definiu a agricultura biodinâmica como uma “ciência espiritual” em que a unidade agrícola deve ser compreendida como um organismo vivo. Segundo Darolt (2002, p. 18).

Na biodinâmica são preconizadas práticas que integram os diferentes setores produtivos através de uma gestão em que se destinam a restaurar, a manter e a melhorar a harmonia ecológica, além de promover a biodiversidade na unidade agrícola. “A Agricultura Biodinâmica pretende desenvolver uma paisagem cultivada, sadia e em harmonia com a natureza, próspera

e de produtividade permanente, em que a qualidade dos alimentos seja aprimorada a partir do cuidado com o solo". (BERTALOT, 2004).

Muitas técnicas utilizadas na biodinâmica são comuns a outras escolas orgânicas de agricultura; como a adubação verde, policultura e rotação de cultura. Entre as contribuições originais da biodinâmica incluem-se os “preparados e os calendários realizados a partir de pesquisas sobre a influência dos ciclos astronômicos na Terra e nas plantas” (RICKLI, 1984, p.8). Esses conjuntos de técnicas utilizadas na agricultura biodinâmica não conseguem traduzir a sua amplitude, resumi-la a técnicas seria ignorar todo o conhecimento transmitido por Steiner, e distorcer sua visão holística e filosófica. Entretanto o processo de certificação trabalha com regulamentos técnicos e com listas de substâncias permitidas em sistemas orgânicos de produção animal e vegetal. “É importante ressaltar que as práticas agrícolas biodinâmicas possuem seu próprio sistema de certificação, fiscalização e credenciamento de agricultores. “ (DAROLT, 2002, p. 19).

O processo de certificação pode ser visto como uma forma de legitimação do processo de produção biodinâmico, uma vez que graças à burocracia certificatória os produtos biodinâmicos conquistaram espaço no mercado. Sendo assim a instituição certificadora cumpre a função social de adequar as unidades produtivas biodinâmicas ao movimento crescente de racionalização da sociedade. “A administração burocrática significa: dominação em virtude de conhecimento; esse é seu caráter fundamental especificamente racional. ” (WEBER, 2015, p. 147). O processo de certificação é um processo de racionalização/legal dos conceitos desenvolvidos por Steiner, uma materialização normativa da sua ciência espiritual. Já que a burocracia é uma necessidade linguística da atual sociedade, o selo, em muitos casos, é o que permite a comunicação entre a cosmovisão intrínseca nas atividades ordinárias das unidades biodinâmicas e a sociedade que permeia essas unidades.

O projeto busca salientar o processo de legitimação da agricultura biodinâmica através da certificação uma vez que esse modelo de agricultura, também chamado de “ciência espiritual” trabalha com elementos inerentes ao contexto espiritual da antroposofia e da cosmovisão de Steiner. Analisar como surgiu e como se comporta o órgão certificador perante o desafio de aliar normas e técnicas necessárias ao processo de certificação e a filosofia de Steiner, e o que pensam os agricultores e agricultoras, que desenvolvem a agricultura biodinâmica, das exigências requeridas pela certificadora, além das contribuições da certificação biodinâmica para a produção e qualidade de vida na unidade produtiva.

2 METODOLOGIA

Este projeto aborda o tema sobre a certificação de produtos biodinâmicos. A metodologia empregada é uma pesquisa qualitativa envolvendo a “a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos”. (GODOY, 1995, p.58). Para tanto será realizada uma pesquisa documental realizando um “exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava o autor e aqueles a quem ele foi destinado, [...].” (CELLARD, 2014, p. 299). E uma pesquisa bibliográfica “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2002, p. 44).

Após a elucidação teórica, realizar estudo de caso buscando segundo Martins (2008, p. 3 e 80) o encadeamento de evidências por meio de uma triangulação que oriente a busca, e dê confiabilidade quanto aos instrumentos utilizados na pesquisa através de várias fontes de

evidências como as pesquisas previamente realizadas e o estudo. Esse estudo de caso será realizado em quatro unidades agrícolas biodinâmicas certificadas, indicadas pela Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul, buscando compreender como adquiriram o selo Demeter e quais os fatores limitantes para que duas unidades agrícolas biodinâmicas não certificadas adquiram a certificação. Serão também realizadas entrevistas como “recurso ao depoimento oral, como forma de construção do documento”. (MARTINS, de S., 2004, p. 294).

Também será realizada uma comparação entre as normas exigidas para a obtenção do selo Demeter e os princípios biodinâmicos propostos por Steiner. E uma análise de conteúdo para segundo Martins (2008, p. 33 e 35) buscar inferências confiáveis de uma maneira objetiva e sistemática e identificar intenções, características e apelos de comunicadores.

Desta forma serão realizadas:

- Pesquisa documental em manuais normativos e leis referentes à produção e comercialização de produtos orgânicos e biodinâmicos.
- Pesquisa bibliográfica em livros, cartilhas e artigos no sentido de compreender mais a fundo o processo de certificação, os métodos e as potencialidades da certificação no desenvolvimento da unidade agrícola e a trajetória das instituições envolvidas no processo certificatório.
- Estudo de caso em quatro unidades agrícolas biodinâmicas certificadas e duas unidades agrícolas biodinâmicas não certificadas para a coleta de dados e evidências que elucidem o processo de certificação e seus limitantes.
- Aplicação de entrevistas semiestruturadas, onde serão entrevistados: agricultores e agricultoras protagonistas das experiências certificadoras, técnicos (as) que auxiliaram/desenvolveram o processo de certificação, representantes das entidades e demais agentes envolvidos neste processo.
- Após a obtenção das informações da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso e entrevistas semiestruturadas é realizada uma análise comparativa do processo de certificação Demeter e os princípios da “ciência espiritual” de Steiner. Além da compreensão do processo certificatório para o desenvolvimento da unidade agrícola e quais os empecilhos para que unidades biodinâmicas não certificadas obtenham a certificação Demeter.

3 DESENVOLVIMENTO

Segundo Souza (2003) quanto mais indireta for a relação entre consumidores e produtores maior será a necessidade de um instrumento legal, formal que ateste a produção. Devido a essa distância crescente entre os agentes e o desafio de expressar as práticas empregadas no processo de fabricação dos produtos, a certificação se torna uma forma de adquirir essa crença na legitimidade do processo através de ordens estatuídas. Segundo (PERETTI 2010, p. 36) dentro da cadeia de produtos alimentícios no Brasil a implantação da certificação ocorre em função das exigências do mercado externo representado por grandes empresas multinacionais que exigem de seus fornecedores. Nesse intuito de atender as demandas legais e conquistar legitimidade no mercado externo, à agricultura biodinâmica desenvolveu seu próprio sistema de certificação através da instituição certificadora Demeter, atuando como autoridade racional-legal que fornece o fundamento de legitimidade pela burocracia.

Hoje a agricultura biodinâmica está presente em mais de 50 países a serviço da preservação do meio ambiente e alimentação saudável do ser humano. No mundo inteiro os produtos biodinâmicos são uniformemente comercializados sob a marca Demeter. A marca Demeter garante uma cultura agrícola baseada em medidas novas nos campos culturais/espirituais, políticos/legais, econômicos e ecológicos.

As unidades produtivas sobre a certificação Demeter devem estar de acordo com a Lei Brasileira 10.831 e à Instrução Normativa nº 46 de 06 de outubro de 2011 que estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as listas de Substâncias Permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal.

Todavia, as unidades de produção biodinâmicas são agrupadas sob a denominação genérica de agricultura orgânica. Ou seja, uma unidade de produção biodinâmica também é orgânica, porém o contrário não é verdadeiro. (DAROLT, 2002, p. 19).

Os produtos com o selo Demeter fazem parte da Demeter Internacional, uma rede ecológica internacional com sede na Alemanha. A Demeter certifica produtos produzidos no Brasil no sistema de certificação por auditoria através da Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD). Para o sistema participativo a certificação é realizada pela Associação Biodinâmica.

Segundo Da Silva (1997, p. 107) no Brasil, as primeiras diretrizes para os padrões de qualidade biodinâmica, Demeter, surgiram em 1989 pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (hoje com o nome Associação Biodinâmica), o processo de certificação cresceu tanto e acabou prejudicando outras áreas de atuação do instituto, por tanto em 1999 é criado a Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD). A IBD é a maior certificadora da América Latina, certificando tanto produtos orgânicos como biodinâmicos.

Segundo a homepage da IBD,

Produtos com certificado IBD são exportados para países como Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, EUA, França, Holanda e Japão. Além de frutas, também são por meio do certificado, café, açúcar, óleos, castanha de caju e palmito [...]. De acordo com levantamento da Associação, atualmente existem cerca de 700 projetos certificados, ou em processo de certificação, que abrangem todas as regiões do Brasil e alguns países da América Latina, representando pouco mais de 4.500 produtores e 300 mil hectares de área ocupada pelos orgânicos. Entre os grandes produtores e exportadores de produtos agrícolas, que utilizam o importante selo em suas mercadorias, tem sido crescente o número de médios e pequenos agricultores que aderem à certificação [...].

Os produtos com o selo Demeter passam por uma rigorosa normatização de sua produção, a origem e qualidade de insumos devem estar dentro dos valores estipulados nas normas que variam conforme o clima e a atividade desenvolvida. Segundo as Normas de Produção Demeter de junho de 2015: Todas as atividades devem ser efetuadas respeitando os ritmos astronômicos na produção animal e vegetal. Para a origem e qualidade de sementes e material propagativo é preferível o uso de variedades de polinização aberta e de origem biodinâmica além de ser proibido o uso de agentes químicos sintéticos nos tratamentos de sementes ou o uso de OGM's. Os preparados biodinâmicos devem ser elaborados na propriedade ou em cooperação com outras propriedades, o material utilizado na confecção dos preparados deve ser oriundo de propriedades biodinâmicas, a aplicação dos preparados 500 e 501 deve ser realizada no mínimo uma vez ao ano.

Para a criação animal, não é possível a certificação Demeter para unidades agrícolas onde não houver ruminantes ou equídeos, não podendo ultrapassar a quantidade de 2 animais por hectare. Para a conversão de uma unidade agrícola em biodinâmica deve ser elaborado um plano de manejo e um plano de conversão junto com consultores biodinâmicos, sendo que toda a propriedade deve ser biodinâmica no prazo de conversão de 5 anos. A produção

oriunda de 12 meses após o início do período de conversão pode ser comercializada como “em conversão para Demeter”, recebendo o certificado Demeter após 24 meses. Testes para resíduos e produtos químicos agrícolas ou outras investigações ambientais poderão ser solicitadas pela Associação Biodinâmica. Também são válidos os regulamentos da Organização Mundial do Trabalho (OIT) com relação aos recursos humanos.

Além das normas de produção a Demeter possui normas de rotulagem, normas para produtos apícolas e manejo de abelhas, normas para processamento de vinhos, álcool, plantas aromáticas, especiarias, cogumelos dentre outras. As unidades produtivas com o selo Demeter recebem ao menos uma vez por ano inspetores qualificados, que produzem um relatório a ser analisado por um comitê de peritos para uma decisão favorável ou contrário a manutenção da certificação.

Todas essas exigências para a aquisição do selo garantem a confiança do público nos produtos Demeter e a qualidade biodinâmica. O consumidor está ciente de que está levando para casa produtos isentos de contaminação química, sendo assim, a certificação biodinâmica é importante para a conquista da credibilidade de consumidores cada vez mais exigentes, pois fornece transparência sobre as práticas e insumos utilizados na produção. E se por um lado o consumidor se sente satisfeito com a qualidade dos produtos, a certificação também ajuda o produtor agregando valor e auxiliando no reconhecimento de suas práticas agrícolas. Segundo Leite (2016, p. 46) os selos auxiliam na elaboração dos preços dos produtos, quanto mais selos, mais o consumidor confia no produto. “Aregar valor ao produto rural por meio de uma certificação já é uma realidade para alguns países europeus como França, Espanha, Portugal, entre outros”. (ZUIN, 2007, p. 123). O IBD concede o selo “Produto Orgânico”, que gera um salto de 25% nos preços dos produtos. O selo Demeter garante mais 30% adicionais a estes. “Quem produz afirma que ela é mais rentável que os orgânicos, por produzir produtos mais saborosos e resistentes e ter maior produtividade”. (ZIMMERMANN, 2015, p. 35)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busca-se com essa pesquisa analisar o processo de certificação de unidades agrícolas biodinâmicas no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, no ano de 2019 bem como seus desafios e potencialidades para uma maior qualidade de vida e valorização dos produtos. Identificar a importância do selo de certificação biodinâmico e a explicação pela sua procura e crescimento no mercado nacional.

Especificamente pretende-se:

1. Compreender a trajetória da certificação biodinâmica no Brasil, assim como as instituições ligadas ao processo de certificação.
2. Verificar junto a unidades agrícolas biodinâmicas certificadas o processo de certificação biodinâmico compreendendo seus limites e potencialidades para o desenvolvimento da unidade agrícola.
3. Analisar junto a unidades agrícolas biodinâmicas que não possuem a certificação biodinâmica, os fatores limitantes para a aquisição da mesma.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO INSTITUTO BIODINÂMICO. Demeter. Botucatu, 2017. Disponível em: <<http://ibd.com.br/pt/Demeter.aspx>>. Acesso em: 12 out. 2018.

BERTALOT, M. J. A. et al. Métodos alternativos para controle de doenças fúngicas na cultura de jambu (*Spilanthes oleraceae L.*) através de *Equisetum* sp. e preparado biodinâmico

501. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 5, n. 2, p. 264-274, 2010. Disponível em: <<http://biodinamica.org.br/2/4/artigos-para-download/66-doencas-fungicas-jambu-preparado-biodinamico-501>>. Acesso em: 16 out. 2018.

CELLARD, André et al. A análise documental. POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, v. 4, p. 299, 2014.

DA SILVA, Geraldo Moismann; NETO, Christiano Petterson. Certificação de produtos agrícolas no Brasil: panorama atual e tendências futuras. Revista de Administração Pública, v. 31, n. 3, p. 103-115, 1997.

DAROLT, Moacir Roberto. As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades. DAROLT, MR Agricultura orgânica: inventando o futuro. Londrina: IAPAR, p. 18-26, 2002.

DE SOUZA MARTINS, Heloisa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e pesquisa, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

DEMETER INTERNACIONAL. História. Darmstadt, 2017. Disponível em: <<http://www.demeter.net/what-is-demeter/history>>. Acesso em: 21 out. 2018.

DEMETER. Normas de Produção: Para o uso das marcas Biodinâmica®, Demeter e marcas relacionadas. Botucatu, 2015. Disponível em <<https://www.biodinamica.org.br/5/certificacao>>. Acesso em: 21 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, p. 44-45, 2002.

GODOY, Arlinda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de administração de empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

LEITE, K. L., GODOY, N. N. Plano de negócios: Fazendo Bio Vida. Revista Maiêutica, Indaial, v.2, n.1, p. 33-54, 2016.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2008.

PERETTI, A. P.R.; ARAÚJO, W. M. C. Abrangência do requisito segurança em certificados de qualidade da cadeia produtiva de alimentos no Brasil. Revista Gestão & Produção. v. 17, n. 1, p. 35-49, 2010.

RICKLI, R. C. Os preparados biodinâmicos: Introdução a preparação e uso. 2 ed. Botucatu: Cadernos Deméter, p. 63, 1986.

SOUZA, Maria CM. Aspectos institucionais do sistema agroindustrial de produtos orgânicos. Informações Econômicas, v. 33, n. 3, p. 7-16, 2003.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UnB, 1994.

ZIMMERMANN, Clarice. A agricultura orgânica e biodinâmica como alternativas para uma agricultura sustentável. 2015. 47 f. Monografia (Especialista em Economia e Meio Ambiente)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2015. Disponível em: < <http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40759/R%20-%20E%20-%20CLARICE%20ZIMMERMANN.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 out. 2018.

ZUIN, Luís Fernando Soares; ZUIN, Poliana Bruno. Produção de alimentos tradicionais contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 4, n. 1, 2008.

CARIJADA DA ERVA-MATE EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS COM VIVENCIAS INTERCULTURAIS ENTRE POVOS TRADICIONAIS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

MAYER, Fábio André, Engenheiro Agrônomo. Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). fanmayer@yahoo.com.br ; NEUTZLING, Cristiane, Engenheira Agrônoma. Universidade Federal de Pelotas (UFPE). cristianeneutzling@hotmail.com; SURITA, Rita, Engenheira Agrônoma. Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) capasul@terra.com.br; WOJAHN, Elias, Estudante de Jornalismo. Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). elias.wojahn@gmail.com; KUHN, Mateus, Engenheiro Agrônomo. Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). mateuss.kuhn17@hotmail.com

Grupo de Trabalho Nº 1 – Agroecologia e Sistemas Agroalimentares

RESUMO: Este relato de experiência demonstra a implementação de uma metodologia pedagógica de pesquisa/ação desenvolvida pelo CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia), núcleo de Pelotas/RS junto às comunidades tradicionais e da agricultura familiar da região sul do RS. Trata-se da elaboração da erva mate, seguindo os princípios tradicionais e coletadas em SAF's (Sistemas agroflorestais) no interior do município de São Lourenço do Sul/RS. O objetivo foi elaborar a erva-mate (*Ilex paraguariensis St Hill*) em forma de mutirão com vistas a integração etnocultural. Verificar a interação das espécies botânicas no sistema natural e sua interface com os sistemas agroflorestais e promover o intercâmbio entre PCTs (povos e comunidades tradicionais). A metodologia desenvolvida, visou à integração intercultural e resgate da cultura tradicional na elaboração da erva-mate, bebida típica e hábito difundido entre as diferentes culturas do RS, tendo a sua origem com os povos indígenas Guaranis. Os matos nativos representam o equilíbrio dos ambientes e a garantia da qualidade do banco de sementes. Na localidade de Santa Inês, existem aproximados 1.000 plantas de erva-mate. Desta população, foram coletadas folhas e ramos utilizando-se para a poda facão, machado e escada como ferramentas. Imediatamente, o material foi transportado com trator e reboque para o terreiro. Em seguida, os ramos e folhas oriundos da colheita, foram submetidos ao processo de “sapeco” que corresponde a uma rápida passada no fogo. Posteriormente, esses foram dispostos na estrutura de carijo (estrutura de madeira verde semelhante a um giral) para a secagem, sendo sujeitadas ao fogo contínuo durante aproximadas 16 horas. Finalmente o material foi encaminhado para moagem no pilão manual ou do soque mecânico até o ponto ideal para consumo do chimarrão, com o aspecto visual de moída grossa. Nesse processo foram obtidos 40kg de erva-mate.

Palavras-chave: Agroecologia; agricultura familiar.

1 INTRODUÇÃO

A erva-mate (*Ilex paraguariensis St Hill.*) É usada há muito tempo, e seus primeiros registros atribuem a origem do uso aos indígenas Guaranis, que habitavam a região compreendida pelas bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai (LUZ, 2014). Tradição que é

disseminada até os dias atuais, tanto nas culturas do nativo da América do Sul, quanto dos colonizadores que aderiram ao costume.

Preparar, servir e tomar o chimarrão ou mate é comum entre todos os povos e comunidades tradicionais do pampa. O chimarrão é servido na cuia, tomado sozinho ou coletivamente, onde em rodas de conversa passa de mão em mão, formando elos de acolhimento entre as pessoas e sentimento de pertença a tradição local (MAZURANA et al., 2016).

As matas encontradas no interior de São Lourenço do Sul mostram de forma concreta a perfeita integração entre as araucárias e a erva-mate, o que faz acreditar que em algum momento essas plantas foram manejadas e plantadas por povos indígenas Guaranis, com o propósito de fornecer alimentos através do amido do pinhão e energia pela cafeína encontrada na erva-mate. As diversas outras árvores nativas encontradas e pertencentes ao Bioma Mata Atlântica, nos permite fornecer subsídios para os futuros redesenho de Safos (Sistemas Agroflorestais), que estão sendo realizados nas diferentes comunidades com a presença da erva-mate.

O momento atual demanda por uma erva tradicional, de melhor qualidade, sem misturas na sua composição e que seja produzida de forma agroecológica, essa demanda é expressada por muitos consumidores da região de Pelotas – RS.

Diante da demanda e pela forte presença das plantas na região realizou-se uma prática com o interesse de processar a erva, pois os processos anteriores não foram tão exitosos, e devido a isso os agricultores acabaram desistindo. Dessa forma um dos objetivos foi qualificar o processo de confecção da erva-mate, a partir do conhecimento tradicional Guarani, com uso do carijo, como uma forma de agregação de conhecimentos dos ancestrais, os quais são repassados de geração em geração.

O evento foi promovido para que houvesse uma troca de saberes, técnicas e experiências no preparo da erva-mate, entre os diferentes participantes de diversas culturas: Pomeranos, Quilombolas e os nativos Sul Americanos da etnia Mbya Guarani, pois promove troca de conhecimento entre os envolvidos. Outro objetivo foi incentivar a família a continuar e investir na atividade, que pode se tornar mais uma fonte de renda na propriedade.

2 METODOLOGIA

Este relato de experiência demonstra a implementação de uma metodologia pedagógica de pesquisa/ação, desenvolvida pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia - CAPA, núcleo de Pelotas/RS e Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU, juntamente com povos tradicionais (indígenas Mbya Guarani, Quilombolas e Pomeranos). Trata-se da promoção da agroecologia através do processamento da erva-mate tradicional.

A atividade aconteceu na localidade de Santa Inês, 2º distrito do município de São Lourenço do Sul, na propriedade do senhor Elmo Blank e família, contemplando os dias 23 e 24 de abril de 2018. Para a construção e troca de conhecimentos anteriormente foi organizada uma roda de conversa, juntamente com um documentário sobre o processamento da erva-mate, intitulado Projeto carijo – Herança do conhecimento ancestral na fabricação artesanal de erva-mate.

A erva-mate tradicional Guarani é processada através de uma estrutura conhecida como carijo, que é um secador simples, muito empregado na secagem da erva-mate nos processos industriais mais antigos (MACCARI, 2005). A construção do carijo foi realizada de modo coletivo, com base nos saberes populares das comunidades tradicionais. Para tal foram utilizados quatro esteios de madeira verde que serviam como sustentação do estendal construído com varas verdes. As dimensões empregadas foram 1,5m x 1,5m x 2,0m (altura x largura x comprimento).

Após confecção da estrutura, foi realizada uma caminhada de reconhecimento das plantas aptas à colheita. As plantas selecionadas foram aquelas que estavam sem fruto e fora da fase de floração, que apresentavam maior facilidade de acesso e que não possuíam brotações novas, advindas de adversidades climáticas, que ocorreram anteriormente na localidade. Buscou-se a coleta de folhas e ramos finos que são as partes empregadas na elaboração da erva, na qual foi executada de forma criteriosa, para evitar a degeneração da planta. Para isso, no momento da poda foram realizados golpes únicos e certeiros de facão, numa poda radical, deixando apenas o tronco principal.

A colheita foi feita de modo coletivo fazendo-se necessário o emprego de utensílios, tais como facões, machadinhas e escada. Após a colheita a erva foi transportada por um trator equipado com um reboque. Ao todo foram colhidas quatro plantas de erva-mate.

Para evitar o processo natural de deterioração da erva-mate foi realizado um rápido transporte e o sapeco. O sapeco consiste em uma operação de pré-processamento que emprega altas temperaturas, pois o ramo é exposto diretamente a chama e ao seu calor, fazendo um branqueamento térmico das folhas, evitando o escurecimento. O controle do branqueamento das folhas durante o processo é dado pelo estalo que a folha faz ao ficar exposta ao fogo, levando em consideração o tempo de exposição e a intensidade da chama. Assim, as folhas foram mantidas em tempo ideal de exposição ao fogo, de modo que não oxidasse diante do pouco tempo de exposição, e tampouco, queimasse diante da exposição em excesso. Neste sentido, os galhos colhidos foram rapidamente expostos ao calor do fogo, obtendo uma desidratação brusca.

Referente ao processo de secagem, os ramos que saíram do sapeco foram levados até o carijo, sendo esses dispostos em formato adensado com auxílio varas verdes de bambu. Para manutenção do fogo foi utilizada madeira com boa fonte calórica e com baixa produção de fumaça. Em um carijo, busca-se o calor, e não a chama em grande escala. Assim, manteve-se próximo ao local, uma vasilha com água, para controle das chamas que se desenvolvessem no braseiro. No mesmo momento, foi realizada a ronda do carijo, onde alguns passaram a noite cuidando o fogo, e outros os acompanhando para não deixá-los sós, favorecendo um momento de união e aconchego.

Diante do acompanhamento da erva-mate no carijo, tinha-se um cuidado especial de verificação do ponto de secagem para retirada da erva da estrutura. Para tanto era apertado em cada canto do carijo um punhado de erva, sendo que se ela era facilmente quebrada, significava que estava pronta para ser processada. Assim, começou-se a retirar os ramos secos, sendo esses batidos no pilão, fazendo assim os primeiros mates. Os demais ramos continuaram sendo retirados do carijo e encaminhados para a moagem, através do uso do pilão manual e do soque mecânico.

3 DESENVOLVIMENTO

A prática desenvolvida, foi vivenciada em todas as fases, desde a colheita até a elaboração da erva-mate, propiciando o resgate e a reafirmação da tradição Guarani e também dos Quilombolas e Pomeranos. O principal resultado além dos 40kg de erva-mate elaborados foi a satisfação de cada um em levar a erva-mate para casa. Outro resultado foi que uma das famílias se sentiu segura na fabricação e a partir da prática segue fazendo a erva-mate para comercializar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização e preservação do conhecimento ancestral das comunidades tradicionais acerca da prática de elaboração da erva-mate fez com que as diferentes vivencias convergissem em uma mesma direção.

Os dois dias juntos permitiu uma boa integração e responsabilidade em dividir as tarefas e fez com que as famílias demandassem por mudas de erva para compor e redesenhar seus agroecossistemas.

REFERÊNCIAS

MACCARI A. J.; Análise do pré-processamento da erva-mate para chimarrão / Agenor Maccari Junior. --Campinas, SP: [s.n.], 2005.

LUZ, M.; Carijo: saber cultural do Rio Grande do Sul, símbolo da resistência e conhecimento indígena e camponês na fabricação de erva-mate. Porto Alegre, Catarse, 2014, 148p.

MAZURANA, J.E.D.; LAUREANO, L.C. Povos e comunidades tradicionais da pampa. Porto Alegre/RS, FLD, 2016, 224p.

PERCEPÇÕES E ANÁLISES SOBRE A AGRICULTURA BIODINÂMICA: A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DA CONSTRUÇÃO DOS SIGNIFICADOS E SENTIDOS DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DA AGRICULTURA BIODINÂMICA SOBRE A REALIDADE.

De Oliveira, Jéssica Righi, Engenheira Florestal. Mestranda pelo programa de Extensão Rural e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jessica_rolivera93@hotmail.com.

Grupo de Trabalho Nº 1 – Agroecologia e Sistemas Agroalimentares

RESUMO:

A agricultura biodinâmica é fundamentada nas bases da uma ciência espiritual orientada pela Antroposofia, na face de uma demanda direta de um grupo de agricultores que são os principais responsáveis pela prática e fortalecimento da agricultura biodinâmica. Dessa forma, temos a tradicional hierarquia da produção de conhecimento cientificamente válido reformulada, onde os agricultores biodinâmicos e as agricultoras biodinâmicas estão à frente da consolidação de todo o processo. Percebendo que há na agricultura biodinâmica constante preocupação com o manejo adequado para o bom desenvolvimento e manutenção dos agroecossistemas, e que os agricultores e agricultoras da Agricultura Biodinâmica são os maiores responsáveis pela existência do método biodinâmico, incluindo os burocráticos, também que a ação destes vai em contramão ao processo mais frequente de desmatamento para a produção agrícola, questiona-se sobre a distinta relação destes com o ambiente que os cerca buscando entender quais são os fatores que engendram tal relação, salientando a importância de conhecer e interpretar os significados e sentidos que estes agentes atribuem a suas relações com a unidade de produção biodinâmica.

Palavras-chave: Agroecologia, Agricultura Biodinâmica e Construção Social

1 INTRODUÇÃO

A agricultura biodinâmica é fundamentada nas bases da uma ciência espiritual orientada pela Antroposofia, a qual foi desenvolvida e inspirada por Rudolf Steiner (1861- 1925), quem a pedido de um grupo de agricultores afiliados a sociedade anroposófica, ministrou uma série de conferencias em Koberwitz, no ano de 1924. O que levava ao grande interesse dos agricultores por acessar as teorias que Steiner desenvolvia sobre a agricultura e a

antroposofia, era a contínua degeneração na qualidade das culturas semeadas em função da difusão da agricultura tecnoquímica conjuntamente com a necessidade de fornecer alimentos e matéria prima para exércitos envolvidos na primeira guerra mundial.

Sobre as consequências imediatas desta série de conferências, a Associação Biodinâmica de Portugal (2014), relata que Steiner incumbiu sua esposa, Marie Steiner, de sistematizar as anotações originadas das conferências para posterior publicação. Rudolf Steiner morreu um ano depois, não podendo conferir essa sistematização, a qual, após a morte de Marie Steiner, são organizadas e publicadas em uma versão única, conhecida como “Os fundamentos da Agricultura Biodinâmica”, de Rudolf Steiner, sendo esta a principal obra sobre a agricultura biodinâmica, constituindo o marco referencial teórico que fundamenta esta ciência espiritual.

Os principais responsáveis pela prática e fortalecimento da agricultura biodinâmica foram os agricultores, que por meio da ação, consolidaram este método de produção. De acordo com De Oliveira (2017, p. 13) “Steiner enfatizou que o curso era prático e não descritivo, ele deixou claro que as ideias apresentadas deveriam ser testadas experimentalmente sob a coordenação da Seção de Ciências do Goetheanum.”.

E assim, os agricultores e as agricultoras da biodinâmica tomam frente na experimentação do método, assumindo protagonismo que tem como consequência o fortalecimento do método tanto na face ciência, da prática agrícola ou mesmo quanto movimento de resistência e alternativa a homogenização da agricultura e das culturas alimentares.

Percebendo que há na agricultura biodinâmica constante preocupação com o manejo adequado para o bom desenvolvimento e manutenção dos agroecossistemas, e que os agricultores biodinâmicos são os maiores responsáveis pela existência do método biodinâmico, incluindo os burocráticos, também a ação destes agricultores em contramão ao processo mais frequente de desmatamento para a produção agrícola, questiona-se sobre a distinta relação destes com o ambiente que os cerca buscando entender quais são os fatores que engendram tal relação.

Assim, questiona-se que se dentro do universo da agricultura biodinâmica, considerando-a um método de agricultura racional, científica e espiritual e considerando a construção social deste método agrícola, quais são os significados e sentidos que os agricultores e agricultoras biodinâmicos atribuem a suas relações com o “organismo vivo” no qual exercem sua atividade?

Desta forma, entende-se que compreender como se dá o processo de formação dos agricultores e das agricultoras da biodinâmica, compreender como estes e estas orientam suas ações e percebem o ambiente ao seu redor pode ser valioso para compreender algo de subjetivo que se perdeu com a modernização e a padronização da forma de pensar a agricultura.

Este estudo tem como objetivo demonstrar a importância que existe em identificar e entender como ocorre a construção dos significados e sentidos que os agricultores biodinâmicos e agricultoras biodinâmicas atribuem a suas relações com as unidades de produção biodinâmicas nas quais praticam agricultura.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica referente à temática dos processos de construção social, construção de identidade, construção da realidade, atribuição de sentidos e valores, e percepção de mundo, visando entender como estes processos ocorrem de um modo geral, para posteriormente serem aplicados ao entendimento de relações específicas dentro do universo da agricultura biodinâmica.

A análise dos dados é realizada em concordância com Martins (2008), consistindo em classificar e categorizar os dados obtidos, os quais apresentados na forma de tabelas e gráficos para posterior discussão e problematização.

Após esses processos, será dado início a construção de uma teoria explicativa (*Grounded Theory*), que segundo Laperrière (2014) é considerado a primeira formação ampla das orientações de análises qualitativas. Como resultado deste procedimento, apresenta-se teoria que possibilita responder o problema de pesquisa e também orientar os próximos passos de futuras pesquisas e indagações referentes ao presente tema ou temas a este relacionados.

3 DESENVOLVIMENTO

Como podemos observar, a agricultura biodinâmica surgiu como uma solução para as dificuldades referentes a produção de alimentos em Koberwitz, na face de uma demanda direta de um grupo de agricultores. Segundo a Associação Biodinâmica Portugal (2014), esses agricultores possuíam o ponto de vista de que a agricultura não deveria ser resumida a uma técnica simplesmente produtiva e condicionada a uma crescente adição de produtos químicos.

Após finalizar o Curso agrícola em Koberwitz, Steiner (2010) emitiu nota onde expressava suas análises e sentimentos em relação ao curso. Nesta nota, ele explica que se de um lado, a utilização de adubos químicos impulsiona a produção, do outro lado, o lado do tempo, é ela a responsável pela degeneração da terra, da natureza e dos produtos agrícolas. Nesta mesma nota ele explica genericamente a agricultura biodinâmica e a necessidade do essencial do ser humano de estar em contato com a terra:

“ (...) se trata integralmente de uma questão que, no sentido mais elevado, é uma questão terreno-cósmica. Justamente na agricultura fica evidente que é preciso extrair do Âmago do espirito forças hoje inteiramente desconhecidas, não significando somente que talvez a agricultura deve ser um pouquinho melhorada, mas sobre tudo que a vida dos homens – pois o homem precisa a rigor viver do produto da terra – possa, na verdade, prosseguir sobre ela também no sentido físico. (STEINER, 2010, p. 14) ”

Outra característica notável da agricultura biodinâmica é a participação e autonomia dos agricultores para consolida-la como ciência espiritual, dotada de método experimental. Conforme Steiner (2010) acorda e relata, durante a oitava conferência os agricultores formaram os chamados círculos experimentais, responsáveis por testar a teoria, resultando em que a agricultura biodinâmica fosse em sua maior parte testada externa as paredes do mundo acadêmico.

Dessa forma, temos a tradicional hierarquia da produção de conhecimento cientificamente válido reformulada, onde os agricultores biodinâmicos e as agricultoras biodinâmicas estão à frente da consolidação de todo o processo, configurando ainda maior peso a importância de conhecer e interpretar os significados e sentidos que estes agentes atribuem a suas relações com a unidade de produção biodinâmica e como se dá a construção social, a construção da realidade e da identidade destes.

Contudo, é interessante que seja ressaltado a complexibilidade que envolve o entendimento desses aspectos subjetivos que cristalizam no ser, ver e agir desde o ser humano ao mundo.

A “construção da realidade” é um tema que envolve distintas áreas do conhecimento científico. Esse problema está presente desde a filosofia (vontade e representação), passando pela linguística (linguagem estruturando a realidade), a psicanálise (princípios da realidade psíquica), sociologia (construção social da realidade), antropologia (norma cultural do real) e até a física teórica (visão da matéria na relação com o objeto); não ficando a demografia e a ciência políticas alienadas do debate do que vem a realidade, já que ambas têm que se debruçar na sua apreensão. (DA SILVA, 2014, p. 63)

Para Weber (2012) é fundamental que ao se propor explicar os processos sociais de determinadas comunidades deve-se necessariamente compreender a percepção de mundo dos atores e as motivações *que* guiam a ação social dos diversos sujeitos e os fatores que engendram mudanças nas regras da conduta coletiva e individual. Para Martins (2001, p. 1) que entende as especificidades das comunidades rurais, “(...) as populações rurais têm seus próprios códigos de conhecimento e sua própria concepção de destino, que são tão legítimos quanto os códigos e as concepções dos setores da sociedade dos quais os sociólogos se sentem mais próximos e mais acolhidos”.

Luckmann (2004, p. 14) acredita que “O interesse sociológico Nas questões da realidade e do conhecimento justifica-se assim inicialmente pelo fato de sua relatividade social” e complementa que “A consciência é sempre intencional, sempre tende para ou é dirigida para objetos.” Luckmann (2004, p. 37).

Por fim, percebe-se que compreender o processo de formação dos agricultores e das agricultoras da biodinâmica e como estes e estas conduzem suas ações ao ambiente ao seu redor, pode ser valioso para compreender a complexidade das mudanças ocasionadas com a modernização e a padronização da forma de pensar a agricultura, trazendo à tona aspectos subjetivos essenciais para fomentar teoria explicativa sobre a relação do ser humano e a natureza e as práticas que resultam dessa relação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente trabalho foi possível perceber que no processo de construção da agricultura biodinâmica os agricultores foram agentes de grande importância e que uma vez tendo sido percebido este aspecto, passa-se a entender que é de grande importância compreender a construção social da agricultura biodinâmica e o processo de formação dos agricultores e das agricultoras com ela envolvidos.

Nesse sentido, faz-se necessário buscar entender as cosmovisões assim como buscar compreender como estes e estas orientam suas ações e percebem o ambiente ao seu redor, percebendo que há sim, nesse processo, algo de subjetivo ao que tange a relação ser humano e natureza, algo que se perdeu com a modernização e a padronização da forma de pensar a agricultura.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BIODINÂMICA PORTUGAL. Conversão à Agricultura Biodinâmica. Santarém, 2014.

DE OLIVEIRA, Jéssica R. **Contribuições da agricultura biodinâmica para a compreensão da integração dos elementos florestais nas unidades produtivas.** 2017, 42 p., Trabalho de conclusão de curso (Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

LAPERRIÉRE, A. A teorização enraizada (Grounded Theory). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológico** / Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Vozes, v. 4, p. 353-385, 2014.

LUCKMANN, T; BERGER, P. L; **A construção social da realidade:** Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARTINS, G. de A. Estudo de caso. **São Paulo:** Atlas, 2008.

MARTINS, J. S.; O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. Revista estudos avançados, nº 15, 2001.

STEINER, Rudolf. Fundamentos da agricultura biodinâmica. 3 ed. São Paulo: Antroposófica, 2010, 239 p.

WEBER, M. Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª ed. Brasília: UNB, 2012.

Grupo de Trabalho 2 – Gênero, Geração e Populações do Campo

Mediadores:

José Marcos Froehlich
Joel Orlando Bevilaqua Marin

Coordenadoras:

Andréia Nunes Sá Brito
Janaina Betto

Os estudos sobre relações de gênero, geração, questões étnico-raciais e culturais têm possibilitado compreender que a população rural não é homogênea e que enfrenta processos de desigualdades sociais e econômicas de maneiras distintas. A diversidade social do campo e os territórios de moradia e trabalho influenciam nas formas de resistência aos processos de opressão que diferentes grupos sofrem e nas estratégias de construção de autonomia. Para analisar esse contexto, o *Grupo de Trabalho 2 – Gênero, Geração e Populações Rurais* buscou reflexões, individuais e coletivas, sobre a complexa heterogeneidade social da realidade rural brasileira, bem como análises das condições associadas às categorias de gênero, geração, raça/etnia e os conflitos nos âmbitos de famílias, instituições, comunidades e sociedade. O GT buscou produções científicas e um debate centrado na diversidade de identidades sociais no rural contemporâneo e nas formas de trabalho e vida no meio rural. Abaixo segue um compilado com os resumos de todos os trabalhos científicos submetidos ao GT 2 – Gênero, Geração e Populações do Campo.

CAMPESINATO E FEMINISMO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL PARA UMA CONSTRUÇÃO NECESSÁRIA

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira. Doutoranda em Extensão Rural, UFSM. E-mail:
iolanda_uast@yahoo.com.br

Grupo de Trabalho 2: Gênero, Geração e Populações do Campo

Resumo: Pouco se reflete sobre as estruturas de dominação e opressão que podem ocorrer no interior da família camponesa, especialmente no que se refere às questões de gênero e geração. O modo de produção camponês é pautado na utilização de mão de obra familiar, o que inclui a participação das mulheres na produção, mas cabe questionar qual é o “trabalho feminino” na produção camponesa e se existe a determinação de papéis de acordo com o gênero na divisão do trabalho familiar. Com o avanço do debate feminista no campo, a mulher camponesa tem se organizado para discutir as questões de gênero, lutando contra a subordinação e pelo direito à participação produtiva e política. Nesse sentido nos deparamos com dois conceitos que parecem difíceis de dialogar: *feminismo* e *campesinato*. O campesinato, como um modo de vida e produção, é permeado de tradições e cultura que mantém a estrutura familiar hierárquica na qual as mulheres ocupam um lugar de subordinação. Por outro lado, o feminismo é um movimento social que luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, o que questiona, inclusive, a configuração clássica da família camponesa. As mulheres camponesas iniciam um processo de reflexão sobre a necessidade de um feminismo que as representasse, construído por elas. Assim surge a ideia do *feminismo camponês*. Dentro de um conceito de campesinato ressignificado emerge um feminismo que reconhece as particularidades das mulheres do campo, que não abandona as questões de classe, e que atenta para as relações das mulheres com a natureza, a terra e a distribuição de renda, colocando-as como protagonistas da construção de um novo modelo de agricultura e sociedade. Partindo dessas considerações, este artigo se propõe a discutir o “feminismo camponês”. As questões colocadas em discussão são: É possível ser feminista e camponesa? Quais as particularidades do “feminismo camponês popular”?

Palavras-chave: Campesinato, Gênero, Feminismo Camponês

1 INTRODUÇÃO

Ao se pensar na família camponesa é comum que o nosso imaginário remeta à imagem de um núcleo familiar que convive em harmonia entre si e com a terra. Uma clássica teoria sobre o campesinato traz a ideia de uma família composta por “pessoas que comem na mesma mesa”, que buscam equilibrar o esforço do trabalho com as necessidades de consumo da família, onde, em alguns momentos alguns membros da família precisam trabalhar mais para alimentar quem não tem condições de trabalhar (CHAYANOV, 1974). Essa ideia do grupo familiar camponês como uma unidade harmônica é recorrente e, por isso, pouco se reflete sobre as estruturas de dominação e opressão que podem ocorrer no interior da família camponesa, especialmente no que se refere às questões de gênero e geração. O modo de produção camponês é pautado na utilização de mão de obra familiar, o que inclui a participação das mulheres na produção, mas cabe questionar qual é o “trabalho feminino” na produção camponesa e se existe a determinação de papéis de acordo com o gênero na hora da divisão do trabalho familiar. Afinal, será que esse grupo social está livre de reproduzir a opressão e subordinação das mulheres?

De acordo com Esmeraldo (2013) existe uma ordem moral instaurada no trabalho camponês que hierarquiza e diferencia o trabalho de homens e mulheres, nessa ordem o

trabalho considerado produtivo é atribuído ao homem e é esse trabalho que tem visibilidade e reconhecimento e é o que constitui a autoridade masculina. Em contrapartida, o trabalho das mulheres é invisibilizado e, mesmo quando elas trabalham junto com os homens na produção, seu trabalho é considerado apenas como uma “ajuda” sem o devido reconhecimento.

As desigualdades de gênero em geral são combatidas pelos movimentos feministas em todo mundo. No Brasil, o debate feminista ganha força nos anos de 1970, mas emerge como um movimento composto majoritariamente por mulheres urbanas, brancas, e de classe média, discutindo opressão de gênero sem recorte de classe social ou espaço social. Essa característica do próprio movimento feminista, somada aos esforços de instituições como Estado e Igreja em depreciar o termo “feminismo”, fez com que esse termo causasse estranhamento a alguns grupos de mulheres, como é o caso das mulheres negras e das mulheres camponesas. O movimento feminista que ganhou força no Brasil não dava conta de discutir particularidades das mulheres camponesas, como por exemplo, a hegemonia do trabalho familiar. Assim, as mulheres do campo que se organizavam e se mobilizavam para garantir direitos básicos e reconhecimento do seu trabalho o fazia, inicialmente, sem uma associação direta ao termo feminismo. É importante pontuar aqui que, mesmo sem mencionar o termo feminismo, as mulheres camponesas exercem desde o início de sua organização a prática feminista na luta contra subordinação feminina no campo.

Ao se aproximar da igreja católica por meio da teologia da libertação, o movimento feminista encontra caminhos para uma aproximação com as mulheres do campo e a partir daí o feminismo ganha delineamento particulares se mostrando mais empático às questões que tocam as mulheres camponesas. Com o avanço do debate feminista no campo, as mulheres camponesas têm cada vez mais se organizado para discutir as questões de gênero, lutando contra a subordinação e pelo direito à participação produtiva e política. Nesse sentido nos deparamos com dois conceitos que parecem difíceis de serem convergentes: *feminismo* e *campesinato*. Nessa aproximação entre “campesinato” e “feminismo”, duas coisas devem ser pontuadas: primeiro a vinculação dos movimentos sociais do campo brasileiro com a Via Campesina, que implica numa ressignificação do que é ser camponês e, segundo, a identificação das mulheres camponesas, inseridas em movimentos sociais do campo que são eminentemente classistas, com o feminismo socialista que se esforça em vincular questões de classe e gênero. Emerge então o termo “*feminismo camponês e popular*” que atualmente ainda se encontra em construção e que remete à uma ressignificação do que é ser camponês e do que é ser feminista, para além disso, o “*feminismo camponês*” coloca como central o papel da mulher na construção de um novo modelo de agricultura e de sociedade possível.

Partindo dessas considerações, este artigo objetiva discutir como se constrói o que se intitula como “feminismo camponês popular”. As questões colocadas em discussão nesse artigo são: É possível ser feminista e camponesa? Quais as particularidades do termo “feminismo camponês popular” que diferencia o dos demais movimentos feministas?

2 METODOLOGIA

O presente artigo, que se caracteriza como um ensaio teórico e será construído a partir de uma revisão bibliográfica e teórica sobre os temas “campesinato” e “feminismo” discutidos a partir de textos acadêmicos e documentos dos movimentos sociais do campo.

3 A IDENTIDADE DE “MULHERES CAMPONESAS” E A SUA RELAÇÃO COM O FEMINISMO

Wanderley (1996) ressalta a centralidade da família como detentora da força de trabalho e da propriedade na produção camponesa. Assim, para garantir a sobrevivência e a reprodução social a família camponesa assume uma lógica de “horizonte das gerações”, em que projeta o futuro.

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1996, p. 4)

Quando relacionado com o conceito camponês clássico, percebe-se que o campesinato brasileiro apresenta características particulares resultantes do enfrentamento de situações históricas e sociais do país, especialmente pelo longo período de monocultura e trabalho escravo que se instituiu após o período colonial. Assim, não se nega a existência de um campesinato no Brasil, mas é preciso considerar que essa forma de vida e produção precisa recorrer a diferentes estratégias para se reproduzir socialmente. A definição de campesinato é ainda objeto de disputas acadêmicas e políticas no Brasil, e o termo assume dupla conotação, de um lado é associado à um modo tradicional de produção agrícola, pouco integrada ao mercado e com hegemonia do trabalho familiar, por outro lado o termo camponês é usado em seu sentido mais político, associado aos movimentos sociais do campo (WANDERLEY, 2014).

Importa considerar nesse artigo que, no Brasil, o campesinato se caracteriza como um tradicional modo de vida e de produção de base familiar que, para garantir sua reprodução social adota diferentes estratégias, entre elas a organização em movimentos sociais que organizam as lutas políticas públicas e direitos sociais básicos, assumindo assim um viés político forte. Nesse sentido, no Sul do Brasil destaca-se enquanto organização de mulheres do campo, o Movimento de Mulheres Camponesas, que à exemplo dos demais movimentos rurais nacionais, se vincula ao movimento internacional de camponeses, denominado *Via Campesina*¹.

O Movimento de Mulheres Camponesas, se vincula à Via Campesina sob a justificativa de que o termo “camponesa” contempla a heterogeneidade de identidades de mulheres que representam o campesinato no Brasil, que podem ser agricultoras, assalariadas rurais, pescadoras ou extrativistas, e demais mulheres ocupadas em atividades que envolvem produção, e até comercialização, desde que em torno do trabalho familiar (BONI, 2013).

Mulher camponesa é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebra-de-coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2008).

Na elaboração do conceito acima exposto, nota-se que existe uma ressignificação do “ser camponês”, que vai além do conceito clássico ou acadêmico e consegue abranger os

¹ É uma organização internacional de camponeses que agrupa movimentos sociais e organizações rurais do mundo inteiro. A criação da Via Campesina teve o objetivo de articular os processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional em torno da categoria “camponês”.

diversos participantes desse movimento. Essa ressignificação acompanha o realizado pela Via Campesina, para justificar a pluralidade de movimentos que ela agrupa e enfatizar seu caráter político. De acordo com Boni (2013), esse esforço de ressignificação do termo campesinato é importante, pois com a emergência da categoria “pequena produção” como uma alternativa ao campesinato no Brasil, os sujeitos do campo sofreram certa despolitização, o que prejudicou inclusive a luta pela Reforma Agrária.

Em ensaio sobre o Feminismo Camponês, Betto e Piccin (2017) observam que a estratégia de construção de uma identidade camponesa coletiva surge como uma resposta à expansão do modelo de agricultura corporativo e neoliberal e permite que os movimentos sociais se agreguem e consolidem forças alternativas à globalização. Entretanto, de acordo com esses autores, para o Movimento de Mulheres Camponesas, além da busca de representação legítima do conjunto de mulheres e do caráter de resistência atrelado à conotação política, o uso dessa designação está associado à busca pela ressignificação do que é ser camponês no espaço rural brasileiro, buscando fugir da conotação negativa e expandindo os significados do termo. Para as mulheres do MMC, adotar a terminologia “camponesa” assume ainda um significado de resistência, mesmo entre as mulheres em que a unidade de produção familiar está fortemente inserida ao mercado, elas ignoram o conceito clássico de campesinato e se identificam como camponesas, adotando um significado de luta para o conceito de campesinato e perseguindo a ideia de uma agricultura camponesa associada à agroecologia e construindo resistência contra o agronegócio. Posto isso, o que Boni (2013) destaca é que identidade camponesa tem a ver com o projeto de sociedade que essas mulheres almejam, com a produção de alimentos saudáveis.

As mulheres do campo, que permaneciam na invisibilidade dentro da “família camponesa”, começaram a se organizar para lutar por direitos sociais básicos que lhes eram negados. Assim, as organizações de mulheres rurais emergem sem uma ligação direta com as questões de gênero ou com o feminismo. De acordo com Conte e Weschenfelder (2012), essas mulheres não tinham claro o que representava participar de uma organização de mulheres, apenas o faziam para garantir seus direitos, mas é a partir daí que despertam para sua construção enquanto sujeitos políticos e também para a luta feminista.

Embora as mulheres do MMC tenham desde sempre assumido uma postura feminista, o termo “feminismo” era considerado tabu dentro do movimento e o interesse específico nesse tema não era demonstrado em seus discursos e materiais de formação (BONI, 2013). De acordo com Betto e Piccin (2017) é só a partir da última década, em decorrência das transformações sociais e culturais que acontece o reconhecimento do caráter feminista no Movimento de Mulheres Camponesas e então se iniciam esforços de reflexão sobre as questões específicas, onde as militantes entendem a importância de engrossar as lutas de gênero, incorporando pautas que confrontam o modelo de “família patriarcal”.

As mulheres camponesas, especialmente aquelas organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas, estão, em movimento, protagonizando a criação de um feminismo que assume características próprias para atender aos anseios das mulheres rurais, um feminismo que emerge do campo, ou, conforme Paulilo (2016) um “feminismo que brota da horta”. Como colocado por Conte e Weschenfelder (2012, p. 20): “As mulheres do MMC experimentam suas próprias experiências refletidas na e por ocasião da Organização, as quais constroem dia-a-dia, seja nas lutas explicitadas ou cotidianas no universo de suas casas e unidades de produção”.

As mulheres camponesas afirmam um feminismo diferente, construído a partir da sua identidade e referente às suas condições enquanto mulheres camponesas que precisam combater as questões de classe e lutar muito contra a opressão de gênero em uma estrutura tradicionalmente patriarcal (BONI, 2013). Na análise de Betto e Piccin (2017), as mulheres do campo organizadas, buscam construir um feminismo que dá sentido e signifique as

experiências de vida dessas mulheres, um feminismo que considera a exploração de classe, a apropriação de gênero e que possibilita o debate sobre um modelo de agricultura alternativo. Esses autores apontam ainda que o *feminismo camponês popular*, além de destacar a relação das mulheres com a natureza e exaltar sua capacidade de gerar vida, tem acompanhado as discussões referentes ao direito ao aborto, o que demonstra que esse não é um movimento desvinculado das discussões feministas mais gerais. O que Betto e Piccin (2017) chamam atenção é para o fato de que a construção do feminismo camponês popular acompanha a onda de movimentos de mulheres que buscam se organizar enquanto feministas de acordo com a sua realidade, experiência de vida e acumulado histórico.

Como bem apontado por Paulilo (2004), os movimentos feministas em geral tem dado pouca importância para questões como distribuição de renda e direitos de propriedade, temas que são tão caros para a realidade das mulheres rurais visto que o acesso à terra e à renda é nitidamente desigual entre homens e mulheres. Foi por questões como essa que, à medida que a discussão feminista ia engrossando nos movimentos sociais rurais, as mulheres camponesas sentiram a necessidade de construir “o seu próprio feminismo”.

Os três eixos principais de luta das mulheres camponesas na atualidade são, de acordo com Betto e Piccin (2017): a libertação da mulher, a transformação da sociedade e a construção do projeto de agricultura camponesa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que o campesinato no Brasil passou por uma ressignificação, especialmente como estratégia de fortalecimento dos movimentos sociais do campo que defendem essa categoria política. Nesse processo de ressignificação, a mulher camponesa passa a ser definida como aquela que produz o seu próprio alimento, mesmo que ainda integrada ao mercado quando necessário para reprodução social da família, o “diferencial” da mulher camponesa seria a resistência ao agronegócio e a busca por um modelo de agricultura agroecológico, que respeita a natureza. As mulheres camponesas se aproximaram do feminismo não intencionalmente, mas isso ocorreu durante o processo de organização e luta diária que essas mulheres vivenciaram. É interessante ressaltar que, mesmo sem conhecimento ou sem intenção, as mulheres campo sempre demonstraram ações e posturas feministas, que mais se aproximavam do feminismo socialista, marxista, por estar vinculado à luta de classes. Essa seria uma das principais características do feminismo das mulheres do campo: a associação das lutas de classe e gênero. Uma vez desmistificado o feminismo entre as mulheres camponesas, estas iniciam um processo de reflexão sobre a necessidade de um feminismo que as representasse, que deveria ser construído por elas. Assim surge a ideia do *feminismo camponês*. Dentro de um conceito de campesinato ressignificado emerge um feminismo que reconhece as particularidades e necessidades das mulheres do campo, um feminismo que não abandona as questões de classe, e que atenta para as relações das mulheres com a natureza, a terra e a distribuição de renda, colocando-as como protagonista da construção de um novo modelo de agricultura e sociedade possível.

REFERÊNCIAS

BETTO, J.; PICCIN, M. B. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC) e o percurso de sua luta feminista. **Amerika**, n° 16. 2017.

BONI, V. Movimento de mulheres camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, n 34/35, 2013.

CONTE, I. I.; WESCHENFELDER, N. V. Mulheres Camponesas em luta: Resistência, libertação e empoderamento. **Revista da Faculdade de Educação**, ano X, nº17, 2012.

ESMERALDO, G. G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. **Folder sobre a missão do Movimento**, 2008.

PAULILO, M. I. S., Que feminismo é esse que nasce na horta? Florianópolis: **Política & Sociedade**, 2016.

PAULILO, Maria Ignez S.. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2004

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista Economia Sociologia Rural**, vol.52, supl.1, Brasília 2014

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Anais...** XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996.

JOVENS RURAIS MILITANTES: PERSPECTIVAS DE UM IDEAL SOCIAL

GONÇALVES, Jana. Relações Públicas, Doutoranda do programa de pós-graduação em extensão rural da Universidade Federal de Santa Maria. joventudeufsm@gmail.com

Grupo de Trabalho Nº 2 – Gênero, Geração e Populações do Campo

Resumo: O foco da análise no presente estudo são os líderes juvenis de movimentos rurais, por considerar indivíduos influentes nas manifestações sociais e que agregam e orientam os demais integrantes do movimento. Uma juventude provedora de experiências e realidades distintas da dos centros urbanos, com representações da vida rural nas suas mobilizações. Deste modo, o trabalho tem por objetivo entender as motivações sociais que incentivam essa juventude a permanecer na linha de frente dos movimentos. Os líderes juvenis dos diferentes movimentos rurais analisados neste trabalho, apresentaram distintas motivações para a sua permanência na linha de frente das manifestações, porém todas elas são de cunho comunitário. Em princípio, destacam que sua luta é para um bem comum e coletivo dos agricultores. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo e o instrumento de pesquisa foi uma entrevista com roteiro semiestruturado com cinco representantes juvenis de movimentos sociais rurais.

Palavras-chave: Juventude militante rural; motivações sociais; movimentos sociais.

1 INTRODUÇÃO

Em contextos contemporâneos, dignidade e respeito são questões que impulsionam a população a reivindicar nas ruas contra a política governamental existente. Por algum tempo, as condições sociais e a vida moderna propiciaram uma acomodação e uma aceitação da sociedade sobre sua realidade. Mas, com o passar do tempo, uma onda de insatisfação originou, em meados de 2010, distintas mobilizações sociais que reacenderam a chama da indignação, relembrando as diversas mobilizações juvenis pelo mundo desencadeadas nos anos 60. Esses movimentos contemporâneos, acabam por ter suas peculiaridades distintas aos de décadas passadas, pois possuem características bem heterogêneas, com eixos diversos e ultrapassam rapidamente as barreiras nacionais. Mas também lutam por justiça, igualdade social e econômica, e se diferenciam por reivindicar e defender causas ambientais. Esses pontos, segundo Nauman (2008), em sua grande maioria são reflexos de uma vida moderna impactada pela globalização, fenômeno do capitalismo, que estimula o consumo material, que aumenta a poluição, gerando assim, os impactos ambientais, entre outros.

Observar as representações e práticas juvenis como símbolos da mudança social mostra-se relevante para Feixa e Urteaga (2011). Os autores destacam que essa questão rompe com os conceitos tradicionais e emerge um conjunto de fatores com os quais os jovens interagem e arquitetam novas maneiras e visões de política. Além de relações sociais e também culturais, justificando-se por vezes sua proximidade e identificação com os movimentos sociais, como um espaço de possibilidade de mudança. As marchas sociais são um meio de fortalecer essa identidade juvenil e constituir suas redes de representatividade, ampliando suas possibilidades de serem ouvidos se estiverem unidos com outras pessoas, pois o indivíduo sozinho não possui o mesmo impacto que as multidões.

O foco da análise no presente estudo são os líderes juvenis de movimentos rurais, por considerar indivíduos influentes nas manifestações sociais e que agregam e orientam os

demais integrantes do movimento. Uma juventude provedora de experiências e realidades distintas da dos centros urbanos, com representações da vida rural nas suas mobilizações. Deste modo, o trabalho tem por objetivo entender as motivações sociais que incentivam essa juventude a permanecer na linha de frente dos movimentos.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, trabalhando “com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21) e a combinação de diversos procedimentos metodológicos, através de entrevistas. O estudo se deu com os militantes juvenis rurais, no Estado do Rio Grande do Sul. Os jovens entrevistados foram selecionados a partir de informantes-chave, sendo estes, escolhidos por meio de seu vínculo com o campo, sendo assim, todos os informantes possuíam contato com o meio rural ou são de origem rural ou trabalham no meio rural, podendo assim, avaliar com mais propriedade os movimentos de maior relevância para o meio. O instrumento de pesquisa foi uma entrevista com roteiro semiestruturado, “guiado por relação de pontos de interesse” (GIL, 2010, p. 105). Desta forma, para analisar suas opiniões diante da formação das manifestações, a entrevista foi dividida em eixos temáticos, sendo que o conteúdo abordado no presente trabalho se baseia na estruturação do movimento – avaliações, pautas e expectativas.

Para efeitos dessa pesquisa, foram escolhidos, através das informações dispostas pelos informantes-chave, cinco movimentos rurais: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG), Movimento Sem Terra – MST, Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF SUL). Os jovens colaboradores da pesquisa tinham de 24 a 32 anos, sendo três homens e duas mulheres, dois residentes na capital do Estado (Porto Alegre), um em Cachoeira do Sul, um em Aratiba e outro em Santa Cruz, todos são líderes da juventude rural militante. A totalidade das entrevistas foi de 5 horas e 41 minutos e os encontros ocorreram no primeiro semestre de 2014. Para manter o anonimato e a privacidade de cada liderança entrevistada foram utilizados nomes fictícios para referenciá-los.

3 DESENVOLVIMENTO

A construção de redes de relacionamento juvenis, segundo Urteaga (2011), é como formas de constituir espaços para manifestar suas culturas, além de proporcionar locais que possibilitam a inserção de suas ideias, aonde seus estilos também são respeitados. A autora coloca que os meios de confraternização possibilitam que o jovem se torne um sujeito ativo e que suas opiniões sejam relevantes para essa estrutura. Além disso, para eles essa construção grupal assume um papel afetivo que influencia a formação de suas identidades individuais e coletivas. As formas personalizadas de manifestações e expressões são um jeito de criar uma identificação com a cultura juvenil, para isso se vestem, se comportam e se expressam de maneira que haja o reconhecimento entre os demais pertencentes do grupo e também pela a sociedade. Esses modos de expressão auxiliam na configuração de suas ideias formulando suas oposições e valorações.

A análise de Urteaga está fundamentada no estudo da realidade social de jovens do México, no período de 1990 a 1998. Porém, essa realidade não é desatualizada e nem tampouco inexistente nos movimentos rurais estudados, pois neles ocorrem de forma expressiva a participação dos jovens e a criação de espaços coletivos para o fortalecimento de suas reivindicações. Além, de possuírem um estereótipo único proveniente da vida agrária,

Que configura suas ideias, reivindicações e constrói suas identidades diante do meio social, sendo de significância também para a edificação de suas personalidades individuais. Como exemplo disso, é possível perceber essa realidade no discurso da militante da Pastoral da Juventude Rural (PJR), Sofia, na qual comenta que o movimento é símbolo de conhecimento, integração e desenvolvimento do senso crítico.

Remetendo a totalidade das entrevistas, pode-se observar que as reflexões feitas pelos militantes possuem um caráter voltado ao crescimento pessoal, demonstrando um sentimento de afeto em relação à causa coletiva, sendo inclusive essa a grande motivação de sua permanência da linha de frente das mobilizações. Sobre esse aspecto, o militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) comenta que, no meio em que vive, conseguiu compreender o mundo além do esperado. Conseguiu atingir uma essência, pois a verdadeira realidade é muito além do que suas concepções de mundo conseguem ver. Os movimentos são considerados como propulsores para a edificação humanista da juventude militante, onde eles se tornam mais solidários com os companheiros de luta e, com isso, sua participação no movimento, acaba dando sentido às suas vidas, conforme palavras de Marcelo (MPA):

Eu sou humanista, o que eu estou fazendo hoje dá sentido para minha existência e eu estou dentro de um movimento social, quando se está em um movimento, como a própria palavra diz, está sempre em movimento. Se eu estiver avançando a ideia de concepção de mundo que eu tenho e que eu almejo que seja construído, ligado aos ideais do movimento, eu estarei sempre apoiando e inserido no meio. Hoje, eu estou satisfeito com o que está ocorrendo na organização e com minha ação no movimento.

Nas diversas considerações feitas pelos militantes é possível notar o comum senso solidário, um posicionamento, por vezes, corriqueiro nos grupos sociais. Consequentemente não se torna uma característica peculiar do grupo estudado, pois em estudos feitos por Bourdieu em 2001, na Europa, com os grupos provenientes do local, pode-se observar que essa é uma característica comum entre os movimentos, sendo esse um princípio subentendido entre as diferentes marchas e incorporado com o objetivo de exercê-las pelas lideranças. Inclusive o autor comenta que os traços semelhantes são tão presentes entre os ideais dos movimentos que se houvesse uma consciência coletiva e as superações das diferenças, a população militante teria uma representatividade muito mais significativa com sua união. O interessante é poder observar as semelhanças de comportamento dos movimentos sociais mesmo em um momento e, em um continente distinto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os líderes dos movimentos sociais rurais possuem uma preocupação com os assuntos educacionais e com as motivações internas na luta camponesa, justificando que a perpetuação de suas bandeiras está atrelada a eles, pois acreditam que esses espaços gerem uma consciência coletiva nos militantes dos sindicatos. Por isso, é de relevância destacar que essa visão retratada no presente trabalho é de jovens imersos na cultura rural, pois eles possuem um contato frequente com essas demandas e acabam por refletir o que vivenciam. Contudo, isso não significa que todos os jovens rurais possuam a mesma opinião diante dos temas abordados, inclusive isso é apontado pela militante Gabriela, líder da FETAG, que salienta a ascensão do êxodo rural juvenil. Por vezes, a militância mantém uma postura idealizada diante da vida no campo, por ser integrante de uma juventude propulsora do sentimento de pertencimento com o meio rural. Pois são eles que possuem o interesse em despertar a esperança de um futuro melhor em cada jovem rural.

Mesmo com essa consciência coletiva desenvolvida, muitos ainda apresentam desgostos e chateações com sua luta. Por vezes, consideram uma falta de agregação e compromisso dos demais membros, mas em outros momentos evidenciam uma desmotivação por não ter apoio da liderança mais antiga. Consequentemente, os mais velhos possuem mais experiência e acabam liderando cargos mais expressivos na sindicância. Sendo esse provavelmente o futuro de alguns entrevistados. Por isso, a importância de estabelecer princípios sociais e coletivos nessa fase juvenil, para que elas possam ser passadas em qualquer momento de sua luta. Mesmo que o movimento defenda a igualdade de direitos e liberdade de expressão, onde houver uma hierarquia haverá condutas impostas por alguns. É difícil constituir uma democracia totalmente igualitária, que aceite e efetua os desejos de todos, pois ao contrário, provavelmente se perderia o senso de identidade com os ideais do movimento.

Acredito que algumas tendências têm sido modificadas com as novas lideranças, pois é perceptível o distanciamento que a juventude tem mantido com os conceitos partidários preferindo desenvolver o senso crítico e a autoavaliação de cada assunto social. As mudanças não são tão imediatas, em virtude do contexto histórico que cada movimento possui, sua estrutura é decorrente de muitas lutas e conquistas. Tal processo acabou forjando suas identidades, mas isso não justifica sua estagnação, pois tudo que está “em movimento” precisa ser adequado conforme as novas demandas dos seus membros. Por isso, a juventude está apontando que, mesmo gradativas, as mudanças devem existir continuadamente. Isso desenvolve o senso coletivo de pertencimento ao grupo, pois, ao perceber que suas necessidades estão sendo atendidas, os militantes se identificam com a causa defendida pelo movimento.

Por fim, conclui-se que, ser ideal e almejar um ideal é o que mantém vivo o desejo de lutar e construir novas conquistas. São as idealizações e anseios juvenis que enriquecem as marchas sociais nas ruas. São os olhares de prosperidade dessa juventude, que não se conformam com as condições que lhes são impostas, que podem vir a proporcionar uma verdadeira mudança para o povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada:** vidas contadas e trajetórias vividas. Tradução José Gardel. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos 2:** por um movimento social europeu. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FEIXA, C.; URTEAGA, M. **Jóvenes re-tratados. Espacio público y performatividad.** In: TRILLA, J., et al. (Eds.). **Jóvenes y espacio público.** Del estigma a la indignación. Barcelona: Bellaterra. p. 143-172, 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MINAYO, C. F. S. **Pesquisa social:** Teoria, método e criatividade. In: MINAYO, C. F. S. (Org.). 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- URTEAGA, M. **La construcción juvenil de la realidad:** jóvenes mexicanos contemporáneos. México: Juan Pablos Editor, 2011.

MULHERES DO CAMPO NO CONTEXTO DE ECONOMIA ESTANCIEIRA DO RIO GRANDE DO SUL? TECENDO CONSIDERAÇÕES

BETTO, Janaina. Doutoranda em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: janaina.btt@hotmail.com

Grupo de Trabalho Nº 2 – Gênero, Geração e Populações do Campo

RESUMO: Por meio de discursos, de relatos históricos e de obras literárias, o espaço social da região de economia estancieira tem sido comumente considerado um espaço *masculino*. Nesse breve ensaio busco tecer algumas reflexões tendo como local analítico a própria divergência entre a minha representação *a priori* da composição social da região de economia estancieira e as experiências evidenciadas durante um trabalho de campo realizado no município de São Gabriel - RS. As observações que realizei no trabalho de campo se configuraram enquanto indícios de pesquisa, os quais serão analisados em profundidade durante o doutorado, de forma a se contribuir com reflexões, de modo rigoroso academicamente, sobre as experiências e o trabalho feminino nos grupos subalternos da região de economia estancieira.

Palavras-chave: região estancieira; mulheres rurais; trabalho feminino.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa “*Moradores de Corredor* e trabalhadores de estância: formas sociais marginais de agricultura familiar no contexto da economia estancieira”, coordenado pelo professor Marcos Botton Piccin, tem contribuído para o reconhecimento de que formas sociais marginais de agricultura familiar também estão presentes no Rio Grande do Sul, convivendo com a grande propriedade de terra na região estancieira do estado. Essa agricultura familiar se diferencia das formas sociais de agricultura familiar das regiões coloniais do estado, sobre as quais versam a quase totalidade de estudos a este respeito. Nesse sentido, essas outras formas de exploração familiar da terra na região estancieira pouco aparecem na bibliografia especializada.

No intervalo entre o mestrado e o doutorado, tive a oportunidade de participar de uma experiência de um trabalho de campo no contexto social de economia estancieira do Rio Grande do Sul, associada ao projeto de pesquisa supracitado. Nessa experiência fui defrontada com um espaço social que, através de discursos, relatos históricos e obras literárias, se apresentou como espaço masculino: a sua representação dada com base nas figuras do homem, do cavalo, do gado, da estância, do estancieiro, “das lidas brutas” que decorrem da interação desse conjunto de figuras e da ausência feminina. Era isso que eu esperava encontrar no primeiro contato com o campo, no entanto, de forma inesperada, fui surpreendida e, como única mulher no grupo de campo, o meu olhar trouxe um contraste de percepção em relação a essa presença feminina.

Desta forma, no presente estudo busco tecer algumas reflexões tendo como local analítico a própria divergência entre a minha representação *a priori* da composição social da região de economia estancieira do Rio Grande do Sul, especificamente no meio rural do município de São Gabriel-RS, e as percepções que emergiram a partir da experiência de trabalho de campo do projeto pesquisa “*Moradores de Corredor* e trabalhadores de estância: formas sociais marginais de agricultura familiar no contexto da economia estancieira”.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa toma forma de uma reflexão inicial da doutoranda enquanto parte do percurso de doutoramento e da construção da proposta de tese. Toma como ponto de partida uma saída de campo proporcionada pelo projeto de pesquisa “*Moradores de Corredor*

e trabalhadores de estância: formas sociais marginais de agricultura familiar no contexto da economia estancieira”, coordenado pelo professor Marcos Botton Piccin. A referida saída de campo foi realizada em julho de 2017 no município de São Gabriel – Rio Grande do Sul. A pretensão da referida incursão foi possibilitar o início de reflexões sobre o sistema de posições das formas marginais de agricultura familiar e contou com a realização de entrevistas abertas com diferentes grupos sociais localizados no meio rural do referido município, além de observações e anotações em caderno de campo.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Formas sociais marginais no contexto da economia estancieira

Ao estudar a região de economia estancieira no Rio Grande do Sul, Medeiros (1969) descreve os distritos dos municípios como além de simples unidades jurídico-administrativas, pois se apresentam enquanto unidades sociais propriamente ditas, na medida em que as áreas de pecuária estariam organizadas socialmente tendo como elemento básico a estância. Para Maestri (2006; 2010), aos “sem-terra” em meio aos latifúndios da Campanha, desertos demográficos com muito gado e pouca gente, não restavam muitas alternativas além do emprego como agregados ou peões oferecidos pelos grandes criadores. Nesse sentido, o trabalho remunerado na estância aparece como uma das únicas possibilidades às populações subordinadas desse espaço social, cabendo destacar que isso se refere a possibilidades masculinas de trabalho.

Segundo Ribeiro (2016), a parte sul do Rio Grande do Sul foi ocupada por portugueses através da distribuição de sesmarias, o que contribuiu para que se formassem as estâncias¹, em grandes áreas sob o domínio dos chamados estancieiros, com criação de gado bovino e como componente da sociedade rio-grandense. Assim, a região do Rio Grande do Sul designada como estancieira, diz respeito ao espaço social gaúcho onde predominam as grandes propriedades rurais criadoras de gado extensivo, caracterizando a maior parte da ocupação do território gaúcho a partir de meados do século XVIII. Nesse sentido, entende-se que a concentração da propriedade da terra influencia formas de organização de grupos familiares e parentesco e relações de poder entre agentes sociais (BOURDIEU, 1989).

Nesse âmbito, tem se percebido uma ausência² histórica de reflexões acadêmicas acerca desse sistema de relações que se estabelecem na presença da estância, principalmente em um recorte referente aos processos ocorridos desde o início do século XX até o presente. Segundo Piccin (2012), um dos efeitos da ausência de análise acerca das relações de dominação constituídas no espaço estancieiro foi tornar invisível um dos pólos mais subordinados da estrutura social rio-grandense: os *peões* e suas famílias, trabalhadores da *estância*. Em contraposição, pesquisas como a realizada por Piccin (2012) tem demonstrado a existência de uma extrema dominação e dependência pessoal dos peões e de suas famílias aos estancieiros e que o destino destes tem sido historicamente relacionado com a trajetória da grande propriedade de terra.

¹ A palavra estância tem significado original de “local de descanso para os gados” e era associada a humildes ranchos de adobe, cobertos de palha, com uma roça de subsistência e alguns currais para os gados (MAESTRI, 2006, p. 19).

² É preciso reconhecer que em termos de análises que centram atenções a setores sociais que precisam se reproduzir socialmente com pequenas parcelas de terra, ou através do assalariamento de membros da família, na convivência com grandes propriedades de terra, há uma incipiente de estudos, se destacando os de Garcia (1983, 1989) e Dabat (2003), voltados à região Nordeste, e de Silva (1998) em relação à região Sudeste. No entanto, cabe destacar que não são estudos que se propuseram a entender a particularidade da experiência das mulheres nessas situações.

Além disso, cabe também destacar que, de modo geral, os estudos que versam sobre mulheres rurais na Região Sul do país se voltam, sobretudo, à realidade da agricultura familiar em territórios de colonização de imigrantes europeus não ibéricos e descendentes, como é o caso das regiões coloniais de parte do estado de Santa Catarina, e das regiões Norte e Serra do Rio Grande do Sul, onde predomina³ esse formato de agricultura e os estudos sobre mulheres rurais (PAULILO, 2004; 2005; 2016; CARNEIRO, 2001; BRUMER, 2002; 2004).

3.2 A divergência entre a representação construída do campo e o campo vivenciado

Durante o trabalho de campo fui surpreendida ao me perceber portadora de uma certa representação do referido espaço social, o qual até então não conhecia para além do que “ouvi falar” e havia lido em estudos acadêmicos. A minha surpresa durante o contato com o campo esteve relacionada, sobretudo, ao fato de anteriormente a ele ter dificuldades em compreender como se dava a inserção da mulher rural e do trabalho feminino na economia estancieira, em se tratando das formas marginais de agricultura familiar, pois até então se apresentava como uma situação tida como pouco expressiva neste espaço social. Ao contrário, o trabalho de campo – pelo contato visual e pelas informações colhidas - ressaltou tanto a presença como uma diversidade remetente a categoria mulher rural.

Em um remanescente de quilombos, visitado durante a pesquisa de campo, as entrevistas foram realizadas apenas com mulheres, pois em nenhum dos casos conseguimos encontrar homens na propriedade, pois estes trabalham fazendo *changa*⁴, são os *changuerios* que prestam serviços para as estâncias e, mais recentemente, para arrendatários. Nessas propriedades se percebeu uma grande diversidade produtiva no entorno da residência a diversidade está expressa em termos de hortas, cercados, criação de animais e pomar de frutíferas, sendo o cuidado com esse espaço reservado às mulheres. Ao mesmo tempo, ao serem entrevistadas as mulheres relataram que, por diversas vezes, eram chamadas a acompanhar seus maridos na realização dos serviços nas estâncias, principalmente quando estes eram voltados ao preparo da terra, ao plantio e à colheita de gêneros alimentícios utilizadas na alimentação dos empregados da estância. Ou ainda, chamadas para realizar serviços domésticos dentro das estâncias.

Em outra situação, conversamos com antigos *carreteiros*⁵ - agricultores que carregavam grande diversidade de alimentos, através de carretas⁶, para abastecimento de famílias e comércio local, na área urbana do município de São Gabriel-RS. Em geral suas famílias possuíam no máximo 10 hectares, o que dificultava a reprodução da unidade produtiva, sendo a atividade dos carreteiros essencial para tanto. Nesse sentido, se observou que os homens também se empregavam nas estâncias – como peões – e eram os responsáveis por realizar a *carreteada*, a qual durava até uma semana, devido às longas distâncias e as condições das estradas de chão. Já a grande demanda de mão-de-obra para a produção diversificada de alimentos – desde verduras, tubérculos, grãos até panificados - tanto para autoconsumo como para venda através da *carreteada*, ficava centrada na figura feminina, devido ao emprego da mão-de-obra masculina em atividades externas à unidade produtiva familiar.

³ Mesmo havendo essa predominância, considera-se importante pontuar que recentemente tem-se dado maior atenção analítica a mulheres rurais de outros contextos, como é o caso da coletânea *Gênero e Campesinato no Sul do Brasil: dominação masculina e transformação*, de organização de Cassiane da Costa e Joel Orlando Beviláqua Marin (2018).

⁴ Que realizam atividades de caráter temporário.

⁵ Carreteiros eram aqueles que transportavam alimentos até a cidade. Na literatura tem sido associado à tradição, no entanto, na palavra de um dos carreteiros: “nunca foi só por tradição, na época era *precisão*”.

⁶ A carreta era constituída, basicamente, pelo caixão, as quatro rodas, o eixo e os instrumentos de atrelagem e tração dos animais (TEDESCO e BALBINOT, 2014).

Na oportunidade do campo também conversamos com a esposa de um peão recentemente promovido a capataz de estância. Nessa conversa, nos foi relatado que a mesma, além de realizar todo o trabalho doméstico da estância e servir as refeições dos peões, também fazia a *quitanda*⁷ – elaboração de chimias, pães, bolachas, queijos – para a venda na cidade, a qual proporcionava a ela uma renda semelhante ao salário de capataz de seu marido. Na oportunidade, também foram encontradas mulheres de origem vinculada à posição social de *agregados*, famílias que moravam em áreas cedidas, geralmente nos fundos de estância e com o emprego temporário da mão-de-obra masculina na estância, e de *moradores de corredor*, famílias que moram entre a cerca e a estrada, nos chamados corredores, com emprego temporário da mão-de-obra masculina na estância. Nesses casos, as entrevistadas não adentraram na questão do trabalho feminino, pois outras questões ganharam mais centralidade em seus discursos, como por exemplo a possibilidade de estabelecer moradia nesses locais como estratégia para formar um núcleo familiar.

Esses são alguns dos relatos colhidos, que dão conta de exemplificar a diversidade de experiências vivenciadas pelas mulheres do estrato inferior do espaço social estancieiro. Dentre as experiências, foi possível visualizar situações de trabalho que denotam a presença feminina no conjunto de atividades familiares. E mesmo em outras situações em que o trabalho da mulher não nos foi relatado, se torna interessante entender as suas experiências e em que atividades o tempo das mulheres tem sido empregado.

Sendo a única mulher envolvida no trabalho de campo, durante a socialização das observações feitas na referida incursão pude perceber que as situações que me “chamaram a atenção” e as inquietações decorrentes eram mais particulares do meu olhar de pesquisadora, já habituado a questões de gênero devido à trajetória que desenvolvi na academia. A partir de então, através de discussões no grupo de pesquisa e um contato inicial com estudos acadêmicos e a literatura regionalista gaúcha pude perceber que os elementos de representação não eram particulares meus, mas parecem ser constitutivos de representações socialmente construídas que atribuem sentidos (HALL, 1997) à mulher rural, às suas experiências e ao trabalho feminino na região estancieira do Rio Grande do Sul.

Tomamos por exemplo o estudo de Medeiros (1969), no qual o autor pondera sobre os efeitos da manutenção da mão-de-obra masculina das estâncias, discorrendo sobre a presença de “prostíbulos” nas comunidades pobres, onde estes deixavam seu salário em bebidas e com mulheres tristes, prostituídas devido à impossibilidade de outra inserção social. Já em Sant’Ana (2006), escritora da literatura regionalista, aponta-se a comum poligamia dos estancieiros com relação às mulheres de camadas inferiores, as quais viviam nas dependências das estâncias, nos chamados “fundos de estância”, e que teriam servido como ventre “generoso, calado e humilde” que permitiu a produção de uma “legião de gaúchos”⁸, ou em outras palavras, servindo como meio de reprodução da mão-de-obra masculina.

Em que pese a veracidade dos fatos, demonstram a denotação dos poucos registros que se tem das “atividades” femininas na região estancieira. Além disso, em estudos conhecidos como os de Pesavento (1980), Zath (2002), Maestri (2010) e Piccin (2012) pouco se visualiza em registros da presença feminina e das atividades desempenhadas por elas na convivência com as estâncias. Além do mais, costumam compartilhar da perspectiva de que a região de economia estancieira favorece certa prioridade à mão-de-obra masculina de homens solteiros, que não constituam família, configurando uma representação do espaço social como de ausência feminina, o que soa como uma espécie de reafirmação do mito comumente

⁷ Quitanda foi termo utilizado em relação à venda de produtos elaborados pelas mulheres.

⁸ Segundo Maestri (2006) não se conhece com certeza a origem etimológica da palavra “gaúcho-gaucho”. Porém, a palavra *hauchu* ou *haukcho*, em quíchua, idioma andino, significa “órfão”, “vagabundo”, “sem raízes”.

Na língua araucana (sul do Chile e da Argentina), *huaso* significa o habitante do campo e *gatchu* “amigo” ou “parceiro”.

encontrado na literatura regionalista em relação à figura do gaúcho: aquele que nasceu do ventre da Pampa.

Na contramão das representações verificadas em outras obras, a escritora tradicionalista Lisana Bertussi (2016), de maneira bastante particular, chama atenção à forma como a imagem feminina é retratada na poesia regionalista gaúcha. Ela chama atenção ao fato de relatos do viajante francês Saint Hilaire, na obra *Viagem ao Rio Grande do Sul*, darem conta de uma descrição da mulher gaúcha como portadora de uma potencialidade de fala que a diferenciava do restante das brasileiras, pois “conversavam sem constrangimento com os homens”, não se ocultando com a chegada do visitante masculino. A autora defende que, de maneira contrária, tradicionalmente a poesia regionalista, quando não anulou a presença feminina, imputou à mulher gaúcha a imagem da *prenda* - acessório, adorno, coisa que se possui - com sentido de objeto secundário no universo masculino, contrariando a imagem feminina de outrora.

Em certa medida, pode-se dizer que a literatura regionalista e os estudos acadêmicos têm reforçado aquilo que costuma ser referenciado pelos Estudos Feministas como uma masculinização do conhecimento (LOURO, 1997; DESCARRIES, 2000), através da consideração do masculino como sujeito universal, ou seja, concedendo o privilégio do primeiro plano apenas à figura masculina, o que contribui para a invisibilidade das mulheres, de suas experiências e de seu trabalho.

Para Joan Scott (1998), existe uma relação entre experiência e linguagem, pois a experiência toma forma de evento linguístico, mas ela nem sempre é articulada nos discursos, principalmente quando se trata da experiência de grupos subalternos, pois o sujeito universal é masculino. Com isso, a autora critica formas de uso recorrentes da categoria experiência, pois na medida em que tem sido usada como uma unidade, ela acaba por excluir áreas inteiras da atividade humana, simplesmente por não considerá-las como experiência com consequências na organização social, principalmente as que são fruto da condição de gênero e de raça. Assim, na elaboração de experiência de Scott (1998) se busca dar conta dos processos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever pode ser um processo para se tornar histórico aquilo que foi escondido da história, mas também para se ir “além” caso se considere que uma experiência está associada a uma narrativa em potencial, que por vezes naturaliza diferenças. Desse modo, buscou-se demonstrar que é preciso reconhecer a diferença existente, mas também explorar o estabelecimento, funcionamento e constituição diferencial e relacional dos sujeitos no mundo. As considerações dessa breve reflexão não buscam diminuir a importância de elementos historicamente associados à região estancieira, sobretudo dos trabalhadores rurais – peões - para a economia estancieira, mas sim reconhecer a pouca expressividade em termos de estudos sobre gênero e mulheres rurais em relação à região estancieira e contribuições femininas para a reprodução social das famílias e para a dinâmica da economia estancieira.

Com isso, as observações que realizei no trabalho de campo se configuraram enquanto indícios de pesquisa que serão analisados em profundidade durante o doutorado. Cabe destacar que compreender as experiências da mulher rural e o trabalho feminino na região de economia estancieira, em termos de grupos sociais subalternos, representa uma lacuna, a ser analisada para que se possa entender não somente os modos de vida desses setores sociais, mas também, para se refletir, de modo rigoroso academicamente, sobre as experiências e o trabalho feminino neste espaço social.

REFERÊNCIAS

- BERTUSSI, L. De Prenda a Mulher. In: BERTUSSI, L. **Literatura Gauchesca: do cancioneiro popular à modernidade**. 2016.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARNEIRO, M. J. **Esposa de Agricultor na França**. Estudos Feministas, Florianópolis, 1996.
- _____. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Estudos Feministas, Florianópolis Ano 9. 2001.
- COSTA, C. da. MARIN, J. O. B. **Gênero e Campesinato no Sul do Brasil**: dominação masculina e transformação. Curitiba: Editora CRV, 2018.
- DESCARRIES, F. **Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural**. Textos de História, v. 9, n 1, 2000.
- HALL, S. **El Trabajo De La Representación**. In: HALL, S. Representation: Cultural Representations and Signifying Practices. London, 1997 (Traduzido por Elías Sevilla Casas).
- LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Ed Vozes, 6ª Edição. Petrópolis, 1997.
- MAESTRI, M. **A ocupação do território**. Editora UPF, Passo Fundo, 2006.
- _____. **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativeiros campeiros**: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo: Ed. UPF, 2010.
- MEDEIROS, L. T. **O peão de Estância**: um tipo de trabalhador rural. Porto Alegre, Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas/UFRGS – Estudos e Trabalhos mimeografados nº 8, 1969.
- PAULILO, M. I. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Estudos Feministas. 12. Florianópolis. 2004.
- _____. **Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 8, n. 1, 2005.
- _____. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. 1 Ed. Editora UFSC, Florianópolis. 2016.
- PICCIN, M. B. **Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul**: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro. (Tese doutorado), DCS/UNICAMP, 2012.
- RIBEIRO, C. M. **O modo de vida dos pecuaristas familiares do Pampa Brasileiro**. In: WAQUIL, P. et al. Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul. Editora UFRGS. Porto Alegre. 2006.
- SCOTT, J. **A invisibilidade da experiência**. Proj. História, São Paulo, 15, 1998.
- SANT'ANA, E. **O Folclore da Mulher Gaúcha**. Coleção Rosa dos Ventres. 3º Ed, Porto Alegre, 2006.
- TEDESCO, J. C.; BALBINOT, G. **Carretas e carreteiros na Colônia Guaporé**. Revista de História Regional. V 19 n 2, 2014.
- ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno**: as transformações do Rio Grande do Sul rural no Século XIX. Ijuí, Ed Unijuí, 2002.

O PROGRAMA DE ATES E AS MULHERES ASSENTADAS: VISIBILIDADE E ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

COSTA, Juliana de Almeida. Farmacêutica, Mestranda do PPGExRFormação. UFSM.
julianaalmeidacosta2017@gmail.com

Ferreira, Fernanda de Figueiredo, Mestre em Engenharia da Produção, Doutoranda do PPGExR.
UFSM.fefiferreira@gmail.com

Silva, Jossiane Ortiz. Zootecnista, Mestranda do PPGExR. UFSM. jossianeortizsilva@hotmail.com

Grupo de Trabalho Nº 2 – Gênero, Geração e Populações do Campo

RESUMO: O presente trabalho se destina a discutir a importância do Programa de ATES do INCRA do Rio Grande do Sul, que esteve em vigência de 2003 a 2016, para as mulheres assentadas, demonstrando como o programa se constituiu e como construiu espaços de afirmação de participação feminina ao longo do processo de acompanhamento e avaliação, ampliando a participação das mulheres no controle social desta política pública. Além disso, o texto constrói uma reflexão sobre a necessidade da existência das políticas públicas para as mulheres do campo, buscando minimizar as desigualdades de gênero. Por fim, são realizados alguns elementos que buscam analisar o impacto do término do programa na vida cotidiana das famílias assentadas, em especial das mulheres.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Mulheres, ATES

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, ao longo de sua história, criou uma realidade de exclusão e desigualdades em torno do acesso aos recursos naturais e aos meios de produção. A estrutura agrária brasileira baseada na concentração de terras foi criada ainda no período colonial e mantida até hoje através do modelo econômico e de políticas governamentais que optaram pela modernização conservadora da agricultura ao invés de optar pela realização da reestruturação fundiária como modelo de desenvolvimento rural (NEUMANN; DALBIANCO, 2012).

Neste contexto de exclusão e desamparo do campesinato brasileiro, entre os excluídos do acesso à terra estão as mulheres, que independente da classe social, só passam a ter este direito assegurado a partir da constituição de 1988, sendo este um direito conquistado a partir da luta dos movimentos de mulheres e feministas da década de 80 (BUTTO; HORA, 2008).

Ainda para as autoras, a introdução da maquinaria, de insumos e do acesso facilitado ao crédito, ocorridos especialmente nas décadas de 60 e 70 no Brasil, foram processos fundamentais para ampliação da opressão sofrida pelas mulheres do campo, no sentido de que a introdução da maquinaria e insumos no campo não incluíram maquinário para facilitar o trabalho doméstico.

Porém, pode-se ir além desta análise, pois, segundo Paulilo (2004), a conquista do direito à posse da terra não alterou a cultura de exclusão das filhas mulheres da partilha da herança, que historicamente é realizada apenas entre os filhos homens das famílias de agricultores e a modernização conservadora fragilizou ainda mais as mulheres neste meio, reforçando sua exclusão da partilha da herança, mesmo após a constituição prever como possível o direito à terra para mulheres, pois excluiu estas mulheres do trabalho agrícola e visibilizou ainda mais o trabalho feminino. Além disso, Campos (2011), afirma que as áreas

de maior desenvolvimento do agronegócio são as áreas onde temos os maiores índices de pobreza feminina, pois além de estimular o êxodo rural, ao analisar quantitativamente o perfil de emprego gerado pelos diferentes segmentos do agronegócio, os resultados demonstraram que o perfil do emprego gerado é masculino, formal, temporário e precário.

Embora estas mulheres tenham seguido organizadas ao longo do tempo em busca de visibilidade ao trabalho, constituir direitos e implementá-los, as políticas públicas para compensar processos de exclusão e invisibilidade se fazem de extrema importância. Durante os treze anos de governo popular no Brasil (de 2002 a 2015) as políticas públicas desenvolvidas trouxeram avanços para setores marginalizados do campo brasileiro, entre estes, os assentados de reforma agrária e dentro destes, as mulheres dos assentamentos. Estas políticas públicas buscaram construir visibilidade ao trabalho feminino, fortalecimento de práticas de produção de alimentos saudáveis, com linhas de crédito específicas, garantia de mercado através da inserção dos produtos nos mercados institucionais e assistência técnica específica.

Dentre o montante de políticas públicas destinadas às mulheres assentadas, este artigo se propõe a analisar especificamente o estabelecimento do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária do INCRA do Rio Grande do Sul buscando compreender a importância do desenvolvimento do programa para as mulheres assentadas, assim como entender como este programa construiu políticas afirmativas de participação das mulheres em suas instâncias e atividades, além de compreender quais os impactos trazidos pelo término do mesmo.

2 METODOLOGIA

O referente artigo foi construído a partir da pesquisa bibliográfica, buscando realizar uma revisão teórica sobre o Programa de ATES do Incra do Rio Grande do Sul, uma pesquisa documental usando como instrumentos de análise atas, documentos e fotografias de ações desenvolvidas pelo programa, ambos como fontes de dados secundários e a observação participante em atividades com mulheres assentadas do Rio Grande do Sul como fonte de dados primários, dado que o tempo de atuação no Programa de ATES, permitiu e permite construir reflexões sobre a realidade vivenciada durante os anos de execução deste e as consequências do término do programa para as mulheres assentadas.

3 DESENVOLVIMENTO

O Programa de ATES/ RS que esteve em vigor de 2003 a 2008 se constituía a partir de um convênio estabelecido entre o INCRA e a COPTEC. Embora já fosse orientado pelas diretrizes da PNATER e suas ações previstas pelo Manual Operacional do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental que orientava a construção de processos educativos, solidários e contínuos, que buscassem entre outras coisas a promoção da igualdade entre homens e mulheres e que desenvolvessem ações voltadas à melhoraria da qualidade de vida das famílias assentadas nos projetos de reforma agrária a partir do desenvolvimento rural sustentável (INCRA, 2004), a forma jurídica que o programa estava previsto se mostrou como um grande limitante para a execução do mesmo, em função das dificuldades para prestação de contas e atrasos constantes nos repasses de recursos.

Neste sentido então, o programa passa a ser executado a partir de um novo formato jurídico, regido por contratos que foram construídos a partir de chamada pública específica. Logo, de 2009 a 2016 foi desenvolvido nos projetos de assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul o que Dalbianco e Neumann (2012) chamam de segunda fase do programa de ATES no Rio Grande do Sul. A partir de então passou a ser executado por três prestadoras

(COPTEC, CETAP e EMATER) em 11 núcleos operacionais diferentes, sendo que para cada núcleo operacional (composto por cerca de 600 famílias cada) havia uma equipe técnica responsável pela execução do programa junto às famílias assentadas.

Além disso, este programa contava com o acompanhamento técnico e pedagógico de uma equipe de articuladores, equipe está vinculada diretamente à UFSM, que buscava auxiliar no planejamento das equipes, construção de instrumentos de análise e de tomadas de decisão sobre as metodologias de execução das metas propostas.

Este programa teve início no ano de 2009 com uma estrutura homogênea e bastante dura, onde as metas eram todas elas propostas pelo INCRA e iguais para todos os núcleos operacionais. Porém, desde o início o programa apontava para uma preocupação de mesclar técnicos de diferentes áreas do conhecimento, demonstrando a compreensão da necessidade de uma visão holística das problemáticas existentes nos assentamentos, não se limitando as ações a questões produtivas, inclusive ampliando o número de pessoas com formação nas áreas de humanas, sociais, saúde e educação na composição das equipes técnicas.

Neste sentido, as mulheres assentadas passam, a partir deste momento a ser um público prioritário para as ações de ATES, em ações voltadas a redução da desigualdade de gênero dentro dos assentamentos, como previsto na PNATER e no próprio manual de execução criado pelo INCRA.

Ao longo do processo de execução do programa tanto o INCRA quanto as prestadoras foram amadurecendo, permitindo desta forma a construção de um processo onde os planejamentos e as metas foram sendo descentralizados, permitindo um maior protagonismo tanto das equipes locais, quanto das próprias famílias assentadas.

Nesta nova fase, o programa foi sofrendo algumas mudanças que também foram importantes para fortalecer as ações que buscassem reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e fortalecer a participação feminina nas ações de ATES. Uma destas mudanças está vinculada ao controle social que o programa previa, através de Conselhos que tinham a participação de representantes dos diferentes órgãos governamentais envolvidos no programa, das prestadoras de ATES e das famílias assentadas.

Estes conselhos se organizavam a nível nacional, estadual e no Rio Grande do Sul, também a nível regional e eram realizados em cada núcleo operacional. A partir de 2011 houve a ampliação da participação de representantes das famílias assentadas nos conselhos regionais de Ates, de um beneficiário (a) para dois, sendo um homem e uma mulher para assentamentos com até cem famílias assentadas e dois casais para assentamentos com mais de cem famílias. (DALBIANCO; NEUMANN, 2012).

Segundo Nobre (2012) a falta de assistência técnica e o despreparo das equipes técnicas para elaboração de projetos para as mulheres rurais implicaram no não acesso destas mulheres a programas de crédito e de compra de alimentos. Neste sentido, o Programa de Ates do Rio Grande do Sul buscou através da continuidade das ações e dos espaços criados para as mulheres no controle social, garantir que as mulheres tivessem acesso às informações sobre as políticas públicas existentes, além de propiciar, através da cotização da participação de mulheres nos conselhos, que estas pudessem refletir e opinar sobre a assessoria técnica que estavam recebendo, além de demandar ações a serem executadas.

Dentro do Programa de Ates, outro ponto que se diferencia de outras políticas de assistência técnica é a priorização por desenvolvimento e fomento de ações de caráter coletivo, que acaba por facilitar o trabalho das equipes com grupos de interesse. Sob este aspecto, a influência da ampliação da participação de mulheres nos conselhos regionais de ATES foi muito interessante, em Tupanciretã, por exemplo, houve uma demanda, a partir desta participação, por ampliação de atividades produtivas dedicadas a horta e pomar, assim como demandas por ações sobre plantas medicinais em praticamente todos os assentamentos.

Outro fato muito interessante e que, mesmo indiretamente, teve relação com a execução do programa foi a construção e execução de um curso de qualificação produtiva para mulheres em agroecologia, ofertado pela UFFS, que ocorreu de forma descentralizada nas três regiões do sul do Brasil e executado por diferentes entidades nas diferentes regiões. As mulheres que fizeram o curso, que era por etapa, durando um ano, voltavam para suas regiões com demandas e propostas específicas para as equipes técnicas, fortalecendo o trabalho das equipes e auxiliando na construção das propostas dentro de uma lógica de produção agroecológica.

A consequência destes anos de assessoria técnica, ambiental e social trabalhando em conjunto com as lideranças locais e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de cada região a partir do programa de ATES foi a existência de cerca de trinta grupos de mulheres organizados fazendo feiras em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Além disso, existem cerca de 20 padarias dentro dos assentamentos, produzindo e comercializando. Além disso, o setor de gênero do MST do R.S. assumiu para si a responsabilidade pela participação efetiva na Feira Internacional do Cooperativismo que ocorre todos os anos no mês de julho em Santa Maria, a partir do ano de 2014, construindo o “Túnel da Reforma Agrária” e gestando o espaço através, principalmente, dos grupos de mulheres organizados nas diferentes regiões do estado.

Porém, as ações de assessoria técnica não fomentaram somente a visibilidade e organização produtiva das mulheres, fomentaram também e principalmente a organização coletiva delas no cotidiano, através de grupos de mulheres que buscavam também desenvolver ações de lazer, de estudo, de formação e de resgate da vida comunitária, tão importante e presente no campo brasileiro. Nestes grupos as mulheres constroem suas vivências coletivas, as participantes se constroem enquanto sujeitas de suas próprias histórias, transformando a realidade vivenciada, conforme afirma Bernardi (2011).

Os movimentos camponeses, em especial o MST, pelo caráter nacional, contribuiu de forma efetiva na construção de políticas públicas para as mulheres camponesas a fim de implementar direitos e constituir maior equidade de gênero, especialmente nos anos de governo popular no Brasil. Estas políticas públicas perpassam por assessoria e assistência técnica, créditos específicos, titularidade conjunta na concessão de uso da terra perante o INCRA, segundo a Portaria INCRA N° 981 de 02 de outubro de 2003 e programas que preveem a absorção da produção de alimentos pelo estado, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento. Estes últimos dois programas citados que previam a absorção de alimentos que são produzidos para autoconsumo e que, a partir da modernização conservadora acabaram ficaram sob responsabilidade das mulheres, acabaram ganhando destaque e proporcionando a visibilidade e valorização do trabalho feminino e da juventude do campo brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os 14 anos de execução do programa de ATES do RS a assessoria técnica que compunha os diferentes núcleos operacionais estava orientada a agir de forma a buscar desenvolver uma maior equidade de gênero dentro dos assentamentos de reforma agrária através do manual de execução fornecido pelo INCRA e buscou dar efetividade a estas orientações a partir de políticas afirmativas de gênero, que somadas a outras políticas públicas destinadas a mulheres assentadas e do campo neste período contribuíram de maneira decisiva para a visibilidade produtiva de muitas mulheres, assim como para a organização coletiva das mesmas para construir processos de geração de renda e inserção em mercados institucionais.

O saldo do programa, como já citado, não se resume a geração de renda e valorização produtiva das mulheres, a organização coletiva destas na busca por reconhecimento e cidadania foi muito além da renda gerada.

Porém, o fim do programa após 14 anos e o esvaziamento das políticas públicas em geral acabam por recolocar estas mulheres em situação de vulnerabilidade. Embora os programas de compra institucionais citados não tenham sido efetivamente extintos até o momento, não existem mais equipes técnicas responsáveis pela execução de tais programas, que despendem de muito tempo e trabalho burocrático, sendo de quase impossível execução pelas famílias assentadas. Sabe-se que em algumas regiões este serviço ainda tem sido executado pela EMATER, por iniciativa de escritórios regionais que sentem a necessidade de manter tais programas funcionando, porém, sem nenhum suporte financeiro para este fim.

Além disso, 14 anos são insuficientes para reverter processos que se reproduzem historicamente, logo, as organizações sociais, de ordem comunitária talvez sejam as que foram atingidas de forma mais contundente pelo término do programa e das demais políticas públicas, por não estarem relacionadas diretamente a questão econômica e por se tratar de valores que são fruto da reprodução social.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, C. M. **Agricultura familiar e organizações cooperativas:** a luta social das agricultoras familiares campesinas. Mestrado em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Ijuí, 2011.

BUTTO, A.; HORA, K.E. R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: Lopes, A. L.; Butto, A. (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária:** a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio:** trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil, o caso de Cruz Alta/ RS. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

CARDOSO, E. M.; RODRIGUES, V. S. Mulheres construindo a agroecologia. **Agriculturas:** experiências em agroecologia. Rio de Janeiro, vol.6 n.4, 2009. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v6n4.pdf. ISSN: 1807-491X.

DALBIANCO, V. P. **A construção de uma extensão rural diferenciada para as famílias assentadas:** o caso da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no RS. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

DALBIANCO, V.P; NEUMANN, P.S. Rumos da ATES no RS: em direção à constituição de um sistema descentralizado. In: Diesel, V.; Neumann, P.S.; Sá, V. C. (orgs.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional:** reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

NEUMANN, P.S; DALBIANCO, V. P. Reforma agrária e a atuação do Estado na oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural. In: Diesel, V.; Neumann, P.S.; Sá, V. C. (orgs.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional:** reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

NOBRE, Miriam. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda; HORA, Karla (Orgs). **As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012

LUTAS POR TERRA EM SÃO GABRIEL: TRANSGRESSÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

KENNE. Pamela. Graduanda em Psicologia. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: pamelakenne@hotmail.com

PICCIN. Marcos. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Extensão Rural.

Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: marcospiccin@gmail.com

ZANELLA. Francis. Mestre em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: franciszanella@gmail.com

Grupo de Trabalho Nº 2 – Gênero, Geração e Populações do Campo

RESUMO: O tema desta investigação aborda a formação de acampamentos e movimentos de luta pela terra, no município de São Gabriel, entre os anos de 2011 e 2018. O objetivo é compreender como a adesão a essas formas de mobilização se insere nas estratégias de reprodução social dos trabalhadores sem-terra do município, tendo em vista sua posição ocupada na estrutura do espaço social estancieiro. Para entender a constituição dessas estratégias em São Gabriel analisam-se condicionantes próprios do espaço estancieiro, entendido como espaço no qual os proprietários de estâncias foram os maiores controladores de capitais econômicos e simbólicos pelo menos até a década de 1990. Considera-se na análise as relações sociais de produção, as alterações no modelo de reprodução dos setores dominantes diante dos desafios econômicos, além das significações sociais e os sentidos atribuídos pelos agentes à emergência da categoria sem-terra e as lutas por direitos, como o acesso à terra para trabalhar e morar.

Palavras-chave: Luta pela terra, Reprodução social, Significações sociais.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2011, em São Gabriel, formou-se um movimento local de luta pela terra, adotando o acampamento como método de reivindicação, denominado Filhos desta Terra (2011-2013). E, em 2017, foi formado o acampamento Sepé Tiaraju (2017-) - o qual, recentemente, passou por uma divisão, dando consequência a um segundo acampamento com a mesma denominação (permanecendo somente um dos grupos ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Com base em um trabalho de campo de caráter exploratório realizado em 2018, observou-se que esses casos trazem alguns indícios de diversificação dos agentes implicados nas lutas por terra e a assimilação da forma acampamento por agentes socializados no espaço estancieiro.

Para os participantes desses acampamentos, acampar seria a via de acesso ao Incra para a conquista do lote, questão visualizada especificamente no município de São Gabriel desde 2005, com a inserção das ações do MST. No acampamento Sepé Tiaraju (2017) as justificativas para ingressar em tal movimento passavam pela precariedade em relação às situações econômicas e sociais precedentes: falta de emprego ou salários insuficientes para atender às necessidades básicas; perdas pessoais; desagregação social. No entanto, visualiza-se resistência, por parte dos participantes dos acampamentos Filhos desta Terra e Sepé Tiaraju (CPT) em aderir a significados comumente relacionadas à identidade sem-terra e receio em serem “malvistos pela sociedade” – tornando presente a necessidade de se diferenciar do MST e de seus estigmas recorrentes na região.

Dentro de estudos sociológicos, existem discussões sobre as possíveis motivações econômicas, sociais e simbólicas para a mudança de estratégia de reprodução social de trabalhadores rurais, que, em determinando momento, investem em mobilizações por direitos sociais, destacando aqui, a luta pela terra. Medeiros (1989), cita as contradições experiências durante as reconfigurações das relações de trabalho em momentos de crises econômicas como elemento motivador das mobilizações sociais. Já Sigaud (2005), a partir de trabalho sobre a crise da agroindústria açucareira, alega que o desemprego e as crises econômicas não são condicionantes suficientes para adesão aos acampamentos. Macedo (2005) questiona o caráter espontâneo do surgimento das ocupações, colocando a atuação de agentes externos e das estratégias de mobilização como central para sua constituição. Rosa (2009) demonstra que as condições materiais, subjetivas e simbólicas estabelecidas anteriormente ao envolvimento de sujeitos com movimentos interferem de forma a delimitar uma construção de novos significados e sentidos que possibilitam ou limitam esse envolvimento. Martins (2003) enxerga a constituição de um sujeito ainda oculto, formando significações sociais em uma mediação viva entre o que é legitimado socialmente e a transgressão necessária para sobrevivência.

Esta investigação justifica-se pela relevância da discussão sobre as alterações nas estratégias de reprodução social dos setores subordinados diante das reconfigurações sociais atuais. E, ainda, por privilegiar enquanto foco da análise a manifestação de interesses de sujeitos que se inserem recentemente em processos de luta pela terra em contexto de transformações mediante crises socioeconômicas e culturais. Além disso, apesar do histórico de alto nível de concentração de terras em São Gabriel, de conflitos violentos entre proprietários rurais e o MST e este ser o 8º município do estado do Rio Grande do Sul com maior número de assalariados rurais formalizados (DIEESE, 2018), a formação de acampamentos como forma de reivindicar terra com protagonismo de sujeitos socializados no próprio município é um elemento novo no cenário e na literatura.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento desta pesquisa está balizado pela pesquisa qualitativa. Essa proposta surge diante da identificação do objeto no âmbito dos significados, da subjetividade e da lente nas relações sociais para compreender as estratégias de reprodução social. (MINAYO, 2012). Porém, foram utilizadas variáveis quantitativas disponíveis de forma complementar a fim de reforçar a compreensão sobre o objeto, como dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Foram realizadas entrevistas, com base em um roteiro semiestruturado, com dezessete participantes dos acampamentos Filhos desta Terra (2011-2013) e Sepé Tiaraju (2017-).

Utilizou-se um roteiro de perguntas que funcionaram como dispositivo para que fosse retratado o processo de mobilização e organização do acampamento/movimento de luta pela terra, de modo a explorar os aspectos materiais e simbólicos que balizam as trajetórias no determinado espaço social. As entrevistas tiveram como foco as histórias de vida, os sentidos expressos sobre as condições objetivas – relações sociais de trabalho, familiares, econômicas, espaço geográfico – em que se construíram as trajetórias. Além dos aspectos subjetivos presentes em crenças e significados sobre a realidade (com atenção e incentivo para os significados atribuídos ao trabalho, à luta pela terra, a terra, aos movimentos sociais, aos direitos sociais, aos setores dominantes, ao que é considerado direito).

3 LUTAS POR TERRA E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

3. 1 Breve Caracterização das Lutas Por Terra

A região estancieira, onde é situado o município de São Gabriel, tem como alguns de seus elementos de constituição a elevada concentração fundiária e a exploração de trabalho assalariado rural a partir de relações de dominação personalizadas e legitimadas. Segundo Piccin (2012), a formação de uma camada dominante do espaço estancieiro se dá a partir do desenvolvimento da economia pastoril. Aliado a isso, encontram-se estratégias para ampliação de seu patrimônio fundiário, como ocupação, compra e usurpação de terras. Estabelecido o amplo controle das terras durante o século XIX e diante de um contexto socioeconômico de industrialização do Brasil, a partir de 1930 amplia-se a concorrência em relação à comercialização da carne. Desse modo, os grandes proprietários tiveram que adaptar suas estratégias de reprodução social diante dos desafios que se colocavam para manutenção de seus capitais. A partir dos anos de 1950, por exemplo, uma das alternativas de ampliação de poder econômico foi o investimento na expansão de capitais fundiários (PICCIN, 2012; 2014).

Em um contexto nacional, o período entre 1950 e 1960 foi marcado por investimentos de setores do capital estrangeiro na implantação de complexos industriais, trazendo a demanda de “modernizar” as relações de trabalho e de captar mão-de-obra para o setor urbano (MEDEIROS, 1989; POMAR, 2009). As fazendas passaram a adotar um plano de racionalização do trabalho e a investir em maquinaria, ampliando as áreas destinadas às plantações. Dessa forma, os terrenos utilizados para as produções de subsistência foram reduzidos, pressionando os trabalhadores a entregarem os seus instrumentos de trabalhos (NEVES, 2008). No Rio Grande do Sul, ocorre nesse momento o aumento da monopolização de terras, além da minifundização de colônias, provocando a migração de trabalhadores rurais para o setor urbano. Em São Gabriel, esse período corresponde a uma alta nos preços de gado, beneficiando os proprietários a optar pela estratégia expansão de seus domínios fundiários no município, a partir da ampliação do número de imóveis, porém, não beneficiando os trabalhadores com geração de emprego e valorização salarial (PICCIN, 2012).

Nesse período emergiram organizações de trabalhadores rurais e discussões sobre o programa de desenvolvimento do país. Em resistência à exclusão social imposta, os movimentos de trabalhadores rurais colocaram em pauta a reforma agrária e os direitos trabalhistas. Esse processo de lutas foi consolidado fundamentalmente pelas contradições vivenciadas nas reconfigurações das relações de trabalho, além das modificações nas crenças e normas sociais que atingiam diretamente os sujeitos envolvidos (MEDEIROS, 1989). Esses conflitos teriam em comum a “resistência dos trabalhadores rurais, fossem posseiros, arrendatários, foreiros ou moradores, em deixar a terra em que trabalhavam e da qual estavam sendo expulsos” (MEDEIROS, 1989, p. 34).

As dificuldades enfrentadas por trabalhadores no processo de urbanização já foram associadas pela literatura com a ampliação da mobilização social, formação de acampamentos e outros modos de luta pela terra. No entanto, é questionável se as relações entre crise e reação social são assim tão automáticas, por condições objetivas e subjetivas, fica “a impressão de que os movimentos surgiram de repente, como em um passo de mágica. De uma hora para outra estariam todos ali reunidos, comungando demandas de modo democrático, fazendo reivindicações” (MACEDO, 2005, p. 4). Nesse contexto, levanta-se a problemática do caráter espontâneo da organização dos movimentos de luta pela terra.

Ainda, como aponta Sigaud (2005) em trabalho sobre as ocupações de terras nas zonas de plantações canavieiras em Pernambuco, tal processo de mobilização também não pode ser explicado apenas a partir de elementos objetivos externos, como as crises que afetam diretamente os trabalhadores em seus empregos. Ao contrário, “Milhares de trabalhadores sem emprego preferiam continuar fazendo biscates a ir instalar-se sob a lona preta e

recusavam os convites com o argumento de que não queriam a terra" (SIGAUD, 2005, p. 263). Compreende-se, a partir desses estudos supracitados que, além das condições objetivas, as crenças formadas no espaço social – as quais envolvem os acampamentos e os sem-terra – podem limitar a constituição de sentidos que possibilitem os agentes a se inserir em um movimento de luta pela terra.

Em meados de 1980 os acampamentos expandiram-se pelas regiões do Brasil, transformando-se em uma forma de luta que simbolicamente passaria a expressar à sociedade e ao estado a demanda por terra - e dos sem-terra. (SIGAUD, 2005). Já em São Gabriel, apesar do histórico de alta concentração de áreas terra, as lutas por terra sob a forma de acampamentos deram-se de forma tardia. Apenas a partir da década de 1990 que os movimentos sociais, a exemplo do MST, passaram a investir na região (CHELOTTI, 2010). Essa inserção de novos agentes se dá no mesmo período de colapso no setor produtivo local de carne, em decorrência dos avanços neoliberais de 1990 (ZANELLA e PICCIN, 2018).

Somente nos anos 2000 observa-se experiências de acampamentos em São Gabriel. Trata-se de um período marcado por conflitos entre os proprietários rurais e os movimentos sem-terra, contando com ações como vigílias, ocupações e reintegrações de posses de áreas ocupadas. Além disso, a partir de um crescente na mobilização dos sem-terra na região, das políticas de governo desse período, e da atuação renovada do Incra/RS para aquisição de terras, em 2008 visualiza-se uma conversão no complexo de estâncias em áreas disponibilizadas para assentamentos rurais (ZANELLA e PICCIN, 2018).

3. 2 A Adesão de Sujeitos Socializados em São Gabriel à Forma Acampamento

Os sujeitos entrevistados no desenvolvimento desta pesquisa não apresentaram em suas trajetórias vinculações expressivas (ou mesmo nenhuma) com os movimentos de luta pela terra. Para muitos deles, o acampamento apareceu como uma possibilidade de estratégia de sobrevivência de modo repentino, ligada a condições de sobrevivência precarizadas. Foi comum aparecer nos relatos as desagregações sociais, as situações de desemprego ou de salários insuficientes para o atendimento nas necessidades básicas e sociais, as desvinculações familiares, além de adoecimentos psicológicos atribuídos, pelos entrevistados, às suas situações de vida. Outro elemento identificado a partir das entrevistas foi o modo como se deu a adesão ao acampamento. Na maior parte das vezes não foi pela via direta das ações de protesto e propaganda de movimentos sociais ou do reconhecimento do ideal de "luta pela terra". Muitos dos sujeitos tiveram conhecimento do acampamento por via de um contato que estava no movimento, por morar ou transitar próximo ao local, e por conhecer essa forma de ação como um método em que a conquista de um lote seria possível, pois foi assim que outras pessoas conseguiram lotes em São Gabriel e hoje estão assentadas. Dessa forma, o objetivo primeiro desses acampados aparece como o "ganho do lote", não necessariamente enxergando a área de terra como um direito, ou interpretando a luta pela terra nas dimensões constituídas pelos movimentos sociais e outras organizações desde que foi moldada a forma acampamento (SIGAUD, 2005).

Outra questão refere-se a conceitos como ocupar e invadir. Para os acampados membros do MST existe a concepção de que a terra é um direito e que a luta pela terra é necessária, deste modo é utilizado o termo ocupação, com um entendimento que o fim da ação é mais amplo, por exemplo, tendo como o objetivo a realização de uma Reforma Agrária. No acampamento do movimento, em São Gabriel, visualizou-se bandeiras e faixas que referenciavam pautas programáticas, como a reforma agrária e a "luta socialista". Em contrapartida, o movimento dissociado do MST utilizava o termo invasão para se referenciar às ocupações que o MST realiza em terras privadas, mesmo que improdutivas. Apesar do acampamento aparecer como um caminho para a conquista do lote, não foi explícita uma

relação dessa ação com uma pauta mais ampla. Referia-se mais a uma forma quase procedural de comunicar ao Estado, via Incra, que existia uma demanda por lotes de terra dada por pessoas que se autodenominavam “trabalhadoras” e “respeitosas”. A busca pela distinção deste movimento com o MST se dava pela certeza de “não estarem invadindo terra de ninguém”, de não “fazerem baderna”, de não saírem totalmente da ordem.

Martins (2003), ao pesquisar a formação de significações sociais em sujeitos que participaram de acampamentos e movimentos de luta pela terra verifica uma série de resistências devido ao conflito psíquico enfrentado no processo de permanecer na ordem e transgredir. Apesar da adesão ao movimento/acampamento aparecer como uma estratégia de sobrevivência possível, a “ocupação da terra alheia é um ato transgressor” e “indica a necessidade de racionalizar o ato, de encontrar no próprio universo valores e normas que legitimem o que parece não ter legitimidade” (MARTINS, 2003, p. 126). No caso observado, em 2018, no município de São Gabriel, os participantes dos acampamentos podem se encontrar nessa encruzilhada. O acampamento conta com descendentes de trabalhadores rurais localizados nas estâncias e urbanizados entre os anos de 1950 e 1980; com trabalhadores assalariados sem vínculo empregatício fixo, muitas vezes migrando entre o urbano e o rural, e com desagregados do mundo do trabalho e de suas famílias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As motivações para acampar perpassam por questões sociais e econômicas, as transformações que envolvem os sujeitos e as suas possibilidades de sobrevivência e reprodução social, além das reestruturações subjetivas, que influenciam nas reconfigurações de crenças individuais e grupais sobre o ato de acampar. Não basta a necessidade de rever a estratégia de sobrevivência se o sujeito em sua representação sobre a ação de acampar a torna inaceitável. Para Martins (2003) esse movimento subjetivo de representar uma atuação nova, que se torna possível objetiva e subjetivamente, pode ser analisado a partir das noções de ordem e transgressão.

Desse modo, o acampamento como um modo de conquistar o lote aparece como uma alternativa possível e recente enquanto estratégia de sobrevivência para pessoas socializadas na cidade de São Gabriel. Para tanto, parece ser necessária a criação de novas significações sociais, considerando o não rompimento completo com sentidos internalizados anteriormente.

REFERÊNCIAS

CHELOTTI, M. C. Campo-Território: revista de geografia agrária. **Novos Territórios da Reforma Agrária na Campanha Gaúcha**. v. 5, n. 10, 2010.

DIEESE. **Estoque estimado de vínculos formais de trabalho – Assalariados Rurais – RS**. Abr., 2018.

MACEDO, M. E. Mana. **Entre a “violência” e a “espontaneidade”**: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. v. 11, n. 2, Rio de Janeiro, 2005.

MARTINS, J. S. *O Sujeito Oculto*: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MINAYO, M. C. S. O Desafio da Pesquisa Social. In: GOMES, S. F. D. R., MINAYO, M. C. S. (Organizadora). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade.** 32. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NEVES, D. P. Formas Tuteladas de Condição Camponesa: Colonato e Morada na Agroindústria Exportadora. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil.** Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

PICCIN, M. B. Estudos Sociedade e Agricultura. **Patronato estancieiro gaúcho:** de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo. V. 22, n. 2, Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014.

PICCIN, M. B. *Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul:* um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro. 2012. Tese (Doutorado Ciências Sociais) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

POMAR, W. *Os Latifundiários.* São Paulo: Página 13, 2009.

ROSA, M. C. Tempo Social: revista de sociologia da USP. **Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco.** v. 21, n. 1, São Paulo: USP, 2009.

SIGAUD, L. Tempo Social: revista de sociologia da USP. **As condições de possibilidade das ocupações de terra.** v. 17, n.1, São Paulo: USP,2005.

ZANELLA, F. C.; PICCIN, M. B. Estudos Sociedade e Agricultura. **Condições de emergência dos sem-terra em meio a reconfigurações do espaço estancieiro no Rio Grande do Sul.** v. 26, n. 2, Rio de Janeiro: UFRRJ, 2018.

(RE) OLHARES PARA A PRODUÇÃO LEITEIRA EM SANTO CRISTO-RS E AS MULHERES AGRICULTORAS

FROELICH, Patrícia Rejane. Doutoranda em Extensão Rural. UFSM. patyfroelich@gmail.com

Grupo de Trabalho Nº 2–Gênero, Geração e Populações do Campo

RESUMO: Este trabalho nasce por confluência da minha dissertação de mestrado (2017), ora desdobrada em reflexões que fomentam a formulação da vindoura tese. Nesse sentido o que apresento a seguir é um exercício preliminar de reflexão que (re) olha a produção leiteira no município de Santo Cristo/RS — majoritariamente desempenhada por agricultores/as familiares — desta vez sob o prisma de gênero. O presente escrito se insere, portanto, nos debates acerca do mundo rural contemporâneo e suas clivagens, o que justifica os (re) olhares pontuado no título, pois a complexidade do „objeto” estudado não se apreende em um único olhar. Essa analogia remete a paciência e o comprometimento de um etnógrafo em vias de formação e cheia de indagações, seus olhos moldados teoricamente também tem experiência pessoal no local, o que defere um redobrado cuidado epistêmico. Este escrito nasceu pós- seleção no curso de doutorado, e os dados empíricos que configuraram este trabalho são oriundos da pesquisa dissertativa, por isso merecem ser revisitados posteriormente. O objetivo principal deste trabalho é congregar críticas e sugestões para a vindoura tese.

Palavras-chave: Agricultura familiar, etnografia, mulheres;

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere nos debates acerca do mundo rural contemporâneo e suas nuances. O universo empírico escolhido é o município de Santo Cristo, estado do Rio Grande do Sul, no qual há considerável produção leiteira realizada por agricultores (as) familiares, que mantém uma especialização constante dessa atividade ao longo dos últimos vinte anos.

A cidade de Santo Cristo, por seu turno, está situada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, distando cerca de 520 km da capital gaúcha, Porto Alegre. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE estima-se que atualmente o município tenha 14.738¹ habitantes, sendo que cerca de 45,9% residem no meio rural e 54,1% no meio urbano. O município de Santo Cristo é atualmente o maior produtor de leite no Rio Grande do Sul e um dos principais do Brasil (IBGE, 2015), cuja produção começou a se destacar no início dos anos de 1990, tendo por base a agricultura familiar.

Comumente se atribui a agricultura familiar características como o policultivo e baixos níveis de produtividade, aspectos que não se confirmam em relação à produção em Santo Cristo, a qual é especialista na produção de leite e obteve ganhos de produtividade com a introdução crescente de insumos tecnológicos (ordenhadeiras, tratores, seleção genômica, insumos químicos, etc.). Dessa forma, a agricultura familiar de Santo Cristo pode ser entendida como um caso paradigmático de competitividade na produção leiteira (SOUZA, 2011).

Segundo o relatório do Programa Municipal de Agricultura Sustentável (Gestão 2013-2016), fornecido e realizado pela Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente de Santo Cristo, no que concerne ao gado de leite (utilizando como parâmetro os dados de 2011 do IBGE), o município ocuparia o 1º lugar na produção de leite no estado do Rio Grande do Sul, com 56.284.000 litros de leite por ano. Ainda segundo essa mesma fonte

¹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-cristo/panorama>

de informação, Santo Cristo teria um total de 1.460 produtores dedicados à produção de leite e um rebanho de 17.480 de vacas ordenhadas, alcançando o quarto lugar na produtividade leiteira no estado, com uma média de 3.220 litros de leite/vaca/ano.

Para Neuhaus (2001, p.8) em média 40% de todos “os Condomínios Leiteiros do Rio Grande do Sul se concentraram na Região Noroeste do Estado”, Santo Cristo faz parte, por sua vez, do que regionalmente denominam como “bacia leiteira do grande Santa Rosa”. Entretanto, não é possível falar do caso de Santo Cristo como exemplar para o noroeste gaúcho, mas, ele é exemplar e paradigmático do processo mais amplo de modernização da agricultura familiar especializada na produção de leite. Wanderley (2003) pontua sobre a perspectiva de modernização da agricultura e de urbanização que tem historicamente incidido sobre o meio rural. Ao ressaltar uma série de teóricos que tateiam distinções entre campesinato e agricultura familiar, a autora propõe uma agenda de pesquisa que visa ilustrar a complexidade dessa última categoria, dinâmica e plural, e os desafios que ela enfrenta nas sociedades modernas, inspirando a presente proposição.

O presente escrito é uma continuação do que desenvolvi no estudo dissertativo, no qual constatei que a mão de obra empregada é sobretudo familiar, na produção leiteira da Vila Sírio, comunidade de Santo Cristo. No entanto, as relações de gênero estabelecidas em torno dessa atividade despertaram algumas inquietações. Foi possível perceber que embora a hierarquia de gênero seja algo evidente no meio rural e na região estudada, as mulheres estavam presentes nas atividades que envolviam ordenha, ou seja na produção de leite, leia-se renda familiar. Esse fato me levou a problematizar o papel que cada membro do núcleo familiar ocupa dentro dessa atividade, sobretudo a mulher², considerando que ela é tida historicamente como mão de obra auxiliar.

Segundo Sarti (2004, p.35) é essencial, ao falar sobre as mulheres, fazer “referência ao contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado. Da mesma maneira, a análise das relações de gênero implica considerar a noção de pessoa, tal como concebida no universo simbólico ao qual se referem essas relações”. Nesse sentido refletir acerca das relações de gênero se relaciona também com o que isso representa para mim como mulher e filha de agricultores, enquanto alguém que vivenciou os bastidores da produção agrícola ao longo de 17 anos, e que agora se propõe a entrar nas propriedades e casas das famílias rurais, com um (re) olhar afinado por lentes teóricas e cheio de indagações. Problematizar as questões de gênero no espaço rural não é levantar bandeiras feministas, é investigar as clivagens de um espaço social.

Magalhães (2009, p.276), por sua vez, destaca que “com o aumento da importância econômica da produção de leite para as famílias, os homens passaram a exercer o domínio sobre a atividade”. Segundo tal, ainda, “analisar as relações de gênero nesta atividade específica ajudará a compreender os motivos da persistência da desvantagem feminina ainda intensamente presente no mundo rural” (ibidem, p.277). Nesse sentido, dialogando com os autores supracitados e outros que aparecem na sequência, este escrito visa abri caminho para responder o seguinte problema de pesquisa: Quais os papéis de gênero e como eles afetam a prática da produção leiteira de Santo Cristo-RS?

2 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa (re) utilizarei o método etnográfico aliando-o às técnicas de entrevista e fotografia. O diário de campo será minha principal ferramenta, uma vez que

² Nesse contexto, penso nas colocações de Starter (2006), quando ela adverte que as desigualdades entre os sexos têm sido interpretadas como um fenômeno universal. Penso ser importante utilizar gênero em uma perspectiva relacional, relativizando por sua vez as “verdades pré-estabelecidas”. Reconheço a hierarquia de gênero, no entanto entendo que elas atuam de modos distintos em diferentes esferas da sociedade.

“Transforma uma experiência social ordinária em experiência etnográfica, pois não só restitui os fatos marcantes que sua memória corre o risco de isolar e descontextualizar, mas, especificamente, o desenrolar cronológico objetivo dos eventos” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 67).

Não somente pelo fato de outrora ter empregado tal método que resolvi reutilizar nesse contexto, mas também por considerá-lo oportuno para o problema em questão, uma vez que ele promove uma aproximação com os interlocutores e seu cotidiano, especialmente no que tange ao trabalho com a produção do leite e suas respectivas nuances, pois “vale mais a pena escutar os nativos do que interrogá-los, não somente para ouvir suas próprias classificações, mas também para evitar receber as respostas que não seriam senão o espelho das questões e expectativas do pesquisador” (WEBER, 2009, p. 29). Desta forma, com a observação, característica do método etnográfico, Florence Weber (2009) ressalta que alcançaremos “simultaneamente as práticas e as visões de mundo dos nativos” (p. 29), tão caras para nossa ciência social.

Olivier de Sardan (2008) destaca que a pesquisa de campo, a qual acusam tratar-se de uma espécie de empatia ou dom do pesquisador, é apenas um dos muitos modos de produção de dados nas Ciências Sociais, e enquanto tal possui suas formas de rigor e validação e/ou plausibilidade dos dados arquitetados, da mesma maneira que os outros modos de investigação também possuem. Nesse sentido a prática etnográfica tem a ver com uma constante tarefa de aprendizagem. Na prática, portanto, o pesquisador enfrenta diversos mal-entendidos e aprende a improvisar com perspicácia, e no decorrer da investigação aprenderá os códigos locais. Desta maneira, a investigação de campo, segundo ele, é muito mais do que um simples rito de passagem. Há que se trabalhar, concomitantemente, com a objetivação.

Na minha compreensão a formação do antropólogo/à deriva da união entre teoria e empiria. É em campo (embora existam grandes antropólogos de gabinete) que surgem novas reflexões. Fazer etnografia (ainda que este não seja método exclusivo da antropologia) é um aprendizado contínuo. Ir a campo frequentemente, perder a timidez, ouvir, ver, escrever, sentir odores... uma pesquisa etnográfica ganha consistência aos poucos. Exige paciência, vigilância epistemológica, disposição, respeito e ética profissional. Destaco, nesse sentido, escolher essa metodologia por compreender que ela abarca as necessidades da investigação ora proposta. Da mesma forma que viso aprofundar meu texto dissertativo, atendendo as demandas de uma futura tese, também almejo sofisticar-me como antropóloga/pesquisadora social.

3 DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho, como sobredito, é um desdobramento da pesquisa desenvolvida ao longo do curso de mestrado. As incompletudes, os chamamentos da banca de avaliação do texto dissertativo agora são (re) olhadas. Na minha dissertação intitulada *“VIVEMOS DESTA RENDA”: A AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTO CRISTO-RS E AS COMPLEXIDADES DA INTENSIFICAÇÃO PRODUTIVA DO LEITE*, problematizei o processo de intensificação da produção de leite, privilegiando a concepção que os próprios agentes na base desta cadeia tinham sobre tal. Concluí, nesta investigação, entre outras coisas, que meus interlocutores/as concebiam a inserção - numa produção com alto nível de utilização de insumos técnicos- como importante e facilitadora, mas, isso ocorreu em primeiro lugar, porque tiveram/tem acesso a ela. Os agricultores que, por um motivo ou outro, não puderam assim fazer, podem ter – ou não – visão contrária desse panorama.

Avaliei também que as políticas de incentivo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF são deveras importantes para os agricultores de Santo Cristo, fato que observei na pesquisa, uma vez que permitiu aos

agricultores capitalização, mas por vezes limitados a uma parcela dos produtores familiares. Merecem ser (re) avaliadas com periodicidade.

Na dissertação, problematizei também as variadas concepções sobre a modernização tecnológica da agricultura aplicadas a produção de leite, sobrelevando a visão que os agricultores apresentavam sobre tal processo, e, quais as implicações disso na sua respectiva rotina. No presente projeto e futura tese, por seu turno, intento debruçar-me sobre a família rural (concepção sobre família e rede de relações) e as questões de gênero (papéis e organização familiar), logo, subtópicos também se encaixam, tais como a relação humano- animal (agências não humanas), noções de qualidade (êmica e industrial), reprodução física e social (o emblema da juventude rural no campo), relações da agricultura com o mercado (os/as agricultores/as como produtores/as e consumidores/as).

A literatura especializada mostra que a agricultura brasileira mudara muito nos últimos anos, com respectivas especificidades regionais, mas pouco se problematiza o que essa mudança significa para os próprios sujeitos. Mudar não seria uma forma de resistir? Enfocar as relações de gênero é minha intenção na futura tese, não apenas porque foi um chamamento da banca de avaliação do referido texto dissertativo, mas também, por entender que este tema se mostra bastante atual na medida em que a mulher agricultora desempenha diferentes papéis, seja em âmbito doméstico ou produtivo, e que sob ela ainda recaem velhas tarefas relativas a cuidar e reproduzir (ARAUJO; HOLANDA, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há muito que pontuar neste tópico, se não que emergir no campo empírico é uma necessidade urgente e que há uma gama de questões em aberto para tratar na etnografia. O que pinceliei nesse escrito configura os primeiros passos na construção da tese. Há ainda muita imaturidade teórica para ser acurada. Se na dissertação trabalhei flertando com a sociologia econômica, ora pretendo adentrar o campo da antropologia das emoções, cerceando, portanto, a relação das mulheres com o seu rebanho bovino, transcendendo questões comerciais. Meus maiores desafios seguem sendo no campo epistêmico.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ana Claudia Uchôa. HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. A mulher na família, no trabalho e na docência em ead- Uma análise bibliográfica. In: **Conexões Ciência e Tecnologia- periódico de divulgação científica e tecnológica do IFCE** (edição especial sobre gênero). V.8, n.1, p. 21-27, marc. 2014. Fortaleza/CE.

BEAUD, Stéphane & Weber, Florence. **Guia para a pesquisa de campo- produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **A “masculinização” da produção de leite**. RESR, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 01, p. 275-300, jan/mar 2009 – Impressa em abril 2009, p. 275-299.

NEUHAUS, Ademir. **Condomínios leiteiros na região noroeste do Rio Grande do Sul**. Monografia do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia- UFRGS, 2001.

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. **“Introduction- Adéquation empirique, Théorie, anthropologie”**. In: **La rigueur du qualitatif: les contraintes empiriques de l’interprétation socio-anthropologique**. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004, p 35-50.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia de percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO: DA INVISIBILIDADE À RESISTÊNCIA¹

PIECHA, Renata. Bacharela em Ciências Sociais/Pós-graduanda em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria. renatapiecha3@gmail.com. ZANINI, Maria C. C. Doutora em Antropologia (USP). Docente do Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria. zanini.ufsm@gmail.com.

Grupo de Trabalho Nº 2 – Gênero, Geração e Populações do Campo

RESUMO: Esta proposta tem por objetivo apresentar reflexões acerca da condição da mulher rural e o mundo do trabalho na comunidade de Rincão dos Alves, 4º distrito de Jaguari, região central do Rio Grande do Sul. Por meio de pesquisa etnográfica em andamento, tem-se observado que no mundo rural, em que traços de patriarcalismo ainda se encontram, o trabalho feminino é por vezes invisibilizado. No contexto da agricultura familiar é o homem/marido ainda o principal detentor do lucro que advém das atividades produtivas, enquanto a mulher/esposa, apesar de participar ativamente dessas atividades, não usufrui igualitariamente dessa renda, sendo o seu trabalho, além disso, menosprezado ou ainda caracterizado enquanto “ajuda”. Esta proposta tem como principal objetivo refletir brevemente acerca da divisão sexual do trabalho no campo e apresentar algumas das técnicas de resistências que são desenvolvidas pelas mulheres rurais, para obterem um ganho que seja, de fato, administrado por elas, para assim, conquistarem uma maior autonomia. O reconhecimento do trabalho das mulheres é um entrave enfrentado, até hoje, pelos movimentos feministas e de mulheres. Este reconhecimento é uma ferramenta fundamental para que haja uma diminuição das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: mulheres; divisão sexual do trabalho; campo;

1 INTRODUÇÃO

Por meio desta pesquisa, pretende-se conhecer o cotidiano de trabalhadoras rurais que atualmente residem na localidade de Rincão dos Alves, município de Jaguari – RS. Trata-se de uma localidade composta por camponeses de origem italiana, alemã e polonesa. A atividade predominante nessa localidade, que é constituída por pequenas propriedades, pelo menos a partir dos últimos 10 anos, é a fumicultura, porém algumas famílias com um número um pouco maior de hectares, além de fumicultores são pequenos pecuaristas. A propriedade tem em média 35 hectares em uma região composta por montanhas. Essas famílias vivem nessa região desde a chegada de seus descendentes europeus que foram acomodadas nos planaltos do município, pois estes eram menos férteis do que as planícies. O município de Jaguari, fica na região central do Rio Grande do Sul e possui cerca de 10 mil habitantes, sendo que 43% dessa população vive no meio rural, no qual 47% são mulheres².

O campo ainda é um espaço bastante marcado pelas diferenças de gênero, que advém do forte enraizamento de uma cultura patriarcalista, que está relacionada com a naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres e as relações hierárquicas que se dão dentro das famílias camponesas, que acabam legitimadas pela divisão sexual do trabalho. O contexto da agricultura familiar é marcado pela participação de todos os integrantes da família na

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

² Informação disponível em:
http://sistema.databrae.com.br/sites/novo_databasebrae/#Populacao/Populacao_urbana_e_rural/Grafico

Atividade produtiva, porém, é o homem/marido considerado o principal membro desse grupo e aquele que decide acerca dos destinos da propriedade. Já a mulher/esposa aparece como coadjuvante no que diz respeito ao trabalho e ao papel exercido pela mesma. Esta proposta pretende discutir a divisão sexual do trabalho no campo e refletir acerca de algumas práticas de resistência que são adotadas pelas mulheres rurais, ou seja, quais atividades estas procuram exercer para obter uma fonte de renda que seja por elas usufruída. Aqui, leva-se em conta que o lucro que advém da atividade produtiva – a principal fonte de renda da família campesina – é administrado, na maior parte das vezes, exclusivamente pelo homem, mesmo que a mulher exerça as mesmas funções junto a essa atividade. As mulheres ocupam uma posição de subalternidade nesse meio e seu trabalho não possui o devido valor, sendo muitas vezes, invisibilizado ou caracterizado enquanto “ajuda”, ou “leve”. Além de participarem ativamente da atividade produtiva e não usufruírem de maneira igualitária dessa renda, a jornada de trabalho das mulheres do campo é exaustiva, ultrapassando a dupla jornada. A cargo destas mulheres ficam as tarefas domésticas, os cuidados com os filhos, com a casa e com o marido e, também, o cuidado com a horta, com os animais de pequeno porte e a atividade leiteira, entre outras atividades que se estendem do amanhecer até o anoitecer. Além de todas essas funções as mulheres ainda desenvolvem um meio para obter um ganho que seja, de fato, por elas administrado. Alguns exemplos, seriam a produção e venda de artesanato, compotas, queijo, a comercialização de produtos que são produzidos em suas hortas e quintais, entre outras atividades que são vistas como secundárias, pois não trazem um ganho significativo à família.

2 METODOLOGIA

O que se pretende é, depois de uma pesquisa etnográfica, acompanhar o cotidiano de algumas trabalhadoras rurais que atualmente residem na localidade de Rincão dos Alves, município de Jaguari - RS, mais especificamente, a esfera do trabalho feminino nesse meio, através da pesquisa de campo, utilizando a observação participante e a análise etnográfica. Esta localidade é habitada por descendentes de italianos, alemães e poloneses, que desenvolvem, predominantemente, a fumicultura e em alguns casos a pecuária em propriedades que possuem em média 35 hectares.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 “Gênero” no contexto rural

O campo ainda é marcado pelo forte enraizamento da cultura patriarcal, no qual as mulheres ocupam uma posição de subalternidade. Em sua obra *Gênero: uma categoria útil para análise* (1989), Joan Scott afirma que o termo “gênero” refere-se às definições normativas da natureza feminina e aos papéis sociais atribuídos às mulheres. Para Scott, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). A diferenciação feminino/masculino é legitimada também através das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Porém, Scott afirma que essa “diferença sexual” foi estabelecida não somente como um fato natural, mas também como uma base ontológica para a diferenciação política e social. A autora vai além e afirma que “gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1989, p. 23) legitimando e construindo as relações sociais e justificando, assim, as relações de poder. Scott acredita que é fundamental que esta dominação do masculino sobre o feminino pareça segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte de uma ordem natural e divina. A autora defende que não é a natureza,

Nem o aspecto biológico, mas sim, a organização social que produz a “diferença sexual”. Segundo dados (DESER – CEMTR/PR, 1996), o campo é um dos principais reprodutores das desigualdades de gênero, privilegiando o homem/marido enquanto chefe de família e da propriedade. Maria Ignez Paulilo (2003) enfatiza esses estudos afirmando que a propriedade da terra está muito mais ligada ao homem do que a mulher, ou seja, a desigualdade de gênero no meio rural está diretamente relacionada com a naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres e as relações hierárquicas que se dão dentro das famílias camponesas, que acabam legitimadas pela divisão sexual do trabalho. Em outras palavras, a hierarquização entre os membros da família se reflete na hierarquização de suas tarefas.³

Por fim, vale ressaltar que, conforme afirmam Zanini e Santos (2013), a partir da segunda metade do século XX, com a expansão do movimento feminista e de políticas públicas destinadas às mulheres, as relações de gênero no meio rural passaram por algumas transformações. Porém, a desigualdade de gênero no campo ainda é bastante significativa. Os movimentos feministas vêm a anos tentando evidenciar a importância do trabalho feminino, tendo em vista a busca por melhores condições de vida para essas mulheres, assim como, a busca por igualdade. É importante, contudo, compreender quais são, de fato, as demandas destas mulheres na sua vida cotidiana.

3.2 Divisão sexual do trabalho no campo

No campo, a divisão sexual do trabalho⁴ fica ainda em maior evidência. Aos homens é reservado o reconhecimento público do trabalho produtivo, ou seja, aquelas voltadas ao mercado, que geram renda a família. Já o trabalho feminino permanece oculto e obscurecido. A cargo das mulheres ficam as tarefas domésticas e as atividades de reprodução familiar, como cuidar da horta, das pequenas criações, da atividade leiteira, assim como, o cuidado com os filhos, sustentando a reprodução do modelo social rural por herança, e o próprio cuidado do esposo, sendo este último talvez a mais importante função da esposa (WOORTMANN, 1995). Segundo Paulilo (1987) e Brumer (1996) o trabalho feminino fora do âmbito doméstico, na grande maioria das vezes, acaba por ser caracterizado como “leve”, “insignificante” e até como “ajuda” à família - termos que subtraem o real valor deste trabalho. Porém, é válido destacar que as mulheres camponesas também participam ativamente das atividades produtivas sem o devido reconhecimento. Segundo Anita Brumer (1996), como as mulheres ocupam uma posição de subordinação em relação aos seus maridos, seu trabalho é, na grande maioria das vezes, considerado apenas como “ajuda” mesmo se a mulher trabalhar tanto quanto o homem ou executar as mesmas atividades que este. Sendo assim, Brumer afirma que as atividades agrícolas exercidas pelas mulheres são vistas como uma extensão intrínseca às suas atribuições de mãe e esposa e, muitas vezes, recebem pouca ou nenhuma remuneração pelas atividades executadas por elas.

Em sua obra, *O Peso do Trabalho Leve* (1987), Paulilo explica como funciona a divisão sexual no campo. A autora destaca a existência de categorias de trabalho dentro das famílias camponesas. Estes seriam divididos entre “trabalho leve”, aquele reproduzido por

³ Aqui, vale ressaltar, que no meio rural a hierarquia familiar é bastante forte e, se estrutura, segundo Paulilo (1987), segundo o sexo e geração, estando os homens mais velhos ao topo e as mulheres mais jovens à base.

⁴ “A esfera pública (masculina) focada no social, político e econômico-mercantil, amparada em critérios de êxito, poder, direitos de liberdade e propriedade universais, e relacionada fundamentalmente com a satisfação do componente mais objetivo (o único reconhecido) das necessidades humanas. Por outro lado, a esfera privada ou doméstica (feminina) focada no lar, baseada em laços afetivos e sentimentos, desprovida de qualquer ideia de participação social, política ou produtiva e relacionada diretamente com as necessidades subjetivas (sempre esquecidas) das pessoas” (CARRASCO, 2003).

mulheres e crianças, e “trabalho pesado”, que seriam as atividades reproduzidas, majoritariamente, pelos homens. A autora destaca que a classificação desses trabalhos ocorre de forma diferenciada de acordo com as regiões, ou seja, possui determinantes culturais dependendo da perspectiva social que se analisa. Por exemplo, um trabalho que é considerado “pesado” em determinada região, se for exercido por mulheres e crianças em outra região acaba por ser classificado como “trabalho leve”. Segundo Paulilo, no cotidiano rural, homens e mulheres acabam reproduzindo tarefas “pesadas”, porém, quanto mais proeminente o trabalho executado, mais a mulher encontra-se excluída dele. Nas palavras da autora “o trabalho é leve (e a remuneração é baixa), não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987, p. 70). Sendo assim, a autora defende que a lógica da divisão sexual do trabalho naturaliza o lugar da mulher na esfera doméstica (responsável pelo trabalho reprodutivo, não remunerado) e designa ao homem o trabalho produtivo (remunerado). Para complementar o raciocínio de Paulilo, na obra intitulada *Novas Configurações da Divisão Social do Trabalho* (2007), Helena Hirata e Daniele Kergoat afirmam que a divisão sexual do trabalho está relacionada com a representação social do ser mulher e do ser homem, sendo assim, o valor social do trabalho é conferido pelo fato de quem o executa e não pela natureza do trabalho em si.

Segundo Moura (1978), o trabalho familiar é baseado pela lógica produtiva e reprodutiva do grupo, estando fundado na divisão sexual do trabalho. Para compreender melhor como a naturalização da divisão sexual se dá, Pierre Bourdieu (2005) enfatiza que essa divisão sexual do trabalho se mostra como algo natural, dado e até inevitável. Para o autor, a divisão sexual do trabalho acaba sendo incorporada pela sociedade, pelo corpo e pelo *habitus*, funcionando como sistema de percepção, ação e pensamento. Há assim, uma concordância entre estruturas objetivas e cognitivas, que leva a uma referência ao mundo, que acaba por apagar as condições sociais que a torna possível, legitimando o arbítrio, como se fosse algo natural e inquestionável. Outro entrave encontrado pelas mulheres no campo em relação ao trabalho exercido por estas, segundo Anita Brumer (2004), é o fato que a atividade profissional e vida familiar são dadas no mesmo local, fazendo com que as relações entre homens e mulheres sejam tanto como cônjuges ou colaboradores. Paulilo (2003, p. 37) enfatiza essa ideia afirmando que no meio rural “as mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico”. Aqui, vale ressaltar que “o trabalho das mulheres rurais está tão ou mais ‘para além da dupla jornada’ que o das mulheres urbanas”, pois “ele ocorre numa jornada contínua, que vai desde o amanhecer até o anoitecer, resultando numa confusão entre as atividades domésticas e produtivas” (RODRIGUES; SCOTT; SARAIVA, 2010, p.72). Sendo assim, as mulheres se envolvem em inúmeras atividades, dando conta da rotina da família até o trabalho que se realiza junto a atividade produtiva. As funções exercidas por essas mulheres, ultrapassam demasiadamente as práticas vinculadas ao trabalho doméstico, sendo muitas vezes subestimadas, uma vez que, muitas das atividades exercidas por elas não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas formalmente pela sociedade em torno do conceito de trabalho (FARIAS, 2009). Sendo assim, um grande passo para diminuir as desigualdades de gênero no campo, segundo Maria Ignez Paulilo, seria um pleno reconhecimento do trabalho exercido pelas mulheres rurais. Esse reconhecimento deve acontecer tanto nas atividades que são realizadas no âmbito doméstico, quanto as que são realizadas fora dele. Só assim, essas mulheres camponesas possuirão mais autonomia em relação as suas relações sociais.

3.3 Práticas de Resistência

A divisão sexual do trabalho contribuiu, ainda mais, para a minimização da identidade da mulher rural em considerar-se também como uma protagonista nas atividades exercidas



nesse meio e, ainda, em usufruir, de maneira autônoma, dos lucros que advém dessas atividades. Sendo assim, muitas vezes, estas mulheres buscam uma forma de renda – que seja considerada, de fato, delas – em atividades ditas secundárias, ou seja, aquelas atividades que não se caracterizam como a principal fonte de renda da família.

Alguns exemplos, de produtos que seriam comercializados por essas mulheres seriam a produção e venda de artesanato, compotas, queijo, a comercialização de produtos que são produzidos em suas hortas e quintais, entre outras atividades. Segundo Brumer (2004) além das mulheres serem as principais responsáveis pelo âmbito doméstico, ficam também encarregadas pelo cultivo de produtos destinados ao consumo da família. Sobre a venda destes produtos elas possuem uma certa autonomia, porém a autora afirma que essa autonomia não deve ser superestimada, principalmente, porque dentro do contexto familiar o trabalho doméstico e as tantas outras atividades exercidas por estas mulheres não são classificadas enquanto trabalho. Além disso, vale ressaltar, que o dinheiro ganho pelas mulheres é menos fundamental do que o ganho pelos homens, pois este último, em uma sociedade patriarcal, é o único responsável pelo sustento da família, enquanto o lucro que advém do trabalho feminino é visto como complementar (ZELIZER, 1989). Porém, segundo Simonetti (2011) há uma modificação neste contexto, onde o acesso da mulher à renda faz com que esta tenha uma maior participação no contexto familiar, mas vale ressaltar que, como afirma a antropóloga, “a busca dessas mulheres por seu espaço é diária, havendo uma constante procura por alternativas para obtenção de mais rendimentos” (SIMONETTI, 2011, p. 111).

Apesar de todas estas barreiras, as mulheres ainda conseguem se colocar e buscar por uma vida mais digna e independente. Essa imposição pode ser caracterizada, segundo Castells (1999), como um tipo de “identidade de resistência”. Segundo o autor essa forma de resistência é a mais significativa, pois se manifesta contra diversos tipos de opressão. Para complementar esse raciocínio, Ortner (2007) afirma que os atores sociais “resistem” ou “negociam” sua vida social e, assim, acabam por reproduzir um viés cultural ou social diferente do que lhes foi apresentado. Por fim, vale destacar que a grande maioria das mulheres usam seus lucros para favorecer as despesas com a casa e com o bem-estar dos membros da família (FLORA; SANTOS, 1986). Enfim, vale destacar o quanto estas mulheres, apesar de todas as diversidades, clamam por seu espaço e sua autonomia, desenvolvendo estratégias, superando desafios e modificando – ainda que lentamente - seu meio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ainda está na sua fase inicial, contudo, já se pode observar que há uma série de situações que ali se observam que são comuns a outros contextos rurais. Como no campo brasileiro a “cultura patriarcal” ainda possui raízes muito profundas, o reconhecimento do trabalho das mulheres - tanto perante a atividade produtiva, como todas as outras inúmeras atividades que estas mulheres exercem no âmbito doméstico e em torno dele - é uma ferramenta fundamental para a diminuição das desigualdades de gênero. Em uma sociedade capitalista, o acesso a algum tipo de renda é algo bastante significativo, tendo como consequência, a valorização da sua identidade, enquanto mulheres campesinas, sua maior independência e participação nas decisões familiares. Esse ganho faz com que estas ocupem, também, o papel de protagonistas nesse meio e passem, assim, a possuir mais autonomia perante a produção do trabalho e a concepção de seus modos de vida.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 4^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Revistas de Estudos Feministas, Florianópolis, jan. /abr. 2004.
- _____, Anita; PAULILO, Maria Ignez. **As agricultoras do Sul do Brasil**. In: Revista de Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, 2004.
- _____, Anita. **Mulher e desenvolvimento rural**. In: PREVESLAU, Clio; ALMEIDA, F. Rodrigues; ALMEIDA, J. Anécio (Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: EDUFSM, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- FARIAS, Maria Dolores M. **Nem caladas nem silenciadas: as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais**. In: FERREIRA, Maria Luzia Miranda A. et al. (Orgs.). **Os saberes e os poderes das mulheres: A construção do gênero**. São Luís: EDUFMA; Salvador: Redor, 2001.
- FLORA, Cornelia Butler, and SANTOS, Blas. **“Women in Farming Systems in Latin America”** In: NASH, Helen (ed.). **Women and Change in Latin America**. Massachusetts: Bergin & Garvey, 1986.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas Configurações da Divisão Social do Trabalho**. Cadernos de Pesquisa, 2007.
- MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- ORTNER, Sherry B. **Subjetividade e crítica cultural**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, jul. /dez. 2007.
- PAULILO, M. I. **O peso do trabalho leve**. Revista Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 5, n.28, 1987.
- _____, Maria Ignez; DE GRANDI, A.; SILVA, M. M. **Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.
- RODRIGUES, Ana Cláudia SCOTT, Parry; SARAIVA, Jeíza das Chagas. **Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais**. In: CORDEIRO, Rosineire; MENEZES, Marilda; SCOTT, Parry. **Gênero e Geração em Contextos Rurais – Ilha de Santa Catarina**: Editora Mulheres, 2010.
- SCHNEIDER, Sergio; SILVA Carolina Braz De Castilho e. **Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade**. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010.



SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila.

SIMONETTI, Fernanda. **“Mamma Mia”: A Compreensão Do Saber Fazer Cotidiano e a Ressignificação dos Papéis Entre Mulheres Campesinas**. Dissertação de Mestrado; UFSM, 2011.

WOORTMAM, Ellen. **F. Herdeiros, Parentes e Compadres**. Editora Universidade de Brasília. São Paulo – Brasília, 1995.

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam de Oliveira. **Colonas Italianas no Sul do Brasil: Estigma e Identidade**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS; Leonilde Servolo de (Organizadoras). Mulheres campesinas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Altenativa, 2013.

ZELIZER, Viviana A. **The Social Meaning of Money: "Special Monies"**. The American Journal of Sociology, The University of Chicago, Setembro, 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2780903>>. Acesso em: 01 nov. 2010.



AGROECOLOGIA E SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXÕES SOBRE A AUTONOMIA DA JUVENTUDE RURAL

DREBES, Laila Mayara. Engenheira Agrônoma, Doutoranda em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Professora de Extensão e Sociologia Rural na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: drebeslm@gmail.com

PASQUALOTTO, Nayara. Licenciada em Geografia e Cientista Social, Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Professora de Geografia na Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR). E-mail: nayarapasqualotto@hotmail.com

KAUFMANN, Marielen Priscila. Engenheira Florestal e Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marielenpk@yahoo.com.br

Grupo de Trabalho Nº 2 – Gênero, Geração e Populações do Campo

RESUMO: O estudo tem como objetivo analisar as contribuições da agroecologia no fomento da sucessão na agricultura familiar através da autonomização dos jovens rurais. O estudo é de modalidade qualitativa, de nível exploratório e teve seus dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica. Dentre as diversas condicionantes socioeconômicas limitantes à reprodução social da agricultura familiar está a restrição de autonomia dos jovens rurais que, em muitos casos, conduz à migração, impossibilitando a sucessão. A transição agroecológica favorece a autonomia das novas gerações de agricultores familiares porque as referências necessárias à produção agropecuária agroecológica são diferentes das referências necessárias à produção agropecuária convencional. Neste contexto, os pais não detêm as referências necessárias para serem transmitidas aos filhos no formato de capital cultural: embora os pais ainda sejam centrais na transmissão do patrimônio material, isto é, da propriedade rural, em contextos de transição agroecológica não são mais centrais na transmissão do patrimônio imaterial, ou seja, dos saberes necessários à condução de atividades agropecuárias agroecológicas nesta propriedade rural. Isso favorece a sucessão familiar incentivando a emancipação socioeconômica e a colocação dos jovens rurais como agricultores agroecológicos na propriedade rural de sua família ou em outra propriedade rural.

Palavras-chave: reprodução social; transição agroecológica; migrações.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, com a consolidação da agricultura familiar como categoria socioprofissional na década de 1990, os receios dos pesquisadores, dos extensionistas e dos formuladores de políticas públicas canalizaram-se, entre outras temáticas, em sua reprodução social. Sinteticamente, conforme o sociólogo francês Pierre Bourdieu, a “reprodução social” consiste em uma série de vinculações estabelecidas com o intuito de ordenação e de conservação das estruturas objetivas e subjetivas de cada sociedade (BOURDIEU, 2011).

Considerando a reprodução social no âmbito das famílias, são encontradas várias estratégias sistematicamente associadas e contratadas em inúmeros momentos de seu ciclo de vida, entre elas estratégias biológicas, educativas, de investimento social, de investimento econômico, de investimento simbólico e de sucessão. Referente às estratégias de “sucessão”, as mesmas intencionam transmitir o patrimônio – não somente em termos materiais (capital

econômico), mas também em termos simbólicos (capital cultural) – entre gerações sucessivas com o mínimo de avaria diante das restrições oferecidas, recorrendo aos artifícios encontrados (BOURDIEU, 2011).

De maneira semelhante, a antropóloga francesa Dominique Jacques-Jouvenot destacou a relevância das estratégias de sucessão para a reprodução social das famílias rurais vinculadas às atividades agropecuárias, destacando a transmissão do patrimônio material (a propriedade rural) e do patrimônio imaterial (os saberes necessários à utilização desta propriedade rural) para a efetiva concretização da sucessão (JACQUES-JOUVENOT, 2015).

Contudo, em inúmeras nações, incluindo o Brasil, são encontrados obstáculos à sucessão no contexto da agricultura familiar. De acordo com Drebes (2014), estes obstáculos se traduzem na resistência dos jovens em continuar residindo nas áreas rurais e trabalhando nas atividades agropecuárias, sendo altamente vulneráveis às migrações. Só entre as décadas de 1960 e de 1980, aproximadamente 27 milhões de brasileiros migraram de áreas rurais rumo a áreas urbanas, sobretudo jovens, entre os quais as moças eram mais proeminentes que os rapazes, configurando um êxodo rural seletivo e, consequentemente, uma agricultura familiar esvaziada, envelhecida e masculinizada (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998).

Em virtude destes indicativos, os estudos rurais investiram no entendimento das condicionantes socioeconômicas motivadoras desta crise sucessória na agricultura familiar, sendo a autonomia uma condicionante recorrentemente enfatizada. Conforme o estudo de Spanevello (2008), sobre agricultores familiares no estado do Rio Grande do Sul, uma característica das estratégias de sucessão é o seu acionamento adiado no contexto de transmissão do patrimônio material, sendo executada de modo tardio.

Isso significa que, embora no âmbito do capital cultural a transmissão de pais para filhos aconteça desde a infância e no decorrer de toda a adolescência destes últimos, no âmbito do capital econômico a transmissão irá acontecer somente no avançado da vida adulta dos filhos, coincidindo com enfermidade, morte ou velhice dos pais. Isso acontece porque, em muitos casos, os pais consideram-se detentores das referências necessárias à produção e à comercialização agropecuária, assim como à gestão da propriedade rural. Assim, sem transmitir o patrimônio material efetivamente, podem continuar a transmissão do patrimônio imaterial. Ou seja, sem repassar a propriedade rural, podem continuar ensinando como produzir, comercializar e administrar. Esta característica tardia da sucessão resulta no cerceamento da autonomia das novas gerações de agricultores familiares, conduzindo muitos dos jovens rurais às migrações como uma alternativa de emancipação socioeconômica, de construção de uma autoridade decisória não encontrada nos estabelecimentos rurais familiares devido a esta dependência intencionalmente estabelecida em relação ao capital cultural dos pais.

Neste contexto de restrição da autonomia dos jovens rurais a agroecologia ascende como alternativa de incentivo à sucessão na agricultura familiar. De acordo com Drebes e Wizniewsky (2015), inúmeros estudos rurais vem analisando e sublinhando a potencialidade da transição agroecológica nas propriedades rurais de agricultura familiar em estimular sua reprodução social através da sucessão em virtude do protagonismo dos jovens rurais neste processo e da satisfação ambiental, cultural, econômica, ética, social e política resultante do mesmo. Não obstante, na visão de Fert Neto *et al.* (2013) – em estudo sobre a agricultura familiar do estado de Santa Catarina - e de Pasqualotto *et al.* (2013) – analisando a realidade da agricultura familiar do estado do Paraná -, a agroecologia possui potencial de revalorizar a profissão de agricultor familiar e de maximizar o campo de possibilidades de atuação dos jovens rurais, costumeiramente secundarizados nas atividades agropecuárias convencionais.

Diante disso, este estudo visa analisar as contribuições da agroecologia no fomento da sucessão na agricultura familiar através da autonomização dos jovens rurais. Especificamente,

o estudo visa esmiuçar como a autonomia dos jovens rurais é expandida em situações de transição agroecológica.

2 METODOLOGIA

Este estudo sociológico é de modalidade qualitativa. Isso significa que o mesmo analisa níveis de realidade dificilmente mensurados numericamente, como é o caso dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, isto é, o universo de relações, representações e intencionalidades sociais (MINAYO, 2012). Não obstante, na visão de Poupart *et al.* (2010), a modalidade qualitativa é muito útil à renovação do olhar direcionado aos problemas sociais. No caso deste estudo sociológico, possibilita a análise da capacidade da agroecologia em estimular a sucessão na agricultura familiar, sendo este um viés ainda escassamente sistematizado nos estudos rurais.

Diante deste contexto, o estudo foi conduzido em nível exploratório. Conforme Gil (2011), estudos como este servem ao desenvolvimento e esclarecimento de ideias, sendo utilizados em casos onde as ideias visadas ainda são insuficientemente esmiuçadas, com o intuito de viabilizar uma aproximação em referência às mesmas.

Em termos de coleta e de análise de dados, o estudo utilizou a pesquisa bibliográfica. Esse delineamento de pesquisa é sustentado em fontes bibliográficas, que são consideradas dados secundários e que compreendem uma diversidade de materiais que em sua elaboração já receberam tratamento analítico, como livros, teses, dissertações, artigos, entre outros. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica consiste na possibilidade de elaboração de um estado da arte do tema estudado, favorecendo a sua apreciação a partir de pontos de vista inovadores e a formulação de conclusões originais (GIL, 2011).

Neste estudo, considerando as limitações das fontes bibliográficas brasileiras na elucidação do modo como a autonomia dos jovens rurais se amplia diante da transição agroecológica, foram enfatizadas fontes bibliográficas francesas que, através de uma perspectiva sociológica, elucidam justamente os motivos que sustentam essa autonomização tão necessária à concretização da sucessão familiar.

3 DESENVOLVIMENTO

Recentemente, estudos sociológicos desenvolvidos na França vêm chamando a atenção sobre a capacidade da transição agroecológica - “*transition biologique*” ou ainda “*conversion biologique*”, em francês -, em fomentar a sucessão familiar nos estabelecimentos agropecuários, como é o caso de Leroux (2013) e Chrétien (2015).

Por sua vez, no Brasil, os estudos sociológicos relatam as vinculações entre agroecologia e juventude rural, mas não esmiúçam como estas vinculações favorecem a sucessão na agricultura familiar. Segundo Drebes e Wizniewsky (2015), analisando 25 estudos publicados nos periódicos da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) – Revista Brasileiro de Agroecologia e Cadernos de Agroecologia - entre os anos de 2006 e 2013, embora estes estudos defendam que a formação agroecológica dos jovens rurais seja capaz de capacitá-los e de transformá-los em protagonistas no processo de desenvolvimento sustentável como integrantes de redes de construção e disseminação do conhecimento agroecológico, estimulando a sucessão familiar, as elucubrações não vão além disso.

Como no estudo de Castro *et al.* (2017), sobre a realidade brasileira, os demais estudos também são taxativos, asseverando as conexões entre agroecologia e juventude rural como capazes de favorecer a autonomia deste estrato da população e estimular a sucessão na

agricultura familiar, mas não avançam no sentido de elucidar como ocorre essa maximização da autonomia:

A relação entre agroecologia e juventude é uma curva em ascensão. A busca por novas formas de praticar e viver a agricultura insere-se nessa relação. Das dificuldades encontradas pela juventude em ficar no campo de forma plena, ou seja, com autonomia e qualidade de vida, a agroecologia traz essa possibilidade (CASTRO *et al.*, 2017, p. 315).

Mas os estudos sociológicos conduzidos na França vem desenvolvendo esta temática com mais afinco e sustentando a maximização da autonomia dos jovens rurais – um dos eixos mais relevantes ao incentivo à sucessão familiar – não somente nas mudanças realizadas nas atividades agropecuárias, mas nas mudanças nas referências norteadoras destas atividades agropecuárias.

De acordo com Leroux (2013), em análise sobre as regiões rurais francesas de *Midi-Pyrénées*, *Centre* e *Ilê-de-France*, a transição agroecológica envolve a socialização com um conjunto de práticas produtivas, de grupos profissionais e de valores morais característicos, sendo esta socialização ocorrente em um contexto onde reina a referência convencional de trabalho agropecuário e de vida rural. Assim, agricultura agroecológica e agricultura convencional envolvem a consecução de patrimônios imateriais, isto é, capitais culturais, diferentes. Conforme este autor, dos 36 agricultores agroecológicos entrevistados, 13 eram oriundos de áreas rurais, mas somente 1 destes agricultores agroecológicos vinha de uma família de agricultores agroecológicos. Não obstante, como elucidou Chrétien (2015), também em estudo sobre a realidade rural francesa, a necessidade de conhecimento de novas práticas produtivas fundamentadas em novos conhecimentos técnicos em situações de agricultura agroecológica conduzem à revogação da racionalidade da agricultura convencional.

Com base nestas constatações, nota-se o seguinte: a transição agroecológica favorece a autonomia das novas gerações de agricultores familiares porque as referências necessárias à produção agropecuária agroecológica são diferentes das referências necessárias à produção agropecuária convencional. Neste contexto, os pais não detêm as referências necessárias para serem transmitidas aos filhos no formato de capital cultural. Embora os pais ainda sejam centrais na transmissão do patrimônio material, isto é, da propriedade rural, em situações de transição agroecológica, não são mais centrais na transmissão do patrimônio imaterial, ou seja, dos saberes necessários à condução de atividades agropecuárias agroecológicas nesta propriedade rural.

Assim, maximiza-se o “*campo de possibilidades*” dos jovens rurais na construção de sua autonomia como agricultores agroecológicos. A transição resulta na emancipação duplamente qualificada destes jovens rurais: dos pais e da agricultura convencional, concomitantemente. Esse empoderamento raramente acontece em contextos de agricultura convencional, pois nestes os pais permanecem como referências de capital cultural para os filhos, cerceando a sua socialização em relação às práticas produtivas, aos grupos profissionais e aos valores morais. Detentores de todos estes saberes necessários à produção, comercialização e gestão das atividades agropecuárias convencionais, os pais costumam adiar o máximo possível a transmissão do patrimônio material, isto é, da propriedade rural, para poder continuar a transmissão deste patrimônio imaterial, isto é, o saber-fazer da agricultura convencional.

Diante disso, na visão de Leroux (2013), referente à realidade rural francesa, para a maioria dos jovens rurais da agricultura convencional a escolha da agricultura agroecológica representa uma possibilidade de reprodução social da agricultura familiar através do aumento de sua autonomia. A transição agroecológica se coloca então como uma estratégia de sucessão

familiar através do reposicionamento destes jovens rurais que tem o interesse de manter a sua condição socioprofissional de agricultores em uma posição de maior autoridade decisória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual cenário de crise sucessória na agricultura familiar, configurando áreas rurais esvaziadas, envelhecidas e masculinizadas, a agroecologia ascende como uma possibilidade de incentivo à permanência dos jovens rurais e à concretização da reprodução social dos agricultores familiares à longo prazo.

Isso se deve ao fato de a transição entre agricultura convencional e agroecológica expandir o campo de possibilidades dos jovens rurais e a sua autonomia. O processo de emancipação socioeconômica dos jovens rurais se sustenta no fato de que os conhecimentos necessários à produção agroecológica são diferentes dos conhecimentos necessários à produção convencional. Nesse sentido, os pais e a socialização primária ocorrente nas referências da agricultura convencional não são mais centrais: não sendo detentores do patrimônio imaterial necessário à agricultura agroecológica, os pais costumam valorizar mais o capital cultural dos filhos e até mesmo, em muitos casos, adiantar a transmissão do patrimônio material, colocando os jovens rurais como agricultores agroecológicos na propriedade rural familiar ou em outra propriedade rural.

Como sugestões de perspectivas futuras de pesquisa ascende a necessidade de realização de estudos sobre a questão da reprodução social e, especificamente, da sucessão familiar em propriedades rurais brasileiras que passaram pelo processo de transição agroecológica com o intuito de investigar o grau de permanência dos jovens rurais e também o grau de autonomia dos mesmos. Para isso seria interessante realizar investigações de campo através de entrevistas e observações, coletando as visões de ambas as partes do processo sucessório – ou seja, pais e filhos - a respeito do empoderamento propiciado pela agroecologia, analisando suas potencialidades e suas fragilidades.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **Las estrategias de la reproducción social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.05, n.02, p.45-65, 1998. Disponível em: <www.rebep.org.br/index.php/revista/article/download/404/pdf_380>. Acesso em: 18 out. 2018.
- CASTRO, E. G. *et al.* Juventude e agroecologia: a construção de uma agenda política e a experiência do PLANAPO. In: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Org.). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017. p.295-323. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/144174_politica-nacional_WEB.PDF>. Acesso em: 19 out. 2018.
- DREBES, L. M. Projeto de juventude rural, campo de possibilidade e migrações: um estudo documental do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). **Revista**

Monografias Ambientais, v.13, n.05, p.4087-4098, 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/remoa/article/view/15036>>. Acesso em: 18 out. 2018.

DREBES, L. M.; WIZNIEWSKY, J. G. Agroecologia e juventude: um possível campo de investigação científica em ascensão. **Revista Monografias Ambientais**, v.14, n.01, p.26-36, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/15785/pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018.

FERT NETO, J. *et al.* Práticas agroecológicas, gênero e reprodução social da ruralidade no Planalto Sul de Santa Catarina. **Cadernos de Agroecologia**, v.8, n.2, p.1-5, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/13933>>. Acesso em: 18 out. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

JACQUES-JOUVENOT, D. **Choix du successeur et transmission patrimoniale**. Paris/Montréal: L'Harmattan, 2015.

LEROUX, B. Devenir agriculteur biologique: approche des processus de (re) conversions socioprofessionnelles. **Regards Sociologiques**, n. 45-46, p. 233-246, 2013. Disponível em: <<http://www.regards-sociologiques.com/index.php/2013-45-46>>. Acesso em: 18 out. 2018.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

POUPART, J. *et al.* (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

PASQUALOTTO, N.; GODOY, W. I.; VERONA, L. A. F. Agricultura familiar e agroecologia: um olhar sobre o caminhar da juventude rural no sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.8, n.3, p.72-79, 2013. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/13199>>. Acesso em: 18 out. 2018.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 out. 2018.

Grupo de Trabalho 3 - Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento

Mediadora e Mediador:

Vivien Diesel

Paulo Roberto Cardoso da Silveira

Coordenador:

Régis Trentin Piovesan

Este grupo estará composto pelos trabalhos que visem compreender as inter-relações entre as dinâmicas sociais e o desenvolvimento rural, assim como os papéis e desafios enfrentados pela Extensão Rural e suas organizações nos processos de desenvolvimento. Que tratem das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento; abordagem territorial do desenvolvimento; agricultura familiar e desenvolvimento. Assim como para o recorte da concepção e do trabalho da Extensão Rural, como política pública, como processo educacional e como processo comunicativo. Por isso, abarcará também as discussões sobre mediações de culturas e saberes, redes, inovações sociais e tecnológicas, e suas relações com as ações e metodologias extensionistas; educação ambiental; educação popular e educação do campo. Bem como análise das diversas políticas públicas que intervém direta ou indiretamente nos territórios e nas populações rurais.

O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO BANCO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS

RABUSKE, Artênia Bernardo¹. Administrador. IFFar. Artenio.rabuske@iffarroupilha.edu.br
FIALHO, Marco Antonio Verardi². Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFSM.
marcoavf@hotmail.com

Grupo de Trabalho Nº 3 – Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento

RESUMO: O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) Banco da Terra possibilitava que pequenos agricultores familiares, com ou sem terra adquirissem sua terra. O Banco da Terra tinha como finalidade financeirar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural e investimentos em infraestrutura básica. Este programa foi implementado no município de São Borja no início da década de 2000. O objetivo geral deste estudo será analisar a situação do Programa Nacional de Crédito Fundiário Banco da Terra, no município de São Borja/RS. Sendo esta política pública implementada em São Borja, buscam-se respostas para os seguintes questionamentos: O programa Banco da Terra atingiu seu objetivo? De que maneira ocorreu a escolha dos projetos produtivos (o que produzir) dos beneficiários? Houve algum tipo de assistência técnica proporcionada por órgãos públicos? A assistência técnica – municipal, estadual e federal – recebida foi adequada? Ocorreu outra forma de assistência técnica? Os beneficiários tiveram acesso a outras políticas públicas? A escolha do local em relação ao mercado influenciou os sistemas de produção e a capacidade de pagamento do programa Banco da Terra? Para encontrar respostas aos questionamentos serão realizadas pesquisas de campo, observação do objeto de estudo, análise de documentos, entrevistas com beneficiários além de revisão bibliográfica. Pretende-se realizar um estudo sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário Banco da Terra no município de São Borja/RS através de uma análise de dados, buscando identificar se as expectativas das famílias foram atendidas, se as condições de contrato foram atendidas, bem como se foi oferecida assistência técnica e infra-estrutura necessária para os beneficiários do programa. Verificar se conseguiram quitar as parcelas do programa de acordo com os prazos estabelecidos.

Palavras-chave: Programa Nacional de Crédito Fundiário, Banco da Terra, Política Pública.

1 INTRODUÇÃO

O município de São Borja está situado na região oeste do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 62.808 habitantes e uma área territorial de 3.616,691 km² (IBGE, 2017). Suas principais culturas (soja, arroz, trigo e milho) totalizam uma área plantada de 121.500 hectares (IBGE, 2016). O perfil econômico do município está baseado no setor primário. De acordo com o Atlas São Borja (2007) “a paisagem do município é caracterizada pela presença de banhados, campos com bosques de mata nativa e cursos de água com matas ciliares típicos

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM.

² Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM

do Bioma Pampa³. Nestas áreas desenvolvem-se atividades rurais de pecuária, pastoreio e cultivos anuais como arroz irrigado, soja e trigo” (p.47). Aponta que 72,2% da área rural são compostas pela pecuária (44%) e agricultura (28,2%) e o restante dividido em áreas de banhado, associação de atividades, matas ciliares e assentamentos. Os assentamentos ocupam uma área pouco significativa do município com apenas 0,5% onde possuem uma produção diversificada.

O Fundo de Terras e da Reforma Agrária -Banco da Terra foi implementado em 1998, através da lei complementar nº 93 de 04 de fevereiro de 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e regulamentado através do decreto nº 4.892 de 25 de novembro de 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, passando a chamar-se de Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O Banco da Terra tinha como finalidade financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, investimentos em infra-estrutura básica à “trabalhadores rurais não proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária e agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar” (Lei nº 93/98). Os proponentes deveriam possuir uma renda bruta familiar de 80% provinda da agropecuária e não possuírem restrições cadastrais juntos as instituições financeiras (CAMARGO, MUSSOI e CAZELLA, 2005).

O programa Banco da Terra viabilizava a aquisição de terras por agricultores, familiares sem-terra ou com pouca terra. O objetivo do programa era financiar a aquisição de terras e a execução de obras de infraestrutura básica no valor de até R\$ 40 mil, a serem pagos no prazo de 20 anos (NUNES, 2006). Entre os anos de 2000 e 2003, o Rio Grande do Sul, teve um total de 10.136 contratos (beneficiários) com valor de 209,7 milhões aplicados no programa (SECRETARIA DO REORDENAMENTO AGRÁRIO, 2004 *apud* NUNES, 2006).

O programa Banco da Terra no município de São Borja teve seu início da década de 2000, onde famílias que preencheram os requisitos apontados pelo programa, foram beneficiados com lotes de diferente quantidade de hectares cada.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário Banco da Terra possibilita que pequenos agricultores familiares, com ou sem terra possam adquirir sua terra. Sendo esta política pública implementada em São Borja, buscam-se respostas para os seguintes questionamentos: O programa Banco da Terra atingiu seu objetivo? De que maneira ocorreu a escolha dos projetos produtivos (o que produzir) dos beneficiários? Houve algum tipo de assistência técnica proporcionada por órgãos públicos? A assistência técnica – municipal, estadual e federal – recebida foi adequada? Ocorreu outra forma de assistência técnica? Os beneficiários tiveram acesso a outras políticas públicas? A escolha do local em relação ao mercado influenciou os sistemas de produção e a capacidade de pagamento do programa Banco da Terra?

Propõe-se a realizar uma análise do programa Banco da Terra no município de São Borja. Mostra-se importante esse projeto de pesquisa, pois se buscará levantar dados atuais de como estão os beneficiários, qual foram suas dificuldades enfrentadas no decorrer deste tempo, para aqueles que não estão mais fazendo parte qual foi o motivo do abandono do programa, enfim, são diversas questões que serão buscadas para encontrar respostas ao objetivo do trabalho.

Este trabalho tem por objetivo geral analisar a situação do Programa Nacional de Crédito Fundiário Banco da Terra, no município de São Borja/RS. Apresenta os seguintes objetivos específicos: Verificar o número de famílias beneficiadas com o programa e suas condições socioeconômicas antes e depois de sua implantação; analisar se, de acordo com o

³ Bioma Pampa: O Bioma Pampa integra grande parte do território do Rio Grande do Sul (62,2% do território), parte da Argentina e todo o território do Uruguai (BOLDRINI et al., 2010 *apud* MATEI, FILIPPI).

Programa, as expectativas das famílias foram atendidas; analisar se foram atendidas as condições de contrato entre as partes envolvidas; analisar as condições de assistência técnicas oferecidas e implementadas aos beneficiários; verificar as condições de infraestrutura oferecidas, implementadas e efetivadas pelo programa aos beneficiários; verificar se os beneficiários conseguiram quitar as parcelas do programa de acordo com os prazos de carência.

2 METODOLOGIA

Esta investigação será uma pesquisa quali-quantitativa. A pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, procura responder a questões muito particulares “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 1994, p.22-23), preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Cardano (2017, p.52) define-a como “uma forma peculiar de fazer pesquisa social, reconhecível por dois traços distintos: o privilégio concedido de uma observação mais próxima e o empenho em adaptar os próprios procedimentos de construção e análise do dado às características do objeto”. Na pesquisa quantitativa os dados podem ser quantificados, analisados numericamente. Ao utilizar a pesquisa quali-quantitativa objetiva-se conseguir mais informações do que se fosse realizado isoladamente.

A pesquisa caracterizar-se-á como um estudo de caso, que segundo Gil é uma modalidade de pesquisa que permite a investigação de fenômenos sociais contemporâneos dentro de um contexto real (2010).

Para a pesquisa de campo, com a finalidade de levantar dados sobre os beneficiários do programa Banco da Terra, utilizar-se-á questionário, composto por questões que possibilitem a análise de indicadores, a entrevista que “é uma conversa entre pessoas” (GRAY, 2012, p.299), visita in-loco, observação que consiste em “um processo complexo que combina sensação (vista, som, toque, cheiro e até mesmo gosto) e percepção” (GRAY, 2012, p.320) e registros fotográficos, no município de São Borja/RS. A pesquisa de campo “tem como objetivo imediato analisar, catalogar, classificar e explicar os fenômenos que foram observados e os dados que foram levantados” (FURASTÉ, 2006, p.35).

Uma parte da pesquisa será utilizada a pesquisa documental, através da consulta de documentos mantidos em arquivos de órgãos públicos como a EMATER e Prefeitura Municipal de São Borja, como: dados sobre os beneficiários, quantidade total de terra adquirida e quantidade disponibilizada para cada beneficiário, valor do imóvel, valor investido, infraestrutura disponibilizada, condições de acesso, ano de contratação do programa, entre outros. Além disso, a pesquisa será baseada pelas informações emitidas pelos beneficiários do programa.

Será realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se de material publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos e com informações disponibilizadas na Internet.

A revisão bibliográfica (...) ajuda a formular uma explicação tanto durante a coleta de dados como em sua análise, permitindo esclarecer e avaliar dados, assim como estabelecer as ligações entre os dados em diferentes momentos. À medida que progride a teorização enraizada, a revisão bibliográfica fornece as construções teóricas, categorias e propriedades que servem para organizar os dados e descobrir novas relações entre a teoria e o mundo real (MARSHALL & ROSSMAN 1989 *apud* DESLAURIERS, KÉRISIT, 2010, P. 141).

Quase todos os estudos fazem uso do levantamento bibliográfico e algumas áreas do conhecimento, muitos estudos são obtidos por fontes bibliográficas. Sua principal vantagem é

possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2010).

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

São diversos os conceitos de política pública. Para Secchi (2012), é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Secchi (2010) *apud* Scheeffer (2014 p.4) “problema pode ser definido como a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível. Nesse sentido um problema existe quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existe a expectativa de melhorar uma situação em questão”.

Outro conceito aponta citado por Souza (2006, p.24): “a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. Percebe-se que, para ambos, a política pública visa encontrar respostas para determinadas situações e quais resultados que apresentam. No agronegócio⁴ as políticas públicas também estão presentes. De acordo Heredia, Palmeira e Leite (2010) *apud* Leite e Wesz Junior (2014, p.2):

Argumentam que as mudanças operadas na agricultura a partir do fim dos anos de 1980 e durante todo período seguinte não foram exclusivas da iniciativa privada. Para os autores, não se pode falar em “agronegócio” sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizaram sua origem como também sua expansão. Atualmente, um conjunto de instrumentos influencia a dinâmica do “agronegócio”, tais como a política econômica, de ordenamento territorial, trabalhista, ambiental, de crédito, infraestrutura, etc. No âmbito das políticas públicas setoriais, não resta dúvida a importância e a pertinência do crédito rural nas transformações da agropecuária brasileira.

Para Delgado (2012) *apud* Leite e Wesz Junior (2014, p.2):

Este instrumento foi um dos elementos determinantes da modernização da agricultura na ditadura militar, bem como a principal via de fomento da política agrícola do *boom* exportador de *commodities* e da reestruturação da “economia do agronegócio” a partir dos anos 2000. Nessa direção, o Brasil conta com dois principais instrumentos: o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi instituído em 1965 pela lei nº 4.829 com o objetivo de estimular a produção agrícola brasileira, fortalecendo a situação financeira dos produtores rurais e facilitando a adoção de tecnologias modernas para o setor rural. Esta política pública produziu um rápido crescimento na participação do crédito rural.

O SNCR foi bastante criticado no início dos anos 80, pois para críticos do programa, este não estava tendo efeitos esperados. A enorme crise fiscal brasileira da década de 80 incapacitou o governo de financiar a agricultura (GIMENES, GIMENES, GOZER, 2008).

Os anos 90 a economia brasileira é marcada pela inserção no mercado internacional, com a abertura dos portos, redução das tarifas de importação e a desvalorização da moeda e drástica valorização do câmbio. Frente a tal cenário, o governo se distanciou do financiamento

⁴ Agronegócio: O agronegócio foi conceituado a partir de dois autores norte-americanos, são eles, John Davis e Ray Goldberg, que em 1957 lançaram o termo conhecido como agribusiness nos EUA. Os autores apresentaram o agronegócio de forma sistêmica e integrada e não de forma isolada como até então a agricultura e a pecuária eram tratadas (NOVAES et al, 2010).

para a agricultura passando a apoiar novas fontes de recursos como, por exemplo, a Cédula do Produtor Rural (GIMENES, GIMENES, GOZER, 2008).

Em 1996 foi criado o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, destinado aos pequenos agricultores tendo como objetivo fortalecer as atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com diversas linhas de financiamento rural.

A política pública nacional de crédito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária Banco da Terra foi criada através da Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, apontando quem são os beneficiários do programa, como será constituído o fundo para financiar o programa, determinando a competência, gestão financeira e demais regramentos para a efetivação do programa. Esta lei complementar foi regulamentada pelo Decreto nº 3.207 de 13 de abril de 1999, e posteriormente, pelo Decreto nº 4892, de 25 de novembro de 2003.

A partir de 2003 o Banco da Terra foi substituído pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), (NUNES, 2006). Este, assim como o Banco da Terra, é uma ação complementar à Reforma Agrária, pois financia a aquisição de imóveis rurais que não podem ser desapropriados (SANTORI, S.D.).

O PNCF funciona como política complementar à reforma agrária, uma vez que permite a incorporação de áreas que não podem ser desapropriadas, ampliando a redistribuição de terras no Brasil. Atualmente o valor máximo de empréstimo é de R\$ 80 mil, com juros de 2% ao ano e o prazo de financiamento é de 20 anos. Os trabalhadores rurais que efetuarem o pagamento até a data do vencimento terão direito a um desconto de até 40% no valor da prestação. Desconto que pode chegar até a 50%, caso o preço negociado pela terra seja menor que o valor de mercado (CARTILHA PNFC).

A execução desse programa ocorre de forma descentralizada e sua operacionalização se dá por intermédio do advento de “Agências do Banco da Terra” estruturadas pelos Estados ou Associações de Municípios do país. Os produtores contemplados têm até 20 anos para pagar o financiamento, com até três anos de carência, sendo os juros pré-fixados, em média entre 6,8 e 10% ao ano, com rebate de 50% para os que quitarem suas prestações na data estipulada no contrato. O imóvel financiado é a garantia real do empréstimo, ficando alienado até o final do contrato (SILVA, ANJOS, CALDAS, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se realizar um estudo sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário Banco da Terra no município de São Borja/RS através de uma análise de dados, buscando identificar se as expectativas das famílias foram atendidas, se as condições de contrato foram atendidas, bem como se foi oferecida assistência técnica e infra-estrutura necessária para os beneficiários do programa. Verificar se conseguiram quitar as parcelas do programa de acordo com os prazos estabelecidos.

REFERÊNCIAS

ATLAS SÃO BORJA - Universidade Federal de Santa Maria. Laboratório de Geologia Ambiental Atlas geoambiental de São Borja/Universidade Federal de Santa Maria, Laboratório de Geologia Ambiental, Prefeitura Municipal de São Borja. Santa Maria: UFSM, LAGEOLAM, 2007.

BRASIL. Lei complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. Disponível em:
<http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp93.htm> Acesso em: 23.set.2017.

CAMARGO, Lidiane; MUSSOI, Eros Marion; CAZELLA, Ademir Antônio. **Banco da Terra e crédito fundiário: entre o passado e o futuro.** In: XLIII CONGRESSO DA SOBER, 2005, Ribeirão Preto, São Paulo.

CARDANO, Mario. **Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CARTILHA PNCF. Disponível em:<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/cartilha_pncf%20-%20202%20edição.pdf> Acesso em: 23.set.2017.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e formatação.** 14.ed. Porto Alegre: s.n.,2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Pegorini; GOZER, Isabel Cristina.

Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – AC, 2008.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real.** 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>> Acesso em: 22.set.2017.

LEITE, Sergio Pereira; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: Revisitando o papel do crédito rural** - Revista Pós Ciências Sociais v.11, n.22, jul/dez. 2014. Disponível em:<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3432/1482>> Acesso em: 20.jul.2018.

MATEI, Ana Paula; FILIPPI, Eduardo Ernesto. **O bioma pampa e o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa8/O_Bioma_Pampa_e_o_Desenvolvimento_Regional_no_RS.pdf> Acesso em: 23. Jul.2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NOVAES, Amilton Luiz; MOREIRA, Bruno Cristaldo Romero; OLIVEIRA, Leticia de; TALAMINI, Edson; VIANA, José Jair Soares. **Análise dos fatores críticos de sucesso do agronegócio brasileiro.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. UFGD. DOURADOS – MS. 2010.

NUNES, Presotto Sidemar. **Capacidade de pagamento dos Beneficiários do Banco da Terra na Região Sul do Brasil.** Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rurais – DESER, Brasília, 2006.

SANTORI, Raquel. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 23.set.2017.

SCHEEFFER, F. **O papel das políticas públicas: uma questão controversa.** In: VIII Encontro de Economia Catarinense, 2014, Rio do Sul. In: VIII Encontro de Economia Catarinense. Anais. v. 1.p. 49-50, 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, Fernanda Novo da; ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. **Estudo sobre a situação sócio-econômica de famílias beneficiadas pelo Banco da Terra no extremo sul gaúcho.** 2007. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/agricultura-sessao1-2.doc>> Acesso em: 25.set.2017.

SOUZA, Celine. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> acesso em 23/9/17>. Acesso em: 24.set.2017.

TRADUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS ATRAVÉS DE FOTOETNOGRAFIA: POSSIBILIDADES E REFLEXÕES

SILVA, Bernardo Rodrigues da. Mestre em Extensão Rural. UFSM. rodriguesdasilvabernardo@gmail.com;
SENA, Maurício Machado. Doutorando em Extensão Rural. UFSM. jornal.sena@gmail.com.

Grupo de Trabalho Nº 3 – Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento

RESUMO: A fotoetnografia, ou narrativa fotoetnográfica, pode ser definida como a apresentação de uma narrativa, em forma de uma sequência de fotos, relacionadas entre si, que componham como um todo, uma mensagem que se queira apresentar. Já o trabalho de tradução de experiências pode ser entendido como a última fase da pesquisa na Sociologia da Ausências e das Emergências teorizada por Santos (2002). Dessa forma, este trabalho tem o propósito de refletir sobre a metodologia da fotoetnografia como ferramenta de tradução de experiências em extensão e desenvolvimento rural. Para tanto, escolheu-se realizar uma análise a partir de revisão de literatura, passando pela descrição do método fotoetnográfico, assim como suas particularidades, com a finalidade de direcionar a argumentação para o exercício de reflexão que aponta para possibilidades analíticas e de reconhecimento do uso da fotoetnografia na pesquisa, através da imaginação sociológica, descrita por Santos (2002). Por conseguinte, considera-se que o uso da fotoetnografia se assume como uma ferramenta de imaginação sociológica capaz de trilhar o caminho de superação da razão indolente, rumo à uma razão cosmopolita.

Palavras-chave: narrativas fotoetnográficas; sociologia das ausências e das emergências; linguagens imagéticas.

1 INTRODUÇÃO

A crítica da razão indolente (SANTOS, 2005) na agricultura pode ser relacionada ao desperdício da experiência e desvalorização dos saberes, construídos cotidianamente, pelas famílias agricultoras, no rural. A monocultura do saber e do rigor do saber científico, subtipo de razão indolente do tipo metonímica, foi uma das justificativas que moveu o processo de desenvolvimento conhecido como modernização conservadora.

Com o discurso de alta produtividade vários saberes foram perdidos através do tempo, assim como a biodiversidade presente nos agroecossistemas. O que refletiu na mesa das famílias agricultoras a perda da variedade de alimentos consumidos no dia-a-dia. Desta forma, dentre os fatores que ocasionaram a erosão da cultura alimentar, encontra-se a pressão modernizante, que fez relacionar a ideia de que o tradicional é sinônimo de atrasado e o industrial de moderno (BALEM; SILVEIRA, 2015).

Na busca por um contra movimento, onde:

“À lógica da monocultura do saber e do rigor do saber científicos, tem de ser questionada pela identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados não existentes pela razão metonímica” (SANTOS, 2002, p. 250)

Torna-se necessário a busca pela forma de produzir ciência fora da racionalidade indolente, aqui criticada, uma vez que as experiências existentes socialmente estão invisibilidades por esta. Assim, para sair de uma racionalidade indolente rumo a uma racionalidade cosmopolita, exige-se uma mudança na imaginação sociológica.

A imaginação sociológica, conforme Santos (2002), acontece em duas etapas, sendo a primeira conhecida como imaginação epistemológica, que “permite diversificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas” (SANTOS, 2002b, p. 253), e a segunda conhecida como imaginação democrática que “permite o reconhecimento de diferentes práticas e atores sociais” (SANTOS, 2002, p. 253).

Ainda conforme Santos (2002), ao utilizar-se da Sociologia das Ausências e das Emergências para refletir as experiências estudadas, torna-se necessário validar este trabalho perante a academia através da tarefa de tradução dessas experiências. A tradução de experiências, portanto, deve preocupar-se com a sabedoria e possibilitar emergir diferentes visões de mundo.

Ao entender que o desperdício da experiência passa pela limitação da linguagem, faz-se necessário incluir outras formas de linguagem na tradução da experiência, e não somente a linguagem escrita acadêmica, traduzida através com palavras. Por isso, trabalhos com linguagens imagéticas, a exemplo da metodologia de fotoetnografia, descrita por Luiz Eduardo de Achutti, em “Fotoetnografia da Biblioteca Jardim” (2004), se tornam materiais tão importantes. Desta maneira, este resumo tem o propósito de refletir sobre a metodologia da fotoetnografia como ferramenta de tradução de experiências em extensão rural e desenvolvimento rural.

2 O MÉTODO FOTOETNOGRÁFICO

Em ambiente acadêmico, torna-se comum que o único meio de divulgação de pesquisas aconteça através da linguagem da escrita acadêmica científica. Cada forma de linguagem possui seus limites e potencialidades. A partir disso, o uso de outras linguagens torna-se necessário. Igualmente, a fotografia é uma linguagem que possui limites e potencialidades diferentes da palavra escrita. Segundo Achutti (2004), a fotografia:

É um ato intencional determinado pelo ponto de vista particular daquele que olha e adota uma certa posição frente à realidade. Uma fotografia é a materialização do olhar, é o discurso de um olhar (ACHUTTI, 2004, p. 111).

Em antropologia a metodologia que utiliza a linguagem da fotografia na construção de narrativas imagéticas é conhecida como fotoetnografia, ou ainda, narrativa fotoetnográfica. De acordo com Achutti (2004) esta metodologia deve se apresentar em forma uma sequência de fotos, relacionadas entre si, que componham como um todo uma mensagem, ou um conjunto de mensagens que componham uma narrativa completa que queira se apresentar; a sequência narrativa não pode conter nenhum texto intercalado, a fim de não desviar a atenção do leitor nos detalhes das imagens, tornando-se assim, interessante pensar em elos narrativos entre as fotografias.

A metodologia de Achutti (2004) trata a partir da fotoetnografia em campo, os procedimentos iniciais, o trabalho em equipe, a iluminação, a seleção de fotografias e algumas questões de deontologia. Neste âmbito, o termo “deontologia” (do grego: *denota* - dever e; *logos* - razão), foi proposto por Jeremy Bentham, em obra publicada em 1834 (BAPTISTA, 2011). Atualmente, a deontologia contempla o universo moral e ético de uma determinada profissão:

“Funcionando como vetor de orientação e coesão identitária, e, ao mesmo tempo, como vetor de responsabilização pública numa perspectiva de salvaguarda dos interesses dos destinatários da atividade profissional” (BAPTISTA, 2011. p.10).

À vista disso, pensar a respeito da deontologia significa respeitar o direito dos outros, e o direito de ser ou não fotografado. É preciso que as fotografias sejam consentidas e desejadas pelas pessoas fotografadas. Ao fotografar o pesquisador deve mostrar respeito ao imaginário das pessoas em relação às fotografias, e para isto deve primeiro, se propor a conhecê-las.

Diante disso, Achutti (2004) comenta que se faz necessário mergulhar no universo do campo de pesquisa e se distanciar um pouco da técnica para compreender o olhar que se deseja fotografar. Desta forma é importante se sentir à vontade no ambiente em que se está, e o ato de fotografar deve ser apresentado de forma natural, tendo em mente qual a sequência que deseja apresentar. Assim, a fotografia não pode ser tomada por uma transcrição visual, mas sim como a construção da narrativa de determinada realidade. É no local de observação que a narrativa deve ser percebida, “é lá, em campo, que todas as intenções visuais do antropólogo devem ser resolvidas de forma a produzir fotografias que ofereçam uma ‘leitura’ tão clara quanto possível” (ACHUTTI, 2004, p. 113).

Assim, o ato de fotografar, é apenas uma parte do trabalho. É necessário estabelecer um diálogo entre sujeitos pesquisados e sujeito pesquisador, e é através desse diálogo que o pesquisador conseguirá visualizar as situações que serão fotografadas. Dialogar, fotografar, observar e anotar, são situações que ocorrem ao mesmo tempo durante este tipo de processo de pesquisa (ACHUTTI, 2004).

Para finalizar, mas não menos importante, o ato de fotografar deve ser um ato consciente da iluminação do cenário fotográfico, da escolha da câmera e do momento da captura. Assim, faz-se pertinente utilizar câmeras que possibilitem a utilização de zoom em situações em que se perceba a necessidade de estar longe fisicamente dos sujeitos fotografados, e a utilização de câmeras portáteis de menor tamanho (a exemplo das câmeras de *smartphones*) quando se percebe a possibilidade de tirar fotos mais próximas dos sujeitos pesquisados.

3 IMAGINAÇÃO SOCIOLOGICA: visualizando possibilidades para a fotoetnografia na tradução de experiências

A seguir este trabalho se encaminha para um exercício de reflexão que aponta para possibilidades analíticas e de reconhecimento que a fotoetnografia pode trazer para dentro da extensão e desenvolvimento rural na tradução de experiências. Cabe lembrar que a tradução de experiências é a fase final do trabalho científico realizado pela Sociologia das Ausências e das Emergências, teorizada por Boaventura de Souza Santos (2002).

3.1 IMAGINAÇÃO EPISTEMOLÓGICA: diversificação de saberes, perspectivas de análise e avaliação de práticas

Sebastião Salgado, fotógrafo brasileiro famoso por fotografar diversas culturas e populações ao redor do mundo, deixou uma marca em seus registros fotográficos, mostrar a natureza humana em sua condição mais real, e por muitas vezes, mais violenta. Assim, suas fotos abordaram várias faces humanas que foram invisibilizadas e deixadas à míngua, nos processos de guerra ao redor do globo terrestre. Na percepção do fotógrafo, relatado em trecho de documentário que remonta sua trajetória através de sua obra, ele relembra a natureza particular da fotografia:

Se você reunir vários fotógrafos num mesmo lugar, cada um fará fotos diferentes. Isso porque, com certeza, eles veem de locais diferentes, muito diferentes. Cada um desenvolve a forma de ver em função de sua história. (O SAL DA TERRA, 2015)

A partir deste ponto, podemos entender a importância de mesclar junto à ciência sociológica, metodologias que aproximem e visibilizem culturas que não estão presentes cotidianamente no olhar das populações. Potencializa-se assim, através de outras linguagens, o tratamento de temas que são complexos e nem sempre são facilmente traduzidos em sua amplitude de relações.

As narrativas fotoetnográficas, por sua vez, permitem representar outras perspectivas que dificilmente poderiam ser observadas quando narradas em linguagens escritas. A imagem torna-se a materialização do olhar, e, por consequência, a escolha do ângulo, o recorte do retrato e a configuração das cores em que se analisa a imagem é a materialização dos pressupostos teóricos e de vida de quem fotografa.

Ampliar as formas de capturar a experiência implica em ampliar as formas de torná-la acessível. Ampliar a experiência significa também, neste viés, ampliar a possibilidade de outras pessoas, que não apenas pesquisadores, a captar os olhares revelados pela pesquisa. Para evitar o desperdício das experiências, faz-se necessário que elas não sejam esquecidas devido à pressão modernizante.

O saber-fazer, aprendido no cotidiano, pode ser entendido como um conjunto de gestos que tem um objetivo de utilidade e uma intenção operatória, portanto, tem um significado com a devida importância que mereça ser lembrado, caso contrário, seria esquecido. Assim, Certeau et. al (2002) disserta sobre a natureza do gesto interligado ao saber:

O gesto se decompõe numa sequência ordenada de ações elementares, coordenadas em sequência de duração variável, segundo a intensidade do esforço exigido, organizada segundo um modelo aprendido de outra pessoa ou por imitação (alguém me mostrou como fazer), reconstituída de memória (eu a vi fazer), ou estabelecida por ensaios e erros a partir de ações vizinhas (acabei descobrindo como fazer). A habilidade de adaptar o gesto às condições de que se conseguiu pôr em prática e em evidência aquele saber-fazer exatamente como deve ser feito. Quer se trate de domínio culinário ou de outro tipo de transformação material feita com uma determinada intenção, o gesto é antes de tudo uma técnica do corpo (CERTEAU et. al, 2012. p. 273).

Isto posto, faz-se possível compreender que o saber-fazer está muito relacionado à memória, e como tal, se não registrada, apresenta algumas fragilidades:

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (POLLAK, 1992. p. 203, 204)

Neste ponto, destaca-se que os trabalhos com narrativas fotoetnográficas permitem a possibilidade do registro da memória, não apenas de maneira descritiva, analítica e de descrição densa, próprio de registros etnográficos escritos, mas também de maneira imagética, subjetiva e emotiva, não raramente captadas em fotografias.

Lembrando que a:

[...] ecologia de saberes permite, não só superar a monocultura do saber científico, como a ideia de que os saberes não científicos são alternativos ao saber científico. A ideia de alternativa pressupõe a ideia de normalidade e esta, a ideia de norma, pelo que, sem mais especificações, a designação de algo como alternativo tem uma conotação latente de subalternidade. (SANTOS, 2002, p. 250)

Aqui o importante não é considerar que saber prevalece sobre o outro, mas considerar como cada um se concebe, como cada um supera a sua própria ignorância em relação ao saber aplicado. A partir disso, emergem desses processos, novos pontos de diálogo.

3.2 IMAGINAÇÃO DEMOCRÁTICA: *reconhecimento de práticas e seres humanos*

A fotografia neste contexto, ganha importância na necessidade de reconhecimento dos saberes no rural. Para ampliar o presente, a teoria de tradução de experiências não amplia apenas as necessidades de estudar com maior complexidade às relações vividas em sociedade, para ampliar o presente, a teoria de tradução de experiências deve ampliar as possibilidades de vida dos seres humanos onde ela permeia.

Assim, segundo Honneth (2003), o reconhecimento acontece em três dimensões do ser: como indivíduos (frente à família), como pessoas (frente à sociedade) e como sujeitos (frente ao estado). Estas três dimensões estabelecem os diferentes modos de Reconhecimento e apesar de distintas são interligadas:

(...) desde a esfera emotiva que permite ao indivíduo uma confiança em si mesmo, indispensável para os seus projetos de autorrealização pessoal, até a esfera da estima social em que esses projetos podem ser objeto de um respeito solidário, passando pela esfera jurídico-moral em que a pessoa individual é reconhecida como autônoma e moralmente imputável, desenvolvendo assim uma relação de autorrespeito (HONNETH, 2003, p. 18).

Essa busca e luta pelo reconhecimento dentro das relações humanas, pensada primeiramente por Hegel, de acordo com Honneth, é tão importante para nossa sociedade que substituiu a antiga perspectiva sobre honra e moral. Nesse sentido o autor questiona o papel fundamental do Reconhecimento como “um processo social que leva a um aumento de comunitarização, no sentido de um descentramento das formas individuais da consciência” (HONNETH, 2003, p. 64).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de concluir com a discussão que se inicia neste trabalho, considera-se, a partir das reflexões aqui discutidas, que a limitação da linguagem escrita científica deve ser superada pelo uso de múltiplas linguagens.

Aqui levantada como possibilidade de utilização através da linguagem imagética, a fotoetnografia torna-se uma ferramenta de imaginação sociológica, possibilitadora de diversificação de saberes, perspectivas de análise e avaliação, de reconhecimento de práticas, saberes e sujeitos invisibilizados pelo processo de pressão modernizante.

Criticar a razão indolente não significa também ignorá-la, mas reconhecer que seu uso através da história ocidental produziu ausências que não podem mais ser ignoradas. Perceber a existência de experiências, que não são reconhecidas pela ciência construída sobre base desta razão indolente, faz sentir a necessidade de adquirir nova racionalidade crítica, através de uma razão cosmopolita.

REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, L.E.R. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial, 2004.
- BALEM, T.A.; SILVEIRA, P.R.C. A erosão da cultura alimentar e os desafios para a segurança alimentar. In: GUIMARÃES, G.M.; BALÉM, T.A.; SILVEIRA, P.R.C.; ZIMMERMANN, S.A. (Org.) **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. Ijuí: Editora Unijuí, 2015.
- BAPTISTA, I. Ética, Deontologia e Avaliação do Desempenho Docente. **Cadernos do CCAP (Conselho Científico para a Avaliação de Professores)**. Lisboa: Ministério da Educação de Portugal, 2011.
- CERTEAU, M.; GIARD.L.; MAYOL, P. **A Invenção do Cotidiano**: 2. Morar, cozinar. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução. Luiz Repta. São Paulo: 2003.
- O SAL DA TERRA. Direção de Wim Wenders e Juliano Ribeiro Salgado. Brasil, França: IMOVISION, 2015. (105 min)
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.
- SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, out. p. 237-287, 2002.
- SANTOS, B.S. **A crítica da razão indolente**: Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2005.

DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA PRODUÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS

WIGG, David L. Mendonça. Mestrando em Extensão Rural. UFSM. davidmwigg@yahoo.com.br

Grupo de Trabalho 3: Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento

RESUMO: O presente trabalho se propõe a levantar os principais desafios e potencialidades das prestadoras de ATER na perspectiva da Agricultura Familiar de base agroecológica e orgânica na cidade de Rio Grande/RS, com o intuito de elencar as principais dificuldades dos produtores rurais quanto as metodologias utilizadas nas ações, quadros técnicos e objetivos a curto, médio e logo prazos da Assistência Técnica e Extensão Rural. Com intuito de especificar as análises da pesquisa, pretende-se estudar e entender os desafios (teóricos e práticos) na atuação da ATER voltada especificamente para a inserção e/ou subsídios dos agricultores no processo agroecológico. Nesse sentido, propõe-se um estudo aprofundado da extensão rural para àqueles sujeitos que necessitam de políticas públicas e sociais para vencerem as barreiras impostas pelo modelo de desenvolvimento contemporâneo.

Palavras-chave: Agroecologia. ATER. Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o município de Rio Grande/RS tem parte de sua população e economia oriunda da Agricultura Familiar, responsável por grande parte da produção agrícola comercializada especialmente nas diversas feiras livres, orgânicas e “em transição agroecológica” do município. Nesse contexto de importância econômica, de crescente demanda por alimentos saudáveis e a necessidade ambiental cada vez maior do homem buscar outras formas de agricultura menos danosa à natureza, torna-se imprescindível diagnosticar os problemas e anseios enfrentados pelos agricultores diante a atuação das organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em especial àquelas famílias que buscam uma produção de base Agroecológica, preocupadas em produzir e escoar alimentos saudáveis, atendendo ao mercado consumidor regional e, concomitantemente, contribuindo para o resgate de “sabores e saberes”, que vão além do consumo próprio.

1.1. Delimitação do Problema

Para a futura pesquisa, optou-se pelo município de Rio Grande devido aos seguintes Fatores:

- a) Estrutura fundiária: 61,23% dos estabelecimentos são familiares, ocupando apenas 18,07% das terras, fator que impossibilita a produção em larga escala, como nos moldes do agronegócio. (AMORIN, 2016);

b) Taxa de urbanização do município de 96% (CENSO, 2010). Ressalta-se neste ponto, a importância de uma ATER que subsidie uma agricultura de resistência, como tal a agroecologia;

c) Importância da Produção da Agricultura Familiar no município: 100% da produção de fava em grão, do feijão verde, do fumo em folha, da mandioca, e do tomate rasteiro; 99% do melão; 98% da cebola, do feijão preto; 97% da ervilha em grão; 96% da abóbora, do alho; 95% de toda produção de batata inglesa, e da melancia; 90% do feijão de cor em grão; 87% de toda produção de milho em grão e de milho forrageira; 67% da produção de aveia branca em grão e por 21% do arroz em casca, segundo Moura & Mantelli, (2010);

d) Facilidade de acesso às famílias e, muitas delas já “ambientalizadas” e/ou pré-dispostas a trabalharem no viés da Agroecologia;

e) Contatos pré-estabelecidos com servidores/técnicos/mediadores da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário em torno de temas referentes à Agroecologia¹, facilitando o trabalho almejado.

O recorte geográfico proposto compõe as famílias rurais (níveis familiares) residentes nas seguintes localidades do município de Rio Grande: Povo Novo, Palma, Ilha dos Marinheiros e Senandes².

Buscar-se-á, portanto, as famílias (e moradoras) destas localidades em que há a predisposição e/ou já produzem no viés orgânico ou agroecológico.

1.2. Problema de Pesquisa

Nesse contexto, quais os desafios e potencialidades das prestadoras de ATER no município de Rio Grande/RS na perspectiva da Agricultura Familiar de base agroecológica?

1.3. Objetivos

Procura-se inicialmente, levantar os aspectos técnicos, socioeconômicos e políticos que compõem a realidade das famílias “em transição agroecológica” e/ou “de base ecológica” no município de Rio Grande, no recorte geográfico pré-estabelecido, para então buscar entender como se dá a relação entre os produtores rurais (níveis familiares) agroecológicos e as organizações de ATER – vice e versa, bem como adentrar nas metodologias utilizadas nas ações, seus quadros técnicos e objetivos a curto, médio e logo prazos.

Busca-se, portanto, elucidar os aspectos técnicos (a), socioeconômicos (b) e políticos (c), que fazem parte da realidade rural em destaque, os quais caracterizam-se respectivamente:

-
- 1 Projeto “Guardiões de Sementes”; acesso ao PAA/PNAE; Cadastro Ambiental Rural; Feiras Orgânicas.
 - 2 Estas localidades totalizam 37 pedidos de auxílio para a organização de projetos em 2015 pela Emater. (AMORIM, 2016)

- a) Às características relacionadas ao ambiente físico do meio rural (condições dos solos, das bacias hidrográficas, tecnologias e técnicas utilizadas, etc.);
- b) às linhas de financiamentos e créditos acessados ou não pelas famílias, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), programas de incentivo à comercialização - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aspectos inerentes à produção (aptidões/vocações produtivas e de incentivos, mecanismos de beneficiamento e estratégias de escoamento da produção, etc.), questões culturais e educacionais (nível de escolaridade, lazer, cooperativismo/associativismo, etc.);
- c) Às infraestruturas (estradas, acessos à saúde pública, esgotos, energia elétrica, etc.).

1.3.1 Objetivos Específicos

Com intuito de especificar as análises da pesquisa, pretende-se estudar e entender os desafios (teóricos e práticos) na atuação da ATER voltada especificamente para a inserção e/ou subsídios dos agricultores no processo agroecológico.

Busca-se, portanto, o aprofundamento e entendimento das linhas de atuação e metodologias de ação/interação de bases agroecológicas das organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural, sejam elas públicas e/ou privadas (a exemplos, a Universidade Federal do Rio de Grande (FURG), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Clima Temperado (Embrapa), a Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário e outras).

1.4. Justificativa

A quase ausência de trabalhos neste âmbito pode ser entendida como um reflexo da dificuldade de se articular propostas mais amplas a respeito dos problemas sociais históricos, mas que precisam ser levantados, estudados, argumentados e descritos com maior profundidade ao longo do projeto.

Esta proposta de pesquisa tem em sua gênese e “evolução” a genuína demanda social oriunda de pequenos produtores do município de Rio Grande. Os respectivos agricultores utilizam-se da organização familiar e precisam de apoios práticos que visam à transposição das dificuldades de diversas ordens; situação discrepante frente ao desenvolvimento do grande capital no agronegócio, que acaba “moldando” as metodologias de ação das organizações de ATER segundo Schneider (2006), afastando-se das reais demandas da Agricultura Familiar.

Nesse sentido, propõe-se um estudo aprofundado da extensão rural para àqueles sujeitos que necessitam de políticas públicas e sociais para vencerem as barreiras impostas pelo modelo de desenvolvimento contemporâneo. Almeja-se, portanto, estudar as dinâmicas da Assistência Técnica e Extensão Rural e suas bases teóricas e práticas que subsidiem a produção agroecológica na Agricultura Familiar no município de Rio Grande/RS.

2 METODOLOGIA

Classificar-se-á a pesquisa como um estudo de caso, que segundo Gil (2002) “é um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento, (...), proporcionando uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”.

Para a execução desta pesquisa, seguir-se-á um dos postulados de Orlando Valverde, precursor no país da Geografia Agrária, que para o próprio “(...) não deve restringir-se a uma simples classificação dos sistemas agrícolas. Deve ir além, e tratar de todos os elementos culturais que repercutem na paisagem agrícola (...).” (VALVERDE, 1964, p. 36 e 37).

Para o desenvolvimento das atividades a campo, buscar-se-á uma metodologia onde a intervenção junto aos produtores rurais vá além da simples coleta de dados, que seja algo que possa colaborar para o desenvolvimento das inter-relações existentes no local, a partir de uma maior observação e reflexão do todo. Para tal, o trabalho aproximar-se-á do Diagnóstico dos Sistemas Agrários (DSA), ao propor-se uma ampla busca pelo conhecimento nas dimensões ambiental, econômica, institucional e sociocultural existentes na região, nas práticas das ações de extensão rural, técnica ou científica, como destaca Da Ros, almejando-se uma atuação “como mediador entre o problema e a sua possível solução - ajudará o produtor a objetivar as situações-problema e a encontrar a forma de resolvê-las”. (ROS, 2011).

Buscar-se-á, ao primeiro momento, uma aproximação com as comunidades rurais por meio das instituições de ATER atuantes. Entrevistas e conversas informais serão realizadas para que se tenha um panorama “do mais geral para o mais específico” da realidade, possibilitando assim, a busca pelas famílias que se identificam com a produção agroecológica (e/ou orgânica), sendo essas o “público-alvo” almejadas pela pesquisa.

Os diálogos diretos com lideranças do (e no) campo serão indispensáveis para um maior entendimento das questões políticas, entendendo que, segundo Neves,

“À compreensão do contexto político e cultural de construção de arenas de articulação dos mediadores funda-se no reconhecimento das diferenciações de posições sociais (...) o mediado não pode se constituir em portador de um projeto político próprio”. (Neves, 2009 p. 36).

Dessa forma, todo o embasamento teórico deve ser adquirido em orientações, pesquisas na literatura e revisões bibliográficas pertinentes à temática estudada.

Dados primários serão levantados em trabalhos de campo, adquirindo-se muitas fotografias, e a parceria com a Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário será reafirmada, buscando-se também a aproximação com a Emater, EMBRAPA e demais organizações que atuam no meio rural, como a FURG e IFRS.

A participação em reuniões e encontros dos produtores é inerente à proposta, buscando promover uma relação de confiança com as famílias, vivenciando suas realidades e manifestações culturais que revelam identidades, ideologias e pertencimentos comunitários, o que facilitará as aplicações de questionários e permissão para entrevistas, buscando-se

questões mais específicas e aprofundadas de suas realidades. Para tal, utilizar-se-á, concomitantemente, técnicas que visam ampliar os espaços de observação nas relações entre os envolvidos “ao mesmo tempo em que permite a coleta de dados de situações, envolve a percepção sensorial do observador, distinguindo-se, enquanto prática científica, da observação da rotina diária.” (MARTINS, 2006 pg. 23 e 24).

Identificar-se-á, por meio de questionários e entrevistas não estruturadas, informações sobre educação, produção, matrizes tecnológicas e a própria extensão rural existente. No entanto, as dificuldades quanto ao percentual da amostragem já são supostas. Serão realizados pré-testes das entrevistas não estruturadas com a finalidade de auxiliar na seleção das famílias a serem pesquisadas e, também, servirem como dados para análises complementares.

Os dados secundários dos últimos Censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) serão tratados nas atividades de gabinete, concebendo-se textos, tabelas, resumos e planos para comprovações ou refutações empíricas. Os dados referentes à estrutura fundiária serão obtidos por meio de informações disponíveis pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e por dados possivelmente arquivados pela prefeitura (secretarias/subsecretarias, etc.).

Utilizar-se-á tanto os programas de computador para conformação de tabelas e gráficos e para edição de fotografias, imagens e vídeos em gabinete, quanto os instrumentos de campo nas visitas técnicas agendadas para a realização dos trabalhos, onde se maximizarão as informações a respeito dos fatores limitantes (ou não) da produção, sejam eles quais forem.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, C. S. **As Políticas Públicas na Agricultura Familiar do município do Rio Grande/RS. Rio Grande/RS.** Dissertação de Monografia. FURG, 2016.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010: resultados preliminares do universo. *In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática.* Rio de Janeiro, 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Edição. Editora Atlas. São Paulo, 2002.
- MARTINS, G. A. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa.** São Paulo: Ed. Atlas. 2006. p. 23 e 24.
- MOURA, J. F. S. & MANTELLI, J. **A Estrutura Fundiária e a produção agrícola do município do Rio Grande – RS.** Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Porto Alegre, Julho 2010.
- NEVES, D. P. **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Editora UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2008. p. 36.
- ROS, C. A. Da. **O diagnóstico dos sistemas agrários como instrumento metodológico para o estudo dos agroecossistemas do meio rural fluminense.** Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia, UFRRJ. Rio de Janeiro, 2011.



SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J. M.; Vivien Diesel. (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.

VALVERDE, Orlando. Geografia Agrária do Brasil. Rio de Janeiro: INEP – MEC – CBPE, 1964. p. 36 e 37.

LAZER EM CONTEXTOS RURAIS DE AGRICULTURA FAMILIAR, APROXIMAÇÕES INICIAIS PARA A COMPREENSÃO DOS JOGOS RURAIS SOL A SOL

SAUER, Diego Luis. Licenciado em Educação Física, Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Grupo de Trabalho - 3 - Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento

RESUMO: Neste trabalho temos a pretensão elencar aspectos iniciais da discussão acerca dos Jogos Rurais, Jogos Tradicionais e do Lazer em contextos rurais de agricultura familiar. Como parte constituinte desta discussão, pretendemos realizar pesquisa de campo para elencar aspectos que não são explicados pela literatura sobre o tema. O trabalho de campo será realizado para auxiliar na compreensão de especificidades, facilitar a exposição de conceitos e corroborar com a sustentação teórica. Na exposição que segue apresentamos aspectos conceituais que exprimem nosso olhar sobre o tema, situando os Jogos Rurais e suas articulações com o Lazer dentro da dimensão social e cultural dos grupos sociais que constituem a humanidade. Portanto a tais manifestações são inerentes as formas organizativas e de reprodução da vida social a partir das condições objetivas e subjetividades inerentes indivíduos, famílias e aos grupos sociais e comunidades.

Palavras-chave: Jogos Rurais. Lazer. Jogos Tradicionais. Agricultura Familiar.

1. INTRODUÇÃO

O Lúdico experimentado na organização da cultura e dos jogos compõe-se numa dimensão fundamental da sociabilidade dos seres humanos. A organização humana em comunidades pressupõe a necessidade de aglutinar-se em torno de elementos culturais, afetivos e sociais comuns. Ademais alguns grupos sociais viabilizam pela organização comunitária a sua reprodução existencial, material e das condições objetivas de manutenção da vida social, ou seja, o trabalho é partilhado em pequenos ou grandes mutirões de acordo com as necessidades das tarefas e/ou a proximidade de relações entre vizinhos e/ou familiares. Os Jogos Rurais se apresentam como uma manifestação da convivência de diferentes comunidades culminando em momentos de disputa, convívio e confraternização organizado em um dia anual reunindo todas as comunidades de um município. Trata-se de um dia festivo, com a disputa de várias modalidades de jogos, alguns institucionalizados (futebol, voleibol, por exemplo) outros com características de jogos tradicionais¹ (arremesso de milho, plantio de saraquá, por exemplo).

No que tange o Lazer no contexto da agricultura familiar, é possível afirmar que não nos detemos apenas nos Jogos Rurais como fomento de um tempo- espaço para o Lazer das comunidades rurais. As nuances de compreensão do Lazer são complexas ao ponto que necessitamos afastamento da dicotomia de que o lazer é uma oposição direta ao trabalho. Também não são apenas atividades e ações institucionalizadas de puro desfrute ou consumo que compõe a esfera do Lazer. Esta é, em primazia, um campo de criação, atuação, intervenção e construção de possibilidades lúdicas, culturais, educativas, estéticas, criativas e

¹ O conceito de jogos tradicionais será explicado no decorrer do texto

de sociabilidade entre seres humanos e estes em relação ao espaço natural e social, protagonizadas pelos próprios participantes destas ações.

O objeto desta pesquisa são os Jogos Rurais e o Lazer nos contextos rurais de agricultura familiar. O objetivo que se pretende tratar consiste em analisar, compreender e sistematizar o papel assumido pelos Jogos Rurais no contexto rural da agricultura familiar em relação ao Lazer.

2. METODOLOGIA

O caminho metodológico consiste em uma construção prévia e contínua, na medida em que as questões teóricas e do contexto empírico vão se confrontando diante do olhar do pesquisador.

Considerando que fazer uma pesquisa é, além da realização de um diagnóstico sobre algo, também tomada de posicionamento político, faz-se necessário observar a que interesses queremos servir dentro da instituição pública. Cabe ao pesquisador assegurar que seus trabalhos, descobertas e conclusões estejam orientados e a serviço da sociedade, especificamente dos trabalhadores e das classes sociais menos favorecidas dentro da conjuntura econômica e social.

O cuidado na construção do caminho metodológico pressupõe cuidados constantes e, inclusive a retomada a aspectos que merecem ser revistos na medida em que a pesquisa se constrói. O caminho metodológico apresentado a seguir deve ser observado como um processo em construção, portanto passível de adequações, avaliações e reelaborações. Documentos são registros concretos de determinadas situações históricas. São “imortalizados” em forma de texto, filme, objetos, fotografias, cartazes, folders e outros. Segundo Cellard (2012) tudo que é vestígio do passado serve de testemunho e pode ser considerado documento.

Os documentos são fruto de construção humana, assim adquirem forma de acordo com as condições objetivas dos grupos sociais produzem os mesmos. Portanto em acordo com Cellard (2012, p. 295) “o documento constitui um instrumento que o pesquisador não domina”. Assim o documento é sólido e imutável “e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares”. No entanto, sobre o documento não paira a possível influência que pode ser exercida do pesquisador sobre um interlocutor entrevistado. Ainda, conforme Cellard (2012), a pesquisa documental permite reconstrução de dados não contemplados pelos interlocutores da pesquisa, além de trazer uma visão histórica do objeto a ser estudado. Podemos afirmar que especialmente documentos textuais, filmografias trazem o olhar do autor que os elaborou, ou seja carregam consigo suas visões de mundo, crenças e referências ao período histórico que foram produzidos.

Para elucidar do que trata a observação participante recorremos a Minayo (2015), segundo a qual o pesquisador entra em relação direta com o espaço e os interlocutores com os quais pretende realizar a pesquisa, na medida do possível e do autorizado participa da vida social dos mesmos em seu convívio social, comunitário, lembrando que seu papel é compreender o contexto social a fim de responder o tema de pesquisa. Para a autora a atuação do observador pode modificar o contexto, os interlocutores podem não se sentir à vontade, ou sentirem-se intimidados com a presença de uma pessoa “estranha” ao seu convívio cotidiano, bem como o pesquisador se transforma nessa relação de observador. E, na medida em que o vai imergindo no contexto é importante que se permita ter empatia pelo outro para compreender seu modo de viver e interagir com o mundo. Assim o pesquisador consegue “vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições”.

entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observados" (MINAYO, 2015, p. 71).

A ferramenta para tomar nota das observações será o Diário de Campo onde é possível tomar notas, realizar apontamentos e relatos sobre o contexto observado.

A entrevista consiste em uma forma de obtenção de informações na qual o pesquisador e interlocutor se colocam em uma situação de conversa orientada por um objetivo organizado e pretendido pelo primeiro. (MINAYO, 2015)

Ao realizar entrevistas é necessário observar que cada interlocutor entrevistado apresenta seu ponto de vista para determinado fato tanto pela intensidade que presenciou ou vivenciou o mesmo quanto pelas suas convicções.

Os dados subjetivos só podem ser obtidos com auxílio dos interlocutores e segundo Minayo (2015, p. 65), a entrevista "está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade". Assim as informações fornecidas pelo interlocutor são pautadas pela realidade vivida e sentida no cotidiano.

Analisaremos o conteúdo dos documentos, do diário de campo e das entrevistas dos interlocutores por meio dos pressupostos da análise de conteúdo, tendo como referência Franco (2005, p. 13) para quem "o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada". Nesse sentido, é necessário atentar às expressões gestuais, de afeto, exclamação e exaltação dos interlocutores durante a realização das entrevistas para que ainda fosse possível compreender emoções e sentimentos transmitidos após a transcrição das entrevistas. Ainda é necessário atentar para as formas de interação entre os participantes nos dias dos Jogos Rurais, percebendo as relações que estabelecem entre os membros da sua comunidade e também das comunidades participantes.

3. JOGOS RURAIS E LAZER: APROXIMAÇÕES INICIAIS DA DISCUSSÃO

O Jogo consiste em uma manifestação da cultura dos seres humanos e conforme Huizinga (1971) é caracterizado por ser livre e de adesão voluntária, desinteressado com um corpo de regras flexível, mas absolutamente necessário. O jogo configura um reino da não seriedade, levada a sério. Essa seriedade é necessária na observação das regras e no respeito ao adversário e ao companheiro. O jogo também é desinteressado de bens materiais, apesar de que em muitos jogos objetos, implementos e equipamentos são necessários para a sua realização.

Os Jogos Tradicionais recebem esta nomenclatura com o objetivo de demarcar a discussão quando se trata de jogos praticados por determinados grupos sociais. Estes são intimamente relacionados ao modo de vida de determinada comunidade, às condições sociais para a sua organização, épocas de cultivo, colheitas, a festividades religiosas, ou seja, são intimamente relacionados ao modo de reprodução da vida social. (MARIN e RIBAS, 2013). Os Jogos Rurais são manifestações inerentes ao modo de trabalho das comunidades, tanto atuais como de tempos passados, no que se refere ao plantio e a colheita. Jogos como plantio de saraquá, e arremesso de milho no cesto, são formas de trabalho retratadas nos jogos, a primeira se refere ao plantio de sementes com uma plantadeira e a segunda faz alusão ao ato de encestar o milho colhido na lavoura.

Os Jogos Tradicionais manifestam em suas características o modo das comunidades reproduzirem as suas condições objetivas e imateriais de subsistência, celebração e convívio. Assim determinadas formas de trabalho, muitas vezes descontinuadas em virtude da inserção de substituição tecnológica, podem assumir caráter de jogo em contextos específicos. Franchi, Silva e Ribas (2016, p. 376) ilustram esse sentido dos jogos da seguinte maneira:

O Jogo Tradicional é compreendido como uma atividade humana produtiva e como elemento constituinte da cultura corporal, por entender que essa manifestação é construída historicamente e faz parte da forma como determinadas comunidades produzem a sua existência. A maneira de produzir a existência não depende diretamente do jogo, porém, esse é parte da totalidade em que os sujeitos interagem em determinado contexto.

As modalidades esportivas que são disputadas nos Jogos Rurais seguem algumas das regras determinadas pelas entidades e Confederações esportivas, no entanto são adaptadas conforme condições materiais, objetivas e espaços físicos disponíveis para a prática das modalidades.

Não temos a pretensão de aludir aos Jogos Tradicionais todas as “bênçãos” e em seu detrimento “demonizar” os esportes institucionalizados. Acreditamos que essas transformações são fruto da apropriação dos esportes pelos trabalhadores que os transformam conforme seus interesses e necessidades. Não necessariamente podemos tratar disso como uma ampla democratização do esporte, pois não há amparo público que permita a continuidade. Trata-se em primeiro de uma resistência e auto-organização das comunidades. O Lazer é concebido de forma genérica como tempo espaço dedicado unicamente para o gozo, o desfrute e, de maneira muito contundente em nossa estrutura social, para o consumo, especificamente o desfrute pelo consumo. Nessa esteira ele passa a ser compreendido como a *Passárgada*, referenciada no poema de Manuel Bandeira, onde só há diversão, deleite e prazer. Portanto acena para uma oposição dicotômica em relação ao trabalho, conforme sinalizamos anteriormente. A compreensão do Lazer como a denominação de um único termo é deveras reducionista e devemos observar a polissemia referida, não apenas ao termo, mas a multiplicidade de ações e ocorrências de manifestações ligadas ao que se denomina Lazer. Gomes (2014, p. 9) ilustra que:

Conhecer o Lazer unicamente por meio da existência de uma palavra ou de um conceito seria um encaminhamento restrito e insuficiente quando se considera o desafio de problematizá-lo e compreendê-lo de modo situado, isto é, levando em conta algumas peculiaridades históricas, culturais, sociais, políticas, éticas, estéticas, entre outras, que expressam diversidades e singularidades sociais.

Nossa compreensão de Lazer se situa a partir dos estudos elaborados por Mascarenhas (2003) para o qual o Lazer se tece nos momentos de não obrigatoriedade cotidiana incluindo trabalho, espaços educacionais, compromissos na comunidade, expressão da religiosidade, ações culturais, esportivas e outras. Assim uma grande amplitude de ações e atividades pode ser situada dentro do que se denomina Lazer. Em última instância, como já mencionado ele se configura em consumo, mas não *a priori*.

Um adendo importante que necessitamos fazer trata da ridicularizarão² das pessoas ligadas ao campo seu modo de vida, modo de trabalho, sendo tratadas como “jeca tatu”, “caipiras”, “colonada”, “os de fora”. No entanto as festividades religiosas, comunitárias e de gastronômicas ligadas as comunidades rurais são tratadas como pitorescas, ingênuas e fartamente consumidas por pessoas que vivem no meio urbano. Essas contradições sociais são manifestas e atreladas a preconceitos. Por vezes, o divertimento dos residentes urbanos perpassa a exploração do trabalho dos residentes rurais aos finais de semana.

² Para saber mais sobre o estereótipo relacionado ao trabalhador ver artigos relacionados a Jeca Tatu nos anais do II Seminário Internacional de Educação do Campo e Fórum Regional do Centro e Sul do RS disponível em: http://coral.ufsm.br/sifedoc/images/Anais_sifedoc_3912_p.pdf

O Lazer constitui-se como um dos direitos sociais³ assinalados no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988, portanto deve ser pauta de políticas públicas que destinem recursos a sua organização e a realização de ações. De maneira geral a organização de ações para estão sob a guarda da iniciativa privada. Temos nos conformado a pagar pelo Lazer que esquecemos de reivindicar política públicas para o setor. Mascarenhas (2005, p. 157) nos ilustra este cenário desolador:

Basta a pergunta sobre um serviço de Lazer pelo qual não seja preciso pagar pelo acesso para termos uma dimensão do quanto corrompida anda sua experiência. Óbvio que certas modalidades tradicionais de Lazer, ainda refratárias às relações mercantis, podem ser localizadas. Mas a dificuldade de identificarmos com certa prontidão alguma prática de Lazer que não tenha sucumbido à forma mercadoria, por si só, já constitui obstáculo para que se tenha construção de alternativas.

Não há um único caminho para a construção de alternativas ao Lazer pré-determinado pelo mercado. Mas, a consolidação de alternativas contra-hegemônicas perpassa pela organização das comunidades (urbanas e rurais), especificamente como tema deste trabalho as rurais, pautando a necessidade de fomento público para a organização de atividades e ações que impliquem na ocupação, revitalização e manutenção de espaços naturais e estruturas ociosas, na organização de ações gratuitas, plurais e que atendam aos interesses coletivos.

4. CONSIDERAÇÕES DE CAMINHAMENTO

Dadas a aproximação inicial ao tema, aliada a ausência do trabalho de campo, ainda não há dados que possam se juntar a nossas inquietações acerca das discussões. Podemos assinalar, no entanto, que a organização do Lazer em sua totalidade e especificidades decorre de questões objetivas e subjetivas inerentes as formas de organização dos grupos sociais e comunidades. Ademais os atores sociais protagonizam as ações conforme interesse e disponibilidade de tempo e também convenção coletiva de formas organizativas e de convívio social. Logo o Lazer assume um papel indivisível do convívio social comunitário, sendo geralmente a consolidação de uma atividade sistematizada, ou não, coletiva e de interesse partilhado por membros de um mesmo grupo social, ou próximos a ele.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, M. Vou-me embora pra Passárgada. In.: BANDEIRA, M. **Libertinagem** [S. l.: s.n.], 1930.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 35^a ed.; 2012.
- CELLARD, A. A análise documental. In. POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Ed. Vozes, 3^a Ed. p. 295 – 316, 2012.
- FRANCHI, S.; SILVA, S. D.; RIBAS, J. F. M., Análise dos Jogos Tradicionais e seu

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Contexto nas Olimpíadas Rurais de Jaguari/RS. **Licere**, Belo Horizonte, MG v.19, n. 4, p. 376-413, dez/2016.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2ª Ed, Brasília: Ed. Liber Livro, 2005.

GOMES. C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.1, n.1, jan. /abr., 2014, p. 3 – 20.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. Trad.: MONTEIRO, J. P. São Paulo: Perspectiva/ Ed. da USP, 1971

MARIN, E. C.; RIBAS, J. F. M. **Jogo Tradicional e Cultura**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2013.

MASCARENHAS, F.. **Lazer como prática da Liberdade**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

MASCARENHAS, F. Lazer e utopia: limites e possibilidades da ação política. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 155 – 182, set. /dez. 2005.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In.: MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015.



GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO VALE DO PARAÍBA - PB: REFLEXÕES SOBRE O PROINF 2015

YOGI, Euriko dos Santos. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - PPGExR. Universidade Federal de Santa Maria. eurikoyogi@hotmail.com.

GT 3 - Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento

RESUMO: O presente trabalho pretende realizar uma crítica a assessoria prestada no ano de 2015 pelo NEDET ao CODERVALE - Território Rural do Vale do Paraíba - PB. A discussão é realizada através das lentes da agroecologia, coerente com a origem do projeto submetido ao CNPq. Como forma de discutir as ações da assessoria foi escolhido o PROINF para fomentar as discussões sobre a disputa de poder e domínio da argumentação. Denota-se a importância de assessoria do sentido de empoeirar os sujeitos da sociedade civil para que a política territorial funcione de acordo com sua proposta teórica e metodológica.

Palavras-chave: Política de Desenvolvimento Territorial, Agroecologia, NEDET'S

INTRODUÇÃO

A política territorial visa contribuir para a integração de políticas públicas no contexto sociocultural, produtivo e econômico de agricultores e agricultoras dos Territórios Rurais através do fomento às alternativas de desenvolvimento endógeno. Foi criada em 2003, viabilizada através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA via Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. O objetivo dessa política é gerar desenvolvimento sustentável nos Territórios Rurais, formados por um grupo de municípios, considerando critérios específicos de identidade e pertencimento regional e de relações culturais, sociais e econômicas.

Os NEDET's – Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial foram criados a partir da chamada CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014, com propósito de aproximar as universidades ao objetivo de fomentar o desenvolvimento rural sustentável através da política territorial. Assim, foi criado o NEDET Baixada Litorânea vinculado à Universidade Federal da Paraíba. Aprovado como projeto multiterritorial o NEDET Baixada Litorânea abarcou quatro territórios: Piemonte da Borborema, Vale do Paraíba, Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul, os dois primeiros “Territórios Rurais” e os dois últimos “Territórios da Cidadania”. Cada território contava com coordenador e equipe de trabalho compostas por bolsistas na gestão social, inclusão produtiva e iniciação à extensão, atuando de acordo com a realidade em que se encontrava, ou seja, de acordo com a dinâmica social, política, produtiva, cultural e econômica próprios de cada território. O foco, segundo próprio projeto submetido ao CNPq foi:

[...] implantação de uma Rede de Núcleos de Extensão e Pesquisa (REDE) cuja metodologia se dará pelo uso de ferramentas participativas voltadas à identificação, o apoio, o monitoramento, o acompanhamento e a sistematização das ações desenvolvidas por agricultores (as) familiares, quilombolas e pescadores que buscam o desenvolvimento sustentável em seus Territórios de origem. Deste modo, a proposta do trabalho tem como base um conjunto de iniciativas de assistência técnica e extensão rural em andamento no espaço de atuação do Colegiado do Território. Este projeto oferecerá uma contribuição significativa para que ocorra uma forte articulação entre as entidades públicas (Ministério do Desenvolvimento Agrário, prefeituras, universidades), organizações não-governamentais e movimentos sociais (MST,

Associações e cooperativas). Contudo, as informações coletadas e sistematizadas pelos núcleos servirão como fontes para construção de uma mobilização territorial (Projeto submetido ao CNPq).

A Gestão Social, segundo o próprio MDA, “além de gerir políticas públicas significa administrar e cuidar dos interesses sociais, colocando-os em negociação entre diferentes sujeitos, segmentos e agentes institucionais, com o objetivo principal de compartilhar o poder de decisão sobre o que se pode fazer entre o Estado e a sociedade civil” (BRASIL, 2009).

Pode-se dizer ainda que a gestão social é ação de gerir assuntos públicos, não necessariamente relacionados às ações governamentais. Por assunto público se entende aquilo que é e interesse coletivo amplo, ou seja, da sociedade de um modo geral: comunidade, grupos sociais segmentos sociais e econômicos, entre outros, não se limitando às questões relacionadas e administração pública de uma esfera do Estado ou de um programa. Quando se fala em gestão, busca-se fazer referência ao processo que busca organização, planejamento, direção, implementação, monitoramento e avaliação de estratégias e ações planejadas. A gestão social participativa diz respeito, fundamentalmente, a um processo político de tomada de decisões de forma compartilhada entre o Estado e a sociedade. Um processo e empoderamento dos atores sociais e ação reflexão sobre a prática social, no sentido de desenvolver a capacidade e habilidade coletiva de transformar a realidade. Implica na necessidade de uma nova visão dos entes públicos em gerir as políticas públicas a partir da realidade de seus beneficiários diretos e na adoção de novas posturas, de novos mecanismos de participação e de pactuação (BRASIL, 2009).

Levando em conta o exposto é possível perceber que a função da gestão social, dentro dos NEDET's e atendendo diretrizes da política territorial é, através da extensão e comunicação, conectar e fomentar o diálogo entre sociedade civil e esfera pública, de forma que os frutos disso colaborem com desenvolvimento rural sustentável, a partir da realidade local, comprometidos com o empoderamento dos atores através da reflexão-ação e métodos participativos e estimulando criação de novos meios para mudança paradigmática dos atores sociais, no caso, camponeses e camponesas, agricultores e agricultoras dos territórios de atuação.

O presente estudo visa apresentar ideias, levantar questionamentos e discutir as ações desenvolvidas pela Gestão Social do NEDET-Vale do Paraíba ao longo do ano de 2015, confrontando a teoria com a prática realizada, com o foco para o PROINF de 2015. Para tanto foram utilizados relatórios, dados primários e dados secundários coletados através de entrevistas e rodas de diálogo, assim como a percepção do profissional e uso de métodos participativos utilizados ao longo do processo.

O VALE DO PARAÍBA E O CODERVALE

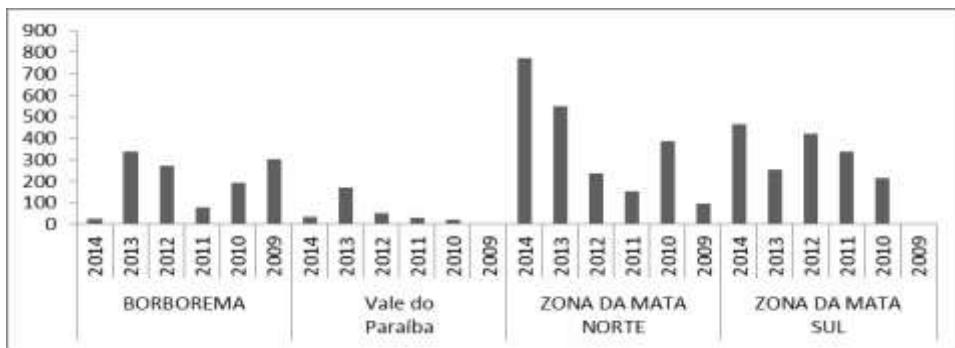
Localizado no agreste paraibano o território do Vale do Paraíba abrange uma área de 2.790,6 Km², composto por 13 municípios: Aroeiras, Fagundes, Gado Bravo, Gurinhém, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Mogeiro, Natuba, Riachão do Bacamarte, Salgado de São Felix, Santa Cecilia e Umbuzeiro. Recebe esse nome porque o território é representado pelo vale cortado pelo rio Paraíba, compartilhando fatores produtivos, culturais, econômicos e políticos em comum. Em geral, o território é composto de estabelecimentos rurais familiares, com presença de latifundiários monocultores, pecuaristas, agricultores e trabalhadores rurais sem-terra, pescadores e comunidades quilombola.

A agricultura do Vale do Paraíba conta com boa presença de roçados tradicionais compostos de macaxeira, milho, feijão, fava, batata doce, jerimum. Essa produção na agricultura familiar também é composta de frutíferas e hortas no arredor de casa.

Já a criação animal varia entre aves, bovinos, caprinos, ovinos e suínos, com destaque para criação de aves e produção leiteira (queijo de manteiga e de coalho). Observa-se ainda como atividades econômicas e importantes a produção de artesanato e processamento mínimo de produtos em todo território.

Os agricultores da região ainda acessam de forma tímida políticas públicas como PAA, PNAE e PRONAF e esbarram na burocracia e falta de informação. A situação de acesso às políticas públicas se expressa no gráfico 1, quando comparamos o acesso do Vale do Paraíba a alguns territórios paraibanos.

Gráfico 1. Número de participantes no PAA por território



Fonte: CONAB - 2015

O Vale do Paraíba se apresenta como território rural com economia baseada na agricultura e que ainda possui gargalos na organização socioeconômica, assistência técnica contextualizada e baseada na agroecologia, educação do campo, infraestrutura básica e estímulo às capacidades e potenciais culturais e de recursos naturais locais.

Através de visitas em loco e análise documental foi possível construir uma ideia básica sobre colegiado, que desse momento em diante foi tratado como CODERVALE - Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Vale do Paraíba. É importante frisar que a análise documental foi importante durante esse processo, porém ficou evidente a carência na documentação e sistematização das informações pertinentes ao colegiado. Além disso, não havia disponível nenhum documento sistematizando as experiências de assessorias anteriores nem PTDRS – Plano de Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

O CODERVALE teve sua gênese em 2009 quando houve processo de mobilização/articulação para a implantação da política Territorial, para tanto realizaram-se reuniões itinerantes nos municípios de Mogeiro, Fagundes, Salgado de São Felix, Gurinhém e Aroeiras. Na ocasião da realização do I Salão Estadual dos Territórios Rurais do estado da Paraíba, em junho de 2010, o Pré-território foi homologado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDRS – PB) obtendo seu reconhecimento enquanto território rural. Em 2013 o Território Vale do Paraíba foi incorporado ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Em abril de 2014 o Território do Vale do Paraíba se institucionalizou com a criação do Colegiado e aprovação do seu regimento interno em plenária, nascia assim o CODERVALE, organizado da seguinte forma: Plenária Geral com 106 membros: 52 membros representantes do poder público e 54 membros da sociedade civil, Coordenação Territorial com 26 membros, sendo 13 do poder público e 13 da sociedade civil, Coordenação Executiva com 4 membros, sendo 2 do poder público e 2 da sociedade civil e Câmaras Temáticas de Inclusão Produtiva com 9 membros de instituições do governo. Até este momento o colegiado ainda não contava com Câmaras de

Temáticas e Comitês Setoriais, constituindo-se uma das prioridades da assessoria a formação de tais instâncias, cruciais ao fomento e empoderamento dos atores territoriais.

REFLEXÃO SOBRE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

É inegável a influência da agroecologia sobre o projeto de assessoria submetido ao CNPq, tem origem num departamento de agroecologia da Universidade Federal da Paraíba, submetido por um professor de agroecologia e com profissionais vinculados a essa ciência multidisciplinar, conforme pensamento de Gliessman (2008), na área do pensamento complexo de acordo com Veiga (1996) e que privilegia a práxis discutida por Freire (1983).

Para Caporal (2009), a Agroecologia é um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica. Para este autor, a agroecologia se encontra no campo do pensar complexo.

O MDA entende desenvolvimento rural possui enfoque nas diferentes dimensões da sustentabilidade (econômica, social, política, cultural, ambiental e territorial). Essas características apontam na direção de um rural que assegure a existência da diversidade dos agroecossistemas, com valorização da agroecologia; a integração de diferentes setores econômicos; o resgate e a valorização das formas tradicionais de manifestação e produção cultural e dos saberes locais (MDA/CONDRAF, 2006).

Portanto o rigor metodológico buscado na realização do projeto pautou-se nas bases filosóficas da agroecologia, portanto, esta é uma tentativa de analisar de forma crítica e de acordo com a agroecologia, as ações realizadas pelo NEDET no período de assessoria.

A primeira plenária da assessoria NEDET no Vale aconteceu no dia 27 de maio de 2015, teve como foco principal a reestruturação do colegiado, apresentação do projeto de assessoria via CNPq, construção participativa da linha do tempo do colegiado e criação do Núcleo Técnico.

Uma das reflexões ao realizar a plenária foi o método a ser empregado para realização do evento, uma vez que normalmente esses encontros são centralizadores e excludentes, essa forma de pautar a discussão acaba inibindo alguns membros da SC, notadamente os agricultores.

Na tentativa de romper com o usual e encorajar a fala do representante da SC foram propostas a apresentação e discussão dos dados secundários coletados no primeiro mês de trabalho a respeito da produção agropecuária, utilização de método participativo na construção da Linha do Tempo e realização de mística para abertura. Para Thiollent (2000), o uso das metodologias participativas permite a construção e implementação das ações pensadas conjuntamente. Através destas metodologias, pode-se obter conhecimentos mais efetivos acerca da realidade enfocada, bem como uma maior eficiência na identificação dos problemas e suas possíveis soluções.

Na Linha do Tempo foi possível confirmar a hipótese de que os atores territoriais, notadamente da SC, conheciam pouco em relação ao histórico do colegiado, levantando ao questionamento sobre o entendimento dessas pessoas em relação ao funcionamento do colegiado e da política territorial.

Identificamos o descontentamento de algumas pessoas da sociedade civil sobre o custo de deslocamento para participação de atividades do colegiado. Justificam que para nós assessores e para os membros do governo, o deslocamento se justifica, pois “faz parte do trabalho”, porém para a sociedade civil o deslocamento acaba por prejudicar orçamento familiar. Sempre há a possibilidade de conseguir que os atores do governo possam facilitar o deslocamento da sociedade civil, porém acreditamos que esse tipo de prática acaba por inibir posições contrárias as do governo, pois o mesmo sujeito que discorda do posicionamento de

gestores públicos dependeria da “carona” desses gestores para retornar a suas casas. Reforça-se a necessidade de viabilizar o deslocamento, alimentação e em alguns casos estadia dos agricultores que participam das reuniões de colegiado, é necessário criar infraestruturas que facilite a participação desses sujeitos nas esferas de tomada de decisão do território. Além disso, as datas acordadas para reuniões devem privilegiar acima de tudo a agenda da sociedade civil, a fim de não comprometer suas atividades cotidianas.

Na segunda plenária da assessoria continuamos a exercitar os métodos participativos com a utilização da “chuva de ideias” como forma de propor projetos produtivos através do PROINF – Programa de Infraestrutura. A plenária foi convocada extraordinariamente para aprovação do projeto a ser custeado.

A chuva de ideia pautou-se a problematização das áreas produtivas e em forma de diálogo aberto, com posterior escolha das possíveis soluções.

O projeto escolhido foi a aquisição de kits de máquinas ensiladeiras, tecnologia importante para armazenamento de forragem em longos períodos de estiagem. A escolha é pertinente ao território, uma vez que a atividade de criação animal se apresenta de forma proeminente nesses municípios, sendo que a maior parte do território apresenta como característica a vegetação da caatinga e clima semiárido.

Apesar de relevante para a esfera econômica a escolha reflete a opinião do poder público e de agricultores capitalizados, demonstra que a burocracia imposta pelo projeto dificulta a percepção da sociedade civil em relação aos moldes da política territorial, o poder de argumentação prevalece em uma disputa desleal por poder e recursos financeiros. O resultado dessa escolha reflete a opção pela indústria, afinal de contas todo o valor do PROINF será repassado a alguma fabricante de maquinário agrícola.

Portanto, entende-se que para a construção de um projeto comporte do PROINF, que custeia cerca de 500 mil reais, seria necessário realizar estudo minucioso e exaustivas reuniões com os membros, para adequar-se à realidade do território e realmente atender às demandas da SC de forma contextualizada e com os recursos naturais e potenciais endógenos. A urgência imposta pelos prazos de submissão dos projetos, a falta de formação de base dos atores, burocracia e falta de profissionais capacitados parecem ser gargalos na construção dessa política, resultando em práticas que reproduzem o paradigma da modernização e da Revolução Verde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os métodos participativos tiveram grande importância na tentativa de quebrar a estrutura tradicional das plenárias, tais métodos se justificam pela busca de visibilizar os atores da SC e levantar suas demandas reais.

A formatação do projeto de CNPq dificultava o fornecimento de ajuda de custo para deslocamento de membros da SC em plenárias, devendo ser observado em próximos projetos a viabilização desse recurso, essencial à participação da SC nas plenárias.

O PROINF e as plenárias territoriais ainda tem um longo caminho para se adequarem à realidade da população do Vale do Paraíba. Devem ser levados em conta fatores como acesso e preservação aos recursos naturais, potenciais endógenos, assistência técnica pautada na agroecologia e utilização de métodos de trabalho que contemplam e valorizem as diversas realidades encontradas no CODERVALE.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Orientações para Constituição de Colegiados Territoriais**. Brasília, DF. 2009. 20 p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/CONDRAF. **Diretrizes para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF. 2006. 38 p.
- CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília, EMBRAPA, 2009. 27 p.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 8º ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983. 93p.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 653 p.
- THIOLLENT, Michel. A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária. THIOLLENT, M.; ARAUJO FILHO, T.; SOARES, R.L.S. (coord.). **Metodologias e experiências em projetos de extensão**. Niterói: EDUFF, 2000.
- VEIGA, Jose. Eli. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3. p.383-404. 1996. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9009/5115>>.

O WHATSAPP E A COMUNICAÇÃO ENTRE AGRICULTORES E O SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL: O CASO DO GRUPO “LEITE SM”

MARCON, Gian. Mestrando em Extensão Rural. UFSM. marcongian32@gmail.com

Grupo de Trabalho Nº 3 – Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento

RESUMO: Este trabalho parte do princípio que a comunicação e a informação são direitos humanos, que muitas vezes são negligenciados as populações rurais. Com isso, analisa-se o uso do aplicativo WhatsApp, como forma de comunicação e troca de informações entre extensionista e agricultores, com base em um grupo denominado “Leite SM”, aliado a uma revisão bibliográfica. Assim, foi possível verificar a participação dos agricultores, principalmente, através da geração de fotos e vídeos ligados a atividade leiteira, além de outros conteúdos ligados ao dia a dia da agricultura familiar. Os extensionistas também utilizam este espaço com forma de informar sobre reuniões e eventos. Porém, cabe salientar a pouca presença feminina e jovem no grupo, que devem ser incluídas no processo comunicacional, como as famílias que não possuem acesso ao aplicativo, utilizando outras formas de comunicação.

Palavras Chaves: Comunicação rural, aplicativo WhatsApp.

1. INTRODUÇÃO

Considerando o acesso a informação e a comunicação como direitos humanos, neste trabalho evidencia-se que vários grupos sociais são privados destes direitos, o que faz com que o acesso a informação e a comunicação tomem a forma de privilégios de alguns. Nesse âmbito, a agricultura familiar ou camponesa é um dos grupos em que parte de seus membros tem a privação destes direitos, quando se considera o acesso à informação e comunicação por meio do avanço tecnológico e comunicacional vivenciado nos últimos anos.

A Declaração Universal dos Direitos humanos (1948), em seu art. 19, apresenta:

[...] todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteira.

O Brasil incorporou o direito à comunicação, na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), no capítulo 1, que trata dos direitos fundamentais. No artigo 5º, inciso IX, “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

Com isso, este trabalho busca fazer uma breve reflexão sobre a comunicação na extensão rural entre agricultores e extensionistas, por meio da utilização do aplicativo de trocas de mensagens WhatsApp. Com isso, buscou-se analisar como tem se dado a comunicação em um grupo de conversação criado pela Emater/SM e se tem contribuído para que um número maior de pessoas tenha os direitos da comunicação e informação garantidos no meio rural.

2. METODOLOGIA

Como objetivo de alcançar os objetivos do presente trabalho, num primeiro momento foi analisado o grupo “Leite SM”, do aplicativo WhatsApp desde sua criação, com um olhar para

seus integrantes, suas conversações, conteúdos produzidos e compartilhados. Após, foi realizada a revisão bibliográfica sobre a temática da comunicação na extensão rural.

3. COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Desde os primórdios da extensão rural no Brasil, foram utilizados muitos recursos comunicacionais. Fonseca (1985) relata que a ACAR, criada em Minas Gerais em 1948, já fazia uso de recursos audiovisuais, entre eles, cartazes, programas de rádios e projeção de filmes, com o intuito de transmitir informações aos agricultores. A utilização de recursos audiovisuais foi uma das principais ferramentas de aplicação do modelo difusão de extensão rural, baseado na teoria de difusão de inovações de Everett Rogers.

Nesta teoria a comunicação é percebida como uma mera transferência de ideias da denominada fonte ao receptor, buscando assim propagar uma determinada inovação. São ferramentas importantes no difusão de extensão rural à comunicação de massas e interpessoal, a primeira é a mais importante para promover o conhecimento da inovação através de uma mensagem padronizada com pouca oportunidade da resposta. Já a comunicação interpessoal, que realizada face a face, é mais indicada para convencer os indivíduos a adotarem a inovação proposta, onde pode ocorrer à resposta, cabendo à fonte a possibilidade de adequação continua das mensagens, para ao final alcançar o propósito inicial (WHITING e GUIMARÃES, 1969).

Para o sucesso do modelo difusão de extensão rural a comunicação era fundamental, pois através desta e do uso das informações agrícolas poderia motivar, informar, persuadir, instruir, interpretar resultados, divulgar resultados de adoção (BORDENAVE, 1988) contribuindo assim para o alcance dos objetivos do modelo.

No início da década de 1970, o uso da comunicação como forma de aplicar o modelo difusão de extensão rural começa a ser duramente criticado. Paulo Freire faz o lançamento da primeira edição do livro denominado “Extensión o Comunicación?” Em 1969, que marca um início de uma nova fase de reflexões sobre o próprio papel da extensão e do modelo de comunicação. Segundo o autor até este período o modelo de extensão rural brasileiro era baseado em um modelo difusão de extensão rural com práticas educativas meramente tecnicistas que consideravam apenas aspectos produtivos, muitas vezes inadequados para as realidades da maioria das famílias agricultoras.

Além disso, desconsiderava os conhecimentos, as vivências, os anseios e desejos dos mesmos, sendo assim uma invasão cultural. Com isso, Freire (1983) busca trazer que a ação educadora desenvolvida pelos profissionais da extensão deveria estar baseada em uma prática de comunicação dialógica, considerando o agricultor como um sujeito inserido em uma realidade concreta e histórica. Além de, considerar os sentidos e significados que os sujeitos dão as coisas e ao mundo.

Já com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2010) passa a ser prevista a utilização de metodologias participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, enquanto um princípio para atuação da extensão rural pública. De todo modo, estamos chegando ao final da segunda década do século XXI e o modelo de comunicação da extensão rural parece ter poucos avanços em termos de mudanças, permanecendo muito enraizado nos moldes difusão de extensão rural.

3.1 COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL E O WHATSAPP

Bordenave (1988) coloca que comunicação rural envolve um fluxo de informações, diálogos com influência recíproca entre componentes do setor rural e outros que relacionam com o mesmo. Entre agricultores é comum à troca de informações em conversas informais seja entre vizinhos, entre membros de uma mesma comunidade, cooperativa, associações

entre outras formas, além das informações recebidas via rádio, televisão, revistas e cartazes entre outros.

Schwartz (2007) detectou que entre os agricultores familiares de Santa Maria, 100% possuíam rádio em casa, 98,7% possuem ao menos um aparelho televisor e 88,5% das famílias possuíam aparelho celular. Alguns agricultores relataram que não possuíam o aparelho celular, devido a indisponibilidade do sinal.

Outro dado interessante da pesquisa, é que apenas 6,3% das famílias possuíam computadores. Ainda segundo Schwartz (2007), o celular proporcionou aos agricultores familiares de Santa Maria uma forma mais rápida, fácil e econômica de comunicação. Os principais benefícios do uso do celular na visão dos entrevistados eram ter contato com familiares, resolver problemas do dia a dia e buscar informações que evitassem o deslocamento.

Além disso, é perceptível que nos últimos anos tem ocorrido um avanço da internet móvel com celulares inteligentes, o que, aliado ao uso de aplicativos de troca de mensagens, vem alternado as relações entre tempo, espaço e comunicação no meio rural.

3.2 O WHATSAPP NO MEIO RURAL

O pouco acesso à internet através de computadores no meio rural é rotineiramente associado ao baixo nível de formação dos agricultores e ao alto preço dos equipamentos (SCHWARTZ, 2007). No entanto, nos últimos anos com o avanço da internet móvel através de aparelhos celulares, que possuem preços mais acessíveis e são de uso mais simples que os computadores, veem promovendo uma grande mudança no quesito de acesso e uso à internet na zona rural.

Steding e Carniatto (2017) demonstraram que 61% dos acessos à internet do meio rural do estado do Paraná, se dá pela cobertura 3g ou 4g, sendo o restante através de outros meios, como a banda larga e via rádio. Nesse cenário, o uso da internet para acessar aplicativos de troca de mensagens está em segundo lugar, perdendo apenas para o uso da internet para acesso ao facebook. O uso do aplicativo WhatsApp, que pode ser acessado gratuitamente, pode ser considerado de maior simplicidade para a comunicação se comparado ao uso de e-mails, por permitir a de gravação de áudios, vídeos e imagens, recursos estes que colaboram para a utilização do aplicativo para diversas finalidades.

Em pesquisa realizada pelo SEBRAE (2017), observou-se que em média 95,7% dos agricultores entrevistados das 27 unidades federativas possuem celular, já no Rio Grande do Sul, o celular está presente em 98,5% das unidades. Em relação à disponibilidade e uso da internet através do celular, a pesquisa demonstrou que no Brasil 59,1% dos agricultores fazem uso de tal recurso. Na região sul este índice cai para 51,1%, já no estado do Rio Grande do Sul a porcentagem é de 45,9.

O aplicativo WhatsApp já é um grande aliado na comunicação no Brasil, no meio rural é utilizado por 96% dos agricultores que possuem acesso à internet, e 61% dos agricultores utilizam celulares inteligentes ou smartphones. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARKETING RURAL E AGRONEGÓCIO, 2017)

Através de grupos de WhatsApp, muitos agricultores têm encontrado uma forma direta de contato e comercialização de produtos com os consumidores. Em muitos casos, representa o principal canal de comunicação entre os mesmos (COSTA, 2017), contribuindo para a ativação de circuitos curtos de comercialização.

Além disso, o aplicativo é utilizado pelos extensionistas para receber informações e repassar as mesmas. Em 2017 a Secretaria Especial da Agricultura familiar e Desenvolvimento Agrário passaram a utilizar este canal de comunicação com extensionistas com o intuito de informar de forma fácil e rápida, alterações em relação ao sistema de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), editais e chamadas públicas em aberto (COSTA, 2016).

4. GRUPO DO WHATSAPP “LEITE SM”

O grupo de troca de mensagens denominado “Leite SM” foi criado em março de 2018 por um extensionista da Emater/SM, responsável pelo acompanhamento das propriedades que tem na atividade leiteira uma das estratégias de reprodução social. Segundo o extensionista, o objetivo de criação do grupo foi a ideia de facilitar a comunicação e a troca de informações relativas à atividade leiteira.

Segundo informações proporcionadas pelo extensionista são atendidas 36 famílias pelo escritório municipal da Emater/RS, no entanto, percebeu-se que nem todas as famílias participam do grupo. Atualmente são 29 participantes no grupo “Leite SM”, entre eles agricultores, técnicos da Emater/RS, colaboradores e pesquisadores ligados à Universidade Federal de Santa Maria/RS. A primeira notícia compartilhada no grupo foi referente à chegada de máquinas no município, disponibilizadas para a realização de plantios de pastagens perenes, notícia esta que foi recebida com entusiasmo por alguns agricultores que, conforme opiniões compartilhadas no grupo, tornara a atividade menos penosa.

Além disso, percebeu-se que o compartilhamento de imagens e vídeos é bastante frequente, principalmente pelos agricultores. Entre os temas compartilhados com o uso destes recursos, pode-se citar a venda e compra de animais, animais em pastoreio, pastagens nativas e consorciadas. Notícias publicadas na imprensa sobre a atividade, preço do leite e reportagens onde os agricultores tiveram participação, também costumam ser compartilhadas no grupo. Ao mesmo tempo, o espaço também costuma ser utilizado para a troca de contatos de fornecedores de insumos, considerados de boa qualidade e bom preço, segundo a experiência e observação de alguns agricultores.

Por parte dos técnicos, o espaço é utilizado para repassar orientações técnicas e compartilhar experiências, mais especificamente sobre a implantação de pastagens e a discussão de novas variedades. Os mesmos também utilizam o espaço para a divulgação de cursos, para realização de convites para participação em exposições agropecuárias, agendamento de reuniões e outros espaços de discussão da produção leiteira.

Apesar de o grupo ser direcionado apenas para atividade leiteira, outras atividades já foram alvos de conversas, troca de informações e contatos. Pode-se observar a discussão da criação de galinhas e de abelhas nativas, por exemplo.

Cabe destacar, que se observou que os agricultores utilizam o espaço para compartilhar algumas angústias individuais e coletivas, através do compartilhamento de imagens e vídeos, como questões relacionadas a intempéries climáticas. Mais recentemente os compartilhamentos e conversas foram em relação a captação de leite que foi interrompida no período da greve dos caminhoneiros e fez com que muitos agricultores acabassem descartando o produto, o que ocasionou perdas significativas de parte da produção. Em relação a esse episódio, observou-se que, de imediato, os técnicos repassaram algumas orientações para minimizar os prejuízos com o descarte do leite.

Já os pesquisadores ligados a UFSM, ainda não apresentaram interação significativa no grupo. A princípio parece que a participação dos mesmos serve para manterem-se “a par” das notícias e eventos que os agricultores desenvolvem e participam, bem como de possíveis interesses dos mesmos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer o acesso a informação e a livre comunicação como direitos humanos são fundamentais para pensarmos em uma sociedade equitativa. Esse trabalho buscou olhar para o acesso à informação por meio da internet, em específico do aplicativo WhatsApp, de agricultores da zona rural de Santa Maria, diante de um contexto de histórica limitação do acesso a informação no meio rural, mesmo diante do avanço tecnológico e comunicacional vivenciado nos últimos anos.

Nesse sentido, partiu-se do pressuposto que um desenvolvimento rural sustentável só é possível com o respeito ao direito ao acesso à informação e comunicação para todos os membros de uma sociedade. É possível afirmar que o aplicativo WhatsApp e os celulares inteligentes, estão se tornando ferramentas importantes para a comunicação e a ampliação do acesso a informação no meio rural.

No caso observado, percebeu-se que atuaram como ferramentas que permitem maiores interações entre agricultores, extensionistas e pesquisadores. Além disso, permitem aos agricultores a produção e compartilhando de conteúdo, desde dentro de suas unidades produtivas e de acordo com sua realidade e possibilidades. Entende-se, a partir do observado, que isso é de tamanha importância, afinal historicamente os conteúdos para o meio rural foram produzidos nos centros urbanos, muitas vezes deslocados da realidade da maioria dos agricultores e, ainda, por empresas que são diretamente interessados e beneficiados pelas informações que transmitem como é o caso das empresas fornecedoras de insumos.

Assim, percebeu-se que o aplicativo permite uma comunicação rápida e fácil, questão confirmada no episódio da greve dos caminhoneiros, onde os agricultores relataram seus problemas em relação a coleta e os técnicos responderam prontamente com orientações para amenizar as perdas.

Ao mesmo tempo, cabe salientar que o aplicativo acelerou a troca de informações e a comunicação, mas ainda não é uma realidade para todas as famílias do meio rural, seja pelo fato do preço dos equipamentos, pelas áreas sem cobertura, pelas dificuldades de manuseio dos equipamentos, entre outras causas.

Além disso, o público que compõe o grupo “Leite SM” é caracterizado, em sua grande maioria, por agricultores do sexo masculino, evidenciando-se a pouca presença de agricultoras, que sabemos que tem papel essencial na atividade leiteira dentro das propriedades. O mesmo se observa em relação a baixa presença de jovens. Desse modo, cabe destacar que ainda é primordial que o serviço de extensão rural mantenha sua atuação através de outras formas de comunicação, como visitas, ligações e reuniões, para que o uso de aplicativos não venha a acarretar no agravamento da privação de acesso a informação de famílias que não possuem o aplicativo. O que serve também em relação às mulheres e jovens das famílias que utilizam, para que não se contribua com um “círculo vicioso” de exclusão e de negação ao direito de assistência técnica e extensão rural a estes seguimentos.

Vale considerar que novas pesquisas nesse âmbito se fazem necessárias, uma vez que, há a possibilidade de os agricultores que não possuem acesso ao aplicativo, serem “os mesmos” que foram mais marginalizados no processo de modernização da agricultura, seja por não serem capitalizados o suficiente ou por desenvolverem suas atividades em regiões mais acidentadas ou distantes dos centros urbanos.

Outro desafio que se impõe a extensão rural é a própria apropriação de tal ferramenta e a busca pela construção do diálogo de forma horizontal, através deste meio virtual. Para isso é necessário um compromisso do extensionistas com seu trabalho e seu público, seja pelo reconhecimento dos agricultores como sujeitos, seja pela disposição e a compreensão de que o atendimento de demandas através de aplicativo de trocas imediatas pode extrapolar os horários de expedientes.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARKETING RURAL E AGRONEGÓCIO. 7ª Pesquisa hábitos do produtor rural. **Agribusiness Intelligence**, 2017. Disponível em: <http://www.abmra.org.br/2016/index.php/pesquisa-abmra/> Acesso em: 12 ago. 2018

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Comunicação Rural?** São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª ed, 1988, 104 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 de ago. 2018

BRASIL. Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER**, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em: 15 de set. 2018

COSTA, C. **Recadastramento de emissores e WhatsApp modernizam a DAP**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/recadastramento-deemissores-e-whatsapp-modernizam-dap> Acesso em 15 de set. 2018.

COSTA, C. **WhatsApp dinamiza venda de orgânicos de produtoras rurais de Goiás**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/whatsapp-dinamizavenda-de-org%C3%A2nicos-de-produtoras-rurais-de-goi%C3%A1s> Acesso em 15 de set. 2018

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em 12 de ago. 2018.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil**, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983, 93 p.

SCHWARTZ, C. **A recepção das tecnologias da informação e comunicação entre agricultores familiares de Santa Maria, Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2007.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio ás Micro e Pequenas Empresas. **Tecnologia da informação no agronegócio**. 2017. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Pesquisa%20SEBRAE%20-20TIC%20no%20Agro.pdf> . Acesso em: 12 ago. 2018

STEDING, A.; CARNIATTO, I. A Educação Ambiental aliada à tecnologia da informação na agricultura familiar. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 34, n. 2, p. 76-96, maio/ago. 2017



WHITING, G. GUIMARÃES, L. **Comunicação de novas ideias: pesquisas aplicáveis ao Brasil.** 1969.

A CONSTRUÇÃO DE UM DIÁLOGO ENTRE INTERCULTURALIDADE, MEDIAÇÕES SOCIAIS, E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

FACCO, Hector dos Santos. Eng. agrônomo. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). hectorfacco@gmail.com

FROEHLICH, José Marcos. Professor no Departamento e PPG em Extensão Rural e no PPG em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). jmarcos.froehlich@gmail.com

Grupo de Trabalho Nº 3 - Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo a construção de uma breve revisão, em um esforço inicial de relacionar conceitos e temáticas como interculturalidade, contextos multiculturais, mediações sociais e a execução de políticas ligadas a extensão rural, principalmente em sociedades como a brasileira, que se desenvolve a partir de uma diversidade etnocultural imensa. Para tal, buscou-se a partir de obras já estruturadas e publicadas sobre as temáticas em debate, construir uma breve revisão dos assuntos em diálogo no presente estudo, assim utilizou-se de métodos das pesquisas de caráter bibliográfico. Nota-se na atualidade um campo a ser explorado, frente a abordagem dos estudos culturais que abordam os temas na perspectiva da multiculturalidade e das mediações sociais, nas ditas sociedades complexas, em especial articulando as experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Por fim, nota-se que ocorre um deficit nos estudos com este caráter, estudos que buscam contribuir para qualificar e instrumentalizar as abordagens de trabalho dos técnicos de ATER, frente a essas realidades multiculturais.

Palavras-chave: Interculturalidade; Mediações Sociais; Assistência Técnica e Extensão Rural

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é constituída a partir de uma significativa diversidade étnica e cultural, sendo composta por diferentes povos e populações de múltiplas origens e culturas. Portanto, temos no Brasil uma complexa realidade social que apresenta características multiculturais e de diversas relações sociais. O meio rural brasileiro não destoa dessa realidade, temos grandes particularidades conforme os diferentes territórios, mas em suma a formação social também está composta por grupos de diferentes origens étnicas e esses estabelecendo várias relações entre si.

Diante dessa realidade social diversa, nas últimas décadas, os estudos ligados a interculturalidade e as mediações sociais desempenhadas, vem ganhando certo destaque nas mais diversas áreas do conhecimento. Isso principalmente pela capacidade de propor soluções frente as situações de conflito, intolerância e exclusão social.

Nos dias atuais os conceitos como a interculturalidade passou a fazer parte de um conjunto de políticas públicas na América Latina, assim é o caso no Brasil, por exemplo

temos a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que traz um conjunto de princípios e conceitos, que passam a dar uma nova perspectiva e abordagem as ações ligadas aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (RAUBER, 2016). Desse modo, os serviços de ATER são norteados pela PNATER, que tem como beneficiários do serviço os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais, além dos agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (BRASIL, 2010), desafiando os profissionais envolvidos a trabalharem frente a essa diversidade de atores e suas relações.

Portanto, diante das experiências vivenciadas e vividas nos serviços de ATER, os processos de mediações sociais em contexto multiculturais são um desafio presente a todos os órgãos que trabalham junto a formulação e execução de políticas públicas. Desta forma estudar estes processos de mediações, ganham importância prática frente a atuação no dia a dia destes profissionais. Logo o presente estudo é um esforço inicial na construção de uma breve revisão teórica, na busca de interligar conceitos e temáticas como interculturalidade e multiculturalidade, mediações sociais e a execução de políticas ligadas a extensão rural.

2 METODOLOGIA

Buscou-se a partir de obras já estruturadas e publicadas sobre as temáticas em debate, construir uma breve revisão dos assuntos em diálogo no presente estudo. Esse se caracteriza como uma pesquisa de caráter exploratório frente ao temas e conceitos abordados, pois se trata de um ensaio inicial sobre as temáticas da interculturalidade, mediações sociais e os serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER).

Para cumprir tal objetivo, de realizar uma revisão sobre as presentes temáticas, utilizou-se de métodos das pesquisas de caráter bibliográfico, onde se utiliza um conjunto de materiais já elaborados como livros e artigos científicos já públicos (GIL, 2002).

3 UM OLHAR A PARTIR DA MULTICULTURALIDADE E DA INTERCULTURALIDADE SOBRE AS MEDIAÇÕES SOCIAIS

O processo de colonização do Brasil coloca marcas em nossa sociedade até os dias atuais, uma delas é a constituição plural da sociedade brasileira. Esta constituição ocorreu a partir de um grande processo de migração de diversos povos para o território brasileiro, com suas mais diversas finalidades.

Atualmente para pensar e estudar sobre a ótica de aspectos culturais é necessário estabelecer um caminho no sentido a considerar questões ligadas as relações de poder, pois a cultura emerge dessas relações sociais, como as divisões sexuais, os meios de opressão, as hierarquias etárias e étnico-raciais, entre outras. Muitas disparidades podem ser possibilitadas a partir das relações de poder, neste sentido, a cultura, não é um campo autônomo, nem determinado externamente, mas um lugar de diferenças e de conflitos (HALL, 2013).

Os diálogos e estudos que se colocam em contextos multiculturais necessitam de um olhar diferenciado aos aspectos de afirmação cultural e das lutas por reconhecimento das distintas identidades, nesses processos de reconhecimentos de territórios, comunidades e territorialidades físicas, simbólicas e epistêmicas colocam em tensão e questionamento a construção “dos outros” (HALL, 2006).

A multiculturalidade se constitui a partir do reconhecimento da diversidade cultural, bem como da coexistência das diferenças, baseada no respeito. Para Tubino (2002), ela representa uma tentativa de resolver os problemas derivados das políticas de promoção de igualdade de acesso a direitos, tendo a tolerância como seu princípio orientador. Ainda, a interculturalidade é uma percepção em construção, a partir da superação de conflitos,

discriminação e exclusão, principalmente dos povos e comunidades tradicionais. “Se no caso do multiculturalismo a palavra-chave é tolerância, na interculturalidade a palavra-chave é diálogo” (TUBINO, 2002, p. 74).

A interculturalidade, em sua prática, está alinhada a relações que pressupõe o reconhecimento mútuo, a troca de saberes e vivências, bem como a convivência em sociedade, estabelecendo desta forma uma dinâmica social que perpassa todas as dimensões e experiências, ocorrendo uma gama de possibilidade de enriquecimento mútuo dos diferentes atores.

Perante os estudos que pressupõem as mediações sociais nesses contextos multiculturais, é necessário trabalhar a visão que temos sobre ela. Partindo deste modo, da visão apresentada por Neves (2008), que trabalha em cima de uma visão dialética da relação entre três componentes, onde dois primeiros são colocados em relações a partir de um terceiro, pela indisponibilidade de uma relação imediata, estes três constroem um conjunto de relações recíprocas e contínuas, porém a mesma autora nós coloca limitações frente as definições sobre o conceito de mediação, necessitando situar onde essas ocorrem, ou seja, as mediações ocorrem em determinada realidade social tendo particularidades ao seu contexto social, cultural e espacial determinado (NEVES, 2008).

Considerando processos de mediações frente a contextos multiculturais, podemos estabelecer alguns paralelos, onde trabalhar para tal é “lidar com o problema das mediações ou os meios de interconexão de universos distintos em que graus de correspondências são desejados” (NEVES, 2008, p.26), ou seja, busca-se ligar ou construir ligações entre mundos de significações distintas. A multiculturalidade construída a partir do reconhecimento e do respeito “ao outro”, em busca de construção de processos ligados a interculturalidade o que passa ser chave é o “dialogo” (TUBINO, 2002).

Os processos de mediações sociais tornam-se relevantes para a busca da interculturalidade, justamente pela construção do diálogo entre os diferentes grupos sociais. No entanto, em contextos multiculturais, há uma série de prenóções que podem influência o exercício das mediações, principalmente quando as mesmas se dão em contextos com relações de poder assimétricas.

4 O DESAFIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, O SEU TRABALHO FRENTE A CONTEXTOS MULTICULTURAIS.

O processo da construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, tendo início nos anos 2000 e ocorrendo até o ano de 2010, é resultante de análises feitas das experiências e estudos anteriores, além das revindicações e participação da sociedade civil organizada. Sendo os princípios da PNATER: o do desenvolvimento rural sustentável; a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; a adoção de metodologia participativa, o enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, com a busca da construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; a adoção da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e a contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

Perante estes princípios e a todo uma abordagem que está, ou deve ser construída, as perspectivas e princípios baseados na interculturalidade deve ganhar espaço nos processos de mediações dos serviços de ATER no país. No atual cenário, um dos desafios colocados para a construção de um processo de desenvolvimento rural sustentável, é o processo de mediação social frente aos diferentes públicos que compõem o meio rural brasileiro. Conforme coloca Silva (2007) ainda são esparsas as reflexões, no sentido de se analisar o papel que cumprem os mediadores sociais na discussão sobre a questão quilombola e na implementação de



políticas públicas. Para Neves (2008), o estudo sobre o papel exercido pelos mediadores sociais, se reveste de imprescindibilidade, frente a compreensão do papel deles frente as ações desempenhadas.

Dentro das noções de mediação social e multicultural nas sociedades ditas complexas, sempre temos uma resultante da interação entre as diversas visões de mundo, este condicionado a diferentes fatores como a posição de classe ou a possibilidade de organização de minorias religiosas e étnicas, mas o problema principal que subjaz a este reconhecimento da diversidade cultural é a desigualdade de direitos ou de chances (NEVES, 2008). Deste modo resultando em processos diferenciados conforme a composição social e histórica de dada comunidade.

Perante atores vinculados ao desenvolvimento rural, como são os ligados aos serviços de ATER, é perceptível o caráter das ações que se baseiam em intervenções sociais, temos processos de mediações que pressupõem a interligação de mundos diferenciados por saberes, que não se interligam imediatamente e dependem das múltiplas formas de mediações para isto (NEVES, 2008). E, portanto, as atuações dos serviços de ATER assumem papel imprescindível na execução das políticas públicas que podem ser mediadas de distintas formas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade ainda há um déficit nos estudos que abordam os temas de uma sociedade dita complexa, partindo do enfoque dos estudos culturais, em especial articulando as experiências de mediações sociais e os assuntos referentes a ATER.

Nos processos do dia a dia do ATER ainda é um desafio o trabalho nessas realidades multiculturais, devido as prenóções estabelecidas nos atores sociais, porém os estudos e a busca de elaboração de estratégias para melhorias dos serviços devem ser fomentados.

Diante do desafio de trabalhar nessas realidades multiculturais, os estudos devem servirem como suporte para a qualificação dos serviços de ATER.

Por fim, no caso brasileiro, de formação social diversa, apresenta uma realidade que estes aspectos abordados no presente estudo se fazem de grande importância quando tratamos dos serviços de ATER que buscam uma abordagem visando o desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 11 de jan. 2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

HALL, S. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 480 p.

_____. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104 p.

NEVES, D. P. Mediações sociais e mediadores políticos. In: NEVES, D.P. (Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/PGDR, 2008. cap 1, p.21- 44.

SILVA, P. S. **Políticas públicas e mediação na comunidade remanescente de quilombos de Casca – Mostardas, RS**. 2007. 105 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RAUBER, M. A. **Assistência técnica e extensão rural no âmbito da interculturalidade: experiências indigenistas no rio grande do sul**. 2016. 171 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

TUBINO, F. Entre el multiculturalismo y la interculturalidad: más allá de la discriminación positiva. In: ALVARADO, V. et al. **Interculturalidad y Política**. Desafíos y posibilidades, Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales. 1. ed. Lima: Norma Fuller, 2002. p.51-76.

PECUÁRIA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL: IMPORTÂNCIA, PROBLEMA E SUA DIVERSIDADE

VARGAS, Indianara de. Acadêmica de Medicina Veterinária. Universidade Federal de Santa Maria.
Indianara9@hotmail.com.

Grupo de Trabalho 3: Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento

RESUMO: O presente artigo se propõe a levantar questões para um futuro projeto de pesquisa que tem como objetivo principal compreender a pecuária familiar no Rio Grande do Sul, partindo das concepções e contextos históricos até o momento atual. Desse modo, possibilitará a compreensão da criação das estâncias e da organização dos pequenos pecuaristas, vislumbrando uma possível discussão do aspecto da marginalização que lhe éposta.

Palavras-chave: familiar; pecuária; social.

1 INTRODUÇÃO

Partindo de registros históricos, o Rio Grande do Sul (RS) tem a origem da divisão de suas terras no sistema de sesmarias, consolidando as primeiras estâncias como espaços de grande produção pecuária, realizada com mão de obra escrava e de peões contratados temporariamente (WAQUIL et al., 2016).

Na busca de um melhor entendimento do processo histórico da formação das pecuárias no estado do RS, objetiva-se delinejar a trajetória desses desde a formação no sistema de sesmarias até o momento presente. Será observado o processo da migração que trouxe consigo o surgimento das pequenas propriedades pecuárias em um contraponto da sociedade.

Para Waquil (2016), a pecuária familiar permaneceu por muito tempo oculta na escala regional, embora estivesse representada apenas por um número expressivo de famílias (mais de 60 mil) o que nos permite questionar e buscar um melhor entendimento do tema, buscando obter maior compreensão do percurso histórico e de sua representatividade na sociedade, observado as questões econômicas, sociais, ambientais e políticas.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada será de revisão bibliográfica a partir de categorias de pesquisa. As fontes utilizadas serão livros já publicados como a obra “Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul”, artigos, teses e pesquisas online. Construído o referencial teórico das categorias avaliadas no processo de construção desse conhecimento as informações serão analisadas utilizando o método de triangulação que permitirá uma abrangência maior na amplitude da descrição, explicação e compreensão dos fatos observados.

3 DESENVOLVIMENTO

A divisão de terras no Brasil está longe de ser um assunto novo, atualmente, esta situação está ligada a um contexto histórico desde a vinda dos Portugueses que transformaram

o País em capitâncias hereditárias, que estavam sob responsabilidade da nobreza. Neste contexto a Coroa tinha posse das terras e os donatários usavam as áreas para produção agropecuária. Com o fim das capitâncias, criou-se a Lei das Terras, estabelecendo a lei da compra como único acesso à terra, desta forma, somente coronéis tiveram acesso a mesma (WAQUIL et al., 2016).

Posteriormente, no Rio Grande do Sul a divisão de terras deu-se a partir do processo das sesmarias, que dividiu o estado em grandes porções de terras com intuito de estimular a grande produção agrícola. Posteriormente, com a chegada dos imigrantes ocorreu o início a divisão de terras que consequentemente gerou a pecuária familiar. A partir daí o Rio Grande do Sul tornou-se um sistema de produção com base familiar, que tem como objetivo uma autonomia produtiva que satisfaça, em primeiro momento, as necessidades da família (COTRIM, 2003).

A partir do âmbito já apresentado, segundo Waquil et al (2016 p.12), deve-se conceber o pecuarista familiar como um ator social diferenciado étnica e culturalmente, ligado a um conjunto de fenômenos históricos. Além disso, para Abramovay (2007 p.31), é recorrente a associação errônea entre o pecuarista familiar e “pequena produção”, “produção de baixa renda”, “agricultura camponesa”, entre outros, que acaba por impedir que se perceba a fundamental especificidade da agricultura familiar.

Diante disso, podemos destacar aspectos importantes tais como: a desmistificação da ideia de que a produção pecuária do Rio Grande do Sul era realizada apenas por grandes produtores, bem como a grande diversidade no que diz respeito a pecuária família no contexto socioeconômico, produtivo e ambiental. Analisando os quesitos supracitados, essa percepção acabou por contribuir para longa ocultação dos produtores familiares (certa de 70% de empreendimentos rurais dedicados a atividade da pecuária de corte são de pecuarista familiares). Ainda assim, é perceptível a diversidade nos modos de vida e estratégias desses produtores, que acabam por levar a diferenciadas dinâmicas de desenvolvimento (WAQUIL et al., 2016).

Em certo aspecto, cada pecuarista tende a expressar particularidades produtivas, históricas, sociais e culturais diferenciando-o dos demais, o que leva a forjar a diversidade dita anteriormente (WAQUIL et al., 2016). Nesta linha de raciocínio, tem-se por objetivo caracterizar o perfil socioeconômico dos pecuaristas de base familiar.

Como já visto anteriormente este processo de produção visa majoritariamente a subsistência, tendo uma mão de obra familiar. Entretanto, mesmo possuindo certa autonomia esses agricultores necessitam, por muitas vezes, de empréstimos e financiamentos para suprir as necessidades da propriedade (COTRIM, 2003).

Através disso, pode-se refletir, segundo Schneider que:

(...) o recurso dos agricultores familiares, às atividades não-agrícolas não pode ser entendido somente como uma estratégia temporária ou transitória de obtenção de rendas, uma vez que essa forma de trabalho parece generalizar-se nos diferentes tipos de pequenos empreendimentos quer sejam rurais ou urbanos. A incompREENsão destas questões tem gerado equívocos à interpretação da pluriatividade (SCHNEIDER, 1999, p.54).

Atualmente, a sociedade Gaúcha vê as suas terras como uma zona dominada por grandes estabelecimentos rurais que se dedicam a atividade da pecuária. Nesse contexto, o

grupo que identificamos como pecuaristas familiares sempre esteve na região, mas não são identificados por se tratar de uma construção externa não delimitado pela constituição política, social e econômica.

Os conhecimentos aplicados por estas pessoas, tanto nas relações sociais quanto produtivas são originários de experiências vivenciadas pelas gerações anteriores, formando um conhecimento popular ou local. Segundo a Organização das Nações Unidas para a alimentação e agricultura: “O conhecimento local é desenvolvido e adaptado continuamente a um meio ambiente em mudança gradual. Ele é passado de geração em geração e está intimamente ligado com os valores culturais das populações” (FAO, 2005, p.9).

Nesse ponto de vista, o conhecimento local é dinâmico, se adequando a realidade moderna, procurando conciliar as relações homem, natureza (WAQUIL et al., 2016). Dessa maneira, é possível desenvolver uma atividade de subsistência e sustentável.

Buscando perspectivas, pode-se refletir a respeito do que Waquil et al, comentaram:

Ao sustentar que é possível criar, a partir do local, estratégias de mudança de realidade onde a determinação das opções e o controle são locais, se restabelece o papel do lugar como referência. Assim o ‘local’ e suas peculiaridades que aparece de forma corrente relacionados com indicadores de estancamento e de atraso, verdadeiros resquícios anacrônicos do passado, são reafirmados como a ‘medida’ para o desenvolvimento local. (WAQUIL et al., 2016 p.188).

Diante o estudo realizado a pecuária familiar, vem desde seus primórdios buscando espaço em meio a grandes propriedades produtoras. Destacando-se como um sistema que tem sido marginalizado, tanto economicamente como socialmente, mesmo representando a maioria dos produtores de gado de corte na região sul do País.

Neste panorama, esta atividade vem sendo desvalorizada pelas gerações mais novas, deixando muitas vezes a propriedade sem herdeiros ativos. Assim a diferença entre as gerações é resultado da perda de valor de costumes de acordo com as próprias pessoas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a pecuária familiar tem ganhado mais visibilidade no âmbito nacional. A presença das formas familiares no campo, em meio a um mundo capitalista e globalizado, gera inúmeros estudos na tentativa de entender essa realidade.

Essa permanência se deve, em sua maioria, a sua grande adaptabilidade em diferentes ambiente e condições, muitas vezes com dificuldade de mercado, políticas, preços e até mesmo acesso a recursos. Dessa forma, as maneiras desenvolvidas pelos pecuaristas familiares para enfrentar essas dificuldades englobam uma variedade de atividades, tecnologias e formas de mercantilização. Consequentemente, isso explica a grande diversidade de famílias pecuaristas.

Assim, os resultados nos permitem inferir que o estilo de vida dessas famílias contempla uma série de estruturas encontradas na agricultura familiar “tradicional”. Por exemplo, a utilização de mão de obra familiar, subsistência e definição de prioridades a partir da necessidade das famílias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 228 p.

COTRIM, Marcelo Souza. **'Pecuária Familiar' na região da 'serra do sudeste' do Rio grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação geossocioeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS**. 2003. 142 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. Interacção do gênero, da agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais ao serviço da segurança alimentar. Online: Fao, v. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-y5956o.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999a. 205p.

WAQUIL, Paulo Dabdab et al. **Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul: História, diversidade social e dinâmica de desenvolvimento**. Porto Alegre: Ufrgs Editora, 2016. 290 p.

A DINÂMICA AGRÁRIA DE PEQUENOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO ALTO URUGUAI/RS COMO OBJETO DE ESTUDO DA EXTENSÃO RURAL

PIOVESAN, Regis Trentin, Mestrando do PPGExR/UFSM, regispiovesan@gmail.com NEUMANN, Pedro Selvino, Docente do PPGExR/UFSM, neumannsp@yahoo.com

Grupo de Trabalho N° 3 – Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento

RESUMO: O presente estudo visa, fundamentar a importância da compreensão da dinâmica agrária de pequenos municípios da região do Médio Alto Uruguai/RS, como ferramenta para a extensão rural na formulação de linhas e projetos estratégicos de desenvolvimento rural. Tal região é caracterizada pela grande presença de agricultores familiares, número elevado de municípios com pequena extensão de área e população, além de grande contingente populacional rural e gradativo aumento da desigualdade no campo. Essa realidade carrega consigo a herança da colonização e das características geográficas de tal região, o processo desigual de desenvolvimento dos agricultores e a ação das políticas de desenvolvimento implantadas. Ou seja, as transformações da agricultura ao longo do tempo – dinâmica agrária – estão ligadas a fatores diversos. Compreender a participação de cada um desses fatores é fundamental para projetar ações futuras de desenvolvimento, baseado na realidade existente. A metodologia utilizada nesse trabalho será a de revisar alguns aspectos da formação da agricultura do estado do RS, por meio das principais contribuições teóricas ao estudo de dinâmicas agrárias existentes nesse território, além de revisitar pontos que justifiquem a utilização da ADSA como ferramenta para compreensão da dinâmica agrária do local de estudo. Com base neste estudo, busca-se justificar a compreensão da dinâmica agrária dos municípios, bem como sugerir uma ferramenta metodológica apropriadas para isso, visando contribuir no processo de desenvolvimento através da agricultura em pequenos municípios do estado do RS.

Palavras-chave: Sistemas Agrários, Dinâmica agrária, Extensão Rural

1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento da agricultura do Rio Grande do Sul foi estudado por diversos autores em termos históricos, econômicos e sociais que moldaram a dinâmica agrária do estado. Todos esses estudos apontam que a ocupação do território se deu de forma diferenciada em diferentes regiões do estado. O processo de formação da agricultura no estado RS é tratado por alguns autores como (MIGUEL, 2013; SILVA NETO, 2015) como sendo recente, complexo e marcado por particularidades regionais.

A região norte do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente a região do Médio Alto Uruguai e Várzea, possui características particulares relacionadas ao desenvolvimento da agricultura. Trata-se de uma das últimas regiões do estado a ser colonizada, contando com um processo desordenado de ocupação do território e precário acesso à terra, sendo predominante um relevo restritivo à agricultura. Ainda, está localizada à margem do eixo geoeconômico central do estado.

Verifica-se, portanto, que tal região busca ainda definir a sua matriz produtiva e, consequentemente, estabelecer políticas de desenvolvimento para tal, visando se consolidarem economicamente. A agricultura apresenta um grau de importância elevado na dinâmica econômica de dos municípios e atualmente, existe pouco embasamento científico capaz de subsidiar discussões de políticas e projetos que visem o desenvolvimento territorial nesta

região. Nesse sentido a principal missão deste estudo é compreender a dinâmica da agricultura de tais municípios e definir potenciais linhas estratégicas de desenvolvimento rural a partir dos sistemas de produção praticados pelos agricultores locais.

Assim, o objetivo principal desse trabalho é fundamentar a importância da compreensão da dinâmica agrária de pequenos municípios do norte do RS, utilizando a metodologia de Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários, como ferramenta para a extensão rural na formulação de estratégias de desenvolvimento a esses municípios.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse trabalho será a de revisar alguns aspectos da formação da agricultura do estado do RS, por meio das principais contribuições teóricas ao estudo de dinâmicas agrárias existentes, além de revisitar pontos que justifiquem a utilização da ADSA como ferramenta para compreensão da dinâmica agrária do local de estudo.

3 DESENVOLVIMENTO

A teoria dos sistemas agrários é o instrumento que permite caracterizar as transformações da agricultura ocorridas ao longo do tempo, através da sucessão de diferentes sistemas que constituem uma série de etapas históricas, pois os instrumentos intelectuais utilizados possuem uma função heurística, qual seja de permitir apreender, analisar, compreender e explicitar uma realidade bastante complexa e diversificada e em constante mudança. (MAZOYER e ROUDART, 2010)

Um sistema agrário pode ser considerado como um instrumento de análise da agricultura de determinado tempo e espaço, ou seja, a organização e o funcionamento de um sistema agrário reflete a imagem de um tipo de agricultura – surgimento, funcionamento, reprodução no tempo e no espaço. Isso possibilita agrupar formas parecidas de agricultura em um mesmo objeto de análise como também separar suas eventuais diferenças, estudando-as de forma separada e particular. Portanto o sistema agrário é considerado com um instrumento de compreensão da complexidade da agricultura real através da análise metódica do seu funcionamento e organização. Permite também analisar as formas de agricultura praticadas anteriormente, as atuais e projetar análises futuras baseada na classificação de tais formas de organização e funcionamento da agricultura. (MAZOYER e ROUDART, 2010).

O estudo e a análise das atividades agrícolas e do meio rural são fundamentais para definir as intervenções a serem feitas pelos agentes externos de desenvolvimento perante os agricultores. Muitos projetos e ações vão sendo implantadas ao longo do tempo com o intuito de solucionar os problemas encontrados no meio rural. Tais projetos muitas vezes são concebidos por uma visão a qual pode ser considerada como reducionista, pois separa e fragmenta os objetos como se estes fossem isolados e não dependentes uns dos outros, o que prejudica a avaliação, pois quando se trata de projetos e intervenções no meio rural, uma visão reducionista desconsidera a complexidade dos sistemas agrários. (GARCIA FILHO, 2009)

Em contraponto a essa visão reducionista, a Teoria dos Sistemas Agrários busca de forma holística observar e compreender o meio rural como um sistema que integra aspectos sociais, ambientais, técnicos e econômicos que ao longo do tempo interagem e moldam uma nova realidade que não é estática nem imutável. (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Se tratando dos fatores de complexidade das atividades agrícolas e do meio rural, um fator importante é o ecossistema. Este pode ser potencial ou limitante para determinadas ações e o modo de sua utilização, tentando potencializar ou superar os limites constitui o ecossistema modificado ao longo do tempo. (GARCIA FILHO, 2009)

Além disso, o mesmo autor acrescenta que as sociedades são diferentes e compostas por classes sociais que interagem entre si e que, portanto a agricultura também apresenta diferentes tipos de agricultores que ao longo do tempo se diferenciaram pelas suas condições de acesso

aos bens de capital e produção e pelas suas diferentes escolhas produtivas. Esses diferentes tipos de agricultores encontrados em um mesmo espaço delimitado interagem entre si e determinam por sua vez novas mudanças no ecossistema.

Quando se fala da atividade agrícola estritamente, também se considera que esta apresenta grau de complexidade elevado ao combinar uma série de recursos disponíveis tanto naturais quanto não naturais. Essa combinação é formada por uma série de fatores que determinam as práticas agrícolas a serem implementadas, impondo condições que devem ser levadas em conta quando se tem por objetivo propor intervenções e ações. (GARCIA FILHO, 2009)

O processo de formação da agricultura do estado do RS evidencia uma realidade bastante dicotômica do espaço rural, onde podemos constatar a existência de dois grandes grupos de agricultura, sendo uma patronal, caracterizada pela produção de *commodities*, ligada aos mercados agrícolas de exportação, que utiliza nível de tecnologias altamente modernas, e outra, uma agricultura de base familiar, altamente dinamizada produtivamente e diferenciada entre si, ligada a economias locais e nacionais. Esses dois grandes grupos heterogêneos de agricultura caracterizam um processo específico e particular, enraizado na ocupação do território e colonização do estado do RS, que pode ser diferenciado por duas grandes regiões de formação vegetal que são as áreas de floresta e as de vegetação campestre, além de uma incorporação tardia e periférica na economia do Brasil-Colônia. (MIGUEL, 2013)

Silva Neto, et. al. (2015), baseando-se na Teoria dos Sistemas Agrários, endossa essa posição dizendo que a evolução da agricultura no RS, foi constituída de dois sistemas agrários diferenciados, que foram condicionados principalmente pela formação vegetal das áreas em que cada um se desenvolveu, sendo eles a). Pastoril, desenvolvido em áreas de campo, e, b) agrícola, desenvolvido nas áreas de floresta.

O sistema pastoril foi desenvolvido na metade sul do estado visto a formação vegetal ali encontrada que permitia a pecuária se desenvolver sem necessidade de grandes investimentos durante os séculos 18 e parte do 19, contando com o apoio militar para ocupar tais áreas. Por sua vez as terras de mato, localizadas na porção norte do estado, foram ocupadas somente a partir do século 19 por pequenos proprietários imigrantes, que desenvolveram nessas áreas um sistema agrário baseado na produção agrícola diversificada, que não apresentava nenhuma ligação com a pecuária. (SILVA NETO et, al., 2015)

Esse último sistema agrário se desenvolveu com particularidades específicas e ainda foi pouco estudado no que se refere a dinâmica agrária. Trabalhos semelhantes foram realizados nessa região e apontam a necessidade da realização de estudos aprofundados sobre a região das “colônias novas”, onde se localiza a região do Médio Alto Uruguai/RS. (Tonin et. al., 2018; Lima et.al., 2017).

A Abordagem dos Sistemas Agrários advém de uma interpretação histórica evolutiva da agricultura, proposta inicialmente por Mazoyer e Roudart (2010) e Dufumier (2004) e metodologicamente expressa através de Dufumier (2007); Garcia Filho (1999) no que se chama de “Análise-Diagnóstico dos Sistemas Agrários - ADSA”, utilizado para analisar situações agrícolas determinadas. Ela representa um contraponto ao modelo reducionista de interpretação da agricultura quando analisa esta como produto de uma trajetória complexa e heterogênea que deve ser profundamente compreendida. (FRANTZ & SILVA NETO, 2015)

Tal metodologia se desenvolveu através do acúmulo de conhecimentos sobre a evolução e diferenciação da agricultura em diferentes regiões do mundo. A partir deste acúmulo foi elaborado o método, destinado ao estudo específico de situações de desenvolvimento agrário. Os princípios metodológicos básicos que norteiam a ADSA são utilizados com o objetivo de compreender objetivamente o que os agricultores praticam e como foram direcionados e/ou condicionados a realizar seus respectivos sistemas de produção, além de servir para observar

quais os aspectos e condições que podem modificar as suas atuais formas de atuação. (DUFUMIER, 1996)

Para compreender os princípios da metodologia, utilizamos como base o trabalho de Lima (2005). Para ele o primeiro princípio é o de **análise progressiva**. Trata-se de observar os aspectos mais gerais de análise chegando aos específicos e particulares. A cada etapa realizada, os resultados são confrontados com os da etapa anterior, desenvolvendo uma síntese histórica interpretativa do processo de desenvolvimento. Como este pode ser influenciado por uma série de condicionantes, deve-se buscar atentar-se ao objeto geral de estudo e não em detalhes.

Outro princípio é o de buscar a **explicação dos fatos** e não a simples descrição destes. Para isso usa-se o enfoque sistêmico histórico que possibilita evidenciar o processo de conformação da realidade atual, uma vez que o desenvolvimento é fruto da relação entre os fatores técnicos, econômicos, ambientais e sociais ao longo do tempo que precisam ser compreendidas e analisadas. Além disso, faz-se necessário uma análise econômica dos sistemas de produção sob o ponto de vista particular (do agricultor) e geral (da sociedade). (LIMA, 2005) Em geral as realidades rurais apresentam alto nível de diversidade no que tange o desenvolvimento e é importante evidenciar essa diversidade em termos técnicos e sociais. Para isso, a metodologia se utiliza da **estratificação** da realidade que consiste em estabelecer conjuntos homogêneos e contrastantes de processos que moldam o desenvolvimento, buscando Evidenciar os mecanismos de diferenciação atuais.

Ainda, não basta somente estudar cada uma das partes da cadeia do desenvolvimento sem entender como cada parte modifica e molda a atual configuração da realidade rural. Portanto, o **enfoque sistêmico** é premissa básica na ADSA, pois “permite identificar e caracterizar sistematicamente as relações que existem entre a evolução das relações sociais, o desenvolvimento das técnicas e as transformações sucessivas dos agroecossistemas.” (LIMA, 2005, p. 40)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da dinâmica agrária constitui-se fundamental para a proposição de projetos e ações de desenvolvimento, pois possibilita apreender com maior proximidade os fatores que moldaram a atual configuração do rural desses municípios, fornecendo elementos que explicam essa realidade e apontando estratégias futuras de desenvolvimento a esses territórios.

Levando em consideração os aspectos apresentados anteriormente, pode-se sugerir que a metodologia de Analise-Diagnóstico de Sistemas Agrários constitui-se uma das ferramentas que podem ser utilizadas para compreender de forma completa os aspectos que estão envolvidos na dinâmica agrária dos pequenos municípios da região do Médio Alto Uruguai/RS pois utiliza uma abordagem sistêmica da realidade, baseada metodologicamente em uma análise progressiva, buscando a explicação dos fatos, por meio da estratificação da realidade.

Por fim, é importante que a extensão rural possa cada vez mais se aproximar da complexidade existente no rural, de modo a embasar suas ações através em cima da realidade distinta de cada contexto, contrapondo um modelo de extensão pré-determinado e difusãoista.

REFERÊNCIAS

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas.** Salvador: Edufba, 2007.

DUFUMIER, M. **Agricultures et paysanneries des Tiers Mondes.** Editons Karthala. Paris, 2004.

FRANTZ, T. R.; SILVA NETO, B. A dinâmica dos sistemas agrários e o desenvolvimento rural. In: SILVA NETO B.; BASSO, D. (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**, ed. 2, Ijuí: Unijuí, 2015.

GARCIA FILHO, P. D. **Guia metodológico: Diagnóstico de Sistemas Agrários**, Brasília: FAO/INCRA/MEPF, 1999. 58 p.

LIMA, A. J. P. de et al. **Administração da unidade de produção familiar. Modalidades de trabalho com agricultores**. 2 ed., Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

LIMA, A. J. P. de. **Desenvolvimento da agricultura e sistemas de produção agroecológicos: um estudo no município de Ipê – RS**. Campinas: UNICAMP, 2005. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola), Faculdade de engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

LIMA, A. J. P. de et. al. "Problemática e Perspectivas do Desenvolvimento da Agricultura: Uma Análise da Dinâmica Agrária de Alpestre, Médio Alto Uruguai, Rio Grande Do Sul, Brasil." In: **VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**. 2017 Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC 2017. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16368/4177>

MAZOYER, M. e ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**: tradução de Cláudia F. Falha Balduino Ferreira. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MIGUEL, L. A. Entre Campos e Florestas: origem e evolução da agricultura do Rio Grande do Sul/Brasil. **Anais(...)** Séminaire franco-brésilien « Dialogues contemporains sur la question agraire et l'agriculture familiale au Brésil et en France. 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/lovois-de-andrade-miguel-1/miguel-l-a-entre-campos-e-florestas-origem-e-evolucao-da-agricultura-no-rio-grande-do-sul-brasil-seminaire-franco-bresilien-dialogues-contemporains-sur-la-question-agraire-et-12019agriculture-familiale-au-bresil-et-en-france-ladyss-et-agroparistech-paris>>

SILVA NETO B.; BASSO, D. (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**, ed. 2, Ijuí: Unijuí, 2015.

Tonin, J.; Gubert, J. E. ; Lima, A. J. P. ; Machado, J. T. M. ; Piovesan, R. T. ; Oliveira, C. F. (2018). **Dinâmica agrária e estratégias de desenvolvimento da agricultura do município de Pinheirinho do Vale, Médio Alto Uruguai, Rio Grande do Sul, Brasil**. In: I Simpósio Latino-Americanano de Estudos de Desenvolvimento Regional, Ijuí.

LAND GRABBING: PERSPECTIVAS DE PESQUISA

VATTATHARA, Saritha Denardi, Acadêmica de Agronomia. Universidade Federal de Santa Maria.
sarithadenardi@gmail.com

MARQUES, Laila Garcia Mestra em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria.
lailagarciamarques@gmail.com

Grupo de Trabalho Nº 3 –Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento

Resumo: Este resumo busca apresentar, por meio do aporte teórico, o fenômeno *land grabbing* como uma discussão central na academia. Para compreender como este processo se faz presente na América Latina, recorreu-se a noção de acumulação por espoliação. O *land grabbing*, em prática, consiste no controle de terras e demais recursos naturais em nível global, demandados pela associação entre capital financeiro internacional e as classes dominantes nas regiões em que ele ocorre, sob o aval do Estado. Desta maneira, esse fenômeno se consolida como uma nova estratégia de acumulação do capitalismo global orientado pelas premissas neoliberais, sob a égide de uma financeirização econômica (SAUER e BORRAS JR, 2016). Essa corrida por terras é evidenciada pelo relatório do Banco Mundial (2010), recolocando a pauta da apropriação de terras, ou estrangeirização, na centralidade dos debates acadêmicos referidos a terra. Por meio do modelo neoextrativista de desenvolvimento adotado em algumas regiões do mundo, entre elas a América Latina e o Brasil, há uma economia caracterizada pela “inserção internacional subordinada e funcional à globalização” do capitalismo transnacional. Constituindo uma “lógica subordinada de sua produção, motivada pela demanda externa, caracterizando a evolução dessas economias primário-exportadoras. O neoextrativismo eventualmente mantém e reproduz elementos- chave do extrativismo de raiz colonial.” (ACOSTA, 2016). Com as novas mudanças políticas nas instituições brasileiras e a retomada de uma agenda neoliberal no país, que flexibiliza os direitos, relativiza a Constituição Federal, e abre a compra de terras para capital estrangeiro, nota-se a centralidade e a presença do *land grabbing* no Brasil.

Palavras-chave: *land grabbing*, acumulação por espoliação, neoextrativismo

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa apresentar e promover uma reflexão inicial sobre o fenômeno denominado genericamente pela literatura internacional (BORRAS, JR et al., 2012) e nacional (SAUER, 2011) como *land grabbing* e propor, por meio do levantamento de questões, perspectivas de pesquisa em torno dessa temática.

Em termos gerais, a presente discussão se insere na retomada da terra como eixo central no contexto internacional, que se evidencia principalmente no recente relatório apresentado pelo Banco Mundial (2010). Segundo o relatório, nota-se um aumento na demanda por terras em nível mundial. Para Sauer e Borrás Jr (2016) esse fenômeno expressa o aumento na demanda pelo que se pode denominar “4Fs”: *food, fiber, forest e fuel*. Essa tendência já esteve presente na história em outros moldes e com outros atores, entretanto, atualmente apresenta novas características que colocam esse fenômeno na centralidade das discussões acadêmicas relacionadas à problemática da terra. Desse modo, as seções que seguem têm o intuito de demonstrar como o *land grabbing* representa uma nova estratégia de acumulação do capital e, está presente no Brasil. Por outro lado, busca-se apresentar como esse representa apenas uma parcela das transformações presentes no contexto agrário brasileiro bem como os desafios colocados para a pesquisa.

2 METODOLOGIA

Para a construção deste resumo contou-se com a revisão da bibliografia de pesquisadores que atualmente estão abordando na academia a temática do *land grabbing* seus conceitos e sua configuração no campo, para além dos relatórios com dados atuais referentes ao cenário da estrutura fundiária.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO FENÔMENO

No contexto atual da América Latina, tem-se a pior distribuição de terras do mundo, concentrando 51,19% dos territórios nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais, já no Brasil 45% de sua área produtiva é concentrada em propriedades superiores a mil hectares, contando com apenas 0,91% do total de imóveis rurais (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018). Essa configuração se dá pelo processo histórico que caracteriza a terra enquanto propriedade de poucos e que por meio de mecanismos extraeconômicos, como a violência, expulsou as populações do campo e se re-configurou até resultar no cenário atual. A concentração fundiária no Brasil tem em sua raiz o processo de invasão portuguesa, que se baseou no extrativismo dos bens naturais, no regime escravocrata, na dizimação das populações originárias e na exportação de matérias primas posteriormente produzidas pelo modelo de *plantation*.

A Lei de Terras aprovada em 1850, que objetivava limitar o acesso à terra por meio de sua compra, consolidou a terra enquanto propriedade privada, levando a eliminando as sesmarias, distribuição anterior onde por meio da divisão em seis faixas do território brasileiro, a coroa portuguesa distribuía terra para beneficiários. Dessa maneira,

historicamente a classe burguesa e/ou herdeiro de grandes possuidores que apresentam condições de acesso à posse da terra se caracteriza, configurando um cenário de profunda desigualdade social e de concentração fundiária. O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504), de 1964, é outro marco histórico. Resultado da luta social pelo direito a terra, ele constrói parâmetros que condicionam a propriedade da terra. Entretanto, com o golpe militar essas formulações teórico-políticas da Questão Agrária e as propostas de reforma no plano político são interrompidas, prevalecendo a orientação para a modernização conservadora da agricultura.

Segundo Delgado (2014), duas mudanças significativas, mas contraditórias foram operadas sobre a estrutura agrária brasileira na história recente. A primeira se relaciona com a propriedade fundiária rural, configurada na Constituição Federal de 1988, a partir de critérios relacionados à função social e ambiental, combinada com o reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas¹. A segunda mudança se configura como um novo ciclo de economia política, configurado nos anos 2000, que intensifica a “mercadorização” dos espaços territoriais e gera uma valorização dos preços das terras e arrendamentos fundiários em todo o Brasil. As consequências desses processos conferem segundo autores (DELGADO, 2005; SAUER, 2013) uma reconfiguração ou reedição da questão agrária brasileira no século XXI que compreende as disputas por recursos, o interesse mundial pela apropriação de terras e pela produção de commodities agrícolas e não agrícolas.

Conjuntamente, a mudança de governo em 2016 e a vigência de uma política de austeridade reafirmam o Brasil como potência agrícola, em uma perspectiva de manutenção do modelo voltado para exportação de *commodities* que pode intensificar a problemática agrária. Além disso, a imediata extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário os sucessivos cortes e a extinção de políticas públicas voltadas ao campo e a agricultura familiar, além das propostas de leis² referentes à flexibilização quanto à apropriação de terras pelo capital estrangeiro (CASTRO et al, 2017) indicam um processo de intensificação da questão agrária no Brasil.

3.2 AFINAL NO QUE CONSISTE LAND GRABBING?

O *land grabbing*, objeto de análise desse resumo, consiste no controle de terras e demais recursos naturais em nível global, demandados pela associação entre capital financeiro internacional e as classes dominantes nas regiões no qual ocorre, sob o aval do Estado. Assim, esse fenômeno está inserido em uma nova estratégia de acumulação do capitalismo global orientado pela perspectiva neoliberal que se consolida a partir da intensificação da financeirização econômica (SAUER e BORRAS JR, 2016).

Estudos relacionados à identificação e compreensão desse fenômeno tornam-se centrais, sobretudo, a partir do estudo do Banco Mundial (2010) no qual evidencia que desde 2008 há um expressivo aumento na demanda por terras em nível mundial. Para Sauer e Borras Jr (2016) esse fenômeno expressa o aumento na demanda pelo que se pode denominar “4Fs”: *food, fiber, forest e fuel*.

Borras Jr et al. (2012, p. 851) observa que esse fenômeno esteve presente na história global, mas se distingue atualmente a partir das novas “[...] estratégias de acumulação de capital, que em grande parte são resposta à convergência de múltiplas crises: alimentos, energia/combustível, mudanças climáticas, crise financeira”. Ainda que as narrativas sobre o fenômeno se atrelam à demanda crescente por alimentos (BORRAS JR et al., 2012), a procura

¹ Art. 5, XXIII, combinado com o Art. 186; (Art. 231).

² Como exemplo cita-se a PL 4059/12 que visa liberar aquisições de imóveis rurais por empresas brasileiras com maioria do capital investido estrangeiro e a Lei nº 13.178 que visa à ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira.

por terras se associa a produção de *commodities* agrícolas e não agrícolas, colocando em risco a soberania alimentar e do território, além de intensificar a concentração de terras, promover a superexploração dos recursos naturais, a desterritorialização de comunidades tradicionais e consequentemente o acirramento das disputas territoriais.

Nesse bojo, o *land grabbing*, compreendido como o controle de determinado setor estratégico pelo capital financeiro internacional, é presente no Brasil, e tem aval do estado e das nossas instituições jurídicas.

A partir das elaborações de Harvey pode-se compreender esse fenômeno a partir do conceito de *acumulação por espoliação*. Esse pode ser considerado como uma renovação da acumulação primitiva, no entanto, realizada a partir das finanças (Filho e Paulani, 2009). Assim, Harvey (2005) incorpora no presente conceito as contribuições de Rosa Luxemburgo (no que tange a discussão sobre acumulação) e Marx (a partir da acumulação primitiva). Em termos gerais, entende-se que *acumulação por espoliação* incorpora quatro propriedades fundamentais: privatização e mercadificação, financialização, administração e manipulação de crises e redistribuições via Estado. Conforme, Harvey (2005) os processos de acumulação via espoliação, se intensificam a partir das crises de sobreacumulação do capital, no qual a ação espoliativa é inserida em uma perspectiva de promover o retorno da acumulação do capital, a partir da oferta de ativos que apresentam custos baixos para o capital excedente, nesse caso a terra.

Por outro lado, é possível compreender que conjuntamente a estratégia de renovação do capitalismo, as opções de desenvolvimento dos países da América Latina proporcionaram para que o Brasil, entre outros países, fosse um alvo histórico e atual do *land grabbing*. De modo que é possível incorporar reflexões de autores que caracterizam essas regiões pelo *paradoxo da abundância* que corresponde a países que por serem ricos em biodiversidade e recursos naturais, se consolidam como nações pobres pelo modelo de desenvolvimento historicamente praticado. Segundo Acosta (2016, p. 67), esse modelo, denominado como neoextrativista, é caracterizado por “uma inserção internacional subordinada e funcional à globalização” do capitalismo transnacional ou ainda como um extrativismo de *novo tipo* presente. A pobreza nesses países é, portanto, decorrente da “lógica subordinada de sua produção, motivada pela demanda externa, caracteriza a evolução dessas economias primário- exportadoras. O neoextrativismo eventualmente mantém e reproduz elementos-chave do extrativismo de raiz colonial.” (ACOSTA, 2016, p. 67)

Esse elementos teóricos podem se apresentar como ferramentas importantes que auxiliam a compreender a gravidade e a linha de atuação das instituições econômicas e políticas internacionais e locais.

4 DESAFIOS EM PERSPECTIVA

No Brasil, faz-se concreta e intensifica-se a acumulação do capital pela retomada da agenda neoliberal e da política de austeridade nos últimos dois anos. Por meio de cortes profundos nos investimentos públicos e por meio da retórica da crise econômica houve o desmonte das instituições públicas, a instauração da política de austeridade, o corte de direitos trabalhistas entre outras medidas.

Procura-se principalmente, no âmbito do rural brasileiro, desobrigar ou desresponsabilizar o Estado de realizar investimentos produtivos e implementar políticas fundiárias estruturantes no campo (SAUER, 2018). Todas essas medidas vêm acompanhadas da degeneração dos direitos e das garantias fundamentais asseguradas na Constituição Federal, desvelando um processo de deterioração da democracia e de relativos avanços pós 1988 (LEITE et al, 2018). As medidas citadas, conjuntamente a outros elementos presentes

nos conflitos agrários, como a prática de grilagem e de invasão, se enquadram na acumulação por espoliação de Harvey.

Tendo em vista a intensificação de um modelo que privilegia a terra enquanto ativo financeiro é fundamental a pesquisa compreender quais agentes estão envolvidos nesse fenômeno? Que tipo de impacto essas modificações vêm gerando no campo brasileiro? Por que determinadas áreas vêm sendo alvo desses investimentos? Como o Estado vem se movimentando em relação à essa corrida por terras? Quais as principais formas e estratégias os atores envolvidos no *land grabbing* assumem? Quais as principais dificuldades em rastrear esse fenômeno? Essas, entre outras questões, se apresentam como desafios para os pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo. In.: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. cap. 1. p. 46 -88.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda Maria. Regulação social e acumulação p o espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Econ. soc.**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 243-272, Aug. 2011.

Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Lauren Santos, Verena Glass, organizadoras. – Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington Capital, 07 set. 2010. Disponível em: <siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

BORRAS JR,S.; FRANCO, J. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: a preliminary analysis. **Journal of Agrarian Change**. Vol. 12, nº.1, January 2012, p. 34-59.

CASTRO, L.F.P. de; HERSHAW, E.; SAUER, S. Estrangeirização e internacionalização de terras no Brasil: oportunidades para quem? **Estudos internacionais**, Belo Horizonte, v.5 n.2 (2017), p.74 – 102.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p.51-90.

DELGADO, G. Questão agrária hoje. **Revista da ABRA**, ano 35, v. 1, n. 2, p. 27-40, 2014.
HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 201p.

LEITE, Acácio Zuniga; CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. A QUESTÃO AGRÁRIA NO MOMENTO POLÍTICO BRASILEIRO: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p.247-274, jan. 2018.

SAUER, S. Demanda mundial por terras: "land grabbing" ou oportunidade de negócios no Brasil? **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Brasília, CEPPAC/ UnB, 2011.

SAUER, S. Caminho da roça: a questão agrária ainda dá samba no Brasil? **Novos Temas**, v. 8, p. 197-212, 2013.

SAUER, S., BORRAS JR., S. 'Land grabbing' e 'green grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo – Território**, v.11, n.23, jul. 2016.

SAUER, S. Medida provisória ou de exceção? Decreto regulamentando a grilagem de terras. **Boletim DATALUTA**, nº 124, abril de 2018, p. 2-9.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM COMUNIDADES RURAIS DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

NASCIMENTO, Timóteo Angelo. Engenheiro Agrônomo. Universidade Federal de Santa Maria.
timoteo.ifpe@gmail.com

Grupo de Trabalho 3: Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento

RESUMO: O setor agropecuário familiar tem destaque no cenário econômico nacional devido à importância do mesmo na geração de empregos e alimentos. Entretanto, o mundo contemporâneo colocou o sistema familiar de produção dentro de um contexto sócio econômico único e delicado, tendo em vista que além das comprovações de importância econômica, também tem valor social quando tratamos do futuro da subsistência das pessoas que vivem no campo e a problemática do êxodo rural. O que objetiva esse trabalho é estudo das ações promovidas a partir da PNATER nos municípios da Zona da Mata de Pernambuco pelas empresas de ATER presentes no Estado. A problematização do estudo parte do questionamento: A PNATER está sendo seguida e está atendendo as demandas da agricultura familiar dos municípios da referida região? O estudo pode ser referido como pesquisa aplicada em estudos de caso na região da zona da mata de Pernambuco. A Zona da Mata pernambucana é constituída por 43 municípios, que abrigam cerca de 1,3 milhões de pessoas, aproximadamente 15% da população do estado. O método de análise será a análise de discurso será aplicado em 10 cidades, sendo cinco pertencentes a Mata Sul e cinco a Mata Norte.

Palavras-chave: Pnater; Política; Agricultura

1 INTRODUÇÃO

O setor agropecuário familiar tem destaque no cenário econômico nacional devido à importância do mesmo na geração de empregos e alimentos. Mesmo sendo menos favorecido em investimento financeiro e, por consequência em incorporação tecnológica, o segmento familiar do setor agropecuário brasileiro correspondeu no período de 1995 a 2005, a cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), parcela que se torna expressiva já que o setor agropecuário não familiar no mesmo período representou aproximadamente 30%. Entretanto, o mundo contemporâneo colocou o sistema familiar de produção dentro de um contexto sócio econômico único e delicado, tendo em vista que além das comprovações de importância econômica, também tem valor social quando tratamos do futuro da subsistência das pessoas que vivem no campo e a problemática do êxodo rural (FURTUOSO E GUILHOTO, 2005).

Essa escala gradativa de importância tem início num âmbito municipal, tendo em vista que historicamente o Brasil é um país rural desde sua colonização.

Dessa forma, se houver incentivo no desenvolvimento rural do setor familiar, passa a existir a possibilidade de melhora das condições de vida da população rural, permitindo assim a produção e a reprodução cultural da mesma, irá também interferir diretamente na população urbana que se beneficia com alimentos de qualidade, em quantidades suficientes e de forma contínua.

Porém, a forma pela qual a Extensão Rural no Brasil é conduzida se tornara extremamente excludente em relação ao saber do agricultor e também marcada por embates ideológicos,

onde, a vontade das classes sociais mais abastadas será ser atendida, seguindo sempre um padrão difusionista (DAMBROS, 2015).

Nesse contexto, surge promulgação da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a Política nacional de Assistência técnica e Extensão Rural (PNATER), que também é conhecida como Lei de ATER. Essa política parece para romper com a corrente ecotecnocrática e difusionista. Propondo um olhar mais sistêmico e uma ação mais educativa (não formal) que também reconheça os conhecimentos empíricos tradicionais (BRASIL, 2010).

O que objetiva esse trabalho é estudo das ações promovidas a partir da PNATER nos municípios da Zona da Mata de Pernambuco pelas empresas de ATER presentes no Estado. A problematização do estudo parte do questionamento: A PNATER está sendo seguida e está atendendo as demandas da agricultura familiar dos municípios da referida região?

Tendo como hipótese que a integração efetiva entre as organizações responsáveis pela ATER pode resultar em melhoria nas condições de vida das famílias que tiram seu sustento da agricultura e, por conseguinte promover avanços para os municípios e para a população local.

OBJETIVOS

1.1 OBJETIVO GERAL

- Avaliar a execução de ações de ATER nos municípios da zona da mata de Pernambuco e sua conformidade com a da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as ações de ATER nos municípios;
- Analisar o papel das instituições municipais, privadas e organizações não-governamentais em relação à execução das ações de ATER;
- Avaliar à interação entre as organizações responsáveis pela ATER nos municípios;
- Avaliar a percepção dos agricultores e agricultoras dos municípios em relação à execução das ações de ATER.

2 METODOLOGIA

O estudo pode ser referido como pesquisa aplicada em estudos de caso na região da zona da mata de Pernambuco. A Zona da Mata pernambucana é constituída por 43 municípios, que abrigam cerca de 1,3 milhões de pessoas, aproximadamente 15% da população do estado. Trata-se de uma região marcada pela exploração da mão de obra assalariada rural na monocultura centenária da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol, somam-se a esse cenário, a violenta degradação ambiental produzida ao longo de séculos por essa monocultura.

O estudo de caso visa compreender o evento em estudo e ao mesmo tempo desenvolver teorias mais genéricas a respeito do fenômeno observado. Vai além de descrever os fatos ou situações, busca proporcionar conhecimento acerca do fenômeno estudado e comprovar ou contrastar relações evidenciadas entre casos. O objetivo do estudo de caso é explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar (GIL, 2000).

A abordagem da pesquisa é caracterizada como qualitativa. Segundo, quando o estudo assume esse caráter, ele busca analisar o maior de variáveis possíveis envolvidas no fenômeno ou fato, afim, de explicá-los. Sendo estudos de caso, se fez necessário bem mais que analisar respostas positivas ou negativas.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo desta pesquisa. É considerada uma pesquisa descriptiva, a partir de seus objetivos, porque visa

descrever a pesquisa e os resultados obtidos desta, comparando-os com a teoria sobre o assunto. Para Oliveira Netto (2006) a pesquisa descritiva busca descrever os fatos ou fenômenos estabelecendo relações entre variáveis, sem que o pesquisador interfira.

1.1 COLETA DOS DADOS

Os instrumentos usados para a obtenção de informações serão entrevistas e análise de documentos. A pesquisa bibliográfica documental encontra fontes de informações primárias (leis, documentos cedidos por algum órgão da prefeitura municipal e entre outros) e secundárias (artigos científicos, resultados de pesquisas e entre outros). A entrevista, segundo Ruiz (2011) consiste no diálogo com o objetivo de obter de determinada pessoa dados relevantes para a pesquisa e baseado nessa entrevista foi obtida as informações que norteiam esse trabalho.

O método de análise será a análise de discurso será aplicado em 10 cidades, sendo cinco pertencentes a Mata Sul e cinco a Mata Norte, e seguirá as seguintes etapas:

Etapa 1. Escolha do tema: será trabalhado através de uma entrevista semiestruturada, com os seguintes temas que orientam a relação com o entrevistado:

- Vida na zona rural;
- Desenvolvimento Rural;
- Articulação com órgãos de ATER;
- Projeção para o futuro.

Serão formuladas também questões norteadoras para o momento, com o objetivo de construir um diálogo de forma natural para que o maior número de informações sejam coletadas e gravadas, para posterior sistematização e análise que tragam referências aos temas predefinidos.

Etapa 2. Definição e organização dos participantes:

- Identificação dos sujeitos enunciadores pertinentes à questão a ser trabalhada: Por questão de tempo, será feito um estudo de caso com informantes chaves, totalizando uma amostra de 12 participantes por cidade, sendo: cinco agricultores familiares, dois assessores técnicos/extensionistas (Um representante de órgão público; Um representante de órgão Privado; e Um Representante de ONG), duas Lideranças locais (um representante do sindicato; um representante das Associações Comunitárias); e um representante da gestão municipal (Prefeito ou secretário de agricultura) e um vereador (Presidente da Câmara).
- Coleta de registros: As entrevistas ocorrerão no ambiente de trabalho dos mesmos onde serão coletados todos os registros (orais, escritos, vídeos) a partir dos sujeitos enunciadores.

Etapa 3. Análise:

- **Organização dos dados para levantamento de questões de trabalho:** a sistematização dos dados permite confrontar os elementos encontrados em cada discurso, buscando ideias que se complementam, se contradizem, e/ou que são antagônicas, permitindo assim analisar cada elemento da linguagem confrontando-os também com as bases teóricas,

possibilitando assim destacar as marcas de cada discurso, ou seja, os elementos principais convergentes e divergentes. Para Gondim e Fischer (2009) a tarefa da análise de discurso é desvelar as regras de formação (desconstrução) e ter acesso às condições de existência que lhes dão sentido. Trata-se de compreender as condições de possibilidade de um dado discurso marcado na memória social (corpo sócio-histórico-cultural compartilhado) e entrecruzado pela interdiscursividade (várias vozes sociais que se expressam na fala do sujeito).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O material coletado será de uso exclusivo do pesquisador, sendo utilizado com a única finalidade de fornecer elementos para a realização desta pesquisa, dos artigos e publicações que dela resultem. No projeto da pesquisa e mesmo na escrita da dissertação, será assegurada a confidencialidade dos dados e das informações que possibilitem a identificação dos participantes. A pesquisa não oferecerá nenhum dano ou desconforto aos participantes e não será objeto de nenhum benefício, resarcimento ou pagamentos aos mesmos. O material coletado não será objeto de comercialização ou divulgação que possa prejudicar os entrevistados. Nesse aspecto, os dados coletados serão guardados durante cinco anos pelo pesquisador, sendo destruído tão logo esse prazo tenha expirado. É compromisso assumido pelo pesquisador manter os participantes informados acerca do andamento da pesquisa e, ao final de sua realização, comunicar-lhes os resultados e/ou devolver-lhes, de alguma forma, o produto alcançado.

REFERÊNCIAS

BRASIL - MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. Marco Referencial em Agroecologia. Brasília, 2010.

DAMBROS, Olivo; CAPORAL, Francisco Roberto; PADILLA, Manen Cuéllar. A Nova ATER e a formação de redes locais de entidades da agricultura familiar para desenvolver extensão rural agroecológica no Estado do Paraná, Brasil. Extramuros, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 82-96, 2015. Disponível em: <<http://periodicos2.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/589/487>>. Acesso em: 12.08.18.

Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER. Brasília, DF: MDA/SAF, 2010b. 45p.

FURTUOSO, M.C.O., GUILHOTO, J.J.M. “Estimativa e Mensuração do Produto Interno Bruto do Agronegócio da Economia Brasileira, 1994 a 2000”. Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Vol 41, No 4, p. 803-827, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monográficas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.



Gondim, S. & Fischer, T. O Discurso, a análise do discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural, *Cadernos Gestão Social*, No 2, 2009.

OLIVEIRA NETTO. Alvim Antonio de. Metodologia da Pesquisa Científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: Visual Books, 2006.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 6. Ed. – 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011

ATORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: DESENHANDO NOVAS RURALIDADES NO MUNICÍPIO DE AMATENANGO DA FRONTEIRA, CHIAPAS, MÉXICO

Morales, Yosani. Mestre em Extensão rural pela Universidade Federal de Santa Maria. yosa-12@hotmail.com.

Grupo de Trabalho 3- Extensão Rural, Políticas Públicas e Desenvolvimento.

RESUMO:

Neste trabalho se aborda o tema de desenvolvimento local em torno aos atores que participam no meio rural, este é o caso de camponês e pequeno produtor. Pretende-se fazer a discussão desta temática tendo como plano de fundo o município de Amatenango da Fronteira, Chiapas, México. No referente à diferenciação entre camponeses e pequenos produtores, o estudo do campesinato tem sido uma das questões que mais se tem abordado, tanto academicamente e no âmbito político do país, pois a conformação do meio rural está fortemente marcada pela luta do campesinato através da história mexicana. Além disto, a desaparição do camponês como grupo com identidade, pode ocasionar um maior abandono do meio rural pelo tanto uma menor produção dos produtos básicos no campo mexicano.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; campesinato; pequeno produtor e meio rural.

1 INTRODUÇÃO

Dentro dos diferentes tipos de produção no país e pelo tanto também do estado de Chiapas, se encontram diferentes tipos de atores envolvidos, atores governamentais como não governamentais e principalmente atores em relação ao campo; estes denominados sejam como camponeses ou pequenos produtores, todos eles intervêm em práticas que se relacionam com o desenvolvimento local. O município apresenta problemas em relação à pobreza, o que confere que existe um baixo nível de desenvolvimento em torno à produção e também a questões ligadas ao social, como baixo nível de educação.

A produção em Chiapas se delimita em quanto à produção de café, milho e feijão entre os mais destacados. Ao referente do café no país, a produção reporta tendências decrescentes. Durante a última década a colheita nacional se reduz até um 4.2%, para ficar no seu nível mais baixo desde o ano de 1980. Atualmente, o principal desafio para o setor do cultivo de café nacional é a recuperação da produção (SHCP, 2015).

Em quanto ao desenvolvimento local se pode analisar desde diferentes perspectivas, segundo algumas conceituações feitas por Wanderley (2001, p. 32): -considero que o mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba. O município de Amatenango da Fronteira ao estar conformado por

camponeses o bem por pequenos produtores tem questões ligadas à história com respeito aos diferentes cultivos envolvidos na obtenção de ganhos econômicos e na forma de produção.

No referente à diferenciação entre camponeses e pequenos produtores, o estudo do campesinato tem sido também uma das questões que tem atraído mais atenção, tanto academicamente e no âmbito político, no que Sevilla Guzmán e González de Molina (2004) denominam como, um pensamento social alternativo. A desaparição do camponês como grupo com identidade, pode ocasionar um maior abandono do meio rural pelo tanto uma menor produção dos produtos básicos no campo mexicano.

Atualmente, de acordo com Macías (2013), muitos preferem falar de pequenos agricultores no lugar de camponeses, e utilizar conceitos como agricultura de pequena escala e agricultura familiar. Isso é para ser notado que o camponês, como um grupo com identidade de classe está desaparecendo, e o que vemos agora é uma variedade de pequenos produtores que, de uma forma ou outra está integrada na economia de mercado.

É importante analisar essas concepções, tendo também em consideração a questão do referente ao conceito de pequeno agricultor, que tem sido menos estudado que o de camponês (PEÓN, 1992). Este autor observa que um pequeno produtor mexicano pode ser proprietário de 100 hectares, se tratando isto como uma categoria capitalista o qual não tem nenhuma afinidade com a unidade camponesa. No município, observam-se também algumas disparidades em relação a isto, alguns programas governamentais referentes ao campo, fazem menção mais do termo de pequeno produtor que de camponês.

Somando à problemática de terminologias, estão os desafios atuais que apresenta a agricultura em diferentes zonas do país, entre elas o estado de Chiapas, apresentando diferentes problemas como: abandono do campo, poucos subsídios, e políticas públicas que não estão sendo bem orientadas aos produtores.

Segundo com esta linha, cabe fazer menção que desde a crise macroeconômica de 1982 e o ajuste estrutural que isso deriva, a agricultura em México tem sofrido um profundo processo de ajuste que só tem beneficiado a capitalização do meio rural através de empresas agroindustriais capazes de competir no mercado nacional e internacional. Com isto se pretende que a agricultura do país este de acordo com os lineamentos competitivos imperantes a nível mundial, o qual deixa fora tanto camponeses como a pequenos produtores.

O objetivo deste trabalho (e sobre tudo para um estudo mais amplo num futuro) é identificar pelo meio dos atores locais baseados na terminologia de camponês e pequeno produtor novas ruralidades em quanto às principais produções no município de Amatenango da Fronteira, Chiapas, México. Tendo em consideração: Conhecer o histórico em relação ao camponês e pequeno produtor e identificar os —outros atores— de desenvolvimento no município.

2 METODOLOGIA

Será realizado o estudo através de uma revisão da literatura sobre o tema de investigação com fontes primárias e secundárias, assim como artigos, livros e bem com documentos institucionais, isto para conhecer um pouco os atores relacionados com a ruralidade do estado de Chiapas.

3 DESENVOLVIMENTO

O relacionamento entre atores locais; as relações entre eles estabelecidas sejam estas formais ou informais; a importância e utilidade da cultura local são aspectos relacionados à dimensão social¹ (ESPARCIA; ESCRIBANO; SERRANO, 2016). Isto como uma guia para reconhecer perspectivas do desenvolvimento local.

No que atinge ao local, pode ser compreendido como aquele lugar específico onde se começa a solucionar certos problemas para consegui-lo de maneira efetiva a escala global (ALONSO, 2013). Por sua vez, Touraine (1987) diz que o local é uma unidade parcial dentro de uma maior, com relações entre pessoas, classes e grupos sociais. O local pode abarcar dimensões como um município, uma região inteira, um bairro; não faz referência ao tamanho, mas sim ao conjunto de relações existentes em um território (Vaz, 2010). Pelo tanto, o local para este trabalho se refere ao espaço e relações existentes dentro do município já supracitado.

Alonso (2013, p. 12-13) refere-se ao desenvolvimento local como –um enfoque e uma prática que objetiva impulsionar o desenvolvimento endógeno², a auto-organização e o bem-estar social, para isto é necessária tanto a participação coletiva como a intervenção individual. Continuando ainda abrangendo a conceituação do desenvolvimento local, Contreras (2000) indica que ao pensar em este, deve-se considerar a identidade cultural e o sentimento de pertença dos indivíduos perante um território com interações sociais entre estes. Em contexto com as conceituações apresentadas do desenvolvimento local, se analisa também que o mundo de hoje é caracterizado pela globalização, é tecnocrata, pragmático e vertiginoso, sofre uma sequência acumulada de crises geradas por esses projetos cada vez mais agudas que, no fundo, são expressão de uma crise geral ou estrutural (TOLEDO e BARSSOLS, 2015). Estas crises se podem apreciar no país nos diferentes médios locais, através de seus problemas econômicos e sociais ligados à pobreza.

Para diminuir os efeitos causados pela globalização o bem para combinar o local com o global de maneira que as pessoas pertencentes ao meio rural sejam beneficiadas, se tem a considerar os saberes tradicionais como processos e produtos da criação humana, eles se encontram incorporados na população do meio rural. Dos grupos sociais pertencentes a este meio e que conservam parte de seus conhecimentos tradicionais se encontram os camponeses e os grupos indígenas. Destro destas áreas pode se observar um desenvolvimento menos

¹ Esta dimensão social relaciona-se ao empreendimento, processos participativos, criação ou participação em redes de cooperação entre atores envolvidos, da legitimidade de iniciativas associativas e/ou institucionais, entre outros aspectos (ESPARCIA; ESCRIBANO; SERRANO, 2016 p. 51).

² O desenvolvimento endógeno –está baseado na gestão dos próprios recursos, estratégias e iniciativas próprias, assim como na aplicação de conhecimentos e sabedorias...|| (DE JESUS ALVAREZ, 2015, p. 56).

Degradado e dependente, em seus saberes e técnicas, em seu jeito de tratar a natureza e de resolver suas problemáticas sociais (NUÑEZ, 2004).

E assim como se consideraram importantes desenhar as novas ruralidades, para ter um conhecimento mais amplo em quanto aos camponeses e pequenos produtores como agentes importantes do desenvolvimento local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais se têm que estas terminologias de camponês e pequeno produtor abrangem uma temática bastante ampla e diversa, as significações no meio rural sobre o que é um camponês está tendo menor significado que no passado, isto considerando a importância deste setor social no país, pois uma das revoluções mais importantes da história foi feita pelos campesinos em reclamação de seu direito da posse da terra.

Além destas duas categorias, se encontra também os diferentes grupos indígenas que têm suas diferenciações sociais, e pelo tanto, também sua contribuição no campo mexicano. As pesquisas desenvolvidas por este setor são de suma importância para entender a formação social e cultural do México.

Entretanto, cabe ressaltar que este pequeno estudo é insuficiente para tratar toda esta temática, sem esquecer o desenvolvimento local, o qual também é um tema de bastante controvérsia. Sua perspectiva polissêmica denota em diferentes estudos e percepções. No México está sendo um tema de interesse na atualidade, pois procurasse um desenvolvimento no nível local.

Para um futuro, pretende-se abranger mais esta temática ao igual que fazer uma pesquisa de campo para a obtenção de dados no referente às concepções que estão sendo utilizadas e validas no meio rural mexicano.

REFERÊNCIAS

- _ALONSO, Gloria Juárez. **Revisión del concepto de desarrollo local desde una perspectiva territorial.** Líder: revista labor interdisciplinaria de desarrollo regional, 2013, no 23, p. 9-28.
- _CONTRERAS, Rodrigo. **Empoderamiento Campesino y Desarrollo Local.** Rev. Austral cienc. soc., ene. 2000, no.4, p.56-68. ISSN 0718-1795
- _ESPARCIA, Javier; ESCRIBANO, Jaime; SERRANO, José J. **Una aproximación al enfoque del capital social.** Investigaciones Regionales, 2016, no 34, p. 49.
- _MACÍAS, Máciás, Alejandro. **Los pequeños productores agrícolas en México.** carta económica regional, 2013.
- _NUÑEZ, Jesús. **Los saberes campesinos: implicaciones para una educación rural.** Investigación y Postgrado, 2004, vol. 29, no 2, p. 13-60.
- _PEÓN, Cesar. **Sociología rural latinoamericana: Hacendados y campesinos.** *Los fundamentos de las ciencias del hombre*; 48, 1992.
- _SEVILLA, Guzmán, E. y GONZALEZ De Molina, M. **Sobre la evolución del concepto de campesinado para el pensamiento socialista: una aportación para vía campesina.** In: Seminario sobre campesinado, Vía Campesina, Brasilia, Noviembre 2004.
- _TOLEDO, V.M. BASSOLS, N. B. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais.** 1. ed. São Paulo Expressão popular, 2015.

_TOURAIN, Alain. **Actores sociales y sistemas políticos en América Latina**. Santiago de Chile: Prealc, 1987.

_VAZ, José Carlos. **A gestão do desenvolvimento local no Brasil:(des) articulação de atores, instrumentos e território**. rap—rio de Janeiro, 2010, vol. 44, no 3, p. 559-90.

_WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Una nueva ruralidad en América Latina, 2001, p. 31-44.

Grupo de Trabalho 4 – Cadeias Produtivas e Mercados Agropecuários

Mediadora:

Janaina Balk Brandão

Coordenadoras:

Valéria Pinheiro Braccini

Thiane Helena Bastos

A pesquisa científica tem dado atenção ao estudo de cadeias produtivas e mercados agropecuários como forma de contribuir nas reflexões acerca das relações entre organizações e sociedade, entre ambiente econômico, institucional, social e político, diante de um contexto de globalização. A proposição do Grupo de Trabalho 4 – Cadeias Produtivas e Mercados Agropecuários busca oportunizar um espaço de reflexões a partir de análises das relações entre sociedade e organizações, estudo de estratégias produtivas e de mercados, tomada de decisão, políticas de financiamento e de comercialização, sistemas agroindustriais, economia regional, economia e gestão ambiental, renda no meio rural e o papel da agricultura familiar nos mercados e cadeias produtivas.

PARTICIPAÇÃO DE CORTES DE CARNE BOVINA GAÚCHA E DE OUTROS ESTADOS DISTRIBUÍDOS NO VAREJO DE SANTA MARIA

FERNANDES, Caroline¹; VAZ, Fabiano Nunes²; MAYSONNAVE, Greicy Sofia³; CARVALHO, Gabriela⁴; PACHECO, Paulo Santana⁵; PASCOAL Leonir Luiz⁶.

Grupo de Trabalho Nº 4 – Cadeias Produtivas e Mercados Agropecuários

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar e comparar a participação de cortes de carne bovina gaúcha e de outros estados distribuídos em diferentes pontos de venda de carne no município de Santa Maria. Para isso foram coletados os dados de quatro cortes de carne comercializados em 8 pontos de venda representativos do comércio de carne bovina do município, fazendo o levantamento de preço, prazo de validade, aparência do teor de gordura e estado de conservação em 4 escalas subjetivas. Os dados foram distribuídos em tabelas de planilhas eletrônicas para cálculos das médias ponderadas em relação aos resultados encontrados. Os resultados mostraram que nos pontos de coleta, o valor médio da costela gaúcha ficou em R\$ 16,90 e a de outros estados R\$ 14,60, a picanha gaúcha custa em média R\$ 50,40 e a de outros estados, R\$ 37,70, a capa de filé e o tatu gaúcho custaram em média R\$ 22,30 e de outros estados, R\$ 17,90. Conclui-se que em relação a participação da carne gaúcha, o seu preço médio é 1,47% mais cara que a carne oriunda de outros estados, além disso, trabalhos futuros devem buscar, a partir de abordagens aos consumidores de carne nos pontos de venda, justificativas que, além do preço, possam interferir nas tomadas de decisão e escolhas das pessoas responsáveis pela demanda de carne bovina no mercado.

Palavras-chave: distribuição de carnes, pecuária de corte, varejo da carne bovina.

1 INTRODUÇÃO

O preço da carne bovina gaúcha ao longo do ano, varia de acordo com a oferta de bovinos prontos para abate, pois são nos meses de janeiro e agosto, devido à baixa oferta de animais para o abate, que os cortes no varejo são vendidos mais caros.

Vianna & Silveira (2007) estudaram a relação entre o preço pago pelo consumidor de carne bovina em Santa Maria e o recebido pelo produtor de gado de corte no Rio Grande do Sul, concluíram que o preço da carne bovina de varejo varia de acordo com o poder aquisitivo do mercado consumidor, além disso afirmaram que o valor pago pelo produto nos pontos de venda depende da época do ano, pois nos meses de abril e outubro, são os meses de maior oferta de animais destinados ao abate, contribuindo assim com a diminuição do preço pago na gôndola.

Arbage (2004) trabalhou com a cadeia de suprimentos de diferentes produtos e verificaram que as relações comerciais da indústria frigorífica com os grandes agentes

varejistas não são interessantes, tendo em vista que o padrão de preço não preside os negócios da empresa, pois para entrar no grande varejo é preciso ter preço competitivo.

Estudando os custos de produção de cortes na indústria de carne bovina de Santa Maria, De Gregori et al. (2017) observaram alta agregação de valor nos cortes de carne bovina com marcas ligadas à raça Hereford. Vaz & Vaz (2018) estudaram diferentes casos de consolidação de marcas de carne no Sul do País e atribuíram à diferenciação de produtos a oportunidade de agregar valor aos mesmos e dessa forma viabilizar a cadeia de produção.

A pecuária de corte gaúcha vem perdendo espaço para diferentes alternativas de produção da terra, mais marcadamente a lavoura de soja, que avançou sobre a metade Sul do estado nos últimos anos. A perda das margens de lucro do pecuarista gaúcho se deve, em parte ao aumento dos custos de produção (GONÇALVES et al., 2017) sem o respectivo aumento proporcional no preço de venda do produto no mercado interno (VAZ et al., 2014).

A manutenção dos preços da carne distribuída no varejo, se deve em parte, ao aumento da participação da carne importada de outros estados, cujos custos de produção são menores que os custos dos produtores e das indústrias de processamento de carne existentes no Rio Grande do Sul. Pascoal et al. (2011) apontam para um desgaste nas relações comerciais entre produção e indústria, resultado da disputa de preço de venda do boi gordo. Mais recentemente, Teixeira (2017) estudou os preços do varejo da carne e comparou com os preços em diferentes elos da cadeia de produção, percebendo uma manutenção das margens de lucro do varejo, independentemente das variações dos custos de produção em elos a montante da cadeia.

Essa margem de lucro estável do varejo, pode ser mantida em função da opção da compra de carnes produzidas a custos mais baixos no Centro do País. O objetivo deste trabalho é analisar da participação da pecuária familiar na cadeia de suprimentos da carne bovina distribuída em casas de carne de Santa Maria.

2 METODOLOGIA

Para esse estudo, foram coletados os dados de quatro cortes de carne comercializados em oito pontos de venda representativos do comércio de carne bovina do município, fazendo o levantamento de preços, prazos de validade e estado de conservação, aparência geral do corte e do teor de gordura e grau de preparo da peça, relativamente em função da presença ou não de porções moles rejeitadas pelo consumidor ou que são retiradas antes ou depois do preparo, como lesões, aponeuroses, nervos e artérias.

Os cortes pesquisados foram: costela; tatu; picanha e capa de filé, tanto de origem em abatedouros gaúchos quanto de abatedouros de outros estados. Analisou-se o prazo de validade em dias e os preços em diferentes pontos venda distribuídos na cidade de Santa Maria, como açouguês, casa de carnes, redes de supermercados e hipermercados, atacadistas e multinacionais.

Para as avaliações subjetivas foram usadas escalas de 1 a 4 pontos, idealizadas pelos pesquisadores. Para o teor de gordura se utilizou a escala: 1 – muito gorda; 2 - gorda; 3 - magra; 4 - sem gordura e para estado de conservação. Para estado de conservação aparente do corte a escala correspondia: 1 – muito bem conservado; 2 - conservado; 3 – com problemas de conservação; 4 – aparentemente impróprio ao consumo. Já a participação de porções moles rejeitadas pelo consumidor, a escala correspondia: 1 - sem porções moles rejeitadas pelo consumidor; 2 – pequenas porções moles rejeitadas pelo consumidor; 3 – representativas porções moles rejeitadas pelo consumidor; 4 – muita representatividade de porções moles rejeitadas pelo consumidor

Os dados foram distribuídos em tabelas de planilhas eletrônicas para cálculos das médias ponderadas em relação aos resultados encontrados.

3 DESENVOLVIMENTO

Os dados de preços dos cortes justificam a presença da carne produzida em outros estados no mercado de carnes de Santa Maria e no estado do Rio Grande do Sul em geral. A costela chegou em média, a ter uma relação de preços entre gaúcho e importado de 1,461, indicando preço 46,1% superior no corte produzido neste estado. A diferença pode estar relacionada ao largo uso no Rio Grande do Sul do costilhar ou ponta-de-agulha, como é conhecido o corte no centro do País. Tradicional corte para assados, a costela não possui a valorização em outros estados como encontra no extremo sul.

Tabela 1 – Preço (em R\$) dos cortes de carne bovina produzidos no RS ou fora do estado.

| Ponto de venda | Costela | | Picanha | | Capa de filé | | Tatu | |
|--------------------------|---------|-----------|---------|-----------|--------------|-----------|--------|-----------|
| | Gaúcha | Importada | Gaúcha | Importada | Gaúcha | Importada | Gaúcha | Importada |
| AF ¹ | 18,90 | - | 35,90 | - | - | - | 21,90 | - |
| BB ² | 46,90 | - | 65,90 | - | - | - | - | - |
| RV ³ | 14,90 | - | - | - | - | - | - | - |
| RS ³ | 20,90 | - | 34,90 | - | 25,90 | - | 25,90 | - |
| SC ⁴ | 14,90 | 11,90 | 45,70 | 39,90 | 16,50 | 16,90 | 20,85 | 21,90 |
| BE ⁵ | 16,90 | 13,90 | 54,90 | - | 19,90 | 18,90 | 21,90 | 20,80 |
| WA ⁶ | 18,96 | 17,90 | 69,90 | 29,98 | - | 13,98 | 18,60 | - |
| CA ⁶ | 17,90 | - | 45,98 | 43,29 | 25,99 | 14,98 | - | - |
| Média | 21,28 | 14,57 | 50,45 | 37,72 | 22,07 | 16,19 | 21,83 | 21,35 |
| Relação G/I ⁷ | 1,461 | | 1,337 | | 1,363 | | 1,022 | |

¹ Açougue; ² Boutique de carnes; ³ Rede de supermercados; ⁴ Hipermercado varejista/ atacadista; ⁵ Supermercado local; ⁶ Hipermercado multinacional; ⁷ Relação da divisão da média de preço do corte gaúcho/preço do corte importado.

A picanha produzida no Rio Grande do Sul oscilou entre R\$ 34,90, preço encontrado em uma rede de pequenos supermercados, até R\$ 65,90, preço encontrado em uma boutique especializada em cortes nobres, variação de 88,8%. Também a picanha e capa de filé foram cortes com altas relações de preços entre cortes gaúchos e importados, superiores a 1/3, indicando que pode se comprar 4 kg de um corte produzido em outro estado pelo valor de compra de 3 kg do mesmo corte, se a carne tiver procedência gaúcha.

O tatu, corte mais usado em preparos em cozidos de panela, recheado ou não e também usado para a produção de *carpaccio* mostrou pouca relação de valor. Individualmente o corte pode ser encontrado por R\$ 18,90 em um hipermercado multinacional, enquanto o valor do corte importado mais barato foi de R\$ 20,85, no supermercado que possui quatro lojas no município de Santa Maria.

Tabela 2 – Conteúdo de gordura (em escala 1 a 4*) dos cortes de carne bovina produzidas no RS ou fora do estado

| Ponto de venda | Costela | | Picanha | | Capa de filé | | Tatu | |
|-----------------|---------|-----------|---------|-----------|--------------|-----------|--------|-----------|
| | Gaúcha | Importada | Gaúcha | Importada | Gaúcha | Importada | Gaúcha | Importada |
| AF ¹ | 1 | - | 1 | - | - | - | 3 | - |
| BB ² | 1 | - | 1 | - | - | - | - | - |
| RV ³ | 2 | - | - | - | - | - | - | - |
| RS ³ | 1 | - | 1 | - | 1 | - | 1 | - |
| SC ⁴ | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 |

| | | | | | | | | |
|--------------------------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|
| BE ⁵ | 4 | 3 | 4 | - | 4 | 3 | 4 | 3 |
| WA ⁶ | 1 | 2 | 1 | 3 | - | 1 | 2 | - |
| CA ⁶ | 1 | - | 1 | - | - | - | 3 | - |
| Média | 1,63 | 2,33 | 1,57 | 2,50 | 2,67 | 2,33 | 2,50 | 2,50 |
| Relação G/I ⁷ | 0,696 | | 0,629 | | 1,143 | | 1,000 | |

* Escala: 1 – Muito gorda; 2 - gorda; 3 - magra; 4 - sem gordura.

¹ Açougue; ² Boutique de carnes; ³ Rede de supermercados; ⁴ Hipermercado varejista/ atacadista; ⁵ Supermercado local; ⁶ Hipermercado multinacional; ⁷ Relação da divisão da escala média corte gaúcho/escala média do corte importado.

Os dados da Tabela 2 mostram que os aparentes conteúdos gordos dos cortes cárneos encontrados no mercado de Santa Maria são representativamente menores quando a costela e a picanha são originárias de outro estado e a capa de filé importada é um pouco mais gorda (relação 1,143) que a capa de filé gaúcha. No tatu, os pesquisadores não constataram diferença entre os cortes das duas origens.

Em relação ao estado de conservação dos cortes (Tabela 3) se observa uma pequena variação entre as peças observadas. Um corte gaúcho (tatu) encontrado em uma loja local e um corte importado (capa de filé), encontrado em um hipermercado de maior porte, apresentavam impróprios para o consumo, conforme a avaliação dos pesquisadores. Na maioria das observações os cortes foram considerados conservados (escala 2) e uma rede atacadista/varejista se destacou pela boa conservação dos cortes, tanto gaúchos como importados.

Tabela 3 – Estado de conservação (em escala 1 a 4*) dos cortes de carne bovina produzidas no RS ou fora do estado.

| Ponto de venda | Costela | | Picanha | | Capa de filé | | Tatu | |
|--------------------------|---------|-----------|---------|-----------|--------------|-----------|--------|-----------|
| | Gaúcha | Importada | Gaúcha | Importada | Gaúcha | Importada | Gaúcha | Importada |
| AF ¹ | 2 | - | 2 | - | - | - | 2 | - |
| BB ² | 2 | - | 2 | - | - | - | - | - |
| RV ³ | 2 | - | - | - | - | - | - | - |
| RS ³ | 2 | - | 2 | - | 2 | - | 2 | - |
| SC ⁴ | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 |
| BE ⁵ | 4 | 2 | 3 | - | 3 | 1 | 4 | 2 |
| WA ⁶ | 3 | 3 | 2 | 3 | - | 4 | 3 | - |
| CA ⁶ | 2 | - | 3 | 3 | 2 | 3 | - | - |
| Média | 2,25 | 2,00 | 2,14 | 2,33 | 2,00 | 2,25 | 2,60 | 2,00 |
| Relação G/I ⁷ | 1,125 | | 0,918 | | 0,889 | | 1,300 | |

* Escala: 1 – Muito bem conservado; 2 - conservado; 3 – com problemas de conservação; 4 – aparentemente impróprio.

¹ Açougue; ² Boutique de carnes; ³ Rede de supermercados; ⁴ Hipermercado varejista/ atacadista; ⁵ Supermercado local; ⁶ Hipermercado multinacional; ⁷ Relação da divisão da escala média corte gaúcho/escala média do corte importado.

O grau de preparo dos cortes durante a desossa dos cortes primários representa uma economia ao consumidor, que ao comprar uma porção de carne bovina, pode aproveitar quase a totalidade das porções moles. Em outro extremo, muitos cortes precisam de manuseio prévio ao preparo, para que o consumidor retire as porções que julga indesejáveis, como nervos e aponeuroses, que embora comestíveis, possuem maior dureza que o tecido muscular ou o

tecido gordo. Santos et al. (2011) pesquisaram o grau de preparo dos cortes cárneos da carcaça de vacas ou novilhos Braford, verificando a perda de aproveitamento industrial e consequente desagregação de valor à medida que há a intensificação da limpeza dos cortes cárneos. A Tabela 4 mostra que o mesmo pondo de venda que se destacou na conservação dos cortes cárneos foi o que apresentou menos preparo dos cortes, indicando menor manuseio dos mesmos nas dependências do ponto comercial ou da indústria.

Tabela 4 – Participação de porções moles rejeitadas pelo consumidor (em escala 1 a 4*) dos cortes de carne bovina produzidos no RS ou fora do estado

| Ponto de venda | Costela | | Picanha | | Capa de filé | | Tatu | |
|--------------------------|---------|-----------|---------|-----------|--------------|-----------|--------|-----------|
| | Gaúcha | Importada | Gaúcha | Importada | Gaúcha | Importada | Gaúcha | Importada |
| AF ¹ | 1 | - | 2 | - | - | - | 1 | - |
| BB ² | 1 | - | 1 | - | - | - | - | - |
| RV ³ | 1 | - | - | - | - | - | - | - |
| RS ³ | 1 | - | 1 | - | 1 | - | 1 | - |
| SC ⁴ | 2 | 2 | 3 | 3 | 1 | 1 | 3 | 3 |
| BE ⁵ | 3 | 2 | 4 | - | 2 | 3 | 4 | 3 |
| WA ⁶ | 1 | 2 | 1 | 1 | - | 1 | 1 | - |
| CA ⁶ | 1 | - | 2 | 1 | 1 | 1 | - | - |
| Média | 1,38 | 2,00 | 2,00 | 1,67 | 1,25 | 1,50 | 2,00 | 3,00 |
| Relação G/I ⁷ | 0,688 | | 1,200 | | 0,833 | | 0,667 | |

* Escala: 1 – Sem porções moles rejeitadas pelo consumidor; 2 – pequenas porções moles rejeitadas pelo consumidor; 3 – representativas porções moles rejeitadas pelo consumidor; 4 – muita representatividade de porções moles rejeitadas pelo consumidor;

¹ Açougue; ² Boutique de carnes; ³ Rede de supermercados; ⁴ Hipermercado varejista/ atacadista; ⁵

Supermercado local; ⁶ Hipermercado multinacional. ⁷ Relação da divisão da escala média corte gaúcho/escala média do corte importado.

Apenas a picanha importada mostrou menor grau de preparo do corte gaúcho em relação ao produto de outros estados, o que pode indicar que boa parte da carne oriunda de outros estados possui menos trabalho industrial ou no ponto de venda, justificando em parte o preço mais baixo mostrado na Tabela 1.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Rio Grande do Sul se desenvolveu historicamente em cima da produção de carne, mas hoje o estado importa alguns cortes cárneos bovinos de outros estados, fato que mantém o preço de mercado da carne e restringe a agregação de valor à cadeia produtiva, desestimulando, até certo ponto, a produção pecuária. Este trabalho mostra que existem diferenças nas características dos produtos encontrados em diferentes pontos de venda da cidade de Santa Maria e, que de alguma forma, pode ser representativo do mercado de outros municípios.

A diferença mais marcante é no menor preço do produto importado, que embora com qualidade um pouco inferior na questão estado de conservação, porções rejeitadas e teor de gordura, é fato preponderante na tomada de decisão dos consumidores.

Trabalhos futuros devem buscar, a partir de abordagens aos consumidores de carne nos pontos de venda, justificativas que, além do preço, possam interferir nas tomadas de decisão e escolhas das pessoas responsáveis pela demanda de carne bovina no mercado.

REFERÊNCIAS

- ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Custos de transação e seu impacto na formação e gestão da cadeia de suprimentos**: estudo de caso em estruturas de governança híbridas do sistema agroalimentar no Rio Grande do Sul. 2004. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- DE GREGORI, Roberto et al. A estrutura de custos em uma indústria frigorífica de bovinos do Rio Grande do Sul. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2017
- GONÇALVES, Guilherme Vinícius Barbieri et al. Análise de custos, receitas e ponto de equilíbrio dos sistemas de produção de bezerros no Rio Grande do Sul. **Ciência Animal Brasileira**, v. 18, n. 1, p. 1-17, e-46329, 2017.
- PASCOAL, Leonir Luiz et al. Relações comerciais entre produtor, indústria e varejo e as implicações na diferenciação e precificação de carne e produtos bovinos não-carcaça. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 40, n. Supl. Especial, 2011.
- SANTOS, João Paulo Aquino et al. Rendimento de cortes cárneos totais da desossa de bovinos a partir de três diferentes pressões de toalete. In: **SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**, 2011, Bagé-RS. Anais... Bagé: Unipampa, v. 3, n. 2, 2011.
- TEIXEIRA, Camilla Trevisan et al. Análise dos preços do boi e da carne nos diferentes elos da cadeia produtiva. 2018. **Dissertação** (Mestrado em Zootecnia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.
- VAZ, Fabiano Nunes; VAZ, Ricardo Zambarda. Marcas de carne bovina do Sul do Brasil. In: SANUDO, Carlos; TEIXEIRA, Alfredo. **Marcas de carne em países hiberoamericanos**. Lisboa: Cited. 2018, p.123-184.
- VAZ, Fabiano Nunes et al. Fatness beef cattle purchase transactions study in a abattoir firm in the Rio Grande do Sul state. **American International Journal of Contemporary Research**, v. 4, n. 9, 2014.
- VIANNA, João Garibaldi Almeida; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. A relação entre o preço pago pelo consumidor de carne bovina em Santa Maria e o recebido pelo produtor de gado de corte no Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência Rural**, v. 37, n. 4, p. 1122-1127, 2007.



A OCORRÊNCIA DA RECIPROCIDADE ENTRE ATORES DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: O CASO DA FEIRA DO PRODUTOR DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO-RS

PIRES, Reilly. Tecnól. Esp. Em Agronegócio. UFRGS; MARTINS, Cintia. Bacharela em Enologia; Unipampa;
DALBIANCO, Vinicius. Dr. em Extensão Rural. Prof. Adj. UNIPAMPA. rei_lee_gp@hotmail.com.

Grupo de Trabalho Nº 4 – Cadeias Produtivas e Mercados Agropecuários

RESUMO: Esta pesquisa é um estudo de caso sobre a ocorrência de Reciprocidade entre atores em circuitos curtos de comercialização. Também buscou-se analisar se no ambiente pesquisado a formação de redes sociais, quais os tipos de reciprocidade construídos a partir das relações, assim como quais são os fatores preponderantes para construção de tais relações. Os atores investigados foram feirantes e consumidores da Feira do Produtor do município de Dom Pedrito-RS. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas gravadas, também foi utilizado o método observacional de forma complementar a fim de atingir uma compreensão mais profunda sobre a complexidade das relações. A coleta de dados foi realizada entre os meses de fevereiro e abril do ano de 2017. Conclui-se que existem relações de reciprocidade envolvendo os atores e que valores como confiança, prestígio e amizade são mencionados como importantes e que estes colaboram para a construção de uma rede. A forma de reciprocidade construída dentro desta rede é considerada simétrica. É uma relação sem polarizações, mas sim equilibrada e assim alça para o centro das relações valores éticos que extrapolam as relações puramente comerciais.

Palavras-chave: Reciprocidade; Circuitos Curtos; Rede.

1 INTRODUÇÃO

Dom Pedrito é um município localizado na região da Campanha Gaúcha possui 38.898 habitantes, destes 3.641 habitantes formam a população rural IBGE (2010). O município possui 717 unidades de produção familiar de um total de 1.439 unidades de produção que ocupam uma área de 360.674 ha (sendo 64% com até 200 ha e 52% até 100 ha). As principais atividades econômicas do município são voltadas à agricultura, sendo que os principais cultivos são os de arroz com área plantada de 50.336 ha na safra 2014/2015 (CONAB, 2015), já a área plantada de soja no ano de 2011 foi de 20.000 ha (IBGE) e criação de bovinos com um rebanho composto por 406.979 cabeças (IBGE, 2012). As feiras são uma das possíveis representações dos circuitos curtos de comercialização, onde produtor e consumidor estão próximos espacialmente e principalmente pela relação gerada devido ao contato direto entre os atores. Isto pode ressignificar as relações interpessoais e a relação entre consumidor e produto, além da ressignificação do próprio espaço que está sendo dinamizado. Neste tipo de circuito a identidade e as informações do alimento são preservadas devido ao contato entre as partes. Esta é uma relação de reciprocidade, pois inicialmente o que une os atores inicialmente é a transação comercial, mas o valor financeiro não é o único ou o mais importante, são importantes também a confiança, socialização, fidelidade, amizade entre outros valores.

A feira de Dom Pedrito ocorre semanalmente na Praça General Osório às sextas-feiras desde janeiro de 2015, atualmente conta com 36 produtores participantes que comercializam

produtos *in natura* e processados (hortaliças, doces, biscoitos, sucos, queijos, etc). Neste sentido a formação deste canal de comercialização direta ao consumidor, também chamado de venda direta caracteriza-se como uma das configurações possíveis de circuitos curtos de comercialização. Esta iniciativa é uma oportunidade de inserção em um canal de comercialização para produtos da agricultura familiar. Esta pode ser uma forma de proporcionar a estas pessoas acesso ao público e estrutura para disposição dos produtos, além disso, ocorre de forma cíclica favorecendo a organização dos feirantes.

Além de oportunizar o escoamento de produção de forma cíclica aos feirantes, possibilita ao público adquirir produtos provenientes da agricultura familiar conectando os dois extremos do circuito com relações para além do significado mercantil. O presente trabalho é um estudo de caso de natureza exploratória sobre a ocorrência da reciprocidade em circuitos curtos de comercialização, tendo como caso de análise a feira do produtor no município de Dom Pedrito-RS. O estudo propõe visualizar/identificar estas relações estabelecidas através de elementos como confiança, amizade, trocas de saberes entre outros.

O método utilizado foi o estudo de caso. A coleta de dados deu-se a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com questões quantitativas e qualitativas visando buscar uma compreensão mais aprofundada sobre as informações fornecidas pelos entrevistados.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é um estudo de caso, este é um método muito utilizado para a coleta de dados no campo das Ciências Sociais, por ser uma das maneiras mais usuais para a realização de pesquisas qualitativas. De acordo com Yin (2001) este método é utilizado quando se quer lidar com condições contextuais, acreditando que as mesmas podem ser indissociáveis ao fenômeno estudado.

O estudo intensivo de um caso permite a descoberta de relações que não seriam encontradas de outra forma, sendo as análises e inferências em estudo de casos feitas por analogias de situações respondendo principalmente às questões “**por quê?**” e “**como?**” (CAMPOMAR, 1991, p.97).

A realização da coleta de dados foi dividida entre entrevistas e observação durante o período dos meses de fevereiro e maio do ano de 2017. A fase inicial da coleta de dados foi feita a partir de entrevistas semiestruturadas gravadas com os feirantes e consumidores durante o horário de funcionamento da feira, nas manhãs de sexta-feira, com a intenção de capturar a atmosfera do ambiente, inclusive a maioria das entrevistas com feirantes foram realizadas atrás do balcão de suas barracas, também com o intuito de observar o ambiente a partir de sua perspectiva. Das entrevistas com os consumidores, algumas foram feitas fora do ambiente da feira.

Optou-se pelo uso de entrevistas semiestruturadas para que houvesse certa liberdade aos respondentes, além da possibilidade de apresentar distintos questionamentos de acordo com as características e hábitos individuais de cada entrevistado. Triviños (1987) diz que a importância da entrevista semiestruturada se dá pela valorização da presença do pesquisador proporciona ao entrevistado a possibilidade de alcançar todas as perspectivas necessárias para que responda de forma livre e espontânea, resultando em uma investigação mais rica em informações. Também correram outros encontros mais informais com alguns dos entrevistados a fim de esclarecer outros questionamentos. Neste sentido foram realizadas 12 entrevistas com feirantes e consumidores que, doravante serão identificados como E1, E2, E3 e assim de forma sucessiva, onde para “E” entendesse entrevistado.

Também foi utilizado o método de pesquisa observacional, tendo como finalidade observar, sem interferir nas dinâmicas relacionais entre os atores. Assim a fase observacional foi realizada uma vez a cada 15 dias a partir de diferentes pontos de observação como bancos da praça em frente aos feirantes, caminhando em meio a feira e de vários pontos fixos um pouco mais distantes. Gil (2008) apresenta este método como um dos mais modernos visto que possibilita alto nível de compreensão sobre fatos estudados no campo das Ciências Sociais.

3 DESENVOLVIMENTO

Neste espaço devem ser apresentados os resultados obtidos pela pesquisa e as reflexões decorrentes. O (s) autores (es) devem realizar uma discussão com fins de responder os questionamentos que geraram o estudo. Nesse tópico também é possível a criação de subtópicos que auxiliem na organização do texto e das reflexões.

Dos feirantes entrevistados todos realizam a produção dos alimentos vendidos, isto vem ao encontro da perspectiva de Matte et al (2014) que diz que não é a distância percorrida pelo produto que define o tipo de circuito, mas sim a dinâmica entre o produtor e o consumidor, assim devido ao contato direto e frequente entre os dois é possível a criação de vínculos calcados na criação de amizade e confiança. Este contato direto também permite que o produto chegue ao consumidor com o máximo de informações através da comunicação entre os atores, logo isto ajuda a caracterizar este modo de comércio como um circuito curto.

Todos os feirantes entrevistados atuam na Feira do Produtor desde seu início. Comercializam cucas, bolos, broas, pães, doces, salgados queijo e hortaliças em geral. Sendo que aqueles que produzem pães, bolos, doces, salgados e queijos em sua maioria dizem que suas receitas são predominantemente de origem familiar e que algumas são frutos de pesquisa e há ainda aquelas que chegam pela demanda dos consumidores e mais que isso de receitas familiares dos consumidores que são transmitidas aos feirantes.

Os feirantes afirmam que a maior parte de suas vendas é realizada para clientes que frequentam suas barracas, mesmo a feira, desde seu início, inclusive alguns acabaram tornando-se amigos. Porém com frequência são notados novos clientes e conviventes, este grupo é formado por curiosos, pessoas que estão de passagem pela cidade como diz E1 “[...] tenho clientes fixos, sempre vem, mas sempre aparecem novos clientes. Vendo meus produtos para SP, RJ, SC, Porto Alegre, para estoque e presente.” Ainda perfazem o grupo, moradores do município que aparecem vez ou outra.

No caso dos produtores de hortaliças, todos os entrevistados ao serem questionados sobre seus métodos de produção relatam que sim, utilizam métodos ecológicos como defensivos naturais e fertilizantes orgânicos que aprenderam com os técnicos da EMATER ou mesmo já tinham conhecimento prévio. Isto vem ao encontro da expectativa dos frequentadores da feira que, mesmo não tendo certeza sobre os métodos utilizados, dizem que preferem adquirir seus alimentos na feira pela questão de preço e sabor e confiança porque acreditam que os alimentos são livres ou possuem menor utilização de agrotóxicos, trazendo também a relação de confiança com produtor como um fator importante. Assim como Marsden (apud DAROLT et al, 2016) indica o terceiro elemento que caracteriza a reciprocidade em circuitos curtos que considera o desenvolvimento de novas relações considerando um preço justo e a qualidade ecológica do alimento. E5 fala sobre a importância sobre a oferta de alimentos livres de agrotóxicos quando diz que “Vender na feira é muito importante porque além de termos este contato direto com o consumidor, estamos oferecendo alimento saudável e livre de agrotóxico”.

O espaço é um dos pontos mais importantes sobre a feira e que feirantes e consumidores concordam. A Feira do Produtor está localizada na praça central da cidade, esta pode ser considerada um ponto de referência, pois, a mesma é cercada por bancos, comércio,

prefeitura, secretarias municipais e até mesmo pela igreja. Segundo E2, um dos frequentadores, um dos papéis da feira é “Ocupar o lugar central, ocupa o lugar político da sociedade, em frente da prefeitura, câmara (de vereadores) e igreja”, trazendo a ideia de que este local possui um forte simbolismo dentro da sociedade, pois neste sentido toda a dinâmica contida na feira está de certa forma entranhada com o ambiente e com o que há de mais representativo neste local. Já E3 apresenta outro ponto de vista citando os mesmos elementos “É o caminho de grande parte da população ajuda na comercialização. Tem que ser na volta da praça, é um lugar tão bonito pela praça a igreja e a prefeitura”.

Neste sentido alguns dos feirantes ressaltam que a proximidade da prefeitura é providencial para a feira, pois muitos dos funcionários são seus clientes e ajudam a movimentar a feira assim como afirma E4 “O pessoal da prefeitura vem bastante. No dia de feriado, que a prefeitura não trabalha é um fracasso” e reitera dizendo que “A praça é o melhor lugar! Tem que ser aqui! ”.

Os consumidores entrevistados dizem que realizam suas compras na feira por vários motivos, entre eles por terem confiança nos produtores, por acreditarem encontrar ali alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos ou mesmo com menor quantidade em relação aos encontrados em supermercados. Há também aqueles que frequentam e consomem deste local por prestígio, para valorizar o trabalho e o empenho dos produtores e pela valorização dos produtos locais, assim como afirma E3, que diz respeitar a dedicação dos feirantes e afirma que “são pessoas trabalhadoras, acordam 5h da manhã para colher e fazer pão trazem produtos de qualidade”. Também tem frequentadores que fazem questão de adquirir alimentos por conhecer os feirantes há muito tempo e/ou possuir laços de amizade. Vale ressaltar que dos feirantes, aqueles que produzem hortaliças dizem ser de grande importância o contato direto com os consumidores e a estes ofertar alimentos de qualidade e livres de agrotóxicos.

Algo a considerar é o fato de que alguns dos frequentadores terem um tipo de “preocupação social” com os feirantes. Compram não apenas por necessidade de determinado alimento, mas também para contribuir com o fluxo de valores neste ambiente e também se preocupam com a permanência dos feirantes como identifica-se nesta fala de E3:

“Talvez se não tivesse a feira onde essas pessoas estariam? Vendendo de porta em porta, que é uma atividade desgastante. Já teriam saído do ramo, desistido é uma questão a se estudar! O que houve com os agricultores que não estão mais aqui?

Para mim a feira é muito importante, e acho que o município deveria dar mais subsídio para essas pessoas! ”.

Esta lógica apresentada reforça a visão de Darolt (2016) que diz que as principais características nas AFN são entre outros são cooperação entre produtores e consumidores, dinamização de mercados locais através da valorização de produtos de qualidade e da identidade territorial.

Muitos dos frequentadores não são unicamente consumidores, estes vão à feira por terem construído relações que transcendem o vínculo comercial e consideram-se amigos. Não raro é possível ver os frequentadores sentados junto aos feirantes em suas barracas, conversando e tomando chimarrão, este tipo de relação também ocorre entre os feirantes, além de uns indicarem clientes aos outros ou mesmo emprestarem material como sacolas, embalagens, além de realizarem compras de seus colegas.

Ainda não há uma instituição representativa dos próprios feirantes, porém existe a iniciativa para a criação de uma associação para que de forma organizada possam buscar recursos e reivindicar direitos, inclusive fazem parte desta iniciativa algumas pessoas da comunidade que não são feirantes. Assim pode se entender que neste espaço formou-se uma rede, observando a iniciativa da construção desta associação, pois isto vem em confluência a Schmitt (2011) quando ela diz que todo ordenamento é um produto performático e recursivo de uma rede e que se há um ator e uma iniciativa é porque já há uma rede estabelecida.

A partir dos elementos encontrados nas falas dos entrevistados tais como a capacidade de socializar, o desenvolvimento de relações considerando a qualidade do alimento e a redefinição da relação entre o produtor e o consumidor, assim como sugere Marsden apud Darolt (2016). Conclui-se que, sim, no ambiente onde estão inseridos estes circuitos curtos ocorrem relações de reciprocidade. Quanto ao tipo, pelas características apresentadas o que mais se enquadra é a reciprocidade simétrica. De acordo com Temple (2009; 2015) a forma de reciprocidade é aqui entendida como simétrica porque a partir da observação e dos dados colhidos é possível entender que, dentro das relações apresentadas o que se encontra são ganhos de benefícios mútuos e de certa forma desinteressados. Visto isso também se entende que no ambiente analisado existem vários atores relacionando-se simultânea e paralelamente e com isso o resultado é o que o autor apresenta como o prêmio de harmonia e valores éticos situados dentro da feira, aqui vista como organização social.

É nítido que se formou uma rede composta por feirantes, consumidores, frequentadores, amigos e até mesmo pelo local. Também apresentam iniciativas coletivas visando melhoria de condições aos envolvidos.

Os fatores que mais influenciam na construção de reciprocidade destes atores é a confiança, a qualidade atribuída aos produtos e a fidelidade dos clientes. Também a localização é um dos pontos importantes para a dinâmica produtor-consumidor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estruturas de comercialização encontradas na feira são, sim, circuitos curtos de comercialização devido ao fato de que os feirantes acumulam as funções de produtores e comerciantes e isto elucida a lógica proposta por Darolt et al. (2016) quando diz que o número de atravessadores influência na caracterização do circuito.

A soma dos métodos utilizados tais como, entrevistas semiestruturadas e gravadas e a parte observacional foi de suma importância para obtenção das informações e para entender as dinâmicas contidas no ambiente considerado. Também foi possível analisar através das falas e das interações, assim como das iniciativas que a Feira, como objeto de análise é uma rede. Composta por humanos e não-humanos, nesta rede constituída é possível perceber que o espaço pode ser considerado como um dos atores

De acordo com Temple (2009) a forma dominante de reciprocidade foi a simétrica. Não foram encontrados indícios de características das formas positiva e negativa, tais como ciclos de doação egoísta ou de vingança. Dentro do universo pesquisado os fatores entendidos como os maiores influenciadores na construção das relações recíprocas são como afirma Matte et al (2014) a qualidade e localidade dos produtos, a autora ainda traz a lógica da re espacialização do alimento.

REFERÊNCIAS

- BONI, V. QUARESMA, S.J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer pesquisa em Ciências Sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 n° 1 (3), p. 68-80. 2005;
- CAMPOMAR, M.C. **Do uso de “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração.** São Paulo. 1991;
- CONAB. **Acompanhamento da Safra Brasileira: Rio Grande do Sul- Grãos.** 2015;
- DAROLT, M.R; LAMINE, C. ; BRANDENBURG, A. ; ALENCAR, M.C.F. ; ABREU, L.S. **Redes Alimentares Alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil.** Ambiente & Sociedade São Paulo v. XIX, n. 2 n p. 1-22 n abr.-jun. 2016;
- GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Ed. Atlas. 2008;

IBGE. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430660>>. Acessado em 18/05/2017;

IBGE. **Produção Agrícola Municipal - Lavoura Temporária.** 2011. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=430660&idtema=100>>. Acessado em 18/05/2017;

IBGE. **Pecuária- Município de Dom Pedrito.** Disponível em:< <http://cod.ibge.gov.br/BCCE>>. Acessado em 18/05/2017;

MATTE, A. NESKE, M.Z. BORBA, M.F.S. WAQUIL, P.D. SCHNEIDER, S. A **relocalização e o mercado de cadeias curtas na pecuária familiar do território alto Camaquã no sul do Rio grande do Sul.** 7º Encontro de Economia Gaúcha, 2014, Porto Alegre. 7º Encontro de Economia Gaúcha, 2014;

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001;

PINTO, C.P. DOMENICO, S.M.R. **Teoria Ator-Rede em Estudos Organizacionais: Encontrando Caminhos via Cartografia de Controvérsias.** VIII Encontro de Estudos Organizacionais da AMPAD. Gramado, 2014

RAMBO, A.G; DENZ, E.V. **Circuitos Curtos de Comercialização Fomentando novos usos do território: Considerações sobre o PNAE e as feiras livres.** Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015;

SABOURIN, E. **Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento.** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 24-51;

SCHIMITT, V.J. **Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional.** Sociologias vol.13 no.27 Porto Alegre. 2011;

SILVEIRA, P.R.C. BALEM, T.A. DONAZZOLO, J. SILVA, G.P. **A Construção dos mercados na produção Artesanal de Alimentos: Os Circuitos Curtos de Comercialização.** XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro. 2009;

TEMPLE, D. **Raison et naissance de la réciprocité symétrique.** http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocite_2&id_article=121 . 2009;

TEMPLE, D. **Réciprocité simple et réciprocité complexe.** http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=journal_2&id_article=308 . 2015;

TRICHES, R.M. ; SCHNEIDER, S. **Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural.** Cuadernos de Desarrollo Rural, 12(75). <http://dx.doi.org/10.11144/> Javeriana.cdr12-75.asac. 2014;

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais.** Ed. Altas. 1987; YIN, R.K. **Estudo de Caso- Planejamento de Métodos.** Ed. Artmed. São Paulo. 2001;

AS FEIRAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E A CONSTRUÇÃO DE REFERENCIAIS DIFERENCIADOS DE ALIMENTAÇÃO: O CASO DA FEPRAF

BASTOS, Thiane Helena. Tecnóloga em Agronegócio. UFSM. E-mail. thiane_bastos95@hotmail.com
BRACCINI, Valéria Pinheiro. Médica Veterinária. UFSM. E-mail. valurug@gmail.com **GUIMARÃES, Gisele Martins.** Doutora em Desenvolvimento Rural. UFSM. E-mail. giseleguima@yahoo.com.br

Grupo de Trabalho Nº 4 – Cadeias Produtivas e Mercados Agropecuários

RESUMO: O objetivo deste estudo será identificar em que medida a FEPRAF/ Júlio de Castilhos-RS vem contribuindo para a construção de referenciais diferenciados de alimentação, pautados pela oferta de produtos da agricultura familiar e reforma agrária. Para a pesquisa será utilizada a abordagem qualitativa que visa refletir amplamente um recorte estabelecido, no caso a FEPRAF e a sua importância na realidade do município de Júlio de Castilhos/RS. Para isso, será realizado um estudo de caso onde serão realizadas entrevistas e também análise de documentos. As entrevistas serão com feirantes e consumidores. A diferenciação e variedade dos produtos comercializados na feira aliado a procura pelos consumidores pode ter o potencial de promover referenciais diferenciados de alimentação. Diferenciados no sentido de não serem padrões industriais de alimentação, o que pode ser interessante se pensarmos que as áreas ocupadas com cultivo de soja (e não alimentos) fazem com que o padrão alimentar seja o de comprar coisas que vem de fora. A Feira tem o potencial de reverter isso, uma vez que os produtos comercializados são produtivos localmente. Portanto, é preciso identificar se a FEPRAF/Júlio de Castilhos-RS contribui com alterações na alimentação, por exemplo, facilidade e qualidade das verduras, panificados entre outros. Além disso, identificar como os produtores se organizam na produção para a oferta dos produtos comercializados na FEPRAF buscando identificar suas motivações. Conhecer as motivações dos consumidores para consumo dos produtos comercializados na FEPRAF e reconstituir o processo histórico de organização da feira, buscando identificar as instituições presentes, seus objetivos e formas de atuação no sentido de construir.

Palavras-chave: feira, agricultura familiar, referenciais diferenciados.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades (SANTOS, 2014). A agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 60% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Neste contexto, as feiras se caracterizam como importante canal de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar (BORGES, et al 2016). Além disso, são de fundamental importância para estabelecer a relação entre produtor e consumidor, pois os mesmos trocam receitas, saberes e informações nestes espaços diferenciados.

Conforme afirma Oliveira (2015), na feira, os consumidores não têm pressa de adquirir o produto, pois, ao longo do percurso, encontram um conhecido, fazem novas amizades, trocam receitas e interagem. Outro fator importante das feiras é que elas possibilitam o desenvolvimento de uma alimentação mais saudável, além de resgate e

Preservação da cultura alimentar herdada (MELLO, 2017). Ainda de acordo com Mello (2017) é através da diversificação na produção de alimentos que ocorre este resgate da cultura alimentar.

No município de Júlio de Castilhos/RS existem cerca de 1.400 estabelecimentos rurais dos quais cerca de 900 são unidades de produção familiar e destes, 265 são unidades de famílias assentadas em quatro Assentamentos de Reforma Agrária (EMATER-RS/ ASCAR, 2009).

Assim, ocorrem feiras de produtores realizadas por agricultores familiares e agricultores assentados da reforma agrária como é o caso da FEPRAF (Feira da Produção da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar). Na feira são comercializados produtos in natura e agroindustrializados. Neste espaço é possível comercializar e agregar valor aos produtos assim como estabelecer relações com os consumidores.

Parte-se do princípio de que, as feiras de agricultores familiares são de fundamental importância no resgate da cultura alimentar, assim como na viabilização da agricultura familiar. A finalidade deste estudo será identificar em que medida a FEPRAF/ Júlio de Castilhos-RS vem contribuindo para a construção de referenciais diferenciados de alimentação, pautados pela oferta de produtos da agricultura familiar e reforma agrária.

2 METODOLOGIA

Para a pesquisa será utilizada a abordagem qualitativa que visa refletir amplamente um recorte estabelecido, no caso a FEPRAF e a sua importância na realidade do município de Júlio de Castilhos/RS. De acordo com Minayo (2009) a pesquisa qualitativa busca interpretar os significados que não são visíveis e dificilmente podem ser quantificados, porém podem ser explicados pelo pesquisador.

Com relação aos objetivos, a pesquisa será exploratória, pois visa uma maior familiaridade entre a pesquisadora e o tema. Conforme afirma Gil (2002) estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Com a finalidade de estudar a importância da FEPRAF na construção de espaços diferenciados de alimentação o procedimento técnico utilizado na pesquisa será um estudo de caso. Nesta situação, será utilizado um estudo de caso único, considerando as famílias que realizam a feira como um grupo a ser pesquisado. De acordo com Gil (2002) o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Para Yin (2001) um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Com relação à técnica de coleta de dados, serão realizadas entrevistas e também análise de documentos. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a entrevista é uma técnica utilizada pelo pesquisador que possibilita o diálogo com os atores pesquisados a fim de obter informações sobre determinados assuntos ou temas. Serão entrevistados feirantes e consumidores. As entrevistas serão gravadas para posterior transcrição dos áudios. Ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2003), serão realizadas entrevistas não-estruturadas, focalizadas onde há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se pretende estudar e o entrevistador tem liberdade para fazer as perguntas que quiser não obedecendo a uma estrutura formal.

Durante a coleta de dados, será realizado um registro de todas as impressões da pesquisadora em uma caderneta de campo. Essas impressões serão de fundamental importância para a construção do estudo assim como para interpretação das falas registradas e da própria realidade.

Por fim, após a coleta dos dados, os resultados obtidos com a pesquisa serão submetidos a técnica de análise de conteúdo. De acordo com Minayo (2002) a utilização desta técnica possui duas funções, a primeira em relação à verificação de hipóteses, pois através da mesma é possível encontrar respostas para as questões levantadas. Já a segunda diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, uma vez que visa buscar além do que está sendo transmitido. Além disso, os dados serão separados por categorias de análise com o objetivo de facilitar a interpretação dos mesmos e posteriormente auxiliar na organização da escrita.

3 DESENVOLVIMENTO

O município de Júlio de Castilhos foi emancipado em 14 de julho de 1891 e conta com um total populacional de 19.579 habitantes, destes, 16.106 vivem no meio urbano e 3.473 vivem no meio rural (IBGE, 2010). Possui 1.130,389 km² de extensão (IBGE, 2010) e está localizado na região Central do Estado do Rio Grande do Sul, 351,9 km distante da capital Porto Alegre.

Júlio de Castilhos tem na herança os sistemas produtivos baseados na grande propriedade, sendo num primeiro momento na criação de gado extensivo e atualmente com predominância da agricultura empresarial, principalmente voltada para as lavouras de grãos, onde se destaca o monocultivo da soja (MOREIRA, 2008).

No território castilhense, existem cerca de 1.400 estabelecimentos rurais dos quais cerca de 900 são unidades de produção familiar e destes, 265 são unidades de famílias assentadas em quatro Assentamentos de Reforma Agrária (EMATER-RS/ ASCAR, 2009). Através da desapropriação de terras ociosas foram implantados o Assentamento Ramada em 15 de março de 1989, o Assentamento Alvorada em 10 de fevereiro 1996 e o Assentamento Santa Júlia em 15 de setembro de 1999. (PERONIO, 2017). Mais tarde em 02 de dezembro de 1999 foi implantado o Assentamento Nova Ramada II. A principal atividade produtiva desenvolvida nestes assentamentos é a produção de leite e soja. Conforme afirma Mello et al. (2017), nos assentamentos da reforma agrária há uma forte influência da cultura da soja. Assim, os agricultores, afirmam que por falta de alternativas produtivas e de mercados diferenciados, resta como opção produtiva a soja e a produção de leite.

A área ocupada com as culturas de verão no município é de 91.463 hectares sendo que 89.600 hectares são ocupados com a lavoura de soja (IBGE, 2017). Neste sentido, diante deste cenário torna-se difícil a implantação de atividades alternativas de renda para a agricultura familiar. Apesar da cultura da soja ocupar papel central no cenário agrícola do município, existem agricultores familiares que produzem de forma diversificada e precisam de um local para comercializar seus produtos. Assim, as feiras são uma alternativa interessante para que estes agricultores familiares possam comercializar seus produtos. Além disso, são fundamentais para estabelecer a relação entre o feirante e o consumidor, assim como na construção de referenciais diferenciados de alimentação.

A Associação da Feira da Produção da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar – FEPRAF é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada no dia 28 de abril de 2015. A feira foi criada após o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA disponibilizar kits compostos por mesas, caixas plásticas agrícolas, aeventais e barracas para que agricultores iniciassem a comercialização de seus produtos. Assim, a EMATER/JC ficou responsável por procurar agricultores que tivessem interesse em iniciar a fazer feira e partir disso formar um grupo de feirantes.

A FEPRAF é formada por agricultores familiares e agricultores assentados da reforma agrária. A associação envolve em torno de 16 famílias, destas seis são de agricultores familiares e dez são de agricultores assentados. Estes produtores rurais recebem assistência

técnica da EMATER/JC, assim como participam de capacitações e palestras em diversas áreas. A feira ocorre na Praça Manoel Alvarenga, todas as quartas e também aos sábados, onde são comercializados diversos produtos todos provenientes destas propriedades rurais. Além disso, como forma de demonstrar os produtos aos clientes, os feirantes da FEPRAF organizam no primeiro final de semana do mês uma mesa de degustação de produtos, assim como realizam o sorteio de uma cesta de produtos. Tanto na mesa de degustação como na cesta há diversos produtos de todos os feirantes.

Na feira são comercializados diversos produtos in natura, como por exemplo, saladas verdes, tempero verde, repolho, couve, brócolis, couve-flor, abóbora, moranga, cenoura, beterraba, pepino, abobrinha italiana, milho verde, tomate, berinjela e batata-doce. Além disso, são comercializados grãos como o feijão e o amendoim. Também são comercializadas frutas como a laranja, bergamota, limão, pêssego, goiaba e frutas nativas. Com relação aos produtos de origem animal, os feirantes comercializam ovos, leite e peixe. No que diz respeito aos produtos agro industrializados comercializados na feira podemos citar pães, bolachas, queijos, banha, torresmo, doces de abóbora, rapaduras, açúcar mascavo, melado, salames, geleias, chimias e farinhas de milho.

A diferenciação e variedade dos produtos comercializados na feira aliado a procura pelos consumidores pode ter o potencial de promover referenciais diferenciados de alimentação. Diferenciados no sentido de não serem padrões industriais de alimentação, o que pode ser interessante se pensarmos que as áreas ocupadas com cultivo de soja (e não alimentos) fazem com que o padrão alimentar seja o de comprar coisas que vem de fora. A Feira tem o potencial de reverter isso, uma vez que os produtos comercializados são produtivos localmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar se a FEPRAF/Júlio de Castilhos-RS contribui com alterações na alimentação, por exemplo, facilidade e qualidade das verduras, panificados entre outros. Identificar como os produtores se organizam na produção para a oferta dos produtos comercializados na FEPRAF buscando identificar suas motivações. Conhecer as motivações dos consumidores para consumo dos produtos comercializados na FEPRAF. Reconstituir o processo histórico de organização da feira, buscando identificar as instituições presentes, seus objetivos e formas de atuação no sentido de construir.

REFERÊNCIAS

BORGES, D.C. et al. A importância da feira para produtor rural da agricultura familiar de Marimeleiro- PR. V Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas, Paraná-PR, 2016.

EMATER-RS/ASCAR. Plano de Recuperação do Assentamento (Versão completa): Santa Júlia. Emater-RS/ASCAR: Júlio de Castilhos, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> Acesso em: 12 de outubro de 2017

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/juliodecastilhos/pesquisa/23/24304?detalhes=true&l=localidade1=431490>> Acesso em: 12 de outubro de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2016.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, A.L.M.; COELHO, J.C.; BALEM, T.A. **Feiras de agricultores familiares em Júlio de Castilhos e Tupanciretã: um contraponto à hegemonia da soja.** SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Santa Maria – RS, 2017.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOREIRA, V. S. **Territorialidades rurais em Júlio de Castilhos – RS: da pecuária extensiva à agricultura familiar.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008.

OLIVEIRA, S. S. **“Pegando Feira”: Trocas, reciprocidade e mercado no feirão colonial em Santa Maria/RS.** Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), Santa Maria, 2015.

PERONIO, R.; BASTOS, A.P.C; DALBIANCO, V.P. **Reforma Agrária na Produção Agrícola: o caso dos assentamentos no município de Júlio de Castilhos – RS.** In: Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, 9, 2017. Santana do Livramento.

SANTOS, M.S.; FERREIRA, D.J.; SANTOS, R.L. **A feira livre como alternativa de geração de renda para agricultura familiar no município de Santo Estevão- BA.** VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. São Paulo, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SABERES E SABORES: O CÓDIGO SANITÁRIO DA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL COMERCIALIZADOS NO FEIRÃO COLONIAL DE SANTA MARIA/RS

BRACCINI¹, P. Valéria. Médica Veterinária. UFSM. valurug@gmail.com BRANDÃO², Janaína B.. Doutora em Extensão Rural. UFSM. janaainabalkbrandao@hotmail.com
BASTOS³, Thiane H. Tecnóloga em Agronegócios. UFSM. thiane_bastos95@hotmail.com SARMENTO⁴, Renata L. Acad. Medicina veterinária. UFRR. renatalsarmento@gmail.com

Grupo de Trabalho Nº 4 – Cadeias Produtivas e Mercados Agropecuários

RESUMO: A presente proposta de pesquisa é de identificar a concepção e práticas de sanitariedade dos produtores do Feirão Colonial de Santa Maria/RS sobre os produtos de origem animal fabricado artesanalmente e como o Médico Veterinário pode contribuir no processo formativo dos produtores, considerando seus saberes. Nesta perspectiva, pretende-se apresentar novas abordagens e iniciativas para que o Médico Veterinário possa contribuir no processo de enfrentamento dos desafios do atual sistema agroalimentar para que ocorra a legitimação de alimentos artesanais. A relevância do projeto se justifica por um lado, por identificar e qualificar o processo utilizado para a produção e comercialização dos produtos, e por outro, por entender através da extensão rural, o processo envolvido na produção de produtos artesanais e oportunizar os processos educativos e participativos para garantir a qualidade dos produtos comercializados na feira, possibilitando assim a inocuidade dos alimentos e, ao mesmo tempo, a garantia de renda para os produtores. O presente projeto é um estudo descritivo, exploratório e de abordagem qualitativa. Será realizada a verificação *in loco* das condições de sanidade dos produtos comercializados no Feirão Colonial de Santa Maria/RS, utilizando a lista de verificação para inspeção em serviços de alimentação, contida na Portaria 78/2009, a fim de verificar as práticas de comercialização, coleta dos produtos de origem animal e posterior análise laboratorial microbiológica. É necessário observar o processo de comercialização de produtos artesanais de origem animal dos produtores do Feirão Colonial no município de Santa Maria/RS, realizar a análise microbiológica dos produtos finais, a fim de testar sua inocuidade. Entender o processo de formação dos produtores no Feirão Colonial relacionado às práticas de produção de produtos de origem animal e o conhecimento em relação à legislação sanitária para propor formas participativas de promoção do conhecimento e processo educativo do agricultor familiar em prol da sanidade dos alimentos.

Palavras-chave: Saberes e Sabores, Código Sanitário, Feirão Colonial

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto é uma proposta de pesquisa para verificar a concepção e práticas de sanitariedade dos produtores do Feirão Colonial de Santa Maria/RS sobre os produtos de

origem animal fabricado artesanalmente e como o Médico Veterinário pode contribuir no processo formativo dos produtores, considerando seus saberes.

As feiras coloniais, além de ser um caminho de fortalecimento da cultura regional, uma vez que os produtores carregam consigo suas tradições, saberes e modos de cultivar seus produtos, representam os canais de comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar. Assim, tornam-se uma forma organizada de inserção dos produtores no mercado para a distribuição de produtos artesanais e de qualidade.

No Brasil, o conceito de qualidade dos alimentos está relacionado à capacidade de produção e às ferramentas envolvidas no processo produtivo. Há incentivo para o desenvolvimento industrial, aqui representado pelas estruturas que conseguem preencher as exigências estabelecidas pelo padrão de inocuidade, conforme requer a legislação sanitária e, dessa forma, marginalizam os agricultores familiares que não conseguem cumprir as normas sanitárias instituídas.

A crise dos sistemas alimentares modernos tem origem econômica e as superestruturas não são sinônimos de qualidade. Cruz e Schneider (2010) referem que a ocorrência de contaminação de alimentos vinculados à produção industrial em larga escala, faz com que o sistema convencional de produção seja amplamente questionado, disseminando, assim, a desconfiança da população quanto aos riscos alimentares e processos empregados.

A produção de alimentos artesanais, por sua vez, ocorre em escala de processamento menores, a comercialização dos produtos ocorre em sistemas locais e as relações de confiança entre produtores e consumidores são usadas para legitimar a qualidade desses produtos. No entanto, a legislação sanitária adota padrões internacionais para a produção de alimentos em grande escala e não facilita o acesso de pequenos produtores às práticas e condutas de inocuidade previstas, dificultando assim, a inserção dos mesmos no mercado.

Nesta perspectiva, o presente projeto pretende identificar a concepção e as práticas de sanitariade em produtos por parte dos produtores do Feirão Colonial de Santa Maria/RS, e apresentar novas abordagens e iniciativas para que o Médico Veterinário possa contribuir no processo de enfrentamento dos desafios do atual sistema agroalimentar para que ocorra a legitimação de alimentos artesanais.

A relevância do projeto se justifica por um lado, por identificar e qualificar o processo utilizado para a produção e comercialização dos produtos, e por outro, por entender através da extensão rural, o processo envolvido na produção de produtos artesanais e oportunizar os processos educativos e participativos para garantir a qualidade dos produtos comercializados na feira, possibilitando assim a inocuidade dos alimentos e, ao mesmo tempo, a garantia de renda para os produtores.

2 METODOLOGIA

O presente projeto é um estudo descritivo, exploratório e de abordagem qualitativa. O primeiro passo da pesquisa será o registro do projeto no Gabinete de Projetos do Centro de Ciências Rurais e no Comitê de Ética em Pesquisas da UFSM. A observação das feiras, anotações em diário de campo e participação das atividades no Grupo *Agricultuar* já estão sendo realizadas para o reconhecimento do ambiente empírico.

Será realizada a verificação *in loco* das condições de sanidade dos produtos comercializados no Feirão Colonial de Santa Maria/RS. Para tanto, será utilizada a lista de verificação para inspeção em serviços de alimentação, baseado na Portaria 78/2009, a fim de verificar as práticas de comercialização. Gil (1999) menciona que o uso de um formulário estruturado para as entrevistas guiadas, com uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis, garante que a mesma pergunta seja feita da mesma forma a todos os componentes da amostra.

Para Gray (2012), o método de coleta com entrevistas estruturadas é o ideal para realizar uma análise quantitativa e, desta forma, definir a amostra, uma vez que todos os entrevistados estão sob as mesmas condições de perguntas padronizadas, favorecendo assim uma pré-análise dos dados mais rápida. Assim, parte-se do princípio que o instrumento inicial para verificar as práticas de produção e comercialização dos produtores deverá ser o mesmo utilizado pelos órgãos oficiais para a fiscalização da produção e boas práticas de fabricação e comercialização vigente.

A partir da análise dos dados quantitativos sobre a sanitariade na comercialização de produtos artesanais de origem animal, serão identificadas as situações que mais se aproximam e as que mais se distanciam da ideal, considerando o Manual de Boas Práticas de Fabricação e comercialização. E, a partir da identificação, serão investigadas as origens desses produtos e os fatores que determinam as melhores e as piores condições de sanitariade.

Todos os produtores serão informados sobre o sigilo de suas identidades e que as amostras coletadas serão usadas apenas para fins científicos. Para a realização da análise microbiológica serão coletadas amostras de queijo tipo colonial e salame produzidos artesanalmente. A coleta será realizada passando-se *swabs* estéreis umedecidos em solução salina sob o centro do produto cortado e encaminhadas ao Laboratório de Bacteriologia onde serão realizadas semeaduras do material coletado para a contagem bacteriana total (CBT), contagem de coliformes totais e contagem de *Staphylococcus sp.*, através de técnica *spread plate*, conforme preconizado por Silva Jr. (2005).

Com o intuito de definir a forma de realizar as ações extensionistas para a formação sanitária dos produtores, serão realizadas entrevistas guiadas por um formulário semiestruturado junto aos produtores que mais se aproximam e mais se distanciam das boas práticas de produção e comercialização identificadas na primeira fase da pesquisa. Demo (1995) propõe que o pesquisador possa identificar a realidade através do método de entrevista semiestruturada. Porém, Gil (1999) alerta para que o entrevistador tenha o cuidado de não influenciar as respostas recebidas.

Por fim, serão utilizados os métodos participativos de extensão, citados por Gonçalves (2016), para definir uma proposta formativa. Tais métodos são caracterizados pelas seguintes etapas: identificação dos interesses e das preocupações da população comunitária; análise dos interesses, preocupações e suas condições de enfrentamento; organização e planejamento das ações; e desenvolvimento, avaliação e ampliação das condições de organização e ação.

3 DESENVOLVIMENTO

A SEGURANÇA ALIMENTAR

A segurança alimentar é, antes de tudo, o direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, sem comprometer a satisfação de outras necessidades essenciais, respeitando a diversidade cultural sendo elas ambiental, econômica e socialmente sustentáveis. Neste sentido, o Decreto Executivo Municipal N° 051 de 18 de maio de 2011 obriga, em seu artigo 5.º a presença de responsável capacitado com curso de Boas Práticas de Fabricação nos estabelecimentos que manipulem alimentos, como medida preventiva.

Ações inibitórias ao comércio ilegal de produtos de origem animal fazem parte do programa do Grupo de Combate ao Abigeato e Carne Clandestina, que resultam na maioria das vezes, na apreensão de produtos irregulares ofertados em feiras de Santa Maria. Sendo assim, nos cabe questionar sobre os métodos educativos fomentados pelas instituições de ensino e pelos próprios Médicos Veterinários perante o problema: deve-se somente apreender os produtos ou incentivar métodos educativos para que esses produtos estejam previamente regulamentados?

Londres *et.al.* (2009) chamou a atenção para a importância da manutenção da

temperatura na comercialização de produtos cárneos de origem animal em feiras livres, pois há variação de temperatura para cada alimento, e em caso de exposição inadequada, carnes, pescados, leite e derivados, alteram suas propriedades rapidamente.

A apreensão dos produtos que não estão em conformidade com a lei gera perdas econômicas significativas ao produtor rural levando ao constrangimento e comoção dos envolvidos nas ações de inspeção nas feiras, prejudicando a reputação e credibilidade das autoridades fiscalizadoras. Além disso, é importante frisar que alguns produtores não possuem consciência das leis sanitárias e das boas práticas a serem seguidas para a produção, transporte e comercialização de produtos.

Tais fatores confirmam a necessidade de avaliar e questionar a construção das relações de confiança nas operações comerciais, bem como o acesso às tecnologias e ao conhecimento relativo dos produtores. Silva *et. al.* (2014) refere que os alimentos comercializados em feiras contêm informações e valores, ressocializa e repatria alimentos, remetendo o consumidor à origem onde são produzidos. Uma relação entre agricultor e consumidor é restabelecida, comunicada pela embalagem ou diretamente através do varejo. Dessa forma, baseando-se em seu próprio conhecimento, experiência ou imaginário, o consumidor decide se deseja consumi-los.

Marins (2014) refere que o desenvolvimento de estratégias que mantenham os aspectos organolépticos dos alimentos, evitando alterações ou perdas durante todo o processo de fabricação, tratamento, manipulação, armazenamento, envase, transporte e distribuição dos alimentos, deve ser estabelecido priorizando a prevenção de doenças veiculadas ou transmitidas por alimentos.

A metodologia participativa, neste caso, é representada por ações educativas com o objetivo de despertar o interesse pela adoção e elaboração do Manual de Boas Práticas de Fabricação próprio e conscientização para a importância da fiscalização para a comunidade. O Médico Veterinário Extensionista compartilha o conhecimento à comunidade que, ao montar o empreendimento, será fiscalizada pelos órgãos de inspeção, prevenindo verificando a ocorrência de Doenças Transmitidas por Alimentos. (GONÇALVES, 2016).

É relevante verificar o grau de informação dos produtores sobre produção, transporte, armazenagem e utilização de Boas Práticas de Fabricação em produtos de origem animal, para definir as ferramentas e as formas de solução de problemas com a fiscalização dos produtos. Compreender a realidade da comercialização e fabricação de produtos e propor formas de educação dos produtores justifica sua importância para que a Universidade e Órgãos de Classe consigam desenvolver políticas de apoio mais efetivas aos pequenos produtores, garantindo sua inserção no mercado.

Para Schuch (2004) o Médico Veterinário extensionista precisa preservar os saberes sociológicos e antropológicos de cada comunidade, reforçar as aspirações dos agricultores respeitando seus saberes e valores sociais, através de ações educadoras no âmbito do grupo familiar e social e não somente em linhas de produção ou especialidades médico-veterinárias.

Alimentos utilizados na dieta humana são, por vezes, produzidos e manipulados em condições inadequadas de higiene e, portanto, expostos a uma grande variedade de microrganismos (LIMA, 2001). Conforme Silva (2005), os achados de bactérias totais em amostras de alimentos são indicadores das condições higienossanitárias do local de preparo, uma vez que esses microrganismos estão presentes no ambiente e sua contagem é usada como indicativo da qualidade na produção de alimentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário observar o processo de comercialização de produtos artesanais de origem animal dos produtores do Feirão Colonial no município de Santa Maria/RS, realizar a

análise microbiológica dos produtos finais, a fim de testar sua inocuidade. Entender o processo de formação dos produtores no Feirão Colonial relacionado às práticas de produção de produtos de origem animal e o conhecimento em relação à legislação sanitária para propor formas participativas de promoção do conhecimento e processo educativo do agricultor familiar em prol da sanidade dos alimentos.

REFERÊNCIAS

- CRUZ, F. T; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Rev. Bras. de Agroecologia.** 5(2): 22-38 (2010). Disponível em: <http://orgprints.org/24508/1/Cruz_Qualidade.pdf>. Acesso em 09 de out. 2017.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3ª Ed., São Paulo, Atlas, 1995.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GONÇALVES, L. C. *et. al.* Extensão rural e conexões. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2016.
- GRAY, D. E. **Pesquisa no Mundo Real.** 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- LIMA, C.L. **Manual Prático de Controle de Qualidade em Supermercados.** São Paulo: Varela, 2001. P.17.
- LUNDGREN, P.U. Perfil da qualidade higiênico-sanitária da carne bovina comercializada em feiras livres e mercados públicos de João Pessoa/PB-Brasil. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v.20, n.1, p. 113-119, jan./mar. 2009.
- MARINS, B. R. (Org.) **Segurança alimentar no contexto da vigilância sanitária: reflexões e práticas.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2014. 288 p.
- RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Saúde. Portaria Nº 78/2009. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/upload/1365096500_portaria%2078_09.pdf>. Acesso em: 01 de ago. 2018.
- SANTA MARIA. Decreto Executivo nº 051 de 18 de maio de 2011. Santa Maria/RS, 2011. Disponível em: <<https://www.santamaria.rs.gov.br/docs/noticia/2011/10/D25-179.pdf>>. Acesso em: 06 de ago. 2018.
- SILVA, E. A. **Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação.** 6 ed. , São Paulo: Varela, 2005. 624 p.
- SILVA, G. P et al. Perfil e percepções dos feirantes em relação a feira livre dos municípios de São Pedro do Sul (RS) e Santo Augusto (RS). In.: **Revista Monografias Ambientais – REMOA.** v. 14, n. 2 (2014): Março, p. 3203–3212 Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/12654/pdf>>. Acesso em 11 de ago. 2018.
- SCHUCH, L. F. D. **Os Desafios da Medicina Veterinária no Terceiro Milênio.** [2004]. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/enev/docs/desafios.pdf>>. Acesso em 01 de ago. 2018.
- VALEJO, F. A. M. et al. **Vigilância sanitária: avaliação e controle da qualidade dos alimentos /** Sanitary monitoring: evaluation and control of quality of foods. In.: **Hig. aliment.** 17 (106); [mar. 2003]. Disponível em:<<http://pesquisa.bvsalud.org/bvsvs/resource/pt/ens-15228>>. Acesso em 01 de ago. 2018.